

Abstenção Eleitoral em Portugal

Mecanismos, Impactos e Soluções

José Santana Pereira

João Cancela

Qual a dimensão da abstenção e que fatores influenciam a decisão de não votar? O que pensam os cidadãos e os representantes políticos sobre este fenómeno e os seus impactos?

Este projeto oferece a mais extensa análise, até à data, sobre a abstenção eleitoral em Portugal. Combinando dados de inquéritos, grupos focais e discussões com representantes políticos, examina-se a evolução da participação, os mecanismos que explicam a decisão de não votar e os efeitos políticos dessa escolha.

A abstenção não é um comportamento aleatório nem uniforme: está associada a desigualdades sociais, obstáculos práticos e atitudes políticas específicas.

O presente estudo propõe formas de incentivar a participação através de mudanças na educação cívica, na conveniência do voto e de ajustes pontuais às regras do jogo democrático.



Abstenção Eleitoral em Portugal

Mecanismos, Impactos e Soluções

José Santana Pereira

João Cancela

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
ffms@ffms.pt

Diretor de publicações: António Araújo
Coordenador da equipa de estudos: Carlos Jalali
Título: Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções
Autores: João Cancela e José Santana Pereira
Revisão de texto: Sofia Resende
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign
Impressão: Guide — Artes Gráficas, Lda.

© Fundação Francisco Manuel dos Santos, João Cancela e José Santana Pereira
Setembro de 2025

ISBN: 978-989-9243-93-4
Depósito Legal n.º 553 520/25

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não são imputáveis à Fundação Francisco Manuel dos Santos nem às instituições em que estão filiados. A permissão para reproduzir todo ou parte do conteúdo deve ser solicitada aos autores e à editora.

Índice

Agradecimentos 5

Introdução 7

Capítulo 1

Os números da abstenção em diferentes eleições: perspetiva comparativa, longitudinal e espacial 11

- 1.1. Métodos de cálculo da participação eleitoral 13
- 1.2. Porquê analisar tipos diferentes de eleições? 15
- 1.3. Escala e magnitude da abstenção em Portugal 17
- 1.4. Diferenças geográficas na participação eleitoral 21
- 1.5. A participação eleitoral em Portugal no plano comparado 24
- 1.6. Conclusão 26

Capítulo 2

Os mecanismos da abstenção: estado da arte e modelo de análise 29

- 2.1. Os modelos explicativos da participação eleitoral 29
- 2.2. Fatores explicativos da participação eleitoral em Portugal 45
- 2.3. Modelo de análise 51

Capítulo 3

Um direito que (para alguns) é um dever: uma análise estatística dos perfis de propensão para a participação eleitoral 55

- 3.1. Metodologia 56
- 3.2. Participação eleitoral e perfis sociodemográficos 62
- 3.3. Atitudes face à política e às eleições 78
- 3.4. Cruzando explicações: análises multivariadas 86
- 3.5. Estudo de caso: autárquicas de 2021 92
- 3.6. Conclusão 94

Capítulo 4

Posições e preferências políticas de votantes e abstencionistas 97

- 4.1. Revisão da literatura 97
- 4.2. Preferências políticas de votantes e abstencionistas em Portugal 99
- 4.3. Conclusão 125

Capítulo 5

Perspetivas sobre impactos da abstenção e reformas para a combater 127

5.1. Impactos da abstenção 127

5.2. Reformas para combater a abstenção 135

5.3. Conclusão 153

Capítulo 6

«Eu já desisti de votar»: narrativas de abstencionistas e votantes intermitentes 155

6.1. Metodologia 156

6.2. Resultados 158

6.3. Conclusão 180

Capítulo 7

Ser político «não é manifestamente currículo, eu costumo dizer que é cadastro»: a perspetiva da elite política 181

7.1. Resultados 183

7.2. Conclusão 201

Capítulo 8

Conclusões e recomendações 203

8.1. Conclusões 203

8.2. Recomendações 206

Referências 213

Notas 245

Autores 253

Agradecimentos

Este estudo desenrolou-se ao longo de um período amplo, marcado por três eleições legislativas, umas eleições autárquicas e umas eleições para o Parlamento Europeu. Poder trabalhar numa escala temporal tão dilatada, tendo tempo para pensar e integrar os desenvolvimentos do mundo real na investigação, é um privilégio que a Fundação Francisco Manuel dos Santos nos concedeu. Estamos por isso muito gratos à Fundação, enquanto instituição, mas também ao seu inextinguível *staff*, que nos forneceu todo o apoio que poderíamos desejar. Merecem uma especial palavra de apreço Carlos Jalali e João Tiago Gaspar, pelo apoio desde a primeira hora, Inês Renda, pelo apoio precioso nos últimos três anos, e Maria Gomes da Silva, pela inestimável ajuda na fase derradeira do projeto.

Três bolsiros de investigação e quatro tarefeiros apoiaram-nos em diferentes etapas. O trabalho de Ludmila Andrade foi decisivo no arranque da investigação, em particular no apoio à realização do inquérito à população e dos *focus groups*. A colaboração de João Bernardo Narciso foi fundamental para que pudéssemos tratar de forma cabal e aprofundada a questão das assimetrias entre fontes estatísticas oficiais. João Tomás Taveira deu-nos um importante apoio na etapa final, em particular na escrita de dois capítulos. André Marinha, Inês Renda, Luísa Bertulucci e Vitória Andrade foram essenciais para o sucesso dos *focus groups*. A todos, o nosso reconhecido agradecimento.

O desenho do inquérito à população beneficiou de uma reunião prévia com um grupo de peritos que nos permitiu melhorar muito o nosso instrumento. Agradecemos aos colegas que nela participaram: Pedro Magalhães, Ignacio Lago, Susana Peralta, Edalina Sanches, Alice Ramos, André Pirralha e Pedro Robalo.

Agradecemos ainda aos representantes eleitos de três níveis de poder, que reservaram tempo das suas muito preenchidas agendas para partilhar connosco as suas reflexões, permitindo trazer uma perspetiva sobre a abstenção até agora por explorar. Também merecem uma nota de agradecimento os cidadãos que conversaram connosco sobre abstenção e partilharam os seus motivos. Esperamos que pelo menos alguns deles possam vir a ler este relatório e percebam a importância que a sua participação e o seu contributo tiveram para um entendimento mais profundo das dinâmicas da participação eleitoral e da abstenção.

Todas estas pessoas foram importantes e enriqueceram o nosso trabalho. Quaisquer erros, omissões ou falhas são da nossa inteira responsabilidade.

Dedicamos este estudo à memória de André Freire, que estudou com entusiasmo o triângulo formado por participação, representação e desigualdade.

Introdução

José Santana Pereira e João Cancela

Qual é a magnitude da abstenção eleitoral em Portugal? Existem diferenças entre tipos de eleições? Quais são os mecanismos na base da decisão de ir às urnas ou ficar em casa? Será que quem opta por um ou por outro comportamento tem preferências políticas distintas? O que pensam os cidadãos dos impactos da abstenção e de ferramentas frequentemente propostas para a reduzir? Por fim, quais as perspectivas quer de quem opta por se abster sempre ou frequentemente, quer da elite política portuguesa, a respeito dos mecanismos da abstenção, dos seus impactos e das ações de reforma necessárias para favorecer o seu decréscimo? Cerca de um quarto de século depois da publicação de *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, de André Freire e Pedro Magalhães (2002), um dos livros mais influentes para a compreensão deste fenómeno no nosso país, pretendemos revisitar e alargar a reflexão académica sobre a não participação dos cidadãos nas eleições em Portugal. Beneficiando de um manancial de literatura académica publicada sobre o tema nas últimas décadas — investigação sobre várias democracias consolidadas, estudos comparados ou análise empírica do caso português — e recorrendo a informação de natureza quantitativa e qualitativa recolhida especificamente para dar resposta aos objetivos deste estudo, propomo-nos dar uma resposta tão cabal e sólida quanto possível às interrogações com que iniciámos este parágrafo.

O estudo da participação eleitoral em Portugal tem-se desenvolvido de forma substancial ao longo das últimas décadas. Além da tradição mais antiga de recurso aos conceitos da geografia eleitoral para examinar

dados agregados, que tem sido profícua desde a democratização (Gaspar & Vitorino, 1976; Gaspar, 1985; Freire, 2000, 2001; Tavares & Raudla, 2018; Manoel, Costa & Cabral, 2022), o estudo da abstenção muito se aprofundou graças à recolha e análise de dados provenientes dos Estudos Eleitorais Portugueses, realizados ininterruptamente desde 2002 (Costa Lobo & Espírito-Santo, 2024). Sabe-se, por exemplo, que uma idade mais avançada, níveis mais elevados de instrução, escalões superiores de rendimento ou prática regular da religião estão associados a uma maior propensão para votar (Freire & Magalhães, 2002; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024). Do mesmo modo, é conhecida a relação robusta entre participação e fatores atitudinais, como o interesse pela política e a identificação com um partido (Magalhães, 2001; Viegas & Faria, 2004; Cancela & Vicente, 2019). Acompanhando o ritmo de inovação observável no plano internacional, a literatura baseada na análise de dados de inquérito tem vindo a expandir-se em novas direções, oferecendo-nos modelos explicativos mais complexos que incorporam fatores relacionados com as redes sociais dos eleitores (Magalhães, 2008) ou as lideranças políticas (Ferreira da Silva & Costa, 2019).

Apesar de todo este progresso, persistem lacunas importantes na literatura nacional, em boa medida decorrentes da falta de dados comparáveis aos que existem noutros contextos de investigação. Por um lado, continua a verificar-se uma escassez de dados que permitam explorar de forma sistemática se e como é que os principais fatores explicativos da participação eleitoral variam em função do tipo de

eleição. Embora análises agregadas ao nível da freguesia apontem para diferenças relevantes entre eleições legislativas e autárquicas — com as primeiras a serem mais mobilizadoras nas zonas urbanas e as segundas nas áreas rurais (Gaspar, 1983; Tavares & Carr, 2013; Tavares & Raudla, 2018; Cancela, 2020) —, continua a faltar evidência empírica individual que permita validar essas tendências, mitigando o risco da falácia ecológica (Robinson, 1950; Przeworski & Teune, 1970).

Outra área de relativa omissão na literatura sobre o caso português prende-se com as consequências da abstenção, nomeadamente se e em que medida as preferências políticas de votantes e abstencionistas se distinguem. A literatura internacional sugere que a abstenção pode gerar desequilíbrios na representação política, contribuindo para envios substantivos nas políticas públicas, uma vez que as elites tendem a responder mais fielmente às preferências dos votantes do que às dos abstencionistas (Griffin & Newman, 2005; Giger, Rosset & Bernauer, 2012). Esta é, porém, uma área que tem permanecido relativamente inexplorada no contexto português.

O nosso estudo propõe-se contribuir para o aprofundamento deste campo através de uma abordagem que articula quatro inovações principais. Em primeiro lugar, analisamos a propensão para participar eleitoralmente de forma mais abrangente, considerando o perfil de participação dos cidadãos em eleições de diferentes níveis — legislativas, autárquicas, presidenciais e europeias. Esta opção permite superar a limitação típica da literatura sobre Portugal, que tende a centrar-se em eleições legislativas recentes, oferecendo assim uma perspectiva mais completa sobre a participação eleitoral.

A segunda dimensão de inovação desta investigação prende-se com a análise das preferências políticas em sentido amplo e das diferenças na sua distribuição que é possível estabelecer em função da propensão para participar. Neste domínio, não nos limitamos a descrever as atitudes da população em geral, mas examinamos também quais são os temas em que abstencionistas e eleitores participativos mais se aproximam e se distinguem.

A terceira dimensão é a análise das opiniões dos cidadãos a respeito dos diversos impactos que a abstenção eleitoral pode ter e das suas perspetivas a respeito de determinadas reformas, analisando também que fatores estão associados a diferentes padrões de resposta. Esta análise permite compreender se quem vota mais e menos frequentemente entende os impactos da abstenção da mesma maneira, bem como se estes dois grupos apresentam diferentes propensões para apoiar diferentes reformas destinadas a aumentar a participação eleitoral.

Por fim, integramos uma componente qualitativa, com vista a analisar as perceções de pessoas comuns que tendem a abster-se e de elites políticas (deputados à Assembleia da República, eurodeputados e autarcas) sobre as causas da abstenção, os seus impactos e as formas de lidar com o fenómeno. Esta abordagem foi adotada para examinar com maior proximidade os dois grupos fundamentais que as eleições vinculam — cidadãos comuns e elites —, permitindo identificar potenciais desfasamentos entre as perceções de uns e de outros e aprofundar um debate ainda pouco desenvolvido na literatura sobre o caso português, mas também no plano comparado.

Além desta introdução, o trabalho é composto por oito capítulos. No Capítulo 1, apresenta-se uma visão longitudinal, comparativa e desagregada da magnitude da abstenção eleitoral em Portugal, enriquecida por uma discussão sobre como medir a participação eleitoral e sobre a precisão da taxa oficial de abstenção no território nacional português. Em linha com os objetivos deste estudo, esta análise foca quatro tipos distintos de eleições: legislativas, presidenciais, autárquicas e europeias.

Os Capítulos 2 e 3 lidam com a temática dos mecanismos da abstenção em Portugal, pretendendo aprofundar a compreensão dos fatores que estruturam a participação eleitoral. Partindo de uma revisão aprofundada da literatura internacional e sobre o caso português, procede-se a uma análise dos dados do inquérito original realizado no âmbito deste estudo, nomeadamente através da aplicação de modelos estatísticos com diferentes graus de sofisticação e recorrendo a um conjunto amplo de variáveis de natureza sociodemográfica e atitudinal. Esta estratégia permite identificar padrões de participação distintos, avaliar a robustez de diferentes fatores explicativos e, através de um modelo de equações estruturais, hierarquizar a preponderância de explicações concorrentes para os distintos perfis de envolvimento nas eleições.

O Capítulo 4 aborda uma temática que, associada a uma participação eleitoral desigual por parte de diferentes grupos sociais, está na base de um dos impactos mais negativos da abstenção eleitoral: o facto de cidadãos mais e menos propensos a votar poderem ter posições e preferências políticas distintas. Neste capítulo, depois da revisão da literatura relevante, analisam-se os dados do inquérito realizado no contexto deste estudo para identificar não só em que medida existem diferenças entre estes grupos em termos do posicionamento

no espectro ideológico, mas também no que toca a preferências mais concretas, desde questões relativas à redistribuição e ao papel do Estado até temas como a proteção do ambiente, a imigração, os direitos dos casais do mesmo sexo ou a representação política. Este capítulo examina também quais são as eleições que abstencionistas e votantes consideram mais impactantes na sua vida.

No Capítulo 5, exploramos as perceções dos cidadãos sobre os impactos da abstenção eleitoral e as medidas que prometem contribuir para diminuí-la. Partimos de uma revisão da literatura sobre estes impactos para identificar quatro grandes temáticas — representação imperfeita das preferências da população, enviesamento de políticas públicas, défices de legitimidade e responsabilização ineficaz da classe política —, relativamente às quais convidámos os inquiridos a pronunciar-se. Num segundo momento, o enfoque é colocado nas potenciais reformas: voto obrigatório, redução da idade de voto para os 16 anos, voto preferencial, flexibilização de candidaturas independentes, voto através da Internet e outros mecanismos de aumento da conveniência do ato de votar. Depois de uma revisão da literatura centrada tanto no debate académico sobre os prós e contras de cada uma destas medidas como na evidência empírica a respeito das atitudes dos cidadãos relativamente às mesmas e dos seus preditores, os dados do inquérito realizado para este estudo são usados para lançar luz sobre que reformas são, na ótica dos cidadãos, mais e menos vantajosas, bem como para perceber se existem diferenças a este respeito entre grupos sociais ou associáveis a diferentes atitudes políticas e perfis de participação eleitoral.

O Capítulo 6 explora as narrativas de abstencionistas recorrentes e votantes intermitentes, procurando compreender as razões

subjacentes à sua (não) participação eleitoral, bem como as percepções que têm sobre o próprio ato de votar e sobre o sistema político em sentido mais amplo. Recorrendo a uma abordagem qualitativa baseada em *focus groups* com uma gama diversa de participantes, apresenta-se um conjunto de declarações que — mesmo sem pretensões de representar os abstencionistas portugueses no seu todo — oferecem um retrato detalhado das percepções, motivações e justificações que sustentam a decisão de não votar. Este capítulo inclui também informação sobre as perspetivas e narrativas destes cidadãos a respeito dos impactos da abstenção e de como combatê-la.

As narrativas são também o foco do Capítulo 7, sendo que aqui os protagonistas são diferentes segmentos da elite política. Em três

encontros com eurodeputados, deputados à Assembleia da República e autarcas, que tiveram como mote a apresentação de dados preliminares do inquérito e dos *focus groups* aos cidadãos abstencionistas e votantes intermitentes, fomentou-se uma discussão sobre temáticas como os números da participação eleitoral, as atitudes e percepções dos cidadãos que servem de combustível à abstenção, as responsabilidades da elite política e dos meios de comunicação social, e a panóplia de reformas que potencialmente contribuem para fomentar a participação eleitoral.

Por fim, o Capítulo 8 sumariza e sistematiza os principais padrões empíricos encontrados e reportados ao longo deste trabalho, e apresenta um conjunto de recomendações que consideramos relevantes para a reflexão e a ação destinadas a estimular a participação dos cidadãos nas eleições em Portugal.

Capítulo 1

Os números da abstenção em diferentes eleições: perspectiva comparativa, longitudinal e espacial

João Cancela, José Santana Pereira e João Tomás Taveira

Quão elevada é a abstenção em Portugal? Como tantas vezes sucede, a resposta, à primeira vista bastante clara, rapidamente se pode tornar um pouco mais complexa. No plano individual, a abstenção pode definir-se de modo intuitivo como o não exercício, voluntário ou não, por parte de uma pessoa concreta do direito de voto que decorre da sua capacidade eleitoral ativa¹. Ao nível agregado, a abstenção corresponde à proporção de eleitores que, tendo direito a votar numa determinada eleição, acabam por não o fazer. Estas são definições simples que conferem objetividade à discussão sobre a magnitude da abstenção em Portugal — ou em qualquer outro sistema para o qual disponhamos de dados —, mas que não a encerram.

Há três aspectos que complexificam a resposta à pergunta que motiva este capítulo: a fiabilidade dos números que usamos para fazer o diagnóstico da abstenção; o facto de se realizarem em Portugal vários tipos de eleição com níveis distintos de participação; e o facto de uma plena compreensão de qualquer caso particular carecer de uma abordagem comparativa que permita compreender o que é singular e o que é partilhado com outros casos.

Relativamente ao primeiro aspecto, começamos com um exemplo simples que ajuda a explicar porque é que pode ser útil explorar a questão da abstenção além dos números oficiais. Imaginemos que, numa eleição com 1000 eleitores recenseados, votam 650 e se abstêm 350. Teríamos assim uma taxa de participação de 65 % e uma taxa de abstenção de 35 %. A resposta à pergunta: «Qual foi a taxa de abstenção nesta eleição?» é, tal como começámos por dizer no capítulo, bastante evidente. Mas há elementos específicos deste cenário que podem levar-nos a uma análise mais aprofundada. Suponhamos que, destes 1000 eleitores recenseados, 100 viviam, na realidade, num país distante; além de não terem qualquer instrumento que lhes permitisse votar à distância, não é de todo possível que se deslocassem ao local de origem no dia da eleição. Não há dúvidas de que a taxa oficial continuaria a cifrar-se nos 65 %, mas o rácio entre os que votaram (650) e os que efetivamente o poderiam ter feito (900) seria de 72,2 %.

À luz deste exemplo, torna-se mais claro um dos propósitos centrais deste capítulo: apresentar e contextualizar a evolução da participação eleitoral em Portugal em diferentes tipos de eleições, mobilizando não

apenas os dados oficiais, mas também estimativas revistas. A premissa que orienta esta abordagem é simples, mas crucial: para avançarmos para a análise da abstenção ao nível individual, é imprescindível começar por um diagnóstico rigoroso e detalhado da sua expressão agregada na sociedade.

O segundo ponto, embora talvez trivial, tende a ser subestimado na literatura sobre comportamento eleitoral, não só em Portugal, como no plano comparado. Na generalidade das democracias, realizam-se eleições de diferentes âmbitos territoriais, e a literatura internacional tem demonstrado que as razões para a abstenção variam substancialmente de acordo com o tipo de eleição em causa (Coffé, 2013; Lefevere & Van Aelst, 2014; Cancela & Geys, 2016; Bhatti *et al.*, 2019). Acresce que a participação eleitoral apresenta uma distribuição espacial desigual e que essa geografia da participação não replica as mesmas hierarquias em todo o território nacional: há locais onde as eleições legislativas são as mais participadas por larga margem e outros onde são as autárquicas que mais mobilizam os eleitores. Assim, o segundo objetivo deste capítulo consiste em evidenciar como esta diversidade de eleições molda e diferencia os padrões de participação em Portugal.

O terceiro aspecto não é específico da abstenção, mas de qualquer análise rigorosa de fenómenos sociais e políticos: a necessidade de uma abordagem comparativa. Como veremos, compreender a abstenção em Portugal exige olhar para lá das fronteiras nacionais, inserindo o caso português num contexto mais vasto (Lijphart, 1971; Newton & Van Deth, 2021). Só através da comparação com outros países, com distintas realidades institucionais e matrizes sociais, é possível perceber o que há de singular no padrão português de participação eleitoral e o que resulta de dinâmicas mais amplas partilhadas por

outras democracias. A comparação permite, por exemplo, entender se a evolução da participação em Portugal reflete tendências mais gerais de erosão do voto em democracias consolidadas ou se obedece a lógicas particulares ligadas à história recente, ao sistema político ou à cultura cívica do país. Assim, este capítulo também procura situar Portugal no panorama europeu, valorizando a comparação como ferramenta para enriquecer o diagnóstico e para calibrar melhor as respostas analíticas e políticas ao fenómeno da abstenção.

Este capítulo começa por estabelecer o debate metodológico relativo ao cálculo da abstenção eleitoral, atualizando uma estratégia já proposta anteriormente (Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023), que toma em consideração a dimensão da abstenção «técnica». Na segunda secção, são expostas as razões que justificam que consideremos os níveis de participação em diferentes tipos de eleições, em vez de nos restringirmos a um tipo em particular. A terceira secção traça um retrato da evolução da abstenção em Portugal ao nível agregado ao longo de quase cinco décadas de eleições, apresentando dados relativos à participação em sufrágios para diferentes órgãos políticos (Presidência da República, Assembleia da República, autarquias e Parlamento Europeu⁹). Posteriormente, apresentam-se as diferenças geográficas na distribuição da abstenção nos diferentes tipos de eleição. A última secção do capítulo consiste numa análise comparativa da participação em Portugal face aos restantes Estados-Membros da União Europeia, permitindo avaliar a evolução portuguesa à luz das tendências observadas noutras democracias e contribuindo para situar o país num quadro mais amplo de variação e transformação da participação eleitoral.

1.1. Métodos de cálculo da participação eleitoral

Medir a abstenção ao nível agregado é uma tarefa simples se partirmos da definição elementar estabelecida acima para determinar a proporção de eleitores que, tendo direito a votar numa determinada eleição, acabam por não o fazer. Deixando o exemplo hipotético apresentado na introdução e aplicando a mesma lógica a Portugal, na eleição para a Assembleia da República realizada em maio de 2025 estavam recenseados 10 848 816 eleitores, dos quais votaram efetivamente 6 319 969, resultando assim numa taxa de participação oficial de 58,3 % e numa taxa de abstenção de 41,7 %.

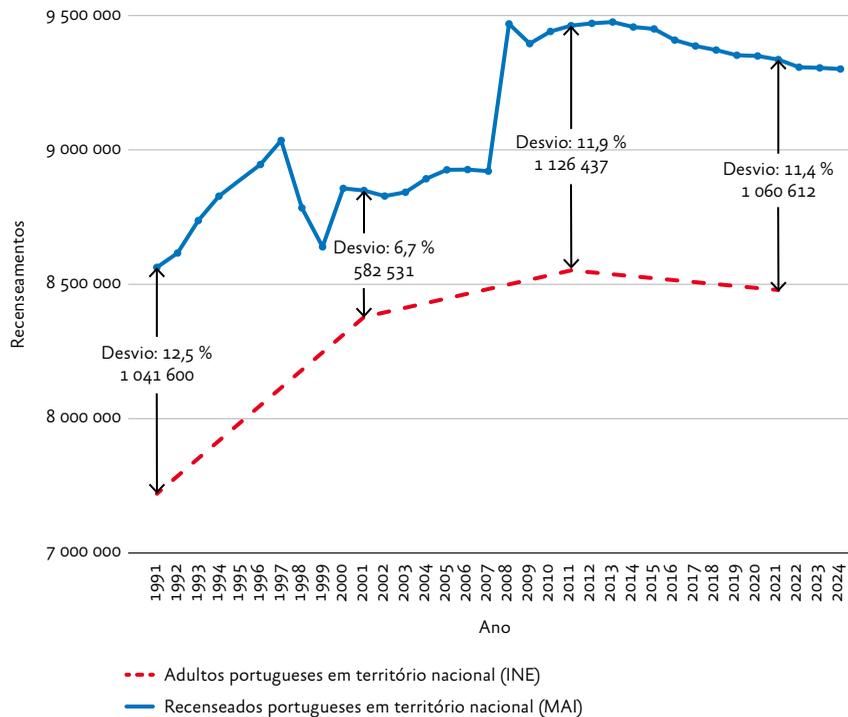
Este método de cálculo, que é seguido para determinar a taxa oficial na generalidade dos países onde se realizam eleições, pode ser complementado com uma alternativa simples e outra mais complexa. A justificação para a primeira alternativa passa pelo facto de a legislação eleitoral portuguesa conferir direito de voto aos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro. Isto, em conjugação com o considerável tamanho da diáspora portuguesa, leva a que a taxa de abstenção oficial confira um peso substancial ao reduzido grau de participação desta parcela específica do eleitorado. Sendo certo que a ausência de participação na vida política portuguesa por parte de uma grande fatia dos emigrantes é um problema relevante e digno de análise (Belchior *et al.*, 2018), é também possível argumentar que a abstenção por parte dos eleitores que vivem em Portugal e que são mais diretamente afetados pela política nacional é um problema qualitativamente distinto.

Uma solução para quantificar o envolvimento eleitoral dos portugueses que vivem em território nacional passa, então, por considerar apenas a

abstenção neste contexto, destrinchando entre os dados relativos à participação em Portugal e no estrangeiro. Voltando às legislativas de 18 de maio de 2025, votaram 64,4 % dos recenseados em território nacional, registando-se uma taxa de abstenção de 35,6 %. Em comparação com a taxa oficial geral, esta estimativa reduz a prevalência da abstenção, que ainda assim se mantém pronunciada. No entanto, também esta medida mais específica do envolvimento eleitoral dos portugueses em território nacional pode ser alvo de revisão.

Para justificar a relevância de mais uma fórmula de cálculo alternativo, importa recordar que, em Portugal, existe um desencontro assinalável entre o número de eleitores portugueses recenseados em território nacional e a estimativa da população residente com nacionalidade portuguesa (Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023). Ao longo das duas últimas décadas, o número de indivíduos com cidadania portuguesa presentes nos cadernos eleitorais tem sido superior ao número de cidadãos nacionais adultos residentes no país, de acordo com o recenseamento estatístico da população. Esta discrepância intensificou-se a partir de 2008, quando o recenseamento eleitoral passou a ser automático. Com esta mudança, a atribuição de direitos eleitorais e a inscrição nos cadernos eleitorais deixaram de depender da iniciativa dos cidadãos, que, assim que completam 18 anos, passam a constar dos cadernos. Foi substantivo o impacto desta reforma na magnitude do desvio entre a estimativa de adultos portugueses e o número de recenseados: de um desvio de cerca de 582 mil eleitores em 2001 passou-se para 1,126 milhões em 2011, tendo este número descido para 1,060 milhões em 2021. Estes valores correspondem, em termos proporcionais, a um desvio de 6,7 % em 2001, de 11,9 % em 2011 e de 11,4 % em 2021 (Figura 1.1)³.

Figura 1.1 Recenseamento da população portuguesa maior de idade e recenseamento eleitoral em território nacional, 1991-2024

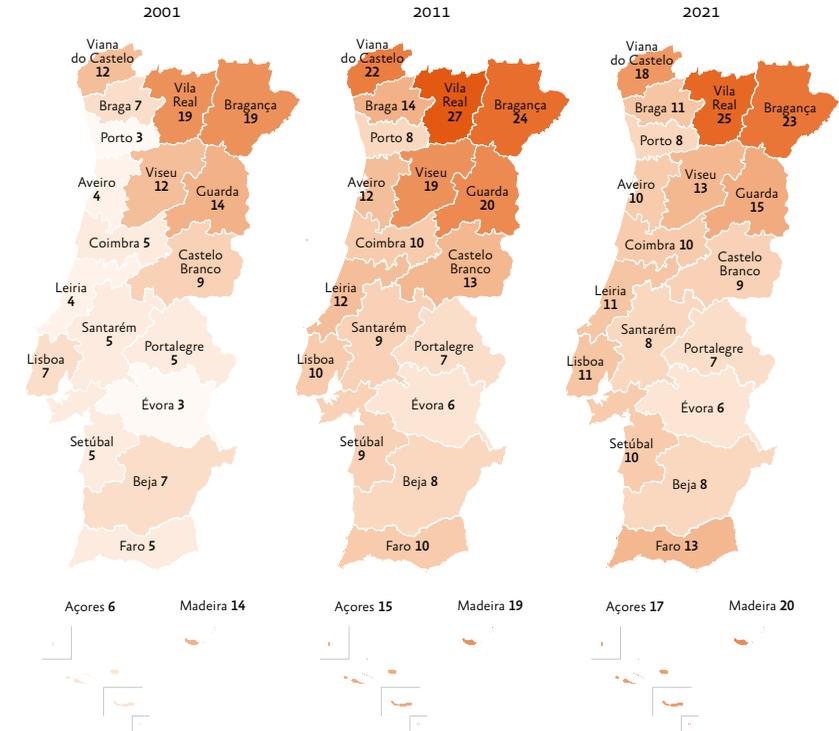


Fonte: Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023.

Olhando para a Figura 1.2, fica evidente que os distritos do interior norte do país — nomeadamente Bragança, Vila Real, Viseu e Guarda —, mas também Viana do Castelo, apresentam historicamente os maiores valores de desvio. O caso do distrito de Vila Real é o mais agudo, com 25 % de desvio em 2021. Isto significa que a diferença entre o número de eleitores portugueses recenseados e o número de cidadãos nacionais adultos residentes neste distrito excede nessa proporção o valor

base de eleitores portugueses recenseados — ou seja, por cada quatro adultos portugueses identificados no recenseamento da população conduzido pelo INE, existem cinco nos cadernos eleitorais.

Figura 1.2 Desvio por distrito (%)



Fonte: Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023.

Os elementos que temos vindo a reunir ajudam a fundamentar a ideia de que uma potencial consequência prática do enquadramento do recenseamento em Portugal é que as estimativas de abstenção

oficiais, incluindo as baseadas apenas na votação em território nacional, possam estar inflacionadas em relação ao número de cidadãos que, na prática, têm efetivamente capacidade de votar numa dada eleição em território nacional. Este fenómeno contribui para aquilo a que se convencionou designar abstenção técnica (Freire & Magalhães, 2002; Teixeira & Bourdain, 2013; Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023), isto é, a parcela da taxa oficial de abstenção que não resulta do facto de alguns cidadãos terem optado por não votar, mas antes da existência de sobre-recenseamento.

É nessa medida que se pode justificar o recurso a um denominador alternativo para medir a abstenção, que permita superar as limitações decorrentes das divergências entre a população residente com capacidade eleitoral estimada pelos censos e o número de pessoas recenseadas. Seguindo o procedimento descrito por Cancela & Vicente (2019) e por Cancela, Santana Pereira & Narciso (2023), que adaptam com algumas modificações uma proposta de Stockemer (2016), é possível tomar em consideração a população residente, descontando os estrangeiros, e chegar a uma estimativa da proporção de adultos portugueses residentes em Portugal que efetivamente votaram. Na secção 1.3 damos conta dos resultados deste exercício. Antes, porém, justificamos a escolha de escrutinar a evolução da participação em diferentes tipos de eleições.

1.2. Porquê analisar tipos diferentes de eleições?

Um aspecto frequentemente desvalorizado no estudo da participação eleitoral diz respeito às variações nas taxas de participação entre eleições de diferentes âmbitos. A maioria dos trabalhos baseados em dados

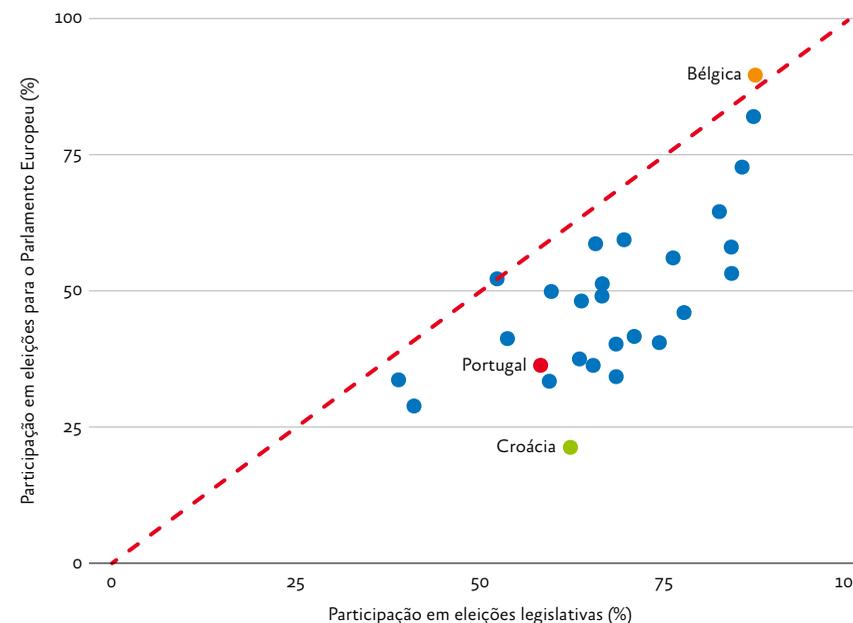
individuais tem privilegiado um só tipo de escrutínio — na Europa, as eleições legislativas; nos Estados Unidos, as presidenciais (Krasno & Green, 2008; Moeller *et al.*, 2014; Cebula, 2017; Blais & Achen, 2019; Ksiazek *et al.*, 2019; Ferreira da Silva & Costa, 2019; Rodenburger, 2020; Park, 2021). Esta tendência analítica, embora compreensível, comporta riscos evidentes: ao centrar a atenção num único tipo de eleição, corre-se o risco de ignorar que o mesmo eleitorado pode reagir de forma diferenciada dependendo do nível da disputa eleitoral.

A teoria das eleições de segunda ordem (Reif & Schmitt, 1980) surge como um quadro teórico incontornável para interpretar estas diferenças. A lógica é clara: eleições de segunda ordem — autárquicas, regionais, europeias ou, nos casos em que se realizam, intercalares — congregam menos atenção pública e política porque, aos olhos do eleitor comum, colocam menos em jogo. A consequência é uma mobilização mais fraca e uma participação inferior (Stockemer & Blais, 2019). Em Portugal, por exemplo, Freire (2004) aplicou esta grelha analítica para explicar as variações de participação em diferentes eleições. Acresce que Reif & Schmitt (1980) estabelecem ainda uma distinção adicional entre eleições supranacionais e subnacionais, sustentando que estas últimas, por estarem mais próximas do quotidiano das pessoas, poderão mobilizar mais do que as primeiras. Trata-se de um argumento em linha com o de Heath *et al.* (1999), que classificam as eleições locais como estando a meio caminho entre primeira e segunda ordem. As eleições presidenciais ocupam um lugar mais idiossincrático no quadro deste debate teórico, na medida em que a capacidade de mobilização que exercem varia em função da arquitetura institucional do sistema político, do grau de envolvimento dos partidos e da

percepção pública da competitividade associada à eleição (Elgie & Fauvelle-Aymar, 2012). De qualquer forma, a discussão sobre as eleições presidenciais em Portugal enfatiza um processo de subalternização face às legislativas (Magalhães, 2007; Fernandes & Jalali, 2018; Serra-Silva & Santos, 2024). Por fim, importa dizer que, com o aprofundamento da integração, tem-se questionado o próprio pressuposto de que as eleições europeias são intrinsecamente de segunda ordem (Ehin & Talving, 2021).

Consideremos agora um conjunto de dados recentes: a Figura 1.3 apresenta as taxas de participação nas mais recentes eleições legislativas e para o Parlamento Europeu nos 27 Estados-Membros da União Europeia, a partir de informação recolhida na base de dados do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA). A leitura destes dados revela diferenças significativas entre países. Na Bélgica, onde ambas as eleições ocorreram no mesmo dia e o voto é obrigatório, a discrepância de participação é mínima — um resultado que confirma a hipótese, amplamente discutida na literatura, de que a simultaneidade e a obrigatoriedade do voto tendem a reduzir as disparidades de participação entre eleições de primeira e de segunda ordem (Reif & Schmitt, 1980; Franklin, 2004). Noutros países, as assimetrias são mais evidentes: em Portugal, por exemplo, a diferença é superior a 20 pontos percentuais, enquanto na Croácia ultrapassa os 40 pontos. O contraste sublinha o peso das regras institucionais e das condições políticas específicas de cada contexto nacional na mobilização eleitoral. Estes dados confirmam, assim, a necessidade de uma análise diferenciada das dinâmicas que afetam a participação em eleições de diferentes âmbitos, evitando generalizações apressadas sobre o comportamento eleitoral em contextos distintos.

Figura 1.3 Participação nas eleições legislativas nacionais e para o Parlamento Europeu mais recentes em cada Estado-Membro da União Europeia



Fonte: IDEA, [link](#).

A literatura mais recente sobre a participação eleitoral em diferentes tipos de eleição continua a dar suporte empírico ao enquadramento teórico das eleições de segunda ordem (Lefevere & Van Aelst, 2014; Stockemer & Blais, 2019; Gendźwiłł & Kjaer, 2022), ainda que reconheça que o peso relativo dos fatores explicativos pode variar consoante o âmbito territorial da eleição e o próprio contexto nacional. Certas variáveis — como a dimensão populacional — tendem a ter um maior impacto em eleições subnacionais, enquanto aspectos de natureza mais política e institucional, nomeadamente a

competitividade dos escrutínios ou o volume de financiamento das campanhas, revelam-se mais determinantes em eleições nacionais (Cancela & Geys, 2016). Para incorporar na análise estas nuances e mapear de forma sistemática a evolução da participação eleitoral no contexto português, optámos por uma análise comparativa dos quatro atos eleitorais de âmbito nacional: legislativas, presidenciais, autárquicas e europeias.

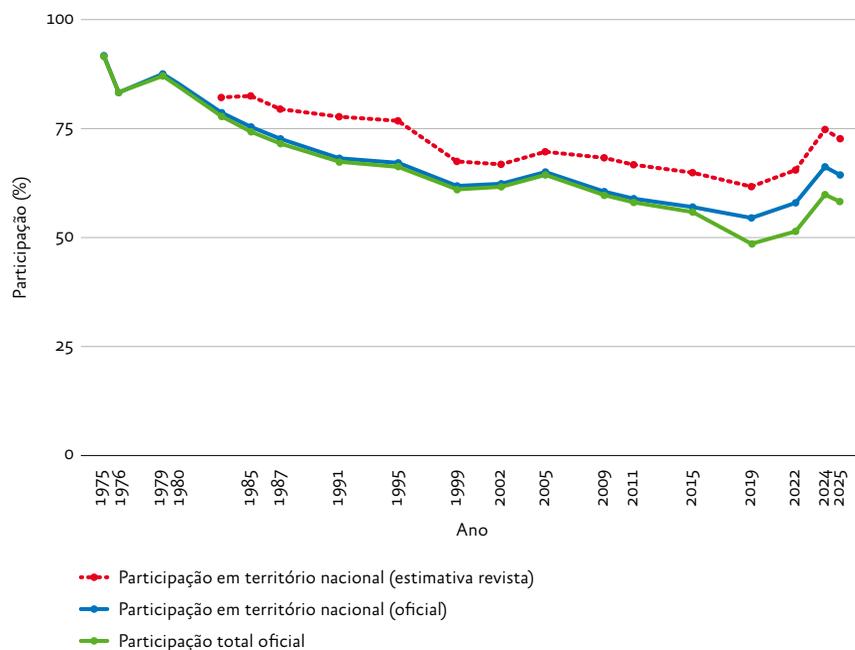
1.3. Escala e magnitude da abstenção em Portugal

As eleições legislativas, enquanto elemento central do sistema político português, ocupam um lugar de destaque na literatura nacional sobre participação e comportamento eleitoral em sentido mais amplo (Magalhães, 2001; Baum & Espírito-Santo, 2004; Cancela & Magalhães, 2020; Magalhães, 2022; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024; Costa Lobo & Espírito-Santo, 2024). Tal sucede não só por serem a eleição de primeira ordem por excelência, mas também por constituírem a referência empírica dominante na maioria dos estudos comparados sobre abstenção.

Freire & Magalhães (2002) propuseram uma periodização das eleições legislativas portuguesas em quatro grandes tempos: um primeiro, marcado pela mobilização excecional nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975; um segundo, entre 1976 e 1980, em que a participação diminui, mas mantém-se relativamente elevada; um terceiro, entre 1983 e 1999, caracterizado pela estabilização da participação abaixo dos 80 %; e, finalmente, um quarto tempo, iniciado em 1999 e definido por uma trajetória acentuada de aumento da abstenção.

A análise dos dados mais recentes, representados na Figura 1.4, permite estender esta cronologia até à atualidade. Após um pico de abstenção em 1999, registam-se dois escrutínios legislativos (2002 e 2005) com uma ligeira recuperação da participação, ainda que sem inverter de forma clara a tendência descendente. Depois disso, de 2005 até 2019, o padrão de declínio volta a acentuar-se: nesse intervalo, a participação oficial no território nacional desce de aproximadamente 65 % para menos de 55 %. Contudo, este aumento da abstenção deve ser lido com cautela, uma vez que a taxa revista — ajustada para considerar um universo mais aproximado do número efetivo de eleitores residentes em território nacional — aponta para um crescimento da abstenção mais contido, na ordem dos oito pontos percentuais. A discrepância entre as duas séries está em linha com a discussão sobre a abstenção técnica já apresentada na secção anterior.

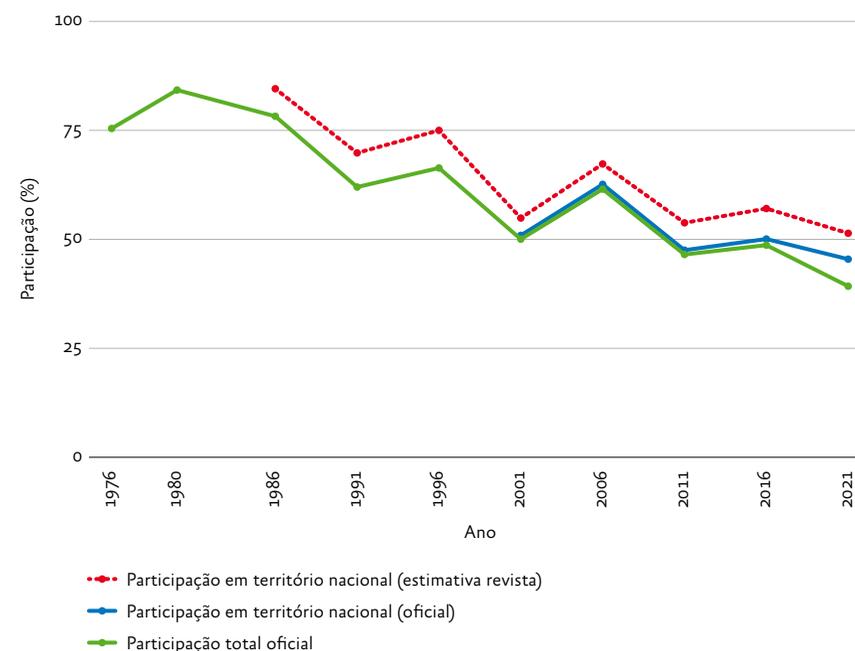
Figura 1.4 Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições legislativas



Finalmente, o ciclo eleitoral compreendido entre 2022 e 2025 sugere uma possível reconfiguração do quadro até aqui traçado. Depois de uma ligeira subida em 2022 face a 2019, na eleição de 2024 a participação oficial em território nacional ultrapassou os 66 %, o valor mais elevado desde 1995; nas eleições de 2025, realizadas pouco mais de um ano depois, o valor cifrou-se em torno dos 64 %, o que, constituindo uma redução, está ainda assim consideravelmente acima dos valores registados entre 2009 e 2022. Resta, no entanto, saber se este conjunto de resultados terá continuidade a médio prazo ou se está em

causa uma flutuação pontual, como sucedeu noutras fases da história eleitoral portuguesa. A distância crescente entre a taxa oficial e a taxa revista também coloca em evidência a necessidade de uma leitura matizada dos indicadores oficiais: enquanto as estatísticas oficiais dão conta de uma mobilização para o voto muito aquém dos patamares históricos da democracia portuguesa, a nossa taxa revista sugere que, em 2024 e em 2025, quase três quartos da população residente (75 % e 73 %, respetivamente) terão exercido o seu direito de voto, o valor mais elevado das últimas três décadas.

Figura 1.5 Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições presidenciais



As eleições presidenciais revelam um padrão de participação distinto e mais volátil face ao das eleições legislativas. A Figura 1.5 permite observar um declínio persistente ao longo das últimas décadas, tanto na taxa oficial como na taxa revista. Em contraste com os níveis elevados de mobilização nos primeiros três escrutínios presidenciais, a partir dos anos 1990 observa-se um ciclo prolongado de diminuição de afluência às urnas, ainda que pontuado por flutuações relacionadas com a recandidatura, ou não, do incumbente e consequente previsibilidade do resultado final.

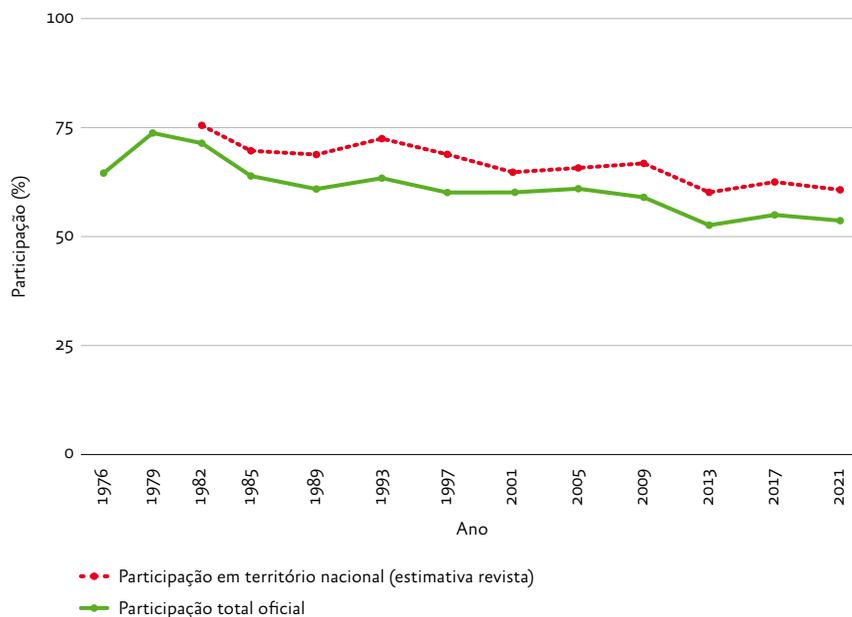
Um marco relevante neste percurso é a Revisão Constitucional de 1997, que alargou o direito de voto aos emigrantes, expandindo de forma significativa o corpo eleitoral. Esta alteração teve consequências diretas na participação oficial, na medida em que aumentou o número de recenseados sem um correspondente aumento dos votantes efetivos (Freire & Magalhães, 2002). Em paralelo, assistiu-se a uma crescente divergência entre a taxa oficial de participação e a estimativa revista — esta última corrigida para ter em conta o número de residentes em território nacional. Apesar de até ao início da década de 2010 essa diferença ter permanecido relativamente modesta, as eleições de 2016 e, em particular, as de 2021 amplificaram o desvio, culminando num diferencial superior a nove pontos percentuais.

Outro traço estrutural destas eleições prende-se com a competitividade percebida dos diferentes atos eleitorais (Freire & Magalhães, 2009; Fernandes & Jalali, 2018). De facto, o padrão de maior participação em eleições presidenciais sem incumbente — como as de 1986, de 1996 ou de 2006 — e de menor mobilização em contextos de recandidatura é reiterado nas eleições portuguesas desde o período pós-1982, quando a Revisão Constitucional redefiniu a relação entre

o Presidente da República e o Parlamento (Freire & Santana Pereira, 2018; Cancela & Vicente, 2019). A eleição de 2016, apesar de ter designado um novo Presidente, registou uma recuperação da participação muito modesta, confirmando a tendência de abstenção tendencialmente mais elevada em eleições de baixa competitividade, em que a vitória do candidato favorito se assume como altamente provável (Fernandes & Jalali, 2018). De notar que, em 2021, as presidenciais foram marcadas pela recandidatura de um incumbente num contexto pandémico agudo que baixou os níveis de participação em eleições por todo o mundo (Santana, Rama & Bértoa, 2020).

As eleições autárquicas, as únicas em que a participação tem estado sempre vedada a recenseados no estrangeiro, apresentam, entre os diversos atos eleitorais de âmbito nacional, o padrão de participação mais estável ao longo das últimas décadas, ainda que com uma tendência global ligeiramente descendente. À semelhança da periodização proposta por Freire & Magalhães (2002) para as legislativas, também aqui se identificam três «tempos» distintos (Figura 1.6). Os primeiros três escrutínios — 1976, 1979 e 1982 — registaram taxas de participação elevadas para os padrões atuais, com valores acima dos 70 % nos dois últimos, mas relativamente modestos em comparação com as legislativas da época. A partir de 1985, com a introdução de mandatos autárquicos de quatro anos, inicia-se uma nova fase marcada por taxas de participação que se estabilizam em torno dos 60 %, assim se mantendo até 2009, num contraste evidente face ao acentuado crescimento da abstenção em legislativas e presidenciais. A partir de 2013, observa-se um novo patamar, com a participação a rondar os 55 %, evidenciando um declínio mais nítido embora menos pronunciado do que o registado noutros tipos de eleição.

Figura 1.6 Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições autárquicas



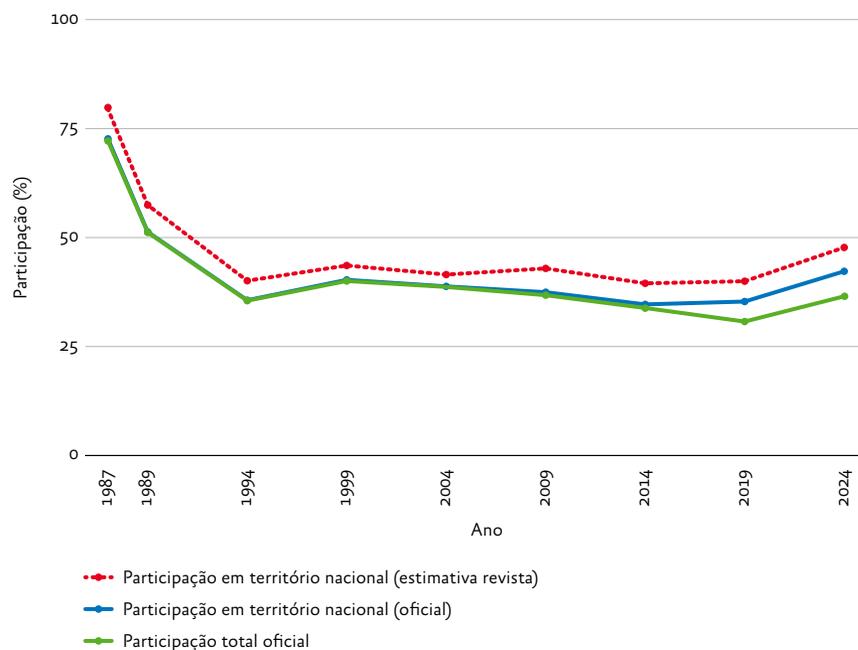
A análise comparativa entre a taxa oficial de participação e a taxa revista revela, nas autárquicas, um desvio mais contido do que noutros tipos de eleições, essencialmente porque apenas são considerados os residentes em território nacional. Não obstante, esse diferencial tem vindo a crescer desde 2001, passando de cerca de quatro pontos percentuais para valores próximos dos sete pontos nos dois últimos atos eleitorais. Em termos substantivos, isto significa que, se a participação oficial em 2021 foi de 53,6 %, a revisão da taxa corrige esse número para cerca de 60 %. Esta distância crescente reforça a necessidade de uma leitura crítica dos dados oficiais,

sobretudo quando se pretende interpretar tendências de médio e longo prazo.

A estabilidade observada ao longo das décadas levou a que, apesar de inicialmente serem as eleições com menor mobilização, as autárquicas se tornassem, em vários momentos, o ato eleitoral com maior taxa de participação oficial em Portugal. Este dado é, em parte, uma consequência da exclusão dos eleitores recenseados no estrangeiro do universo eleitoral autárquico, mas decorre também de existirem regiões onde a mobilização para votar nas eleições locais é superior à observada em eleições legislativas.

Por fim, as eleições para o Parlamento Europeu são aquelas que, de entre os quatro tipos de eleições de âmbito nacional analisados, apresentam consistentemente os níveis mais baixos de participação em Portugal. Se a exceção foram as primeiras eleições europeias realizadas no país, em 1987, que coincidiram com as eleições legislativas e beneficiaram de uma mobilização mais robusta (Freire & Magalhães, 2002; Cancela & Vicente, 2019), as eleições subsequentes traçam uma tendência de abstenção elevada e persistente. É preciso recuar ao mundo anterior à queda do Muro de Berlim, mais concretamente a junho de 1989, para descobrir uma taxa de participação oficial superior a 50 %. Desde então, tem-se cifrado entre os 35 % e os 42 %.

Figura 1.7 Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições para o Parlamento Europeu



Portugal não é um caso isolado, já que as eleições europeias são, por norma, marcadas por uma participação inferior à verificada nas eleições de primeira ordem em quase todos os Estados-Membros da União Europeia. Por outro lado, as alterações institucionais no recenseamento, particularmente as que incidiram sobre a inscrição automática dos cidadãos em território nacional e no estrangeiro, contribuíram para o agravamento da abstenção oficial, efeito que se fez sentir de forma mais acentuada nas eleições de 2009 em diante. As eleições europeias de 2024 revelaram uma recuperação da participação: de acordo com a

taxa revista, terão votado um pouco menos de metade dos eleitores efetivamente residentes em território nacional. Tal como no caso das legislativas, só a observação dos próximos atos eleitorais permitirá confirmar se estamos, ou não, perante um ciclo de revitalização do voto nas eleições europeias em Portugal.

1.4. Diferenças geográficas na participação eleitoral

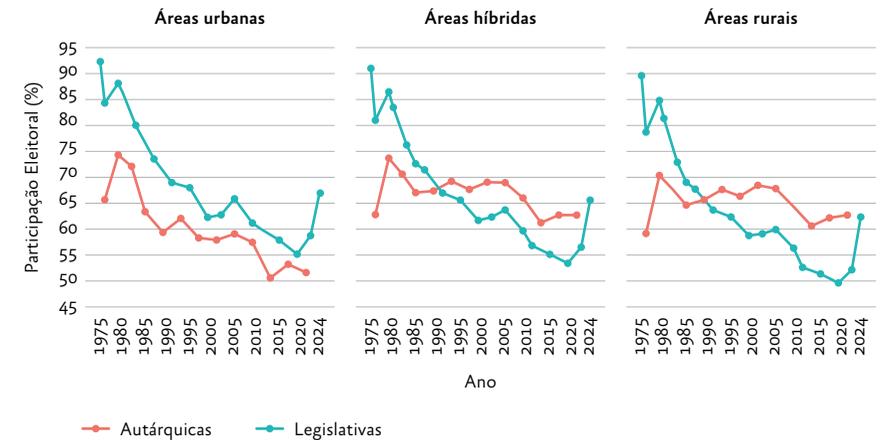
A geografia da abstenção em Portugal oferece uma dimensão adicional de análise, evidenciando padrões que variam significativamente em função do tipo de eleição em causa. Nas legislativas, a divisão territorial apresenta uma lógica marcada: ao longo das últimas décadas, áreas mais urbanas e regiões costeiras, como as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, têm exibido níveis de participação eleitoral mais elevados do que os observados em zonas rurais e em áreas periféricas, como o interior norte, o Alentejo profundo ou os arquipélagos, com especial destaque para os Açores (Gaspar, 1983; Freire & Magalhães, 2002; Cancela, 2020). Este padrão, no entanto, é matizado por exceções relevantes, nomeadamente a maior mobilização em zonas como Évora e Portalegre, cuja participação frequentemente supera a de algumas cidades médias do litoral. A literatura tem apontado a influência da estrutura social, da distância em relação aos centros urbanos e da oferta partidária como fatores que moldam estas diferenças (Gaspar, 1983; Freire, 2001; Cancela, 2020; Manoel *et al.*, 2022).

Já no que diz respeito às eleições autárquicas, a lógica territorial da abstenção apresenta contornos diferenciados. Embora as zonas urbanas continuem a apresentar alguma mobilização, é nas áreas rurais e híbridas que se regista uma participação comparativamente mais robusta, especialmente desde a década de 1990 (Cancela, 2020).

Este padrão está em linha com dados internacionais que indicam que, em eleições locais, a maior proximidade aos candidatos, a personalização da política e o envolvimento comunitário tendem a estimular o voto em contextos menos urbanos (Sellers *et al.*, 2013). A menor visibilidade mediática e o peso mais ténue das clivagens nacionais nas autárquicas favorecem dinâmicas de mobilização local que relativizam o tradicional afastamento das populações rurais em eleições legislativas. Assim, as autárquicas, longe de configurarem um simples reflexo de segunda ordem da geografia das legislativas, revelam um mosaico político mais complexo e permeável a fatores e dinâmicas locais, ilustrado pelo impacto da limitação de mandatos e das candidaturas de grupos de cidadãos eleitores (Freire, Martins & Meirinho, 2012; Veiga *et al.*, 2017).

No caso das eleições presidenciais e europeias, as regularidades territoriais aproximam-se mais das observadas nas legislativas, mas com algumas distinções. As presidenciais tendem a reproduzir quase integralmente a geografia da participação das legislativas (Cancela, 2012), embora, como já vimos, a previsibilidade do resultado contribua para um declínio generalizado de participação. Já as eleições europeias aprofundam a clivagem urbano-rural, com uma maior concentração do voto nas grandes cidades, particularmente em Lisboa, e uma abstenção mais elevada nas ilhas e em zonas interiores menos densamente povoadas (Freire & Magalhães, 2002; Cancela & Vicente, 2019).

Figura 1.8 Participação em eleições legislativas e autárquicas por tipo de município



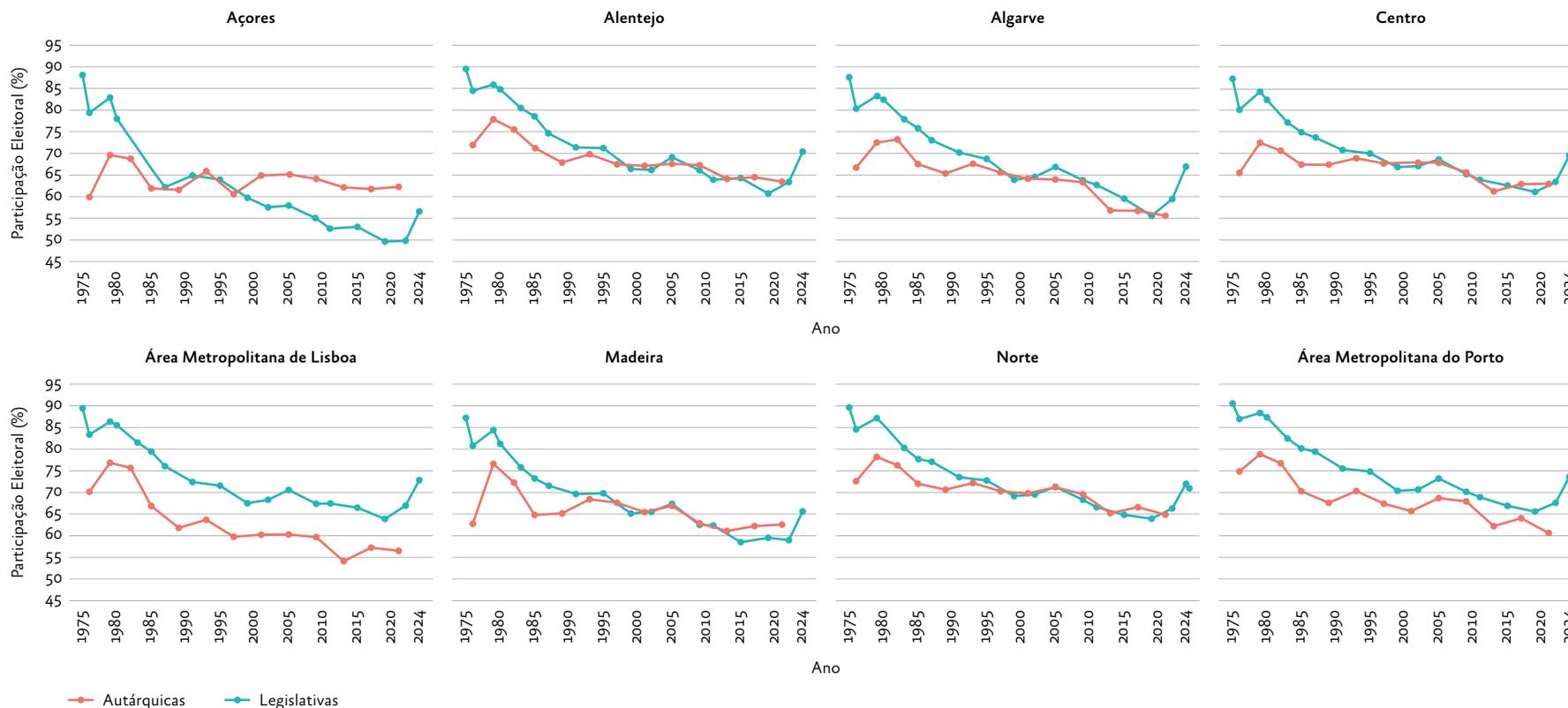
A Figura 1.8 oferece um retrato da participação eleitoral em Portugal mais desagregado do que os gráficos anteriores, contrastando a evolução da afluência às urnas em eleições legislativas e autárquicas discriminada por áreas rurais, híbridas e urbanas⁴. Desde logo, é possível identificar tendências claras: nas eleições legislativas, a participação decresceu de forma acentuada em todas as tipologias territoriais, sendo esse declínio, contudo, mais pronunciado nas áreas rurais, passando de valores próximos dos 90 % em 1975 para pouco mais de 50 % em 2019. Em contraste, as eleições autárquicas, embora apresentem igualmente uma tendência de diminuição, revelam uma resiliência superior nas áreas rurais e híbridas, mantendo níveis de participação relativamente mais estáveis. Podemos comprovar que, ao passo que as áreas urbanas têm historicamente apresentado maiores taxas de participação nas legislativas, a situação inverte-se nas autárquicas: a partir de meados dos anos 1990, estas últimas mostram níveis consistentemente mais baixos de

participação nas cidades. Ao mesmo tempo, os eleitores em áreas rurais e híbridas mobilizaram-se relativamente mais para este tipo de eleições.

A Figura 1.9 revela mais alguns padrões territoriais da participação eleitoral, com dinâmicas distintas em função da região e do tipo de eleição⁵. Nas eleições legislativas, destaca-se de forma consistente o Norte — e, em particular, a Área Metropolitana do Porto — como a

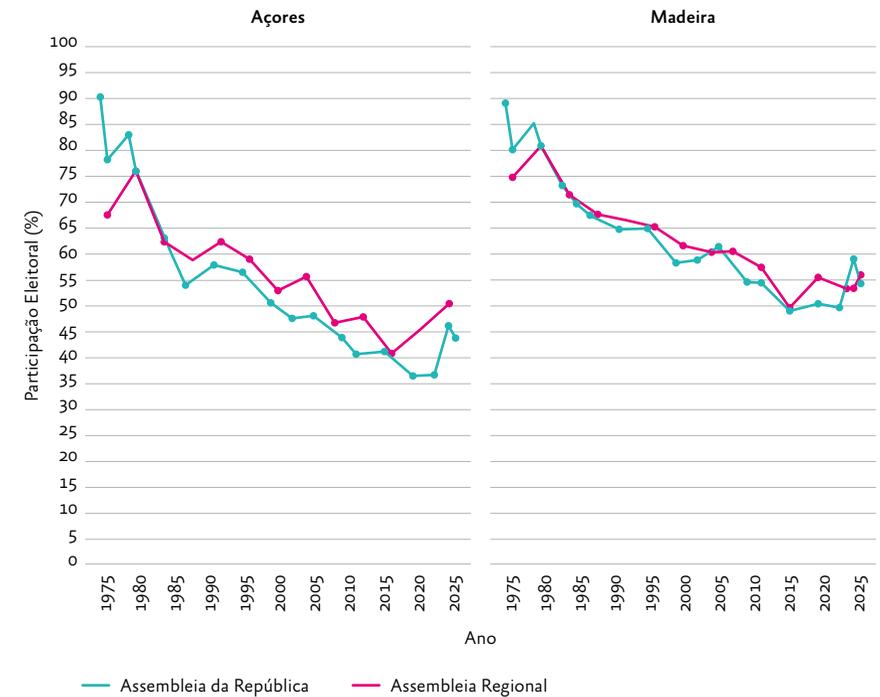
zona de maior mobilização eleitoral, contrastando com o Algarve e as duas Regiões Autónomas, em particular os Açores, que sistematicamente apresentam as taxas de participação mais baixas do país. Já nas eleições autárquicas, o cenário é mais equilibrado: as diferenças entre regiões atenuam-se e verifica-se uma participação relativamente mais homogênea em todo o território continental.

Figura 1.9 Participação em eleições legislativas e autárquicas por região



É de destacar que, nos Açores, a participação nas autárquicas tende a superar a registada nas legislativas, contrariando a tendência nacional em que as eleições legislativas são, em regra, mais mobilizadoras. De resto, a comparação que a Figura 1.10 oferece entre a participação registada nas eleições legislativas e regionais onde estas últimas se realizam, isto é, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, reforça este ponto: nos Açores, a participação em eleições para a Assembleia Legislativa Regional tem sido consistentemente mais elevada do que a participação em eleições para a Assembleia da República desde o final da década de 1980. Já na Madeira tem havido um maior equilíbrio nos níveis de participação, embora com ligeira vantagem para as eleições regionais. Este conjunto de dados sublinha a importância de considerar a geografia eleitoral para compreender a participação eleitoral em Portugal, evidenciando também a necessidade de distinguir entre eleições para diferentes órgãos.

Figura 1.10 Comparação da participação nas eleições para os parlamentos regionais e nacional nos Açores e na Madeira



1.5. A participação eleitoral em Portugal no plano comparado

Nas páginas anteriores, analisámos a evolução da participação eleitoral em Portugal, quer em termos agregados, quer em termos das diferenças internas que marcam o território nacional. Mas como se posiciona Portugal face aos outros países europeus? E como tem evoluído a

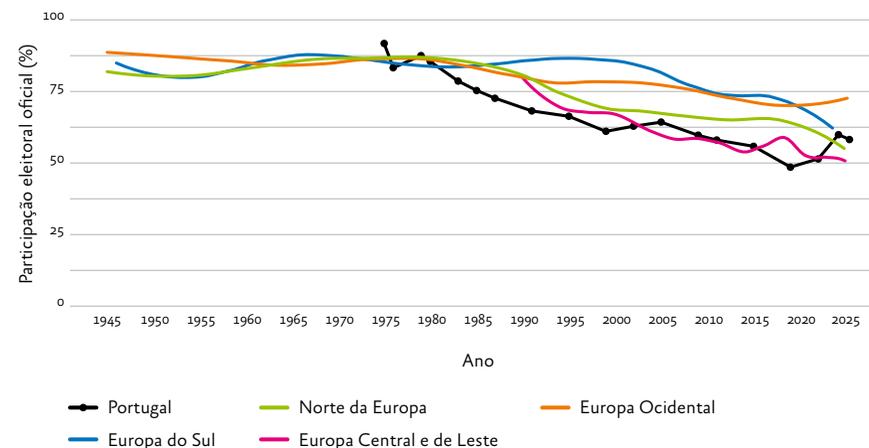
participação dos portugueses em comparação com as dinâmicas registadas noutras democracias da União Europeia?

Para responder a estas perguntas, recorreremos a dados oficiais recolhidos pelo Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA) para os 27 Estados-Membros da União Europeia. A análise incide sobre os dois tipos de eleições que se celebram em todos os Estados-Membros e para as quais há dados comparáveis: legislativas e eleições para o Parlamento Europeu. Os países foram agrupados em quatro blocos regionais para facilitar a leitura comparativa: Norte da Europa (Dinamarca, Finlândia, Suécia, Estónia, Letónia e Lituânia), Europa Ocidental (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos), Europa do Sul (Chipre, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha) e Europa Central e de Leste (Bulgária, Croácia, Chéquia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia)⁶. Para cada bloco regional, calculámos uma média móvel de participação através do método de regressão local (LOESS), que sintetiza o valor médio de participação em eleições realizadas em torno de um determinado ano. Por razões de comparabilidade — dadas as distintas realidades em termos de emigração e regimes de recenseamento — optámos por utilizar as taxas de participação oficiais. Isso implica que nos foquemos sobretudo nas trajetórias temporais e menos nas diferenças absolutas entre países.

Começamos pela análise da evolução da participação em eleições legislativas. A Figura 1.11 mostra a evolução em Portugal (série a negro), em comparação com os quatro conjuntos de países. O percurso revela-se dinâmico: se, nos anos fundadores do regime democrático, os níveis de participação ombreavam com os dos países historicamente mais participativos — incluindo aqueles onde vigora o voto

obrigatório, como o Luxemburgo e a Bélgica — as décadas seguintes foram de um progressivo afastamento em relação à Europa Ocidental, ao Norte da Europa e até à Europa do Sul (Cancela & Vicente, 2019). Contudo, após anos de quebra e de alinhamento entre os valores registados em Portugal e nas democracias da Europa Central e de Leste, as mais recentes eleições legislativas marcam uma reaproximação aos níveis dos outros *clusters* regionais.

Figura 1.11 Comparação dos níveis de participação em eleições legislativas em Portugal e em quatro regiões europeias



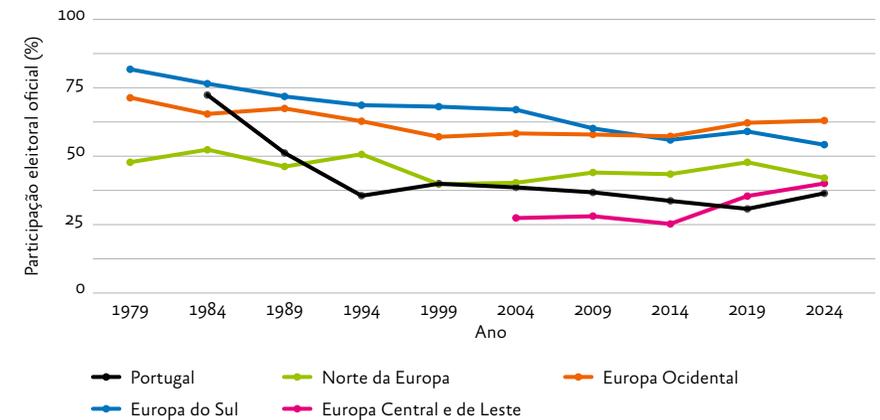
Fonte: IDEA

Por contraste, no que respeita às eleições europeias, a situação de Portugal mantém algumas das particularidades já descritas em estudos prévios (Cancela & Vicente, 2019). Apesar de uma recuperação tímida nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, o país continua a evidenciar níveis de participação bastante inferiores aos da Europa

Ocidental e do Sul da Europa. A comparação aproxima o padrão português ao da Europa Central e de Leste e ao do Norte da Europa (Figura 1.12). Esta semelhança decorre, em parte, da menor saliência percebida destas eleições em contextos periféricos ou em democracias em que a identificação europeia e o peso da UE no debate político é mais débil (Reif & Schmitt, 1980; Freire & Magalhães, 2002).

Assim, o panorama comparado sublinha que no domínio das eleições legislativas Portugal dá sinais de se afastar do grupo de países onde a erosão da participação tem sido mais acentuada, em particular no Leste europeu, e de reaproximar-se dos padrões de comportamento das democracias mais antigas. Em contraste, nas eleições para o Parlamento Europeu, a recuperação recente não foi ainda suficiente para inverter a tendência histórica de baixa mobilização. Estas dinâmicas mostram como o caso português continua a partilhar especificidades do Sul e do Leste europeu nas eleições de segunda ordem, demonstrando a complexidade das trajetórias de participação em diferentes arenas institucionais.

Figura 1.12 Comparação dos níveis de participação em eleições para o Parlamento Europeu em Portugal e em quatro regiões europeias



Fonte: IDEA

1.6. Conclusão

A análise apresentada ao longo deste capítulo ajuda a responder à pergunta que o inaugura: quão elevada é, afinal, a abstenção em Portugal? A resposta, como vimos, é multifacetada. Por um lado, os dados oficiais indicam taxas de abstenção relativamente elevadas, especialmente em comparação com os níveis de participação registados nas décadas iniciais da democracia portuguesa. Contudo, ao introduzirmos uma estimativa revista, que ajusta o universo de eleitores para refletir melhor a população residente em idade de voto, a imagem que emerge é algo distinta. A abstenção é, de facto, elevada, mas pode ser mais inflacionada do que sugerem os valores oficiais, sendo influenciada pela presença de emigrantes no recenseamento em território nacional.

Este capítulo mostra ainda que a abstenção em Portugal varia significativamente em função do tipo de eleição e da geografia do país. Os cidadãos portugueses respondem de forma distinta a eleições de diferentes âmbitos: as legislativas e as presidenciais, por exemplo, tendem a mobilizar mais eleitores do que as eleições para o Parlamento Europeu, enquanto as autárquicas revelam padrões próprios. Além disso, a participação não se distribui de forma homogénea pelo território nacional: as regiões urbanas, como Lisboa e Porto, o litoral norte e partes do Alentejo apresentam taxas de participação historicamente superiores às registadas em zonas como o Algarve ou os arquipélagos. Estas clivagens territoriais tornam evidente que a abstenção no país está ancorada em dinâmicas socioeconómicas e contextuais diferenciadas.

Por fim, o quadro comparado permite perceber que, apesar de Portugal ter apresentado ao longo de várias décadas níveis de participação abaixo da média de outras democracias do sul e do ocidente europeus, as tendências mais recentes apontam para uma aproximação a estes países em eleições legislativas. Nas eleições europeias, apesar de a recuperação ser mais modesta, o país acompanha o padrão de subida da participação observado nalgumas regiões da União Europeia. A trajetória nacional combina elementos de especificidade com dinâmicas partilhadas a nível europeu.

Capítulo 2

Os mecanismos da abstenção: estado da arte e modelo de análise

José Santana Pereira, João Cancela e João Tomás Taveira

Porque é que diferentes pessoas apresentam diferentes propensões para votar? Apesar da tendência recente para a produção de modelos sincréticos, que incorporam elementos provenientes de diferentes quadros (Blais & Daoust, 2020; Schmitt, Segatti & Van der Eijk, 2021), os fatores explicativos da participação eleitoral, ou da abstenção, decorrem de bases teóricas diversas. Há, por exemplo, explicações teóricas que colocam a ênfase nos cálculos de natureza utilitária por parte dos cidadãos (Dhillon & Peralta, 2002), enquanto outras destacam o peso dos seus atributos sociodemográficos (Plutzer, 2017) e outras ainda enfatizam a importância das estruturas de mobilização do voto (Rosenstone & Hansen, 1993). Em anos mais recentes, a atenção dada à componente psicológica e ao dever cívico de votar tem vindo a aumentar (Blais & Achen, 2019). A existência desta diversidade de abordagens leva a que um grande número de variáveis tenha vindo a ser proposto como capaz de explicar a participação eleitoral.

Este capítulo tem por objetivo discutir o papel de diferentes variáveis, organizadas em modelos teóricos distintos, bem como os resultados mais relevantes dos estudos empíricos inspirados pelos mesmos. Segue-se uma análise dos principais estudos sobre o caso português. Na última secção, apresentam-se os critérios subjacentes à escolha das variáveis a integrar nos modelos testados no Capítulo 3.

2.1. Os modelos explicativos da participação eleitoral

Há pouco mais de uma década, Smets & Van Ham (2013) publicaram os resultados de uma meta-análise destinada a sistematizar o conhecimento científico sobre as variáveis que impactam a propensão para votar. As autoras analisaram 90 artigos científicos sobre participação em eleições legislativas ou presidenciais em democracias consolidadas, publicados entre 2000 e 2010 por dez das revistas mais reputadas no campo da Ciência Política. A taxonomia proposta por Smets & Van Ham (2013) é particularmente útil para quem, como nós, se vê a braços com a necessidade de ordenar as múltiplas variáveis relacionadas com a participação eleitoral numa literatura empírica que conta com cerca de 100 anos de existência. Em concreto, as autoras organizam os estudos sobre fatores de abstenção em seis modelos — recursos, mobilização, socialização, psicológico, escolha racional e político-institucional. Concluíram que todos os modelos têm sido alvo de validação empírica, embora algumas variáveis apresentem resultados robustos de forma mais sistemática do que outras. Estas nuances serão descritas de forma detalhada ao longo desta secção.

2.1.1. Modelo dos recursos

A premissa do modelo dos recursos é relativamente simples: a participação eleitoral será tão mais frequente quanto maiores forem as capacidades, conhecimentos e tempo que os cidadãos podem dedicar à esfera política, factores que variam de acordo com a sua posição na estrutura social (Verba & Nie, 1972; Brady, Verba & Schlozman, 1995). Algumas das dimensões deste modelo mais comuns na literatura empírica são o género, a idade, a nacionalidade/etnia, o facto de se residir numa zona urbana ou rural, a instrução, o rendimento, a classe social, a propriedade do imóvel de residência e a situação profissional (Smets & Van Ham, 2013).

Começemos pelo género. O pressuposto clássico é que as mulheres participam menos nas eleições do que os homens (Cantril & Harding, 1943). Um dos principais motivos na base desta expectativa é o facto de tenderem a ser menos interessadas e informadas sobre política e a apresentar uma menor perceção de eficácia política (Schlozman *et al.*, 1994; Verba, Burns & Schlozman, 1997; Kostelka, Blais & Gidengil, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021). Sublinhe-se que tais diferenças em termos de interesse pela política dependem do contexto, sendo exacerbadas por uma menor representação das mulheres nas instituições políticas e pela prevalência da desigualdade de género na cultura do país (Dassonneville & Kostelka, 2021).

De acordo com Smets & Van Ham (2013), as diferenças de género em termos de participação eleitoral ter-se-ão desvanecido ao longo das últimas décadas. Na literatura mais recente à época da realização da sua meta-análise, a premissa de que os homens votam mais do que as mulheres era confirmada por apenas 5 % dos testes empíricos.

Entre os estudos que não observaram diferenças de género, podemos listar Pattie & Johnston (2001), Blais *et al.* (2004), Leighley & Nagler (2007), Hadjar & Beck (2010), Nadeau, Lewis-Beck & Foucault (2019), Ferreira da Silva & Costa (2019), Magalhães, Aldrich & Gibson (2020), Angelucci *et al.* (2024) ou Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024). Nalguns estudos, reportam ainda Smets & Van Ham (2013), verificou-se até o padrão oposto: as mulheres votavam mais do que os homens (para exemplos concretos, ver Denny & Doyle, 2008; Córdova & Rangel, 2016; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025).

Alguns trabalhos apontam para que, se nas eleições de primeira ordem não há um impacto significativo do género na participação eleitoral, nas eleições de segunda ordem as mulheres tendem, de facto, a votar menos (Kostelka, Blais & Gidengil, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021). Esta diferença dever-se-á, mais uma vez, ao menor nível de interesse das mulheres pela política, aliado a um menor conhecimento sobre a mesma, sendo que, se estes dois fatores forem mantidos constantes, a tendência das mulheres para votar menos desaparece (Kostelka, Blais & Gidengil, 2019).

Passemos agora à idade. Tem sido demonstrado múltiplas vezes e em vários contextos que os cidadãos mais velhos tendem a votar mais do que os mais jovens (Gray & Caul, 2000; Blais *et al.*, 2004; Xu, 2005; Leighley & Nagler, 2007; Gallego, 2008; Hadjar & Beck, 2010; Sloam & Henn, 2017; Ferreira da Silva, 2018; Ferreira da Silva & Costa, 2019; Ferreira da Silva, Garcia & De Angelis, 2019; Nadeau, Lewis-Beck & Foucault, 2019; Magalhães, Aldrich & Gibson, 2020; Dassonneville & Kostelka, 2021; Angelucci *et al.*, 2024; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025). Na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), a taxa de sucesso desta variável é

muito elevada, com três em cada quatro estudos que testaram o efeito da idade a reportar resultados significativos e em linha com esta expectativa.

Porque é que existem diferenças nas propensões para a participação eleitoral entre diferentes faixas etárias? Será que os mais velhos votam mais do que os jovens porque, à medida que as pessoas vão amadurecendo, adquirem os recursos e a experiência necessários para participar eleitoralmente, reforçando também a sua independência e integração na sociedade (efeito do ciclo de vida)? Ou, em alternativa, são as novas gerações que estão pura e simplesmente menos dispostas a votar do que as anteriores (efeito geracional)? Na verdade, a resposta a ambas as perguntas é tendencialmente positiva.

Desde que foi avançada por Franklin (2004), a hipótese de efeito geracional na abstenção tem encontrado bastante suporte empírico, tanto nos EUA como no Canadá e na Europa (Miller & Shanks, 1996; Lyons & Alexander, 2000; Blais *et al.*, 2004; Kostelka & Blais, 2021). Por exemplo, Angelucci *et al.* (2024) reportam um aumento significativo, na ordem dos dez pontos percentuais, da diferença na propensão para a participação eleitoral dos mais jovens (20 anos) e dos mais velhos (65 anos) entre as décadas de 1950 e 2020 em 20 países europeus.

A que se devem estas diferenças entre gerações? Uma hipótese de resposta aponta que as gerações mais recentes, socializadas num contexto de menor privação material, apresentam uma maior propensão para abraçar valores pós-materialistas (Inglehart, 2008). Estes valores estão associados a uma preferência por formas de participação política menos convencionais e mais expressivas (Dalton, 2008) e, conseqüentemente, a uma menor tendência para entender o voto como um dever (Blais *et al.*, 2004; Blais & Rubenson, 2013).

Outra explicação passa pelo facto de eventos como a saída de casa dos pais, o primeiro emprego, o casamento e o nascimento do primeiro filho terem passado a ocorrer progressivamente mais tarde. Isto terá adiado a maturação política das gerações mais recentes (Smets, 2016) e erodido a formação do hábito de votar (Franklin, 2004; Dinas, 2012) ao aumentar a probabilidade de abstenção na primeira eleição em que indivíduos pertencentes a estas gerações têm direito a votar.

Isto não significa que o ciclo de vida seja irrelevante em termos de participação eleitoral. De facto, além do efeito geracional, Blais *et al.* (2004) identificaram também um efeito de ciclo de vida, com diferenças na probabilidade de votar de cerca de 15 pontos percentuais entre os 20 e os 50 anos de idade. Angelucci *et al.* (2024) também reportam efeitos desta natureza. Como vimos acima, eventos que sinalizam uma transição para o próximo patamar do ciclo de vida, como entrar no mercado de trabalho, sair de casa dos pais ou casar⁷, são particularmente importantes no sentido em que fomentam a propensão para o voto (Highton & Wolfinger, 2001a; Smets, 2016). A hipótese do efeito de ciclo de vida é ainda reforçada pelos estudos que apontam para que a relação entre a idade e a participação eleitoral não seja linear, mas curvilínea — a propensão para votar aumenta ao longo da vida adulta, mas diminui quando os cidadãos atingem uma idade muito avançada, momento em que tendem a afastar-se da vida comunitária (Norris, 2002; Blais *et al.*, 2004; Bhatti & Hansen, 2012; Smets & Van Ham, 2013).

A discussão a respeito da posse de recursos concretos e simbólicos, e do seu peso na decisão de votar vs. abster-se, também tem incluído questões como a origem étnica e o histórico de cidadania dos cidadãos (Blais *et al.*, 2004; Mahlangu & Schulz-Herzenberg, 2022). Por exemplo,

Xu (2005) lançou luz sobre os padrões de menor participação eleitoral de indivíduos de origem afro-americana, hispânica e asiática nos EUA, demonstrando que, além de fatores de natureza socioeconômica (mais importantes para os dois primeiros grupos do que para o terceiro), ser-se imigrante de primeira geração levava a uma menor probabilidade de recenseamento eleitoral e, conseqüentemente, de voto, mas que este efeito se desvanecia à medida que a estadia no país se prolongava. Ainda assim, na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), apenas 25 % dos estudos que testaram o impacto de pertencer a uma minoria étnica na abstenção foram bem-sucedidos. Diferenças significativas em termos da propensão para o voto entre cidadãos nascidos no país ou naturalizados e outros também se observam somente numa minoria dos estudos escrutinados pelas autoras.

As dimensões que discutimos em seguida têm em comum o facto de poderem ser entendidas enquanto indicadores do estatuto socioeconômico dos eleitores. Vale a pena sublinhar que, até ao final do século passado, acreditava-se que as diferenças socioeconômicas impactavam o voto sobretudo nos EUA; contudo, em anos mais recentes, estes fatores têm-se tornado particularmente relevantes para entender a participação também noutras democracias (Gallego, 2008, 2015; Angelucci *et al.*, 2024).

Começamos pela instrução. São vários os estudos que apontam que cidadãos com níveis de educação formal mais elevados têm uma maior probabilidade de votar, por via da sua facilidade em conhecer, compreender e refletir sobre a esfera política (Verba & Nie, 1972; Gray & Caul, 2000; Norris, 2002; Blais *et al.*, 2004; Xu, 2005; Leighley & Nagler, 2007; Gallego, 2008; Hadjar & Beck, 2010; Jensen & Jespersen, 2017; Mayer, 2017; Ferreira da Silva, 2018; Blais & Achen, 2019; Ferreira

da Silva, Garcia & De Angelis, 2019; Nadeau, Lewis-Beck & Foucault, 2019; Magalhães, Aldrich & Gibson, 2020; Bankert, 2021; Dassonneville & Kostelka, 2021; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025). Na meta-análise de Smets e Van Ham (2013), esta variável, testada em cerca de dois terços dos estudos analisados, apresenta uma taxa de sucesso de 72 %. A instrução parece interagir com a geração: analisando dados de 2006 recolhidos em 24 países europeus, Hadjar e Beck (2010) observaram que a diferença na propensão para o voto entre indivíduos mais e menos escolarizados era menor nas novas gerações, devido a uma tendência dos jovens altamente instruídos para votar menos. Em sentido contrário, alguns estudos reportam uma maior relevância da instrução como fator de participação eleitoral nas décadas mais recentes (Blais *et al.*, 2004; Angelucci *et al.*, 2024).

Relativamente ao rendimento, à medida que este cresce, maior será a propensão para participar nas eleições, porque os cidadãos com rendimentos mais elevados tenderão a ter uma maior disponibilidade para se dedicarem à esfera política, além de outros recursos simbólicos. Num estudo que abrange 30 democracias europeias, Jensen e Jespersen (2017) demonstraram que alguém com um rendimento pertencente ao 1.º decil (os 10 % mais pobres) tinha uma probabilidade de votar 11 pontos percentuais mais baixa do que quem se posicionava no 10.º decil (10 % mais ricos). Focando-se também na Europa, mas analisando um período mais alargado, Angelucci *et al.* (2024) também encontraram um fosso entre os 20 % mais ricos e os 20 % mais pobres, que começou a acentuar-se a partir da década de 1990. Através da meta-análise de Smets & Van Ham (2013) descobrimos, contudo, que esta variável tem uma taxa de sucesso de apenas 50 %.

Uma possível explicação para esta baixa taxa é que o nível de desigualdade salarial na sociedade pode interagir com o efeito do rendimento individual. Schäfer e Schwander (2019) reportam que o impacto deste na abstenção aumenta em linha com a assimetria de rendimentos, um padrão que se deve ao facto de os mais pobres votarem menos em contextos mais desiguais. Os resultados de Jensen & Jespersen (2017), que se focam num maior número de países (30 países europeus em vez de 21 membros da OCDE) mas num período mais curto (2002-2010 em vez de 1980-2014), são, contudo, distintos. De facto, os autores observam que o impacto do rendimento atinge o seu auge em países com menor desigualdade salarial, sendo que em contextos de grande desigualdade o efeito pode até ser negativo, com os mais pobres a votarem mais frequentemente do que os mais ricos. As diferenças entre os resultados destes dois estudos apontam para que a interação entre rendimento e desigualdade salarial possa ser moderada por outros fatores contextuais.

Outros estudos apontam para que a desigualdade social seja, por si só, um fator de participação eleitoral, afetando pobres e ricos de maneira similar, ainda que Stockemer (2017) e Schäfer & Schwander (2019) chamem a atenção para a existência de duas perspetivas contrastantes sobre esta matéria. A primeira considera que, quanto maior o fosso entre os mais pobres e os mais ricos, maior o incentivo para os primeiros tentarem mudar este panorama e para os segundos tentarem evitar que tal aconteça através do voto (perspetiva do conflito). Por outras palavras, a desigualdade de rendimentos aumentaria a participação eleitoral. A segunda perspetiva, denominada de abstenção racional, sugere que em contextos de elevada desigualdade os mais pobres podem simplesmente considerar que a política está

enviesada contra si, optando por se absterem, enquanto os mais ricos percebem que não precisam de usar o voto para impactar a esfera política, dado que têm outras formas de o fazer. Ou seja, o impacto da desigualdade salarial na participação eleitoral seria negativo. Tanto Stockemer (2017) como Schäfer & Schwander (2019) apontam para que esta segunda possibilidade beneficie de um suporte empírico mais sólido do que a primeira, ou seja, para que a desigualdade económica deprima, de facto, a participação eleitoral. É, contudo, necessário reconhecer que tanto Geys (2006a) como Cancela & Geys (2016) apresentam, nas suas meta-análises focadas nos fatores macro da participação eleitoral, resultados desanimadores a respeito da taxa de sucesso da desigualdade enquanto fator explicativo da abstenção.

A classe social é, de acordo com algumas estimativas, um melhor preditor da participação eleitoral do que o rendimento (Smets & Van Ham, 2013; ver também Lahtinen *et al.*, 2017, para evidência de um papel mediador importante, embora limitado, desta última variável na relação entre classe social e abstenção). Vários estudos apontam, de facto, para um efeito positivo da classe social (Norris, 2002; Kostelka, Blais & Gidengil, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025), que, mais uma vez, está associada a variações em termos de disponibilidade de recursos materiais e simbólicos para a participação política e eleitoral (Beegley, 1986). Ainda assim, subir na vida tem aparentemente efeitos limitados: a mobilidade social ascendente faz com que quem dela tenha usufruído apresente padrões de participação eleitoral superiores aos do grupo social de partida, mas inferiores aos do grupo social de chegada (Lahtinen, Wass & Hiilamo, 2017).

Ademais, uma situação profissional mais estável, decorrente de se estar empregado, liberta e cria recursos que podem ser investidos na participação política. Em linha com esta expectativa, alguns estudos revelam que quem trabalha tem, de facto, uma maior propensão para votar do que quem está desempregado (Rosenstone, 1982; Gallego, 2008; Jensen & Jespersen, 2017; Kostelka, Blais & Gidengil, 2019; Schäfer & Schwander, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021; Österman & Lindgren, 2023). Contudo, na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), esta hipótese foi confirmada em apenas um terço dos estudos. Vale ainda a pena dizer que, ao nível agregado, as taxas de desemprego nacionais parecem ter um impacto positivo na participação eleitoral, uma vez que o descontentamento gerado acaba por mobilizar para o voto (Martins & Veiga, 2013; Burden & Wichowsky, 2014; Cebula, 2017). Quanto aos aposentados, a literatura é inconclusiva, havendo quem apresente indícios de que a passagem à reforma pode mobilizar para a participação eleitoral (Rapel, Papageorgiou & Mattila, 2023) e outros que identificam na saída do mercado de trabalho uma das razões pelas quais os cidadãos passam a votar menos na fase final das suas vidas (Bhatti & Hansen, 2012).

O que dizer da clivagem entre proprietários e arrendatários? Ser proprietário da casa em que se vive pode representar, ao mesmo tempo, um indicador de uma situação socioeconómica mais confortável e de laços mais profundos com a comunidade, fatores que deverão fomentar a participação nas eleições. Nadeau, Lewis-Beck & Foucault (2019) mostram que a propriedade de um imóvel, a par de outros indicadores de fortuna (poupanças, empresas, terras, ações), tem, num conjunto alargado de países, um impacto positivo na probabilidade de votar, mesmo quando se controla o efeito do rendimento.

Por sua vez, Hall & Yoder (2022) reportam que o impacto de ter casa própria na participação em eleições de âmbito local aumenta em linha com o preço de aquisição do imóvel, o que permite que o voto possa ser também entendido como uma estratégia de proteção de um investimento financeiro importante. O facto de a relação entre posse de habitação própria e participação eleitoral ser mais forte em países em que a financeirização do mercado imobiliário levou a que as casas sejam sobretudo entendidas como um investimento (André, Dewilde & Luijkx, 2017) reforça este argumento. Na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), só metade dos testes sobre o impacto desta variável na abstenção obtiveram sucesso.

Uma última variável associada ao modelo dos recursos é o *habitat*. Enquanto alguns estudos clássicos da sociologia política (Lipset, 1960) destacavam uma maior participação urbana, em linha com os postulados da teoria da modernização, estudos posteriores sinalizaram a existência de contextos rurais com níveis mais elevados de participação (Monroe, 1977; Sellers *et al.*, 2013), tornando o padrão menos claro. Atualmente, o cenário é pouco nítido e as conclusões mais contingentes. Uma meta-análise da literatura agregada sugere que, embora o incremento na dimensão populacional das unidades territoriais em estudo esteja associado a uma menor participação, a densidade populacional — um indicador mais direto da urbanização — não apresenta uma relação consistente com o voto (Cancela & Geys, 2016). Do mesmo modo, a meta-análise de Smets & Van Ham (2013) indica que a hipótese de que os cidadãos de zonas rurais votem mais devido a uma maior força dos laços comunitários não se confirma na investigação publicada no início do século XXI. Por outro lado, há sinais de uma expansão do fosso político entre zonas urbanas e rurais em

várias dimensões e num conjunto alargado de países (Kaufman, 2019; Taylor *et al.*, 2023; Ford & Jennings, 2020), que pode ter implicações em termos de participação.

2.1.2. Modelo da mobilização

O modelo da mobilização destaca a importância dos partidos políticos, das associações, dos *media* e até mesmo das redes sociais informais para que os cidadãos se decidam a ir votar. O pressuposto subjacente é que o voto é um comportamento social que pode ser reforçado pelas redes sociais e pelas organizações com que os cidadãos contactam, quer porque tal contacto pode reduzir os custos da participação política (providenciando informação sobre os partidos, os candidatos ou o processo eleitoral), quer porque reforça a norma social que leva a que se olhe de forma favorável para a participação e reprobatória para a abstenção (Smets & Van Ham, 2013). Por outras palavras, falamos aqui de mecanismos de natureza tanto informacional como normativa (Magalhães, 2008).

Este modelo comporta dimensões tão variadas como o estado civil, as características da estrutura familiar e das redes sociais informais, a frequência de participação em eventos religiosos, a pertença a sindicatos, o associativismo, a exposição a esforços de mobilização partidária e não partidária e o consumo de informação através dos *media*. É importante reconhecer que algumas destas variáveis podem ser entendidas tanto numa lógica de mobilização como de socialização. Falamos em particular de variáveis relativas ao contacto com a esfera religiosa e ao associativismo, mas também de algumas características do ambiente familiar. O seu entendimento como variáveis de mobilização tem sobretudo a ver com estarem associadas à disponibilização

de informação sobre as eleições, ao reforço da norma social favorável à participação eleitoral ou à persuasão para ir às urnas e apoiar um determinado político ou candidato. Por sua vez, a sua relevância no modelo de socialização prende-se sobretudo com o facto de poderem contribuir, ao longo do tempo, para o desenvolvimento de virtudes cívicas e de atitudes favoráveis à participação na vida comunitária (Smets & Van Ham, 2013).

Começamos pelo estado civil. O pressuposto é que os cidadãos casados (ou em união de facto) votem mais frequentemente. Este é um padrão confirmado por vários estudos realizados ao longo dos últimos 70 anos (Glaser, 1959; Freire & Magalhães, 2002; Blais *et al.*, 2004; Leighley & Nagler, 2007; Denny & Doyle, 2008; Wolfinger & Wolfinger, 2008; Jensen & Jespersen, 2017; Magalhães, Aldrich & Gibson, 2020; Schmitt, Segatti & Van der Eijk, 2021; Daahgard *et al.*, 2022; Mahlangu & Schulz-Herzenberg, 2022; Rapel, Papageorgiou & Mattila, 2023). Um estudo recente demonstrou que o efeito da transição para a vida a dois pode variar em função do género e do estatuto socioeconómico: se nas famílias mais pobres o seu impacto mobilizador é mais forte para os homens do que para as mulheres, nas famílias mais afluentes não tem qualquer impacto (Belletini *et al.*, 2023). Pelo contrário, o divórcio reduz a propensão para o voto (Bhatti & Hansen, 2012; Rapel, Papageorgiou & Mattila, 2023), especialmente no caso dos homens em contextos em que são as mulheres quem mais vota (Dehdari *et al.*, 2022).

Alargando o foco, alguns estudos sugerem que os indivíduos tomam a decisão de votar ou abster-se em linha com o comportamento dos cônjuges, dos membros adultos do seu agregado familiar ou até mesmo de amigos e conhecidos, embora o impacto dos cônjuges tenda a ser mais forte (Glaser, 1959; Magalhães, 2008; Magalhães, Segatti & Shi,

2015; Blais, Galais & Coulombe, 2019; Gruneau, 2020; Mahlangu & Schulz-Herzenberg, 2022). Ao analisar os efeitos do ambiente familiar, Fieldhouse e Cutts (2018) observam um papel mobilizador de se acreditar que há no nosso agregado quem entenda o voto como um dever cívico. Como sublinhámos acima, as redes familiares e sociais podem impactar a participação eleitoral não apenas através do reforço de uma norma familiar/social de abstenção ou de voto, mas também, de forma mais indireta, através da discussão sobre política ou eleições, embora o impacto desta última variável nem sempre seja observado (Smets & Van Ham, 2013; Magalhães, Segatti & Shi, 2015).

A frequência de participação em serviços religiosos apresenta, na meta-análise de Smets & Van Ham, uma taxa de sucesso de apenas 50 %. Entre os estudos que verificaram um impacto positivo desta variável na participação eleitoral, encontram-se Cassel (1999), Jones-Correa & Leal (2001), Norris (2002), Freire & Magalhães (2002), Rosema (2007), Smith & Walker (2013), Magalhães, Segatti & Shi (2015), Gerber, Gruber & Hungerman (2016) ou Dassonneville & Kostelka (2021). Cassel (1999) demonstrou que é sobretudo a disponibilização de informação política na igreja que fomenta a participação eleitoral, em detrimento de eventuais tentativas de mobilização direta por parte do clero ou dos padrões de discussão política nos grupos religiosos. Em consonância parcial com estas conclusões, Moutselos (2020) reporta que a obtenção de informação politicamente relevante nas mesquitas está, a par do fomento do associativismo, na base da relação entre frequência de cerimónias religiosas e participação eleitoral de muçulmanos na Alemanha e no Reino Unido. Já Smith e Walker (2013) sugerem que a relação entre a frequência religiosa e a participação eleitoral pode não ser linear, mas curvilínea: quem frequenta locais de culto várias

vezes por semana participa menos do que quem o faz apenas uma vez por semana. Este padrão, que os autores associam à ideia de efeito de economia de tempo (demasiado tempo na igreja significa menos tempo para atividades seculares politicamente relevantes), varia, contudo, entre denominações religiosas cristãs.

Passemos agora ao associativismo. Em Smets & Van Ham (2023), a taxa de sucesso dos testes sobre o efeito de se pertencer a associações é muito elevada (87 %), embora se deva notar que foi estimada com base em apenas cinco artigos científicos. A análise empírica do impacto positivo do associativismo na participação eleitoral é já clássica na literatura (Olsen, 1972; Cassel, 1999), tendo sido revista em estudos mais recentes. Por exemplo, Ferreira da Silva (2018) reporta impactos positivos da pertença a um conjunto de associações (incluindo sindicatos) em 50 eleições realizadas no período 2006-2016 em 25 democracias ocidentais. Pelo contrário, Magalhães, Segatti & Shi (2015) encontraram impactos muito modestos desta pertença, independentemente de ter havido ou não tentativas explícitas e intencionais de mobilização, não validando, conseqüentemente, as hipóteses de efeitos socializantes ou mobilizadores. Tossutti (2017) e Aggeborn, Lajevardi & Nyman (2021) também reportam resultados nulos ou pouco robustos.

O papel da pertença a sindicatos na abstenção tem sido analisado ao nível macro (densidade de sindicalização da força de trabalho no país) e micro (pertença vs. não pertença do eleitor). São vários os estudos que reportam um impacto significativo desta variável (Studlar & Welsh, 1986; Gray & Caul, 2000; Radcliff & Davis, 2000; Freire & Magalhães, 2002; Norris, 2002; Blais *et al.*, 2004; Leighley & Nagler, 2007; Kerrissey & Shofer, 2013; Bryson *et al.*, 2014; Ferreira da Silva,

Garcia & De Angelis, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021), embora resultados negativos também abundem na investigação com dados individuais (Smets & Van Ham, 2013).

Quanto à mobilização partidária, esta variável apresenta resultados significativos (Smets & Van Ham, 2013), ainda que por vezes pouco expressivos (Norris, 2006; Krasno & Green, 2008; Foos & Rooji, 2012; Magalhães, Segatti & Shi, 2015), até porque a eficácia de diferentes formas de mobilização varia de acordo com as características dos eleitores (Freedman, Franz & Goldstein, 2004; Hillygus, 2005) e o contexto sociopolítico mais alargado (Karp, Banducci & Bowler, 2008). Alguns estudos têm olhado para o investimento financeiro como indicador de intensidade ou profissionalização das campanhas, reportando um impacto mobilizador importante (Benoit & Marsh, 2003; Hogan, 2013; Weinschenk & Holbrook, 2014; Trumm, Sudulich & Townsley, 2017). De facto, as meta-análises que analisaram a literatura sobre este tópico reportam taxas de sucesso muito altas, na ordem dos 80 % (Geys, 2006a; Cancela & Geys, 2016). Com a digitalização das campanhas eleitorais, a investigação começou também a dedicar-se à análise dos seus potenciais impactos na participação eleitoral. Um estudo verificou que tanto contactos *online* como *offline* podem ter efeitos de mobilização, sendo os primeiros especialmente eficazes junto de eleitores jovens (Aldrich *et al.*, 2016), enquanto outro trabalho sugere que apostar de forma concomitante em métodos tradicionais e digitais de contacto pode duplicar o impacto da mobilização partidária na participação eleitoral (Magalhães, Aldrich & Gibson, 2020).

A literatura tem também tentado compreender em que medida é que os esforços de mobilização não partidária são mais ou menos eficazes do que as iniciativas desencadeadas por partidos. Investigação

experimental aponta para que mensagens de incentivo ao voto com e sem referências partidárias explícitas sejam igualmente bem-sucedidas (Green, McGrath & Aronow, 2013). Smets & Van Ham (2013), por sua vez, reportam que o teste destas iniciativas de *get out the vote* apresenta uma taxa de sucesso mais baixa do que a relativa à mobilização partidária (55 % vs. 70 %). Que mecanismos estão na base da capacidade mobilizadora destas iniciativas? A literatura tem vindo a testar duas hipóteses: *social occasion* e *noticeable reminder* (Green & Gerber, 2004; Dale & Strauss, 2009). A primeira aponta para que o sentimento de conexão social decorrente da interação com outras pessoas seja fulcral para que haja uma mobilização (Gerber & Green, 2000; Green & Gerber, 2004). Já a segunda assenta no pressuposto de que, para aqueles que já estão minimamente mobilizados para o voto, um mero lembrete da eleição e da importância de votar (via SMS, por exemplo) basta para incentivar a participação (Dale & Strauss, 2009). Ambas as teorias recebem confirmação, embora o suporte empírico da primeira seja mais robusto, em linha com a investigação que sugere uma maior eficácia dos métodos interpessoais em relação aos impessoais (Gerber & Green, 2000; Arceneaux & Nickerson, 2009; Green, McGrath & Aronow, 2013).

Além das estratégias clássicas de mobilização não partidária, merece destaque a disponibilização aos eleitores de *voting advice applications*, ou aplicações de aconselhamento ao voto, preparadas por universidades e/ou outras organizações. Ao aumentarem o conhecimento sobre as posições dos partidos face a temas relevantes, permitindo que os cidadãos descubram rapidamente e com menos custos com que partidos concordam e discordam, podem fomentar a participação

eleitoral (Garzia, Trechsel & De Angelis, 2017; Germann & Gemenis, 2019; Munzert & Ramirez-Ruiz, 2021).

Por último, a exposição aos *media*. No que a esta variável diz respeito, 70 % dos 20 testes analisados por Smets & Van Ham (2013) apontam para a existência de efeitos mobilizadores (para exemplos, ver Arendt & Brantner, 2005; De Vreese & Boomgaarden, 2006; Corrigan-Brown & Wilkes, 2014; Magalhães, Segatti & Shi, 2015; Ksiazek, Kim & Malthouse, 2019; Yeandle, 2021). No entanto, o efeito da exposição aos *media* na participação eleitoral pode ser negativo se significar consumo de informação extremamente discordante das opiniões dos eleitores (Herrero & Hoppman, 2018). Dentro desta área de estudos, merece destaque a discussão sobre os efeitos potencialmente mobilizadores ou desmobilizadores da exposição a sondagens publicadas pelos *media* (ver, por exemplo, Moy & Rinke, 2012). Uma linha mais recente de investigação tem analisado o impacto das plataformas digitais, mostrando que as redes sociais podem mobilizar pessoas que as utilizam para obter informações relacionadas com as eleições, diminuindo assim os custos de obter informação política (Feezell, Conroy & Guerrero, 2016; ver também Zhuravskaya, Petrova & Enikolopov, 2020).

2.1.3. Modelo da socialização

O modelo da socialização enfatiza a importância do contexto familiar, da escola, da igreja, de associações de diferente natureza e de outras esferas de interação social para o desenvolvimento de capacidades cívicas importantes para a participação eleitoral, com efeitos de longo prazo.

Começamos pelo contexto familiar. O rendimento dos pais ou os seus níveis de instrução são preditores importantes da participação

eleitoral dos filhos (Sandell & Plutzer, 2005; Denny & Doyle, 2008; Smets & Van Ham, 2013). Entre outras coisas, estes fatores contribuem para um ambiente familiar de maior envolvimento político, com pais que votam e discutem questões politicamente relevantes, o que claramente beneficia a socialização política dos filhos (Brady, Verba & Schlozman, 1995; Verba, Schlozman & Burns, 2005; Gidengil, Wass & Valaste, 2016). Ainda assim, a ordem de nascimento parece estar relacionada com diferentes propensões para votar, com os primogénitos a apresentarem uma maior participação eleitoral do que os secundogénitos, os quais, por sua vez, votam mais do que os nascidos em terceiro lugar, e daí por diante (Bratsberg *et al.*, 2022). Isto ocorre porque quanto mais cedo se chegou ao agregado familiar, mais tempo se pôde usufruir sem competição (ou com menor competição) da atenção e dos recursos disponibilizados pelos pais. É de destacar que eventos disruptivos podem modificar o potencial socializador da família. Sandell & Plutzer (2005) observaram uma relação negativa entre o divórcio dos pais durante a adolescência e a participação eleitoral de jovens americanos nos anos seguintes. O divórcio leva a hábitos menos frequentes de conversação sobre temas de atualidade em casa, à desmobilização eleitoral dos próprios pais e ao aumento da probabilidade de mudar de casa, o que provoca uma erosão dos laços com a comunidade primitiva — fatores que deprimem a participação.

Como dissemos anteriormente, os argumentos em torno da importância do associativismo e da pertença a organizações religiosas enquanto instâncias de socialização política partem do princípio de que a participação nestas esferas permite o desenvolvimento de um conjunto de capacidades, competências e atitudes cívicas que promoverão a participação eleitoral (Almond & Verba, 1963; Jones-Correa

& Leal, 2001; ver, contudo, Cassel, 1999, e Magalhães, Segatti & Shi, 2015, para uma perspectiva distinta). Pelos mesmos motivos, ter prestado serviço militar está, nos EUA, associado a uma maior propensão para votar (Teigen, 2006).

Por fim, o ambiente escolar. Olhando concretamente para o impacto de atividades escolares ou extracurriculares na participação política futura (eleitoral e não eleitoral), McFarland & Thomas (2006) reportam resultados modestos, mas ainda assim significativos. Os autores concluem que «o envolvimento geral em atividades extracurriculares é importante, mas a participação em associações juvenis de voluntariado ligadas ao serviço comunitário, à representação, à intervenção em debates públicos e à construção de uma identidade coletiva é o que mais incentiva a futura participação política» (p. 401, tradução nossa). O estudo de Siegel-Stechler (2019), realizado vários anos depois, corrobora globalmente estes padrões. Pelo contrário, Kiess (2022) observa que experiências como ter feito parte da associação de estudantes da escola/universidade, ter sido delegado de turma, participado e intervindo em reuniões gerais de alunos, participado em eventos de protesto na instituição de ensino ou organizado um evento político em contexto escolar/universitário impactam, sobretudo, a probabilidade de envolvimento noutras formas de participação política que não o voto.

2.1.4. Modelo psicológico

Este modelo sugere que a propensão para votar depende sobretudo das atitudes em relação à política. Entre os fatores que têm sido mais estudados, encontramos o interesse pela política, a identificação partidária, a confiança nas instituições políticas e a percepção de eficácia política

(para uma lista completa, que inclui também traços de personalidade, saúde mental e identidades sociais, ver Smets & Van Ham, 2013).

O interesse pela política é uma das variáveis mais frequentemente associadas à participação eleitoral (Verba, Schlozman & Brady, 1995; Norris, 2002; Dalton, 2007; Denny & Doyle, 2008; Butler & De la O, 2010; Hadjar & Beck, 2010; Blais & St-Vincent, 2011; Gallego & Oberski, 2012; Ferreira da Silva, Garcia & De Angelis, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025), atingindo uma taxa de sucesso de 80 % na meta-análise de Smets & Van Ham (2013). No entanto, a possibilidade de uma relação de endogeneidade desta variável com a própria participação eleitoral tem sido discutida (Denny & Doyle, 2008; Rodenburger, 2020). Naturalmente, esta possibilidade faz questionar a robustez da relação causal estabelecida ao longo das últimas décadas.

A identificação partidária, que pode ser definida como um vínculo psicológico a um partido político, tem também sido apresentada como um preditor importante da participação eleitoral (Campbell *et al.*, 1960; Abramson & Aldrich, 1982; Powell, 1986; Norris, 2002; Gerber, Huber & Washington, 2010; Smets & Van Ham, 2013; Mayer, 2017; Caruana, McGregor & Stephenson, 2015; Magalhães, Aldrich & Gibson, 2020; Ferreira da Silva, Garcia & De Angelis, 2019; Dassonneville & Kostelka, 2021; Mahlangu & Schulz-Herzenberg, 2022; Rau, 2022; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025). O argumento clássico é simples: a identificação partidária funciona como uma espécie de atalho cognitivo para os eleitores, ajudando-os a lidar com a complexidade criada pela existência de diferentes opções eleitorais (Campbell *et al.*, 1960). A vontade de expressar a identidade partidária e um sentimento de dever para com o partido também são mediadores importantes desta relação (Rau,

2021). Por sua vez, a identificação partidária negativa (Abramowitz & Webster, 2016; Abramowitz & McCoy, 2019; Bankert, 2021) também pode ser importante: da mesma forma que um cidadão se pode sentir incentivado a votar por se identificar com um partido, pode igualmente fazê-lo por desgostar fortemente de determinada força política (Caruana, McGregor & Stephenson, 2015; Mayer, 2017; Bankert, 2022).

A confiança política pode ser genericamente definida, em linha com Belchior (2016), como a expectativa de que as instituições políticas não lesarão os interesses dos cidadãos e não desrespeitarão o acordo, implícito ou explícito, firmado entre ambos (ver também Zmerli & Van der Meer, 2017; Citrin & Stoker, 2018). Aqui, o argumento é que, se desprovidos de confiança nas instituições, os cidadãos não têm incentivos para participar politicamente ou participarão preferencialmente através de formas não convencionais, como boicotes ou manifestações, em detrimento do voto (Citrin, 1974; Bélanger & Nadeau, 2005; Grönlund & Setälä, 2007; Hooghe, Marien & Pauwels, 2011; Hooghe & Marien, 2013). Smets & Van Ham (2013) reportam uma taxa de sucesso muito modesta nos testes do impacto da confiança política na participação eleitoral, o que poderá dever-se ao número relativamente baixo de trabalhos analisados. Já a meta-análise de Devine (2024), mais especificamente direcionada para testar os impactos da confiança política e, conseqüentemente, baseada no escrutínio de 61 artigos e mais de 300 testes empíricos (em vez de nove artigos e 20 testes em Smets & Van Ham, 2013), demonstra de forma convincente que esta variável tem um impacto significativo na probabilidade de votar.

Por fim, a percepção de eficácia política, que pode ser desdobrada em duas dimensões: interna e externa. A primeira prende-se com a percepção da capacidade de entender a esfera política e participar

eficazmente nos processos políticos, ao passo que a segunda remete para a percepção de que as estruturas políticas são suscetíveis à influência dos cidadãos (Niemi, Craig & Mattei, 1991; Morrell, 2003; Saris & Torcal, 2009). Na literatura sobre abstenção, alguns estudos analisaram apenas o efeito da eficácia política interna (Norris, 2002; Hadjar & Beck, 2010; Moeller *et al.*, 2014; Garritzmann *et al.*, 2025) e outros somente o da eficácia política externa (Shaffer, 1981; Abramson & Aldrich, 1982; Grönlund & Setälä, 2007; Karp & Banducci, 2008). Os poucos trabalhos que analisaram ambas as dimensões tendem a reportar efeitos mais sólidos desta última (Pollock, 1983; Magalhães, Segatti & Shi, 2015; Mahlangu & Schulz-Herzenberg, 2022). Note-se que diferentes combinações destas duas variáveis podem levar a padrões distintos: uma percepção de elevada eficácia externa em conjugação com uma percepção de baixa eficácia interna fomentará a participação política eleitoral, ao passo que a combinação contrária incentiva a participação não convencional (Pollock, 1983). Na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), a eficácia política demonstrou impactar a abstenção em 60 % dos testes empíricos analisados.

2.1.5. Modelo da escolha racional

O modelo da escolha racional decorre da teoria económica da democracia (Downs, 1957), cuja premissa principal é que o eleitor, como ser racional, apenas votará se os ganhos percebidos forem maiores do que os custos (Downs, 1957; Riker & Ordeshook, 1968; Dhillon & Peralta, 2002; Geys, 2006b). Mas poderá o ato de votar ser considerado racional em alguma instância? Em eleições com sufrágio muito alargado, como praticamente todas as eleições nos sistemas democráticos contemporâneos, cada voto tem um impacto praticamente nulo; ao mesmo tempo existem inúmeros custos e obstáculos, como, por

exemplo, a própria estrutura do boletim de voto (Bonneau & Loepp, 2014), a identificação da localização da secção de voto e a deslocação até esse local (Brady & McNulty, 2011), que pode mesmo obrigar a enfrentar condições meteorológicas adversas (Comez, Hansford & Krause, 2007; Artés, 2014; Garcia-Rodriguez & Redmond, 2020). Assim sendo, ou votar é irracional ou, em alternativa, existem outros benefícios decorrentes desse ato.

Um primeiro benefício potencial será o de se ter agido em conformidade com um sentimento de dever cívico. Apesar de a designação atribuída a esta variável não ser homogénea na literatura — por exemplo, Verba Schlozman & Brady (1995) referem-se a ela como gratificação cívica e Clarke *et al.* (2004) como benefícios do sistema — vários estudos têm sublinhado o impacto positivo deste tipo de sentimento em termos de participação em eleições (Riker & Ordeshook, 1968; Verba, Schlozman & Brady, 1995; Blais *et al.*, 2004; Clarke *et al.*, 2004; Campbell, 2006; Denny & Doyle, 2008; Kosmidis, 2014; Blais & Achen, 2019; Feitosa, 2020) ou em referendos (Bowler & Donovan, 2013). Isto leva a que a taxa de sucesso nos testes desta variável analisados por Smets & Van Ham (2013) seja particularmente alta: 94 %. Há evidência empírica, proveniente da análise de dados de painel (Galais & Blais, 2016b) e de um desenho quase experimental (Feitosa, Stiers & Dassonneville, 2022), de que o sentimento de dever cívico seja fator e não resultado da participação eleitoral. Mas como se forma este sentido de dever? Sem surpresas, o contexto familiar durante a infância — em concreto, o estatuto socioeconómico dos pais — é importante para o seu desenvolvimento (Galais, 2018).

A prevalência do dever cívico é útil para entendermos padrões longitudinais e diferenças entre eleições em termos de abstenção. Como

vimos anteriormente, o facto de as novas gerações entenderem cada vez menos o voto como um dever tem contribuído para o declínio sistemático da participação eleitoral (Blais *et al.*, 2004; Blais & Rubenson, 2013). Por outro lado, em três países europeus, o sentimento de dever cívico face às eleições europeias é mais baixo do que o reportado em relação às de âmbito nacional (Galais & Blais, 2016a), o que poderá estar na base das diferenças nas taxas de abstenção de umas e de outras, amplamente conhecidas desde Reif & Schmitt (1980) e discutidas no capítulo anterior.

O que dizer do facto de a participação eleitoral ser ou não ser um hábito cristalizado nos padrões comportamentais dos cidadãos? Se o voto for um hábito, os custos de participar eleitoralmente são reduzidos, enquanto os ganhos — nomeadamente as vantagens psicológicas de manter um comportamento congruente ao longo do tempo — aumentam. A investigação tem, de facto, verificado que ter participado em eleições anteriores aumenta a probabilidade de participar em eleições futuras (Franklin, 2004; Hillygus, 2005; Denny & Doyle, 2009; Aldrich, Montgomery & Wood, 2011; Ferreira da Silva, 2018; Frank & Martínez i Coma, 2023). Aldrich, Montgomery & Wood (2011) e Ferreira da Silva & Costa (2019) mostram ainda que os contactos partidários, as avaliações da competência ou da cordialidade dos líderes, a eficácia política ou a força da identificação partidária são preditores mais frágeis da participação de quem tem no voto um hábito.

Olhemos agora para as avaliações de natureza económica, enquadráveis neste modelo na medida em que favorecem a utilidade do voto enquanto instrumento de punição ou de premiação do governo. Na literatura especializada, a distinção entre avaliações sociotrópicas e egotrópicas é relevante. As primeiras referem-se às perceções sobre

o estado ou a evolução da situação económica do país e as segundas remetem para a situação financeira dos eleitores ou dos seus agregados (Lewis-Beck & Stegmaier, 2000). As avaliações sociotrópicas aparentam atingir resultados mais significativos do que as egotrópicas no que toca a explicar a abstenção (Freire & Santana Pereira, 2012). É tentador ligar esta ideia à teoria racional dos benefícios sociais do voto (Edli, Gelman & Kaplan, 2007), em que a lógica subjacente não é a maximização do ganho individual, mas do bem comum. Naturalmente, o estado da economia do país tem repercussões no bem-estar e conforto pessoais ou familiares, pelo que o altruísmo pode perfeitamente ser uma peça ausente neste processo (Kiewiet & Lewis-Beck, 2011).

Que direção pode tomar a relação entre estas avaliações e a participação eleitoral? A resposta a esta questão não é clara, dado que uma perceção positiva da evolução da situação financeira pessoal ou do país tende a mobilizar para o voto (Rosenstone, 1982; Freire & Santana Pereira, 2012; Bartkowska & Tiemann, 2015, Förster & Kaukal, 2017), mas avaliações negativas podem também conduzir à participação eleitoral (Weschle, 2014), especialmente se os cidadãos culpam o partido incumbente pela situação (Arceneaux, 2003). Gomez & Hansford (2015) demonstraram que tanto avaliações muito negativas como muito positivas da situação económica do país podem aumentar a probabilidade de votar. Ademais, uma perceção positiva da economia nacional e negativa da situação financeira pessoal pode deprimir a participação eleitoral (Killian, Schoen & Dusso, 2008). Na meta-análise de Smets & Van Ham (2013), nenhuma destas variáveis apresentou uma taxa de sucesso particularmente alta.

Por fim, as avaliações dos líderes partidários e dos partidos políticos podem também afetar a propensão para ir às urnas numa lógica de

escolha racional — vota-se para aumentar a probabilidade de o líder ou o partido de que gostamos particularmente obter uma vitória eleitoral. Uma avaliação genérica positiva de um partido ou de um líder partidário (em termos absolutos ou em relação aos outros líderes) reduz, de facto, a probabilidade de abstenção, especialmente entre os eleitores mais desligados da política ou menos propensos a considerar que o voto é um dever cívico (Ferreira da Silva, 2018; Blais & Achen, 2019; Ferreira da Silva, Garzia & De Angelis, 2019). Smets & Van Ham (2013) analisaram os estudos que olharam para a avaliação dos partidos e dos candidatos em conjunto, reportando uma taxa de sucesso de 82 %.

2.1.6. Modelo político-institucional

Este último modelo lança luz sobre o efeito que as regras do jogo democrático e as circunstâncias políticas de curto prazo têm na participação eleitoral. Entre os fatores de natureza puramente institucional que integram este modelo estão os atributos gerais dos sistemas eleitoral e partidário, a possibilidade de exprimir preferências por candidatos, o voto obrigatório, a idade mínima do voto, a possibilidade de independentes se candidatarem nas eleições, o número de instituições políticas eletivas (e, conseqüentemente, de eleições) e as instâncias que permitem aumentar a conveniência do ato de votar. Quanto às variáveis de contexto político, destaca-se o grau de competitividade das eleições.

Começamos pelo sistema eleitoral e o seu impacto no sistema partidário. De acordo com as meta-análises consultadas, os impactos são pouco claros (Geys, 2006a; Smets & Van Ham, 2013; Cancela & Geys, 2016; Stockemer, 2017; Frank & Martínez i Coma, 2023). Esta indefinição pode ser explicada pelo facto de os efeitos seguirem direções contrastantes. Por um lado, os sistemas eleitorais proporcionais

tendem a fomentar a participação, porque levam a uma menor desproporcionalidade na tradução de votos em assentos, por outro, contribuem para a formação de sistemas partidários mais fragmentados, o que pode surtir tanto efeitos positivos (decorrentes de haver uma maior diversidade de partidos e, por consequência, maiores chances de representação) como negativos (porque um maior número de partidos aumenta os custos de informação e a probabilidade de coligações) na participação eleitoral (Jackman, 1987; Blondel, Sinnott & Svensson, 1997; Brockington, 2004; Blais & Aarts, 2006; Geys & Heindels, 2006; Lijphart, 2012; Zagórski, 2022; Figueroa, 2025). Estes efeitos contrastantes estão, de resto, na base do entendimento da relação entre abstenção e número efetivo de partidos como sendo curvilínea, com a participação a ser mais baixa em sistemas com níveis muito baixos e muito altos de fragmentação do sistema partidário (Taagepera, Selb & Grofman, 2014). De destacar que a investigação que se focou concretamente no efeito da magnitude dos círculos eleitorais aponta para que, nas democracias ocidentais consolidadas, a participação eleitoral seja maior quando as circunscrições têm mais assentos em jogo, mas em países não ocidentais o impacto deste fator é nulo ou até mesmo negativo (Anduiza, 2002; Blais & Aarts, 2006; Jacobs & Spierings, 2010; Robbins, 2010; Stockemer, 2015; Muraoka & Barceló, 2019; Pierzgałski, Górecki & Stępień, 2025).

Um outro aspecto institucional importante diz respeito à possibilidade de exprimir preferências por candidatos, algo que não é possível em sistemas eleitorais de representação proporcional com listas fechadas e bloqueadas como o usado em Portugal nas eleições legislativas, europeias e autárquicas. A literatura a este respeito está, contudo, longe de ser conclusiva. Por um lado, Sanz (2017) e Passarelli (2020)

mostram que a possibilidade de os eleitores exprimirem uma preferência impacta negativamente a abstenção. Já Mattila (2003), Karvonen (2004), Blais & Aarts (2006) e Renwick & Pilet (2016) não encontraram uma relação positiva sólida entre voto preferencial e participação eleitoral. Anduiza (2002) demonstrou que o voto preferencial pode aumentar as desigualdades na participação, fomentando a abstenção de quem tem poucos recursos e vê aumentar os custos de informação necessários para fazer uma escolha. De facto, há evidência de que a substituição de um sistema de representação proporcional com listas fechadas e bloqueadas por um sistema que permite a expressão de preferências através de votos múltiplos, mais complexo, pode ter um efeito desmobilizador (Ellenbroek, 2024). Por fim, Robbins (2010) e Söderlund (2018) mostram que nos sistemas eleitorais centrados nos candidatos, que oferecem maiores incentivos para cultivar um voto pessoal (Carey & Shugart, 1995), a participação eleitoral é, na verdade, menor do que nos sistemas centrados em partidos.

Passemos ao voto obrigatório, um dos fatores institucionais da participação eleitoral mais consensuais na literatura. Naturalmente, a obrigatoriedade do ato de votar cria incentivos para ir às urnas e resulta efetivamente em menor abstenção (Norris, 2002; Geys, 2006a; Fowler, 2013; Smets & Van Ham, 2013; Cancela & Geys, 2016; Stockemer, 2017; Singh, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023; Frank & Martínez i Coma, 2023). Isto leva, de resto, a que os estudos comparativos recorram ao controlo desta variável para obter estimativas mais precisas do efeito de outros fatores (Karp & Banducci, 2008; Magalhães, Segatti & Shi, 2015; Jensen & Jespersen, 2017; Kostelka & Blais, 2021). De destacar que existem indícios de que não seja a mera existência de voto obrigatório, mas sobretudo a sua severidade

ou efetiva fiscalização, a impactar a abstenção (Singh, 2011, 2021; Stockemer, 2017; Kostelka, Singh & Blais, 2024).

A investigação tem ainda analisado o papel da flexibilização de duas barreiras concretas ao usufruto de capacidade eleitoral ativa e passiva: a redução da idade a partir da qual se pode votar e a abertura a candidaturas de independentes. Quanto à primeira, se, em 2004, Franklin apontava a redução da idade mínima de voto dos 21 para os 18 anos como estando na base do declínio da participação eleitoral em várias democracias, dezasseis anos depois apresenta evidência — baseada em dados da Áustria e de países latino-americanos — de que a redução dos 18 para os 16 anos pode ser vantajosa. Franklin (2020) explica que o problema dos 18 anos é que constituem um momento de maior transição nas vidas dos cidadãos do que os 16 ou os 21, o que reduz a atenção e os recursos disponíveis para investir em participação política. Há bastante evidência de que os eleitores com menos de 18 anos votam mais do que aqueles que são pouco mais velhos (Zegrovits & Aichholzer, 2014; Aichholzer & Kritzing, 2020; Huebner & Eichhorn, 2020; Ødegård, Bergh & Saglie, 2020; Rossteutscher *et al.*, 2022). Ainda assim, em sociedades envelhecidas, como são muitas democracias ocidentais, esta reforma pode perfeitamente não se traduzir em ganhos imediatos substanciais em termos de taxa global de participação (Toots & Ildurm, 2020), sendo que os efeitos a médio prazo dependerão de esta experiência fomentar, de facto, a formação do hábito de votar (Franklin, 2004).

Quanto à abertura a candidaturas de independentes, Kapoor & Magesan (2018) reportam que a liberalização destas candidaturas na Índia teve um forte impacto em termos de redução da abstenção. Na Chéquia, a participação aumentou em eleições locais em que havia

um bom equilíbrio entre candidaturas partidárias e independentes (Bernard *et al.*, 2025). Na Estónia, a participação de uma candidatura independente nas europeias de 2009 esteve também associada a um decréscimo da abstenção (Ehin & Solvak, 2012).

Outro aspecto institucional de relevo é o número de instituições eletivas — que pode aumentar em decorrência de processos como a adesão à União Europeia ou a regionalização — poder afetar a participação eleitoral. Esta hipótese é confirmada por Kostelka & Blais (2021), que entendem esta variável como um dos principais fatores do declínio da participação eleitoral nas últimas décadas. Porquê? Por um lado, mais tipos de eleições significam eleições mais frequentes, o que pode levar a fadiga eleitoral e, conseqüentemente, a uma menor participação (Garmann, 2017; Kostelka *et al.*, 2023). Por outro, o estabelecimento de eleições diretas para o Parlamento Europeu criou um contexto em que a primeira eleição em que muitos cidadãos usufruem de capacidade eleitoral ativa é de segunda ordem (Reif & Schmitt, 1980). Assim, a formação e cristalização do hábito de votar são colocadas em causa pelo facto destas eleições oferecerem a muitos eleitores uma primeira experiência eleitoral em que os incentivos para a abstenção são altos (Franklin & Hobolt, 2011).

Alguns trabalhos olharam também para aspectos de natureza mais procedimental, identificando impactos positivos na participação eleitoral de aspectos que aumentam a conveniência do ato de votar (Gronke *et al.*, 2008). Falamos, em concreto, do recenseamento eleitoral automático (Jackman, 1987; McGhee, Hill & Romero, 2021), da tipologia (semana vs. fim de semana) e número de dias em que se pode votar (Blondel, Sinnott & Svensson, 1997; Mattila, 2003; Evans e Ivaldi, 2012; Gambler, 2016; Potrafke & Roesel, 2020),

do voto postal (Schelker & Schneider, 2017; Thompson *et al.*, 2020), do voto antecipado (Blais, Dobrzynska & Loewen, 2007; Gronke, Galanes-Rosenbaum & Miller, 2007) ou do voto através da Internet (Goodman & Stokes, 2020; Germann, 2021). Na sua meta-análise, Smets & Van Ham (2013) reportam uma taxa de sucesso dos testes do impacto de mecanismos de facilitação do exercício do voto na participação na ordem dos 52 %, enquanto Gronke *et al.* (2008) estimam que a magnitude do efeito destes mecanismos se situe entre os dois e os quatro pontos percentuais.

Ainda no âmbito dos fatores estruturais que afetam a conveniência do ato concreto de votar, vários estudos têm-se debruçado sobre a importância da distância entre a residência e o local de voto. Este é um aspecto enquadrável no modelo político-institucional, porque resulta de decisões dos órgãos da administração eleitoral sobre o número de pontos onde serão instaladas secções de voto, a sua localização concreta e a possibilidade (ou não) de votar numa localidade que não a de recenseamento. Muita desta investigação foi realizada nos EUA, demonstrando que maiores distâncias levam a mais abstenção — especialmente junto de quem não tem automóvel — ou, na melhor das hipóteses, a um maior recurso ao voto postal (Dyke & Gimpel, 2005; Haspel & Knotts, 2005; Brady & McNulty, 2011; Bhatti, 2012; Cantoni, 2020; McGuire *et al.*, 2020; Alipour & Lindlacher, 2025). Ainda assim, o impacto da distância não é contínuo, sendo que, a partir de certas distâncias, não se observam decréscimos adicionais em termos de participação (Bhatti, 2012; Garnett & Grogan, 2021). De destacar que a distância ao local de voto não significa apenas que os eleitores têm de incorrer em eventuais custos financeiros para se deslocarem às urnas, mas também investir mais do seu tempo, sendo que último fator

poderá não ser despreciando. De facto, a implementação no Brasil do uso gratuito de transportes públicos no dia das eleições (uma reforma que anulou os custos financeiros da distância) não produziu qualquer impacto na taxa de participação eleitoral (Pereira *et al.*, 2023).

Por fim, o efeito mobilizador do grau de competitividade das eleições tem sido frequentemente estudado (Fauvelle-Aymar & François, 2006; Simonovits, 2012; Dubois & Leprince, 2017; Arnold, 2018), ainda que as meta-análises apontem para graus de relevância distintos. De facto, Smets & Van Ham (2013) reportam que na maioria dos estudos analisados tal variável não demonstrou impactar a participação eleitoral, enquanto Geys (2006a) e Cancela & Geys (2016) encontraram efeitos significativos em mais de dois terços dos trabalhos escrutinados, relativos a eleições tanto de âmbito nacional como subnacional. A contradição patente nestas conclusões poderá resultar de diferentes escolhas metodológicas por parte dos autores destas três meta-análises em termos de recorte temporal, critérios de inclusão de estudos a analisar e tipos de eleição abrangidos.

2.2. Fatores explicativos da participação eleitoral em Portugal

Nas últimas décadas, foram vários os estudos que se dedicaram à identificação das dimensões que impactam a abstenção em Portugal (Freire, 2000; Freire, 2001; Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Baum & Espírito-Santo, 2004, 2007; Nunes, 2005; Magalhães, 2008; Freire, 2009; Cancela, 2012; Freire & Santana Pereira, 2012; Martins & Veiga, 2013; Lago & Costa Lobo, 2014; Sousa & Maia, 2017; Cancela & Vicente, 2019; Ferreira da Silva & Costa, 2019; Santos, Tavares & Vicente, 2021; Magalhães, 2022; Limão, 2023;

Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024). O interesse pela análise deste fenómeno resulta, em primeiro lugar, da sua magnitude. De facto, e como vimos no capítulo anterior, apesar de uma diminuição considerável da abstenção eleitoral nas eleições legislativas mais recentes, Portugal continua a ser um país marcado por taxas de abstenção particularmente elevadas. Além disso, nos contextos em que é mais elevada, a abstenção tende a ser assimétrica, com diferentes grupos sociais apresentarem diferentes propensões para o voto (Guntermann, Dassonneville & Miller, 2019). Nesse sentido, Portugal constitui um caso privilegiado para averiguar o potencial efeito de diferentes fatores que influenciam a participação eleitoral.

Antes de iniciarmos a revisão da literatura empírica sobre o caso português, há alguns elementos importantes a destacar. Em primeiro lugar, o conhecimento sobre as determinantes sociais, atitudinais e económicas do voto em Portugal tem vindo a expandir-se de forma acentuada nas últimas décadas, contemplando hoje um número significativo de variáveis e de modelos explicativos. Em segundo lugar, após um predomínio quase absoluto de estudos conduzidos ao nível agregado, os dados individuais adquiriram nas últimas décadas um maior relevo (Jalali, 2003), embora os dados agregados sejam ainda usados de forma proveitosa (Tavares & Carr, 2013; Tavares & Raudla, 2018). Por fim, merece destaque o facto de que há uma tendência para que esta literatura, sobretudo a que reporta investigação feita a partir de dados individuais, se concentre essencialmente nas determinantes da participação em eleições de âmbito nacional — o que frequentemente significa eleições legislativas. Ao mesmo tempo, sabe-se muito pouco sobre os fatores que conduzem à participação ou à abstenção nas eleições de âmbito local.

Esta secção está organizada em quatro subsecções. A primeira é dedicada às características e comportamentos dos eleitores, que, como vimos anteriormente, podem ser fontes de recursos, espelho de dinâmicas de socialização ou fatores de mobilização. Em seguida, abordam-se fatores de natureza atitudinal, provenientes dos modelos psicológico e da escolha racional. A terceira subsecção é relativa aos esforços de mobilização, sendo a última dedicada à discussão da investigação sobre fatores de natureza político-institucional.

2.2.1. Quem os eleitores são e o que fazem importa?

Muita da investigação sobre o caso português aponta para a inexistência de uma clivagem de género em termos de participação eleitoral em eleições de primeira ordem (Reto & Sá, 2000; Freire & Magalhães, 2002, Baum & Espírito-Santo, 2004, 2007; Viegas & Faria, 2004; Cancela, 2012; Teixeira, Tsatsanis & Belchior, 2016; Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024). Encontrámos apenas duas exceções a este padrão. Por um lado, Cancela & Magalhães (2020), na sua análise das eleições legislativas ocorridas entre 2002 e 2019, notaram que nas legislativas de 2011 e 2019 houve indícios ténues de uma maior tendência para as mulheres se absterem face aos homens. Por outro lado, Costa (2022) reporta o mesmo padrão com dados de 2020. A propensão para a participação nos dois escrutínios organizados em Portugal no ano de 2001 — autárquicas e presidenciais — também não variou significativamente entre homens e mulheres (Freire & Magalhães, 2002, Baum & Espírito-Santo, 2004). As coisas mudam de figura quando se fala de eleições europeias: Dassonneville & Kostelka (2021) reportam que Portugal é o terceiro país com uma maior diferença entre ambos.

Quanto à idade, Portugal tende a apresentar resultados em linha com os identificados pela literatura internacional, com os jovens a votarem menos do que os mais velhos (Reto & Sá, 2000; Magalhães, 2001, 2008; Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004, 2007; Cancela, 2012; Teixeira, Tsatsanis & Belchior, 2016; Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024). Alguns estudos apontam ainda para uma ligeira diminuição da propensão para votar a partir de idades mais avançadas, em linha com a ideia de que a relação entre idade e participação eleitoral é curvilínea (Magalhães, 2008; Dassonneville, 2017; Magalhães, 2022). O efeito da idade em eleições de primeira ordem tem sido notável: Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024) reportam uma disparidade de cerca de 28 pontos percentuais entre cidadãos com mais de 55 anos e menos de 35 anos no que toca à propensão para votar em eleições legislativas no período 2002-2022. Os portugueses mais velhos são também menos propensos do que os mais jovens a optar pela abstenção nas europeias — pelo menos foram-no em 1989, 1994 e 2004 (Nunes, 2005) —, tendo igualmente votado mais do que os jovens nas presidenciais de 2001 (Freire & Magalhães, 2002).

O estado civil também foi apontado como relevante por alguma investigação sobre o caso português. Mais concretamente, e em linha com a investigação internacional revista na secção anterior, viver em coabitação conjugal, independentemente de se ser casado ou viver em união de facto, diminui a probabilidade de abstenção (Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2007; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024; para exceções, ver Viegas & Faria, 2004, e Magalhães, 2008, nos seus estudos sobre participação nas legislativas de 2002 e 2005, respetivamente).

No que toca ao grau de instrução, Magalhães (2022) reporta que a diferença em termos de propensão para votar entre indivíduos com o grau mínimo e máximo de instrução superava os 20 pontos percentuais no período 2002-2019. Considerando um período temporal semelhante, mas recorrendo a modelos diferentes, Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024) apontam para um impacto global mais modesto, mas sempre significativo. De destacar que os primeiros trabalhos sobre abstenção em Portugal com dados individuais não encontraram uma relação entre a instrução e o voto em eleições legislativas, europeias ou presidenciais (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Nunes, 2005; Cancela, 2012; para uma exceção, ver Magalhães, 2008). Olhando apenas para as legislativas, Cancela & Vicente (2019) também reportam efeitos pífios da instrução formal na abstenção entre 1985 e 2015. Estes padrões estão em consonância com a observação de Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024) de que os efeitos da instrução se tornaram significativos apenas nas eleições (legislativas) mais recentes.

O impacto do rendimento também se demonstrou pouco significativo nos estudos com dados individuais recolhidos entre 1989 e 2004 (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Nunes, 2005). Contudo, tal como no caso da instrução, a sua relevância enquanto preditor da participação eleitoral aumentou nas últimas décadas, mais concretamente a partir de 2005 (Cancela & Vicente, 2019; Cancela & Magalhães, 2020). Se, em 2002, não havia diferenças entre a propensão para o voto de indivíduos situados no primeiro e no último quintis de rendimento, em 2015 tal diferença atingia já os 20 pontos percentuais, tendo passado para cerca de 35 % em 2019 (Cancela & Magalhães, 2020). Em linha com estes padrões, Cancela, Rezende-Matias &

Santana Pereira (2024) reportam a existência de uma relação significativa entre o rendimento e a participação eleitoral em Portugal no período 2002-2022 globalmente considerado. Cancela & Magalhães (2020) verificam ainda a presença de uma clivagem entre o operariado e os trabalhadores dos serviços (maioritários no país) e todas as outras classes profissionais, que beneficiam de melhores recursos económicos e sociais. Os primeiros demonstraram-se muito mais propensos à abstenção eleitoral no período 2002-2016. Em relação à situação profissional, Magalhães (2001, 2008) e Viegas & Faria (2004, 2007) não encontraram uma relação robusta entre pertencer à população ativa e a participação nas legislativas realizadas entre 1999 e 2005. Contudo, estudos mais recentes apontam para que os indivíduos que trabalham votem mais do que os desempregados (Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024), mas menos do que os reformados (Cancela & Magalhães, 2020).

Passemos ao *habitat*, que tem apresentado padrões distintos em termos de impacto na abstenção. Por um lado, os estudos baseados em dados agregados sugerem diferenças de acordo com a eleição em causa. Mais concretamente, nas eleições legislativas há uma maior participação nas zonas urbanas e industriais, e uma maior abstenção em zonas rurais e do interior (Gaspar, 1983; Gaspar, André & Honório, 1984; Freire, 2000, 2001; Freire & Baum, 2001, 2003; Manoel, Costa & Cabral, 2022). O cenário inverte-se nas eleições autárquicas, marcadas por uma participação bastante mais pronunciada nas áreas rurais, onde o sector primário tem uma presença importante (ou em que o sector terciário está menos presente) e cuja densidade populacional é menor (Freire, Martins & Meirinho, 2012; Martins & Veiga, 2013; Tavares & Raudla, 2018; Cancela, 2022; para uma exceção, ver Tavares

& Carr, 2013). Por outro lado, estudos com dados individuais apontam que viver numa zona urbana ou rural não impactou a probabilidade de participar nas eleições legislativas ou presidenciais de há cerca de 25 anos (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002). Viver em localidades com menos habitantes (um válido *proxy* de grau de urbanização) também não influenciou de forma sistemática a propensão para a abstenção nas legislativas e europeias do início do século XXI (Viegas & Faria, 2004, 2007; Nunes, 2005). Estes padrões sugerem que as dinâmicas observadas através dos dados agregados se devam, em grande medida, às variáveis socioeconómicas e seus correlatos atitudinais contemplados nos estudos de nível individual.

Enquanto a frequência de cerimónias religiosas tem tido um impacto não despidendo na abstenção em Portugal, reduzindo a probabilidade de se ficar em casa no dia das eleições (Viegas & Faria, 2004; Magalhães, 2008; Freire, 2009; Cancela, 2012; Cancela & Magalhães, 2020; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024; para uma exceção, ver Nunes, 2005), a pertença a associações e/ou sindicatos não demonstrou ser relevante (Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004; Magalhães, 2008; ver, contudo, Cancela, 2012). Em concreto, Magalhães (2008) verificou que nem a mera pertença nem a exposição a informação e a tentativas de persuasão por parte de associações mobilizaram os eleitores em 2005. De destacar que a densidade de sindicalização nos países de destino fomenta a participação dos cidadãos portugueses emigrados (Belchior *et al.*, 2018). Ainda no campo da mobilização, a exposição a informação sobre política através da televisão e da rádio (mas não dos jornais) surgiu associada a uma menor propensão para a abstenção em 2005 (Magalhães, 2008).

Por fim, um estudo realizado em Portugal demonstrou que o hábito de votar importa, aumentando a probabilidade de participar em eleições europeias (Nunes, 2005).

2.2.2. O que os eleitores pensam importa?

Começamos pelo interesse na política: Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024) apontam para que esta dimensão constitua o mais estável e relevante preditor atitudinal da abstenção em Portugal no período 2022-2022. Estudos de caso focados em contextos eleitorais do final do século xx e início do século XXI também verificaram que exprimir interesse pela política estava associado a probabilidades mais baixas de abstenção, tanto em eleições legislativas como presidenciais ou europeias (Magalhães, 2001, 2008; Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004; Nunes, 2005; Freire, 2009).

A literatura sobre o caso português informa-nos ainda que a identificação partidária é um importante preditor da participação em eleições legislativas desde meados da década de 1980 até 2022 (Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024), bem como nas europeias do final do século xx (Nunes, 2005) e nas presidenciais de 2001 (Freire & Magalhães, 2002). Tal como vimos anteriormente, o padrão é simples: quem não se identifica com qualquer partido tem uma maior probabilidade de se abster. Fazer avaliações idênticas dos líderes partidários, não destacando um entre os demais, está também associado a uma maior propensão para a abstenção (Magalhães, 2008). Por sua vez, Ferreira da Silva & Costa (2019) referem que Portugal é, num conjunto de sete democracias europeias, um dos países onde as avaliações da afabilidade (*warmth*) e competência (*competence*) dos líderes partidários têm um maior impacto na

participação eleitoral. Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024) demonstram que, além das opiniões sobre líderes, a avaliação dos partidos também é importante: quanto mais positivamente se avalia um partido e quanto maior a distância entre essa avaliação e a dos outros partidos, maior a probabilidade de votar.

De destacar que a abstenção eleitoral em eleições legislativas e presidenciais na viragem para o século XXI estava associada a baixos níveis de confiança nas instituições (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004, 2007; Freire, 2009). Por outro lado, em Portugal, os eleitores com atitudes populistas mais vincadas não parecem ser mais propensos a abster-se (Santana Pereira & Cancela, 2020). Já a perceção de eficácia política externa foi-se tornando mais impactante ao longo do tempo, tendo um efeito pouco significativo até às eleições legislativas de 2011 (inclusive) e ganhando uma importância inegável nas eleições posteriores (Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024; ver também Viegas & Faria, 2007).

Tanto quanto pudemos verificar, o impacto do sentimento de dever cívico foi testado em Portugal num único estudo, que demonstrou que entender que o voto é um dever aumenta a intenção de votar no futuro (Pita Barros, 2017). Trata-se de uma lacuna curiosa, dado que o voto é enquadrado como um dever cívico na Constituição da República Portuguesa (como, de resto, na de outros sete países, dois dos quais ex-colónias portuguesas; Birch, 2008). De facto, no artigo 49.º afirma-se que «o exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico».

O que pensamos a respeito da participação dos outros também importa (Magalhães, 2008). Efetivamente, indivíduos que acreditavam que pessoas próximas (o cônjuge, amigos ou conhecidos) votariam

tiveram uma maior probabilidade de participar nas legislativas de 2005, independentemente do seu grau de sofisticação política (embora o peso destas perceções fosse ligeiramente maior no caso dos indivíduos menos sofisticados). Se a pessoa em questão era o cônjuge do inquirido, o impacto desta variável era particularmente forte.

Por fim, as avaliações de natureza económica parecem ter tido algum impacto na participação eleitoral, e de forma mais constante do que as avaliações egotrópicas, no período 2002-2009 (Freire & Santana Pereira, 2012; para o argumento contrário sobre as eleições de 2002, consultar Viegas & Faria, 2004). Ainda assim, a análise de um período mais alargado aponta para que os impactos das avaliações do estado da economia sejam globalmente pouco relevantes (Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024).

2.2.3. Mobilizar os eleitores importa?

Numa subsecção anterior, abordámos um conjunto de variáveis associadas ao modelo da mobilização que dizem sobretudo respeito a características e comportamentos dos eleitores (estado civil, frequência religiosa, associativismo, sindicalização). Em seguida, olhamos para os impactos de instâncias de mobilização por parte de agentes partidários e não partidários a que os eleitores portugueses tenham sido expostos.

Começamos pela mobilização não partidária. Santos, Tavares & Vicente (2022) testaram o impacto de uma mensagem apartidária de incentivo ao voto exibida nos ecrãs de caixas multibanco. A mensagem reforçava junto do utilizador que o voto é um dever cívico e recordava-o da data das eleições autárquicas de 2017. Esta mensagem foi disseminada

nas caixas multibanco em 682 freguesias, selecionadas aleatoriamente, no dia da eleição e nos dois dias anteriores. Os resultados apontaram para um efeito de mobilização muito modesto e não significativo, estimado através da comparação dos dados oficiais de participação eleitoral nas freguesias dotadas de caixas multibanco que exibiram e não exibiram esta mensagem. Contudo, quando se tomou em conta o papel moderador da intensidade da utilização das caixas multibanco, observou-se um impacto significativo na participação eleitoral. Por sua vez, o recurso à aplicação de aconselhamento ao voto *EU Profiler*, no contexto da campanha para as eleições europeias de 2009, esteve associado a uma maior propensão para reportar efeitos de mobilização entre os utilizadores portugueses mais velhos, com níveis mais baixos de eficácia política interna e menos hábitos de consumo de informação sobre política (Lajas & Santana Pereira, 2018).

Quanto ao impacto da mobilização partidária (ou, pelo menos, não neutra) em Portugal, a evidência recolhida no âmbito das legislativas de 2005 mostra que ter-se sido contactado por um partido ou candidato ou receber informação politicamente por parte de uma associação a que se pertence não impactou a probabilidade de votar (Magalhães, 2008).

2.2.4. O contexto importa?

Começamos pela magnitude dos círculos eleitorais. Olhando para as eleições legislativas que tiveram lugar desde 1975, Lago & Costa Lobo (2014) e Limão (2023) argumentam a favor de uma cada vez mais importante relação entre a magnitude dos círculos eleitorais e a participação eleitoral, com maiores índices de participação em círculos que elegem mais deputados. No mesmo sentido, Cancela & Vicente (2019), ao analisarem a participação eleitoral média nas eleições

legislativas de 2009, 2011 e 2015 por círculo eleitoral, descobriram uma discrepância entre círculos eleitorais de maior (Porto, Lisboa e Braga) e menor magnitude (Açores, Bragança, Vila Real) na ordem dos 20 pontos percentuais. Contudo, Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira (2024), considerando um variado conjunto de variáveis de natureza individual, ausentes em estudos agregados como os de Lago & Costa Lobo (2014) e Limão (2023), não encontram uma relação significativa entre a magnitude dos círculos eleitorais e a participação eleitoral, indiciando que tais variáveis poderão mediar a relação entre a magnitude das circunscrições e a abstenção.

Entre os estudos sobre variáveis institucionais e abstenção em Portugal, encontram-se vários que se debruçam sobre as eleições autárquicas e recorrem a dados agregados. Por exemplo, Freire, Martins & Meirinho (2012), Martins & Veiga (2013) e Tavares, Raudla & Silva (2018) reportaram efeitos positivos da existência de candidaturas de grupos de cidadãos independentes nas taxas de participação. Ao mesmo tempo, replicam os padrões reportados por Martins (2009), verificando que o tamanho do eleitorado (usado como *proxy* da magnitude do círculo eleitoral autárquico) tem um efeito contrário ao esperado, com a abstenção a ser mais baixa em contextos em que a população é menor, enquanto a competitividade das eleições fomenta a participação. Os autores sugerem que o padrão relativo à magnitude dos círculos eleitorais se deverá ao impacto mobilizador da proximidade entre eleitores e candidatos autárquicos, que é naturalmente maior em *habitats* mais pequenos. Esta leitura é reforçada pelo facto de o *habitat* não parecer ser relevante para explicar a abstenção em eleições legislativas, em que a questão da proximidade não se coloca da mesma maneira (Viegas & Faria, 2004, 2007). Por

outro lado, em contextos mais pequenos os eleitores podem ter uma maior noção de que o seu voto pode ser mais decisivo (Downs, 1957; ver também Geys, 2006a; Cancela & Geys, 2016; Stockemer, 2017). O decréscimo da participação nas eleições autárquicas em freguesias fundidas na sequência da reforma de 2013 atesta o importante papel da dimensão da unidade política neste fenómeno (Rodrigues & Tavares, 2020). Além disso, Veiga & Veiga (2018) verificaram que a introdução do limite de mandatos ao nível municipal teve um efeito positivo na participação em eleições autárquicas em Portugal. A fragmentação do sistema partidário ao nível municipal, por outro lado, deprime a participação (Martins & Veiga, 2013).

Por fim, usando também dados agregados, mas olhando desta vez para a abstenção dos emigrantes em eleições legislativas, presidenciais e europeias no período 1983-2015, Belchior *et al.* (2018) mostram que a disponibilização da possibilidade de voto postal estimulou a participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro.

2.3. Modelo de análise

Os objetivos deste estudo implicam um afastamento da abordagem convencional nos estudos sobre abstenção, focada na participação num ato eleitoral específico e num momento circunscrito no tempo. Em vez disso, e tal como detalhamos no próximo capítulo, procuramos explicar duas variáveis dependentes de um carácter mais amplo e estrutural: por um lado, a propensão para participar em diferentes tipos de eleições (legislativas, presidenciais, autárquicas e europeias) e, por outro, uma tipologia agregada de perfis de participação, que distingue eleitores num contínuo que vai dos mais participativos aos sistematicamente abstencionistas.

A natureza deste estudo tem, assim, consequências importantes ao nível da seleção das variáveis explicativas a incluir no modelo de análise: em vez de privilegiarmos fatores de natureza conjuntural ou suscetíveis de variação em função de ciclos políticos e eleitorais, optámos por focar a análise em variáveis que tenderão a apresentar maior rigidez e estabilidade no tempo. O nosso objetivo passa, assim, por captar predisposições e padrões de comportamento eleitoral que transcendem o contexto específico de uma eleição, permitindo uma análise mais robusta dos fatores estruturais que moldam a relação dos cidadãos com a participação eleitoral em sentido lato.

Foi neste quadro que seleccionámos um conjunto de variáveis explicativas que refletem características sociodemográficas e predisposições que consideramos serem relativamente mais estáveis. Entre as primeiras, incluímos o género, a idade, a classe social^B, o nível de instrução, a área de residência (urbana ou rural), a condição de proprietário da habitação, a pertença a uma minoria (definida pela origem étnica ou pelo histórico de aquisição da nacionalidade), a religiosidade e a distância ao local de voto. Uma boa parte destas dimensões enquadra-se no modelo dos recursos ou em debates clássicos sobre desigualdades sociais e participação eleitoral, mas há também um fator explicativo enquadrável no modelo político-institucional — a distância ao local de voto, que pode igualmente ser associada ao modelo da escolha racional — e outro que apresentámos no quadro do modelo da mobilização — a religiosidade. São variáveis com impacto bem documentado na maior parte dos casos ou relativamente às quais os resultados sobre o seu impacto no caso português são ambíguos, e que têm pouca tendência para variar abruptamente

num curto intervalo de tempo; como tal, reúnem as condições para explicar padrões agregados de envolvimento eleitoral.

Paralelamente, incluímos um conjunto de variáveis atitudinais que, segundo a literatura, apresentam uma relação mais consistente e prolongada com a propensão para votar: o interesse pela política, a identificação partidária, a confiança nas instituições e o sentimento de dever cívico. Estas atitudes e crenças, ainda que passíveis de alguma evolução ao longo do tempo, tendem a refletir processos de socialização e de formação de disposições mais enraizadas, parecendo-nos indicadas para explicar padrões estáveis de comportamento eleitoral.

O reverso da medalha teórico-metodológica que aqui expomos é haver um conjunto de variáveis cuja natureza conjuntural, ou provável variação entre eleições, as torna menos adequadas ao objetivo analítico deste estudo. A título de exemplo, apesar da sua relevância em muitos estudos sobre participação eleitoral, o estado civil e a situação profissional foram excluídos, dada a sua elevada sensibilidade ao ciclo de vida e ao contexto socioeconómico, podendo sofrer alterações significativas num curto intervalo. Da mesma forma, não considerámos variáveis relacionadas com esforços de mobilização partidária ou não partidária — incluindo contactos diretos e campanhas de incentivo ao voto — devido ao seu carácter altamente episódico e dependente da dinâmica de cada campanha eleitoral. Excluímos ainda variáveis como a exposição a informação nos *media* ou a participação em associações e sindicatos. Embora possam atuar como fatores de mobilização, estas dimensões apresentam-se também como mais reativas ao contexto e às oportunidades políticas do momento (Brady, Verba & Schlozman, 1995). Finalmente, evitámos incorporar indicadores como a eficácia política externa ou as perceções de desempenho

económico (sejam elas egotrópicas ou sociotrópicas), por considerarmos que captam avaliações conjunturais ou respostas imediatas ao estado do sistema político e da economia, sendo também mais dependentes da avaliação do executivo que circunstancialmente governe (Magalhães, 2017), e, como tal, menos adequadas ao tipo de análise de propensão geral que nos propomos realizar. Ao tomarmos estas decisões, procurámos assegurar a coerência entre a natureza das nossas variáveis dependentes e o perfil das variáveis explicativas incluídas nos modelos que apresentamos no próximo capítulo.

Capítulo 3

Um direito que (para alguns) é um dever: uma análise estatística dos perfis de propensão para a participação eleitoral

João Cancela e José Santana Pereira

A análise de dados individuais provenientes de amostras representativas da população é, desde meados do século passado, uma das principais formas de estudar o comportamento político dos cidadãos em regimes democráticos (Campbell *et al.*, 1960; Anduiza & Tormos, 2022). Se nos limitarmos ao campo mais restrito da participação eleitoral, é mesmo seguro afirmar que esta técnica tem sido a mais usada para compreender o que leva alguns cidadãos a votar e outros a abster-se, estando na base de boa parte dos estudos analisados no capítulo anterior. Apesar das significativas inovações metodológicas introduzidas nos últimos anos — seja no desenho de amostras, na diversificação dos mecanismos de recolha de respostas ou na integração de componentes experimentais para facilitar o estabelecimento de inferências causais —, as bases fundamentais deste método permanecem inalteradas: na sua essência, trata-se de tomar os indivíduos como unidades de análise, permitindo examinar de que forma é que diferentes atributos socio-demográficos, atitudes ou experiências de vida se relacionam com a decisão de votar (ou não) numa eleição específica.

Este capítulo apresenta os resultados de uma análise realizada com base nos dados resultantes da aplicação de um inquérito entre o final

de 2021 e o início de 2022. O inquérito foi elaborado de raiz com o objetivo principal de estudar os fatores que determinam a participação eleitoral, introduzindo um conjunto de inovações em relação a investigações previamente realizadas em Portugal. A sua principal marca distintiva consiste na inclusão de perguntas que avaliam a propensão para participar em eleições para diferentes órgãos. Esta abordagem permite expandir o foco de análise, tradicionalmente restrito a uma eleição legislativa específica. O questionário foi estruturado para captar não só o comportamento eleitoral na eleição mais recente como, sobretudo, a predisposição para votar ao longo de um período temporal mais extenso. Esta abordagem possibilita uma visão abrangente da relação dos portugueses com as eleições e, de forma mais ampla, com a política.

O capítulo está estruturado em cinco secções principais, que se juntam a esta introdução e a uma conclusão. Na próxima secção, detalha-se o processo de recolha de dados e caracteriza-se a amostra, incluindo informações sobre a preparação do questionário, a metodologia de seleção dos participantes, a composição demográfica da amostra e as estratégias seguidas para potenciar a confiança de que os resultados

obtidos são extrapoláveis para o eleitorado português como um todo. Descreve-se ainda o processo de construção da variável dependente. A segunda secção expõe os resultados da análise dos efeitos de atributos sociodemográficos, permitindo compreender de que forma a propensão para participar em diferentes eleições se relaciona com variáveis como o género, a idade, a classe social, a zona onde se habita, a religiosidade, a situação habitacional e a pertença a uma minoria. A terceira secção examina em que medida um leque de atitudes em relação ao sistema político (o interesse na política, a satisfação com a democracia, a proximidade a um partido político, a confiança nas instituições e o sentimento de dever cívico) constituem preditores efetivos da propensão para votar. A quarta secção procura potenciar os resultados das duas secções apresentando os resultados de uma análise multivariada. Por fim, a quinta secção desloca o foco de análise para um estudo de caso concreto, avaliando os motivos avançados por indivíduos com diferentes atributos sociodemográficos para terem participado, ou não, nas eleições autárquicas de 2021.

3.1. Metodologia

Como já revelado, os dados analisados neste capítulo resultam de um inquérito aplicado a uma amostra da população portuguesa. Tal como em qualquer estudo de opinião pública, o planeamento, a aplicação e a análise de um inquérito exigem decisões metodológicas interdependentes, com impacto nos resultados (Anduiza & Tormos, 2022). Este ponto é especialmente relevante não apenas para que o instrumento desenvolvido permita descrever tão bem quanto possível uma amostra específica, mas em particular para garantir a validade das inferências — isto é, a extrapolação dos resultados para uma população mais ampla. Assim, procurámos assegurar que os resultados

obtidos junto da nossa amostra permitissem generalizações robustas para o universo estatístico em análise: os eleitores portugueses residentes em território nacional.

Nesta secção, detalham-se as principais opções metodológicas tomadas para atingir este objetivo. Apresentam-se, em primeiro lugar, as etapas do processo de recolha dos dados. Seguidamente, explica-se a elaboração de um ponderador para corrigir assimetrias nos níveis de escolaridade entre a amostra e o universo de referência. Por fim, apresenta-se a estratégia de operacionalização da variável dependente utilizada nas análises reportadas neste e nos dois capítulos seguintes.

3.1.1. Recolha de dados

O primeiro passo neste processo foi a construção do instrumento de recolha. O desenho do questionário foi precedido pela revisão da literatura sobre participação eleitoral em Portugal e noutras democracias reportada no capítulo anterior. Numa fase subsequente, analisaram-se bases de dados de opinião pública provenientes de estudos já concluídos ou em curso, tanto no contexto português como internacional. Entre os projetos internacionais considerados, destacam-se o *American National Election Studies*, o *Comparative National Election Project*, o *Canadian Municipal Election Study*, o *European Social Survey* e o *Eurobarómetro*. No caso de Portugal, mereceram especial atenção as sucessivas edições do *Estudo Eleitoral Português* e de diversos projetos conduzidos no âmbito do CIES-Iscte e do ICS-ULisboa que se têm debruçado sobre o envolvimento político dos portugueses.

O questionário foi concebido para possibilitar uma comparação sistemática dos padrões de participação em diferentes tipos de eleições,

abrangendo também dimensões como preferências políticas, atitudes em relação à política local e nacional, percepções do impacto da abstenção e opiniões relativas a medidas para a mitigar. Duas versões preliminares — para inquirição telefónica e *online* — foram discutidas num *workshop* realizado a 11 de novembro de 2021, envolvendo especialistas com experiência em estudos sobre participação eleitoral. Este encontro foi crucial para aperfeiçoar os questionários e consolidar opções metodológicas, incluindo a introdução de componentes experimentais cuja análise será apresentada nos Capítulos 4 e 5.

O trabalho de campo foi realizado em parceria com a GfK, uma empresa especializada em estudos de opinião, e decorreu entre 13 de dezembro de 2021 e 29 de janeiro de 2022. O universo abrangeu indivíduos com 18 ou mais anos, residentes em lares privados em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas. A amostra incluiu 2405 participantes. Os dados foram recolhidos através de um modelo de inquirição misto: 1258 entrevistas *online* (CAWI) e 1147 entrevistas telefónicas (CATI). Em ambos os casos, a amostra foi estratificada com base em três variáveis: região (NUTS II), sexo e idade. A duração média do inquérito foi de 23 minutos e 58 segundos para os participantes que responderam *online* e de 27 minutos e 18 segundos para os entrevistados por telefone, refletindo ligeiras diferenças no ritmo e no formato das perguntas conforme o modo de aplicação.

A Tabela 3.1 apresenta uma caracterização dos inquiridos segundo variáveis fundamentais como idade, educação, sexo e local de residência, proporcionando um retrato detalhado da composição da amostra.

Tabela 3.1 Distribuição de atributos na amostra e na população portuguesa

Atributo	Amostra (%)	População portuguesa
Sexo: feminino	53 %	52 % *
Sexo: masculino	47 %	48 % *
Região: Norte	35 %	36 % **
Região: Centro	21 %	22 % **
Região: Área Metropolitana de Lisboa	29 %	26 % **
Região: Alentejo	7 %	7 % **
Região: Algarve	4 %	4 % **
Região: R. A. dos Açores	2 %	2 % **
Região: R. A. da Madeira	2 %	3 % **
Escalão etário: 18-30	16 %	15 % ***
Escalão etário: 31-54	44 %	40 % ***
Escalão etário: 55+	40 %	45 % ***
Instrução: inferior ao primeiro ciclo	1 %	6 % ****
Instrução: Básico (1.º ciclo)	5 %	22 % ****
Instrução: Básico (2.º e 3.º ciclos)	11 %	27 % ****
Instrução: Secundário e pós-secundário	41 %	25 % ****
Instrução: Superior	43 %	20 % ****

* Base de Dados do Recenseamento Eleitoral

** População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos (2021)

*** Base de Dados do Recenseamento Eleitoral

**** População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos (2021)

3.1.2. Ponderador

Uma análise preliminar dos dados apresentados na Tabela 3.1 indica que os desvios em relação às variáveis idade, região e sexo são relativamente pequenos, o que sugere que a amostra é, em grande parte, representativa dessas características da população nacional. Isso

significa que, no que toca a a essas variáveis, a amostra está bem alinhada com a população portuguesa. No entanto, ao examinar o perfil educacional da amostra, observa-se uma diferença significativa face à população-alvo: há uma proporção consideravelmente maior de indivíduos com níveis elevados de escolaridade, em particular com diplomas universitários. Essa diferença é relevante na medida em que é plausível que pessoas com diferentes níveis educacionais possam apresentar comportamentos, atitudes e opiniões políticas distintas. A qualidade das inferências e das extrapolações poderia ser afetada se esta discrepância não fosse objeto de resposta.

Para corrigir essa assimetria e aproximar a amostra, tanto quanto possível, ao universo de referência, foi utilizada uma técnica amplamente empregada em estudos de amostragem: a aplicação de ponderadores ou pesos (*weights*). A ponderação é um processo estatístico que ajusta a amostra de modo a refletir mais fielmente a distribuição real das características da população (Bailey, 2024), neste caso, especificamente no que diz respeito ao nível educacional. Sem a aplicação de ponderadores, todos os casos na amostra têm o mesmo peso na análise, o que significa que as opiniões ou características de indivíduos pertencentes a grupos com um peso maior na amostra teriam o mesmo impacto nos modelos do que as opiniões de inquiridos pertencentes a grupos menos representados face ao seu peso na população. Ao aplicar a ponderação, cada caso recebe um peso calculado para corrigir as diferenças entre os perfis educacionais da amostra e os da população. Esse ajuste permite que os modelos estatísticos tenham em conta a assimetria presente na amostra em termos de escolaridade, tornando os resultados mais representativos da realidade nacional e minimizando possíveis vieses que poderiam comprometer a validade das conclusões e a possibilidade de as extrapolar.

Para calcular os ponderadores, recorreremos aos dados sobre a distribuição dos níveis de escolaridade na população recolhidos nos Censos de 2021. Com base nesses dados, foram geradas várias alternativas de ponderadores que ajustam o peso relativo das observações, conferindo maior peso a grupos sub-representados e reduzindo o impacto de grupos sobrerrepresentados na amostra. A necessidade de comparar diferentes formas de operacionalizar este ponderador justifica-se por se tratar de uma operação que envolve um compromisso: uma maior aproximação da distribuição de inquiridos na amostra num número mais elevado de categorias implicaria teoricamente uma correspondência mais próxima entre a amostra e a população-alvo, mas poderia, por outro lado, implicar uma desvalorização acentuada de um número relevante de observações, diminuindo assim o poder estatístico ao nosso dispor e, como tal, a capacidade de estabelecer inferências a partir da amostra. Realizámos, assim, um conjunto de cálculos para diferentes operacionalizações do ponderador, tendo a opção final recaído sobre a criação de uma variável definida em função da pertença a um de dois grandes grupos na população: sem ensino superior e com ensino superior completo. Na prática, a opção tomada implica que, para efeitos inferenciais, às observações relativas a indivíduos sem educação superior se atribui uma importância mais elevada face à sua presença na amostra, sucedendo o oposto em relação aos inquiridos licenciados, mestres e doutorados, conforme descrito na Tabela 3.2. Este ajuste contribui para a robustez dos resultados, garantindo maior representatividade e fiabilidade das inferências feitas a partir da amostra.

Tabela 3.2 Cálculo de ponderadores

Categoria de escolaridade	Proporção na amostra (A)	Proporção no universo (B)	Ponderador (B/A)
Sem ensino superior	57	80	1,42
Superior	43	20	0,46

3.1.3. Operacionalização da variável dependente

Um dos objetivos centrais deste estudo é analisar a participação em mais do que um tipo de eleição, o que introduz uma maior complexidade na definição da variável que pretendemos explicar. Ao contrário da abordagem mais comum na literatura, que utiliza uma medida binária de participação («Votou»/«Não votou») numa eleição específica, este estudo requereu uma operacionalização da participação eleitoral mais sofisticada, que permitisse captar padrões de participação em diferentes tipos de eleições (Golder *et al.*, 2017) e numa perspetiva temporal mais ampla (Bhatti *et al.*, 2019). As bases teóricas desta abordagem remontam a alguns dos fundadores dos estudos modernos sobre o comportamento eleitoral, nomeadamente Campbell (1960), que cunhou a distinção entre votantes nucleares e periféricos.

O ponto de partida para este estudo multidimensional da participação eleitoral são quatro medidas ordinais, uma para cada tipo de eleição, e todas baseadas na pergunta: «Quando há eleições, vota sempre, quase sempre, às vezes, quase nunca ou nunca?» Ao desdobrar esta pergunta em quatro possibilidades de resposta — uma para cada tipo de eleição que se realiza em todo o território nacional (legislativas, presidenciais, europeias e autárquicas) permitimos que os inquiridos especificassem diferentes níveis de propensão para votar a partir do seu próprio percurso de vida enquanto eleitores (Figura 3.1).

Figura 3.1 Itens do questionário que medem a propensão para participar eleitoralmente

«Quando há eleições vota sempre, quase sempre, às vezes, quase nunca ou nunca? Responda separadamente para cada um dos seguintes tipos de eleições» (A ordem pela qual as quatro eleições eram apresentadas variava aleatoriamente entre inquiridos)

Eleições autárquicas

1. Vota sempre	2. Vota quase sempre	3. Vota às vezes	4. Vota quase nunca	5. Nunca vota
----------------	----------------------	------------------	---------------------	---------------

Eleições presidenciais

1. Vota sempre	2. Vota quase sempre	3. Vota às vezes	4. Vota quase nunca	5. Nunca vota
----------------	----------------------	------------------	---------------------	---------------

Eleições legislativas

1. Vota sempre	2. Vota quase sempre	3. Vota às vezes	4. Vota quase nunca	5. Nunca vota
----------------	----------------------	------------------	---------------------	---------------

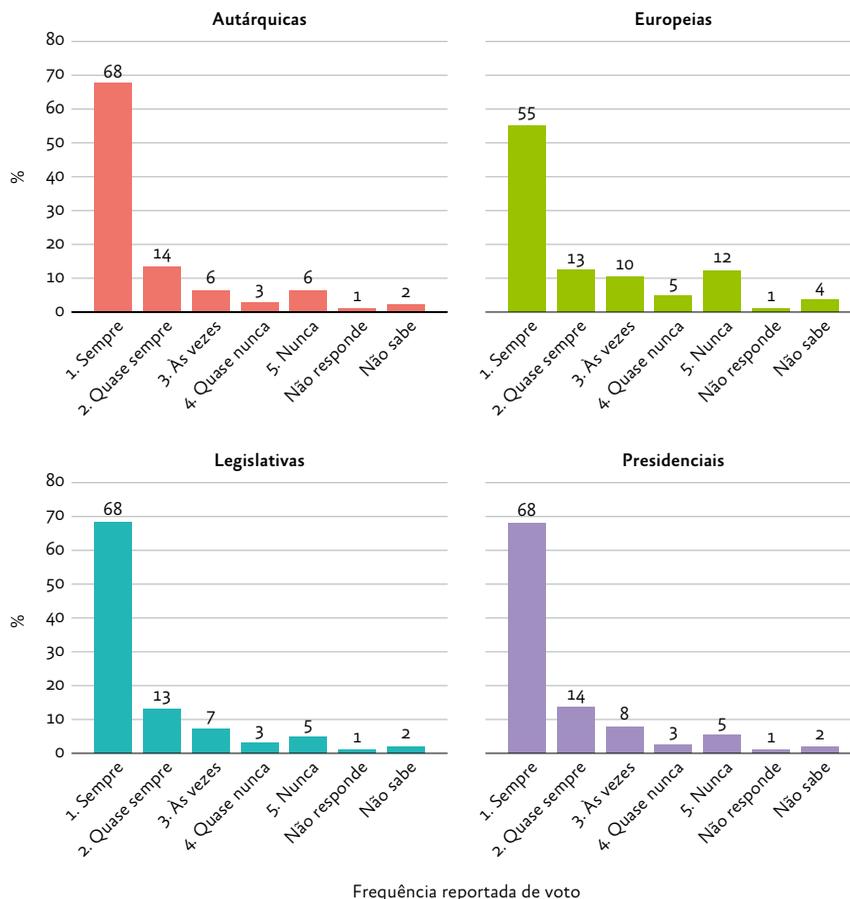
Eleições para o Parlamento Europeu

1. Vota sempre	2. Vota quase sempre	3. Vota às vezes	4. Vota quase nunca	5. Nunca vota
----------------	----------------------	------------------	---------------------	---------------

A Figura 3.2 apresenta a distribuição das frequências reportadas de votos nos quatro tipos de eleições. Os resultados revelam que a participação declarada é mais elevada nas eleições legislativas, presidenciais e autárquicas: 68 % dos inquiridos afirmaram votar sempre nestes escrutínios. As eleições europeias destacam-se pelo menor nível de participação reportada, com 55 % dos inquiridos a indicar que votam sempre.

Verifica-se ainda que entre 13 % e 14 % dos inquiridos reportam votar «quase sempre» nos quatro tipos de eleições consideradas.

Figura 3.2 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições



À medida que analisamos categorias de participação menos frequentes, nota-se uma maior desmobilização nas eleições para o Parlamento Europeu (Figura 3.2). Enquanto apenas 5 % dos inquiridos afirmaram nunca votar nas eleições legislativas, este valor sobe para 12 % nas europeias. Tendências semelhantes observam-se nas categorias «quase nunca» e «às vezes», que apresentam percentagens mais elevadas para este tipo de sufrágio do que para os restantes atos eleitorais. A categoria «não sabe» e as não-respostas representam uma fração residual dos inquiridos, não ultrapassando os 5 % em nenhum dos cenários analisados. Estes resultados ilustram um padrão já documentado: as eleições europeias apresentam um nível mais baixo de participação.

Até este ponto, reportámos os resultados relativos a cada tipo de eleição de forma isolada. No entanto, como temos vindo a sublinhar, a análise da participação eleitoral pode ganhar em profundidade quando se considera o cruzamento das quatro variáveis relativas à participação em diferentes tipos de eleições (autárquicas, presidenciais, legislativas e para o Parlamento Europeu).

Para agregar a informação relativa às quatro perguntas, uma estratégia possível de análise seria construir um índice aditivo de participação. No entanto, esta abordagem apresenta limitações significativas; desde logo, pontuações idênticas poderiam corresponder a perfis de participação substancialmente distintos. A título de exemplo, um eleitor que votasse sempre em dois tipos de eleição, mas nunca nos outros dois, teria uma pontuação semelhante à de alguém que votasse às vezes em todas as eleições. Além disso, a atribuição de valores numéricos a categorias ordinais levanta questões quanto à sua validade substantiva — será que a diferença entre «às vezes» e «quase nunca» é comparável à diferença entre «às vezes» e «quase sempre»? Face à estrutura dos dados,

a arbitrariedade subjacente à escala numérica poderia comprometer a interpretação dos resultados.

Para garantir que a análise captura padrões de forma substantiva e informativa, optámos por construir uma tipologia qualitativa de perfis de participação. Esta tipologia é inspirada pelo trabalho seminal de Angus Campbell (1960), que cunhou a distinção entre eleitores nucleares, que participam por norma em todas as eleições, e os periféricos, que votam apenas quando os estímulos para tal são suficientemente fortes. Mais recentemente, Bhatti *et al.* (2019) fizeram uso de dados de painel dinamarqueses, com registos validados de participação em três eleições realizadas entre 2013 e 2015, para estabelecer uma classificação dos eleitores com base no número de eleições em que estes participaram. Esta abordagem permitiu aos autores estudar aquilo que designam por participação cumulativa de um painel de 2,1 milhões de cidadãos dinamarqueses, concluindo que, num contexto de elevada participação como o dinamarquês, cerca de metade dos cidadãos são eleitores regulares, enquanto aproximadamente 40 % flutuam entre as três eleições e 10 % se absterem em todas.

Esta opção tem a vantagem de permitir definir uma variável mais complexa do que a participação num só ato eleitoral, mas é difícil de operacionalizar em casos como o nosso, em que não se dispõe de dados de painel, os quais exigem recursos particularmente avultados. Assim, optámos por operacionalizar a nossa variável a partir das propensões de voto referidas acima e esquematizadas na Figura 3.1. Após uma análise cuidada da distribuição das respostas, definimos quatro perfis de eleitores, procurando assegurar a consistência interna das categorias, mas também identificar categorias de eleitores facilmente interpretáveis.

1. Os «votantes assíduos» são os eleitores que afirmam participar sempre em todos os tipos de eleição. Estes indivíduos apresentam um padrão de participação consistente, independentemente do tipo de escrutínio.
2. Os «votantes frequentes» são eleitores que reportam votar «quase sempre» em pelo menos um tipo de eleição, votando «sempre» nos restantes — e nunca menos do que isso. Embora não atinjam o nível de consistência dos votantes assíduos, demonstram uma elevada propensão para participar em contextos eleitorais, com exceções pontuais.
3. O grupo dos «votantes intermitentes» é composto por indivíduos que apresentam um padrão de participação inconsistente: afirmam votar «sempre» ou «quase sempre» em pelo menos um tipo de eleição, mas tendem a votar só «às vezes», «quase nunca» ou «nunca» noutros. Este perfil reflete graus de investimento eleitoral variáveis, dependendo do tipo de eleição em causa, sugerindo que fatores como a relevância percebida da eleição ou motivações contextuais podem influenciar a decisão de votar.
4. Por fim, os «abstencionistas recorrentes» afirmam votar «nunca», «quase nunca» ou «às vezes», seja qual for o tipo de eleição — e nunca mais frequentemente do que isso. A inclusão da categoria «às vezes» como ponto de corte justifica-se pela importância de considerar fenómenos como a abstenção não assumida e a tendência para a sobrestimação da própria participação, observados em estudos de opinião pública (Bernstein, Chadha & Montjoy, 2001). Os eleitores pertencentes a este perfil mantêm uma alta propensão para se absterem mesmo em escrutínios tradicionalmente considerados mais salientes, como as eleições legislativas, refletindo um envolvimento eleitoral muito baixo ou nulo.

Esta tipologia fornece uma estrutura analítica que permite captar as nuances dos padrões de participação eleitoral, facilitando a análise comparativa e a interpretação substantiva dos resultados. Na nossa amostra, há uma maioria de inquiridos identificáveis como votantes assíduos (54 %), seguidos pelos votantes intermitentes (18 %), pelos votantes frequentes (12 %) e pelos abstencionistas recorrentes (12 %). Não dispomos de informação relativamente a 4 % dos inquiridos, que disseram não saber ou recusaram-se a responder à questão sobre a sua propensão de voto relativamente a pelo menos uma das eleições. Embora seja plausível que estes eleitores que não reportam a sua propensão para participar em diferentes tipos de eleições tenham maior tendência a abster-se, tomámos a opção mais conservadora de não os classificar enquanto tal.

De qualquer forma, e como é frequente em estudos sobre este tópico, existe na nossa base de dados uma aparente sobrerrepresentação de indivíduos que afirmam votar face aos valores oficiais de participação eleitoral que examinámos no primeiro capítulo. Há três explicações possíveis, não mutuamente exclusivas, para que tal suceda. A primeira é que, apesar dos esforços de amostragem e de construção de ponderador, exista um enviesamento na amostra que possa ter conduzido a uma sub-representação de abstencionistas. A segunda explicação prende-se com o conhecido efeito de desejabilidade social, que leva alguns indivíduos a declarar que votaram, mesmo quando não o fizeram, devido à perceção de que o ato de votar é socialmente valorizado (Belli *et al.*, 1999). O terceiro ponto é mais idiossincrático do caso português e prende-se com algo que foi já apontado no Capítulo 1 e documentado em maior pormenor em Cancela, Santana Pereira & Narciso (2023): existe uma discrepância não negligenciável entre o número de

eleitores recenseados e os cidadãos portugueses que efetivamente residem em território nacional. Nesse sentido, a magnitude da inflação de votantes em relação aos que, de facto, tendem a abster-se será menos expressiva do que uma comparação face aos números oficiais faria supor.

3.2. Participação eleitoral e perfis sociodemográficos

Nesta secção, mostramos como varia o perfil de participação eleitoral dos inquiridos em função de atributos sociodemográficos. À semelhança de trabalhos anteriores que têm explorado as bases sociais do voto em diferentes partidos (Plutzer, 2017; Cancela & Magalhães, 2020; Boix & Riba, 2000), procuramos compreender que grupos na sociedade são mais propensos a apresentar um diferente perfil de participação. Para cada uma das variáveis examinadas, procedemos em duas etapas: numa primeira fase, corremos modelos bivariados de regressão logística ordinal⁹ para a propensão de voto em cada tipo de eleição, com os cinco níveis (desde «nunca vota» a «vota sempre») como categorias independentes. Num segundo momento, estimamos como é que cada uma das variáveis independentes se associa às quatro categorias de eleitores que definimos na secção anterior — votantes assíduos, votantes frequentes, votantes intermitentes e abstencionistas recorrentes, também neste caso através de uma regressão logística ordinal. Os modelos utilizam ponderação amostral (*survey weighting*), pelos motivos apresentados na secção anterior, o que significa que as estimativas são ajustadas para corrigir eventuais distorções na representatividade da amostra, garantindo que os resultados refletem melhor a população-alvo.

3.2.1. Género

Tal como referimos no capítulo anterior, a relação entre género e propensão para a participação eleitoral não é constante nem estática. De forma geral, os países podem ser agrupados em três categorias: aqueles onde os homens votam mais do que as mulheres, aqueles onde sucede o contrário, e um terceiro grupo onde não se registam diferenças estatisticamente significativas.

A nossa análise sugere que Portugal se enquadra na terceira categoria. Considerando o conjunto das eleições realizadas no país, as diferenças de participação entre homens e mulheres não atingem os limiares convencionais de significância estatística (Figura 3.3). A única exceção parcial verifica-se nas eleições presidenciais, em que a proporção de quem diz votar sempre é ligeiramente superior entre as mulheres (74 %) face aos homens (70 %), numa diferença que se aproxima da significância estatística sem, contudo, alcançá-la. De notar que esta análise não confirma o padrão identificado por Dassonneville & Kostelka (2021) com dados recolhidos até 2014, que apontava para a existência em Portugal de uma importante disparidade de género, desfavorável às mulheres, na propensão para participar nas eleições europeias.

A análise da Figura 3.4 corrobora esta conclusão: a probabilidade de um inquirido e de uma inquirida tirados à sorte apresentarem um dado perfil de participação é fundamentalmente idêntica. Assim, os nossos dados sugerem que os eleitores e as eleitoras não apresentam diferenças significativas de propensão para o voto.

Figura 3.3 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do género

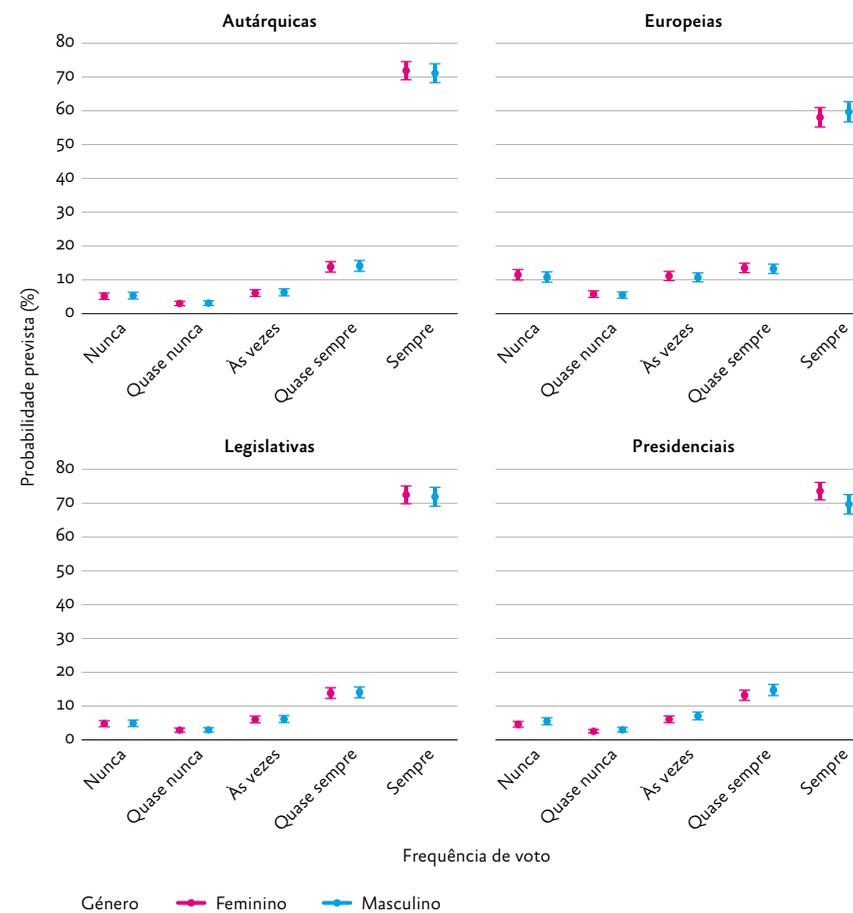
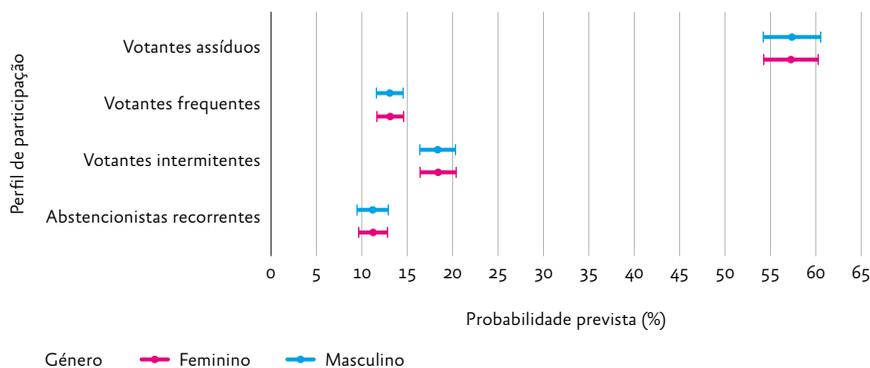


Figura 3.4 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do género



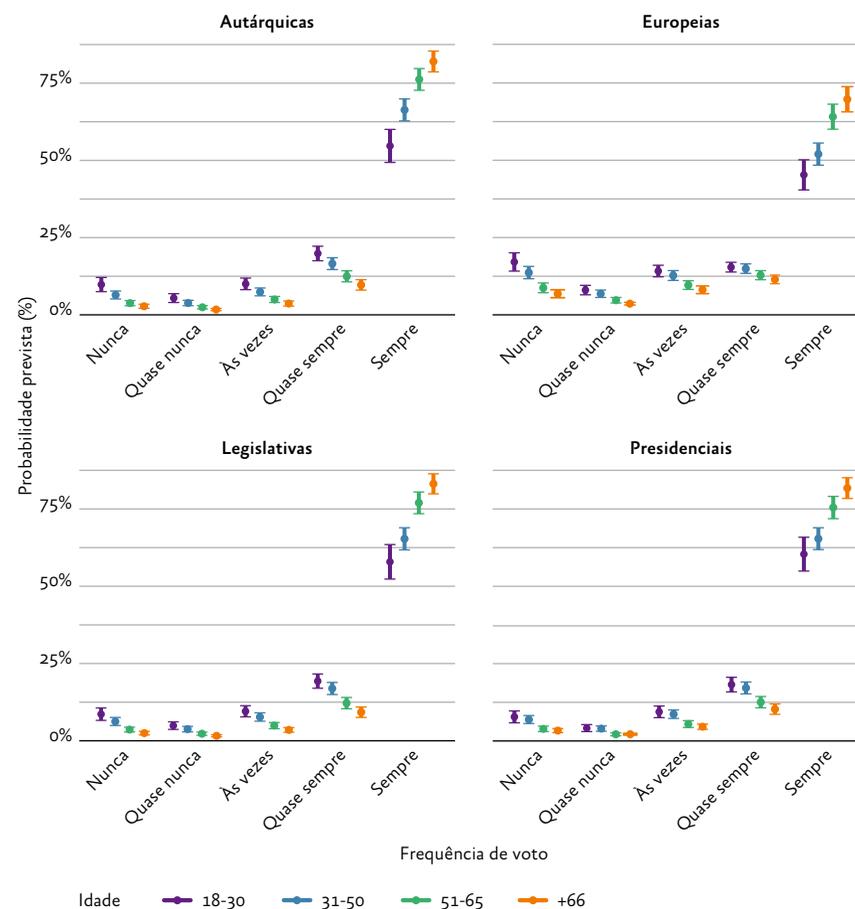
3.2.2. Idade

Se o género se pauta por uma ausência de efeitos discerníveis na propensão para a participação, o caso da idade é vincadamente distinto. Com efeito, e tal como discutido no capítulo anterior, a relação entre a idade e a propensão para votar constitui um padrão amplamente documentado na literatura, no sentido em que a participação tende a aumentar com a idade.

Os resultados apresentados na Figura 3.5 confirmam esta relação. Em todas as eleições analisadas, verifica-se um gradiente etário claro: os indivíduos mais velhos reportam níveis mais elevados de participação eleitoral do que os mais jovens. Esta tendência é particularmente evidente na categoria de resposta «sempre», em que a diferença entre os eleitores mais jovens e os mais velhos é notória: nas eleições legislativas, 58 % dos inquiridos entre os 18 e os 30 anos afirmam votar sempre, percentagem que sobe para 83 % entre os indivíduos com

66 ou mais anos. Padrões semelhantes verificam-se nas eleições autárquicas (55 % no grupo mais jovem contra 82 % no grupo mais velho), europeias (45 % vs. 70 %) e presidenciais (60 % vs. 82 %).

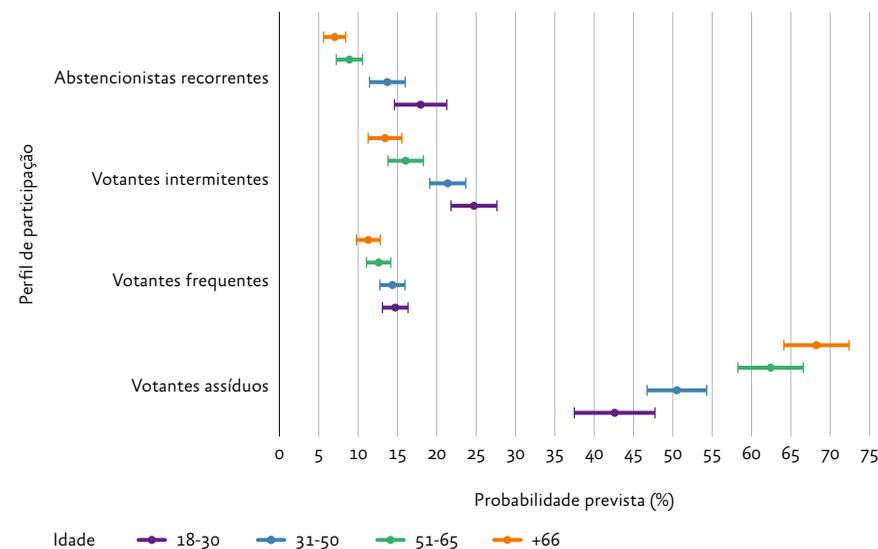
Figura 3.5 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do escalão etário



Por outro lado, nunca votar é mais comum entre os mais jovens (Figura 3.5). No caso das legislativas, 8 % dos inquiridos entre os 18 e os 30 anos indicam que nunca votam, mas esta percentagem diminui para 2 % entre os eleitores com 66 ou mais anos. Padrões semelhantes verificam-se nas eleições europeias (17 % vs. 7 %), autárquicas (10 % vs. 3 %) e presidenciais (8 % vs. 3 %). Os dois grupos intermédios (31-50 e 51-65) apresentam uma posição a meio caminho entre estes dois extremos, com estimativas mais próximas ora do escalão dos mais jovens (no caso do grupo com 31-50 anos), ora do escalão dos mais velhos (no caso do grupo com 51-65 anos).

A Figura 3.6 reforça esta conclusão ao representar a probabilidade de um indivíduo apresentar um determinado perfil de participação em função da sua idade. No caso do voto assíduo, a diferença entre grupos etários é expressiva: no grupo dos 18-30 anos, pouco mais de 40 % dos inquiridos enquadram-se nesta categoria, enquanto no grupo dos 66 ou mais anos este valor roça os 70 %. Em contraste, entre os mais jovens, a fatia de abstencionistas recorrentes aproxima-se dos 20 %, enquanto no grupo dos mais velhos apenas 7 % dos inquiridos apresentam este perfil.

Figura 3.6 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do escalão etário



Em termos globais, os dados sugerem que a idade é um fator a ter em conta na análise da participação eleitoral em Portugal. O contraste entre faixas etárias é evidente, com os mais velhos a apresentarem uma participação substancialmente mais elevada do que os mais jovens. Este padrão é particularmente expressivo no que toca à participação regular, sublinhando a necessidade de compreender os mecanismos específicos que afastam os eleitores mais jovens das urnas — algo que procuramos concretizar numa secção posterior deste capítulo.

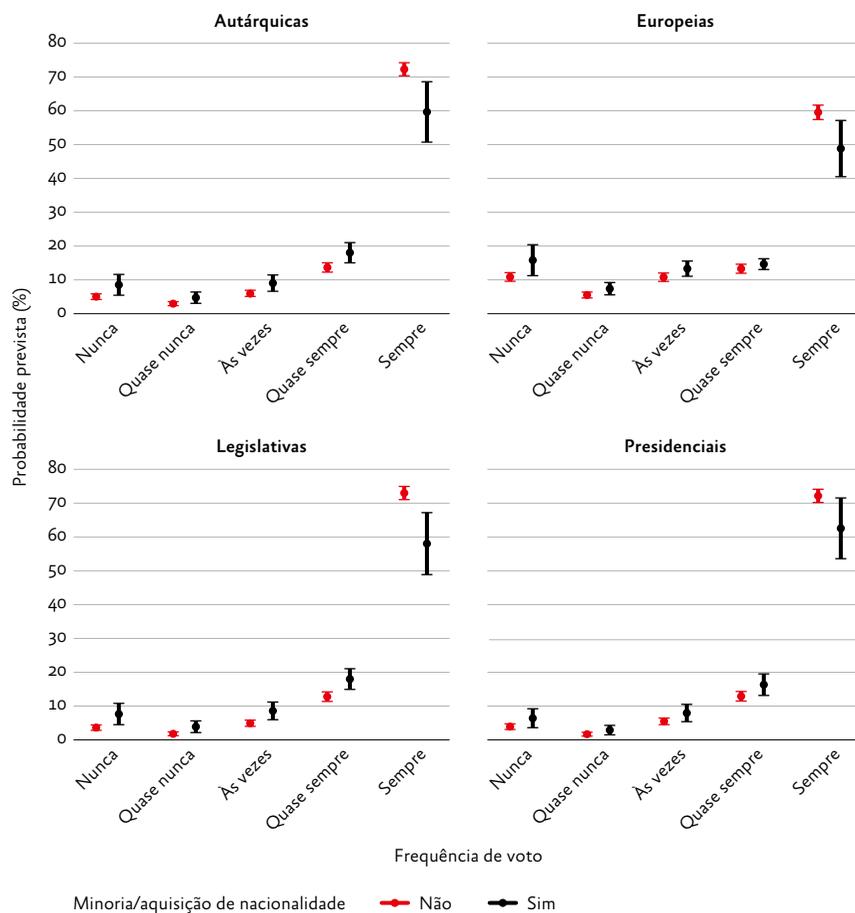
3.2.3. Histórico de cidadania e origem étnica

O estudo da participação eleitoral de pessoas pertencentes a minorias étnicas enfrenta desafios significativos, sobretudo devido à ausência de dados oficiais fidedignos e à sua reduzida representação na maioria das amostras deste estudo. No entanto, dada a crescente importância da população imigrante em Portugal, considerámos essencial testar até que ponto é possível identificar assimetrias de participação entre cidadãos com diferentes percursos no que diz respeito a este aspecto biográfico.

Para este efeito, combinámos duas dimensões que, embora distintas, remetem para um estatuto minoritário: a origem étnica e a aquisição da nacionalidade portuguesa em momento posterior ao nascimento. A primeira foi operacionalizada através de uma pergunta de escolha múltipla, na qual os inquiridos podiam assinalar todas as opções que considerassem relevantes para descrever a sua etnia. Classificámos como pertencentes à categoria de minoria todos aqueles que se identificaram como tendo uma origem «negra», «asiática», «cigana» ou «outra» (mesmo que também se identificassem como tendo origem «branca»). Paralelamente, classificámos como pertencentes a uma minoria os cidadãos que indicaram ter adquirido a nacionalidade portuguesa após o nascimento, o que, na generalidade dos casos, coincidirá com uma experiência de imigração. No total, e com recurso a este duplo critério, 6 % dos inquiridos foram classificados enquanto pertencentes a um grupo minoritário. Através desta abordagem, procurámos explorar eventuais disparidades na participação eleitoral associadas à pertença a estes grupos, analisando se e como é que estas condições minoritárias estão relacionadas com distintos padrões de envolvimento eleitoral.

Os resultados (Figura 3.7) apontam para diferenças expressivas na participação eleitoral de quem apresenta e não apresenta este perfil. Em todas as eleições analisadas — legislativas, autárquicas, europeias e presidenciais — os indivíduos pertencentes a minorias ou que adquiriram a nacionalidade portuguesa após o nascimento apresentam uma maior probabilidade de nunca votar e uma menor probabilidade de votar sempre. Nas eleições legislativas, 73 % dos indivíduos não pertencentes a minorias afirmam votar sempre, ao passo que esse valor desce para 58 % no outro grupo. Diferenças semelhantes são observadas nas eleições europeias (60 % vs. 49 %), autárquicas (72 % vs. 60 %) e presidenciais (72 % vs. 63 %). Nestas últimas, a diferença é mais baixa, ao ponto de não ser estatisticamente significativa.

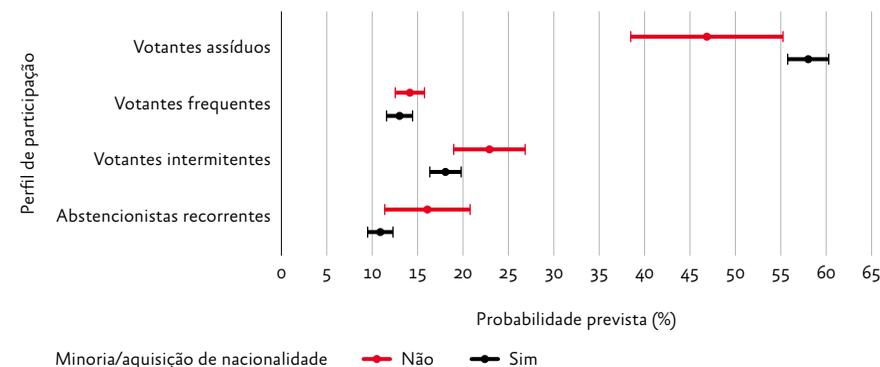
Figura 3.7 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da pertença a minoria/aquisição de nacionalidade



Quando analisamos o cruzamento desta variável com os perfis de participação eleitoral (Figura 3.8), verificamos que a proporção de votantes assíduos entre os cidadãos não pertencentes a minorias é de 58 %,

valor que desce para 47 % entre os pertencentes a uma minoria ou que adquiriram a nacionalidade portuguesa depois do nascimento. A diferença entre estas percentagens é robusta, na medida em que não há sobreposição dos intervalos de confiança. Já a proporção de votantes frequentes mantém-se semelhante entre os dois grupos (13 % e 14 %, respetivamente), ao passo que os votantes intermitentes são mais prevalentes no grupo dos indivíduos pertencentes a minorias ou com nacionalidade adquirida posteriormente (23 % face a 18 %), algo que também sucede no que diz respeito ao abstencionismo recorrente (16 % vs. 11 %); ambas as diferenças estão muito próximas da fronteira de significância estatística. A análise confirma, portanto, a existência de assimetrias significativas na participação eleitoral em função da identificação com uma minoria étnica ou da aquisição posterior da nacionalidade.

Figura 3.8 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da pertença a minoria/aquisição de nacionalidade

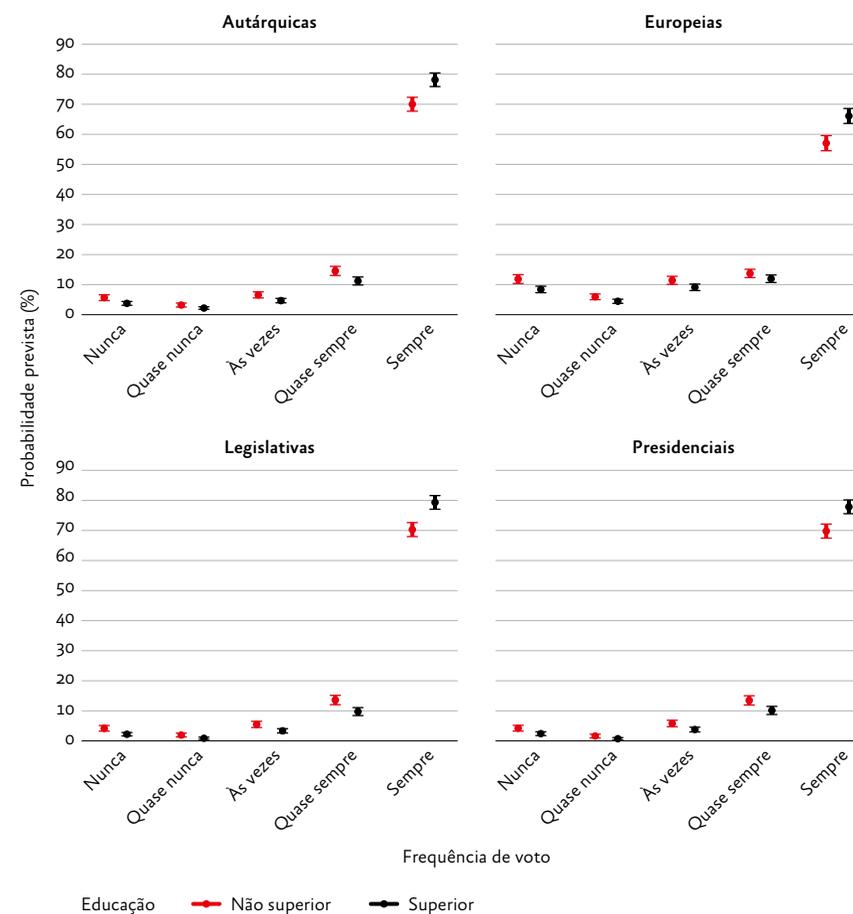


3.2.4. Instrução

Outro padrão consistente na literatura sobre a participação eleitoral prende-se com a relação entre o nível de escolaridade e a propensão para votar. Os nossos resultados confirmam esta tendência, mostrando que indivíduos que completaram um curso universitário apresentam, de forma sistemática, níveis mais elevados de participação eleitoral do que aqueles que não o fizeram.

A análise por tipo de escrutínio (Figura 3.9) indica que a proporção de inquiridos que reportam votar sempre é maior entre os eleitores com diplomas do ensino superior. Nas eleições legislativas, 70 % dos inquiridos sem habilitações ao nível do ensino superior afirmam votar sempre, enquanto essa percentagem sobe para 79 % entre os que as possuem. Diferenças semelhantes verificam-se nas eleições autárquicas (70 % vs. 78 %), europeias (57 % vs. 66 %) e presidenciais (70 % vs. 78 %). Em contraposição, a proporção de inquiridos que afirmam nunca votar é mais elevada entre os indivíduos que não completaram o ensino superior. No caso das eleições europeias, 12 % dos inquiridos sem diploma universitário afirmam nunca votar, enquanto essa percentagem desce para 8 % entre os que o possuem.

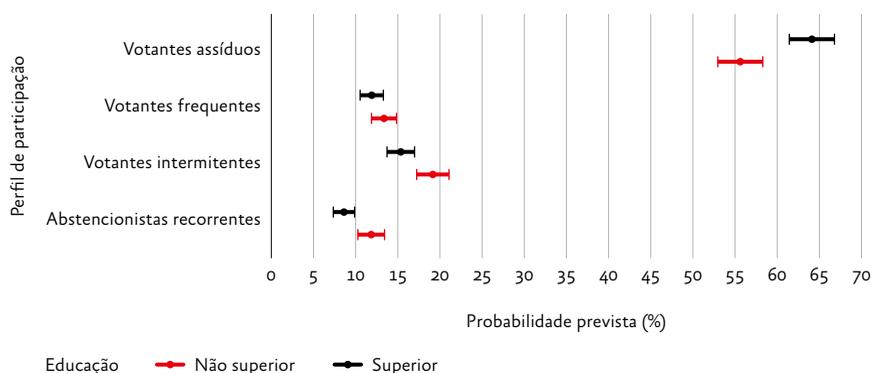
Figura 3.9 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do nível de instrução



A Figura 3.10 reforça estas conclusões. Entre os votantes assíduos, a diferença entre grupos educacionais é clara: 56 % dos menos escolarizados enquadram-se nesta categoria, percentagem que sobe para 64 % no caso de quem tem diploma do ensino superior. Em contraste, a categoria de abstencionistas recorrentes representa 12 % dos pertencentes ao primeiro grupo, enquanto entre os detentores de diploma universitário esse valor desce para 9 %.

Adicionalmente, 13 % dos inquiridos sem diploma do ensino superior e 12 % dos que completaram um curso universitário são votantes frequentes. Já quanto aos votantes intermitentes, a diferença é ligeiramente maior e estatisticamente significativa, com 19 % dos inquiridos sem formação universitária a enquadrarem-se neste perfil, face a 15 % dos que completaram um curso superior.

Figura 3.10 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível de instrução



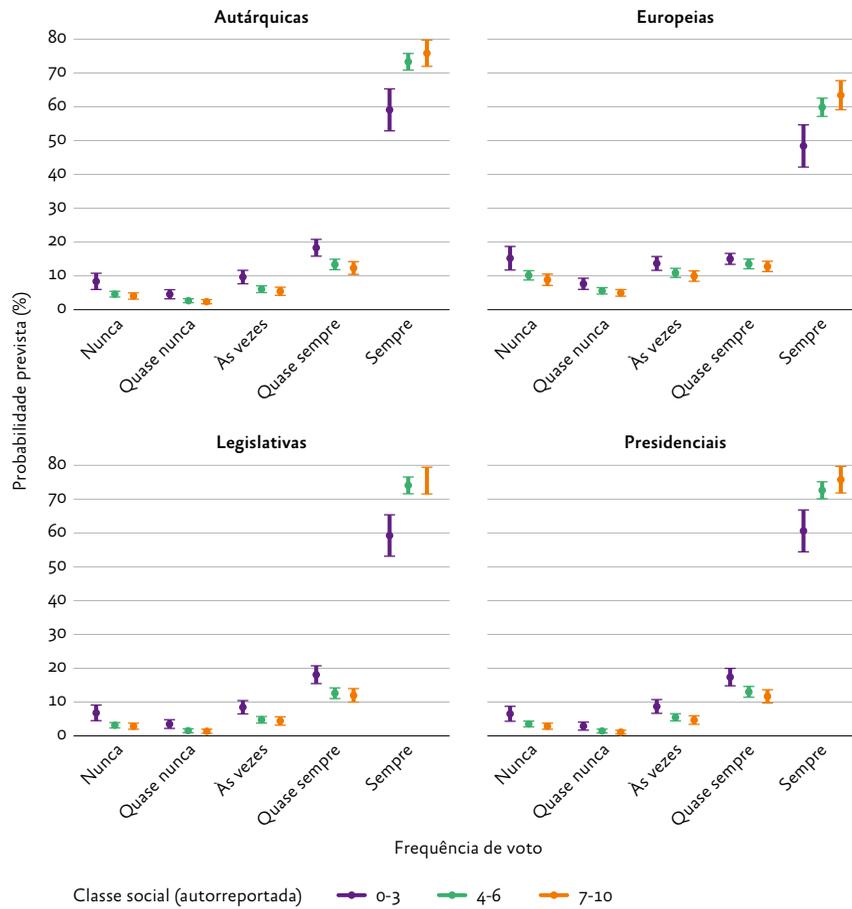
Estes resultados indicam que o nível de instrução é um fator potencialmente relevante para explicar a participação eleitoral em Portugal.

3.2.5. Classe social

Perceber em que medida a desigualdade económica se converte em desigualdade no exercício da participação cívica é uma preocupação clássica do estudo do comportamento político (Evans, 2017). Para avaliar a relação entre a classe social e a propensão para votar, pedimos aos inquiridos que se posicionassem numa escala de 0 a 10, posteriormente categorizada em três grupos: 0-3 (perceção de pertença às classes sociais mais baixas), 4-6 (classes intermédias) e 7-10 (classes mais altas).

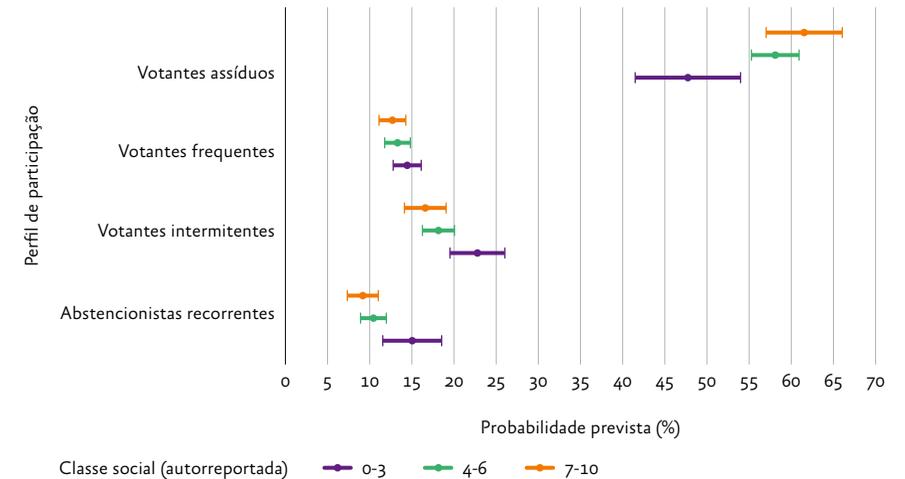
Os resultados, apresentados na Figura 3.11, mostram que os indivíduos que se identificam com classes sociais mais altas tendem a apresentar níveis de participação eleitoral mais elevados, embora a relação não seja linear: genericamente, as diferenças entre os indivíduos que se posicionam nas classes intermédias e nas mais altas são mais reduzidas do que as diferenças entre estes inquiridos e aqueles que se identificam como pertencendo a classes mais baixas. Nas eleições legislativas, por exemplo, 60 % destes últimos declaram votar sempre, contra 74 % no grupo intermédio e 76 % no grupo superior. Tendências semelhantes observam-se nas eleições autárquicas (por ordem crescente de classe social: 59 % vs. 73 % vs. 76 %), europeias (48 % vs. 60 % vs. 63 %) e presidenciais (61 % vs. 73 % vs. 76 %).

Figura 3.11 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da classe social (autorreportada)



A Figura 3.12 confirma estes padrões, evidenciando diferenças em termos dos perfis gerais de participação. No que respeita ao voto assíduo, apenas 48 % dos inquiridos de classes sociais mais baixas se enquadram nesta categoria, face a 58 % no grupo intermédio e 62 % no grupo dos que se declaram como pertencentes a classes mais altas. Em contraste, a proporção de abstencionistas recorrentes é mais elevada no primeiro (cerca de 15 %) do que nos outros dois grupos (cerca de 10 % e 9 %, respetivamente). Nos perfis intermédios, a diferença entre grupos é menos pronunciada, mas mantém-se a tendência de menor participação no grupo de quem se situa na classe social mais baixa.

Figura 3.12 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da classe social (autorreportada)

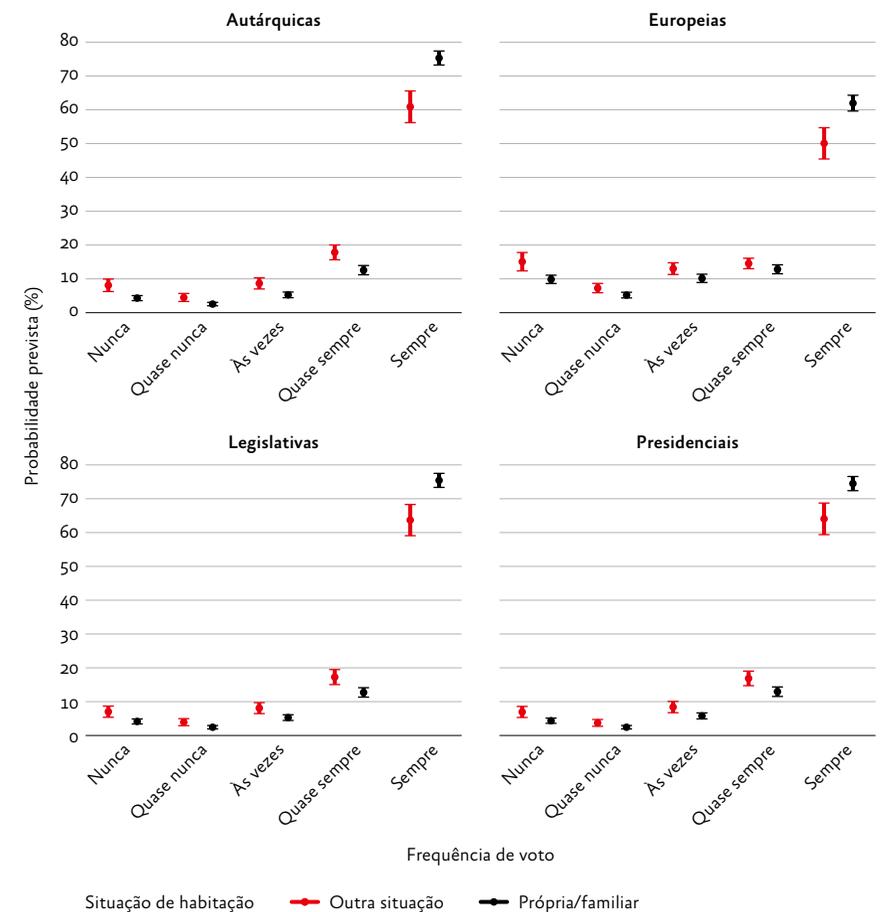


Em síntese, os dados sugerem que a classe social subjetiva exerce uma influência não negligenciável sobre a participação eleitoral em Portugal, com os indivíduos que se autoidentificam com uma posição social média ou alta a revelarem uma maior probabilidade de votar em todos os atos eleitorais e de integrar o perfil de votantes assíduos, ao passo que os inquiridos que se situam na faixa mais baixa apresentam uma maior propensão para o perfil oposto.

3.2.6. Situação habitacional

No capítulo anterior, demos conta de um número importante de estudos sobre o impacto da situação habitacional na participação eleitoral. Em traços gerais, a tese subjacente a este corpo de literatura é que viver numa casa própria ou de um familiar pode estar associado a um maior enraizamento na comunidade, a uma maior perceção de segurança e a uma ligação mais forte às dinâmicas políticas locais, o que pode incentivar uma participação eleitoral mais regular. Por outro lado, viver sem um horizonte de estabilidade habitacional pode estar associado a fatores socioeconómicos que dificultam a participação política, como maior mobilidade residencial, insegurança financeira ou menor identificação com a comunidade política local. Face a isto, incluímos no inquérito uma pergunta sobre se a pessoa inquirida vivia numa casa própria/de um familiar, permitindo distinguir dois grandes grupos (proprietários vs. arrendatários, para simplificar).

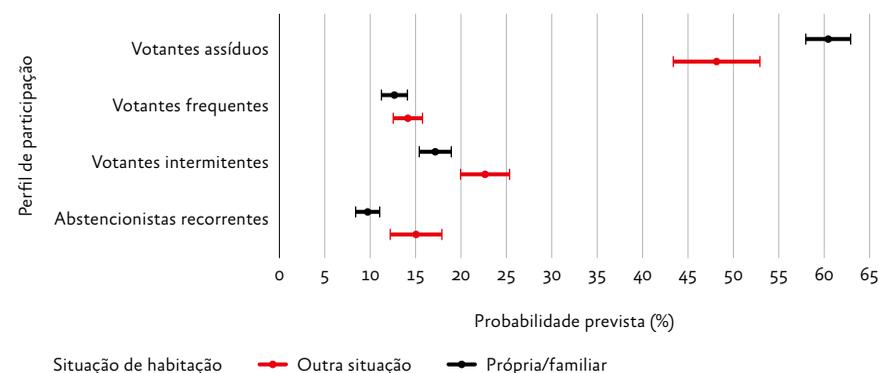
Figura 3.13 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da situação habitacional



Os dados apresentados na Figura 3.13 sugerem que a situação habitacional dos indivíduos apresenta uma relação significativa com os seus padrões de participação eleitoral. De um modo geral, indivíduos que vivem numa habitação própria ou pertencente à sua família apresentam taxas mais elevadas de participação eleitoral do que aqueles com outra situação habitacional. Em todas as eleições analisadas — autárquicas, europeias, legislativas e presidenciais —, os indivíduos que vivem em habitação própria ou familiar têm menor probabilidade de se abster e maior probabilidade de votar frequentemente ou sempre, em comparação com os que vivem noutra situação, como em regime de arrendamento ou outras formas de habitação instável. As diferenças mais acentuadas ocorrem na categoria de participação «sempre», em que a taxa de voto das pessoas em habitação própria ou familiar ultrapassa os 75 % nas eleições legislativas, autárquicas e presidenciais, enquanto aqueles que reportam outra situação registam valores abaixo dos 65 %.

Quando se analisam os perfis de participação eleitoral (Figura 3.14), verifica-se que os indivíduos que vivem numa habitação própria ou familiar têm maior probabilidade de serem votantes assíduos, enquanto os que vivem noutra situação apresentam uma maior incidência de votantes intermitentes e abstencionistas recorrentes. A percentagem de votantes assíduos é significativamente maior entre aqueles que vivem numa habitação própria ou da família (60 %) em comparação com os que vivem noutra situação (48 %). Em contrapartida, a probabilidade de ser abstencionista recorrente ou votante intermitente é mais elevada entre os indivíduos sem habitação própria (15 % e 23 %, respetivamente) do que entre quem vive em casa própria ou da família (9 % e 17 %).

Figura 3.14 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da situação habitacional



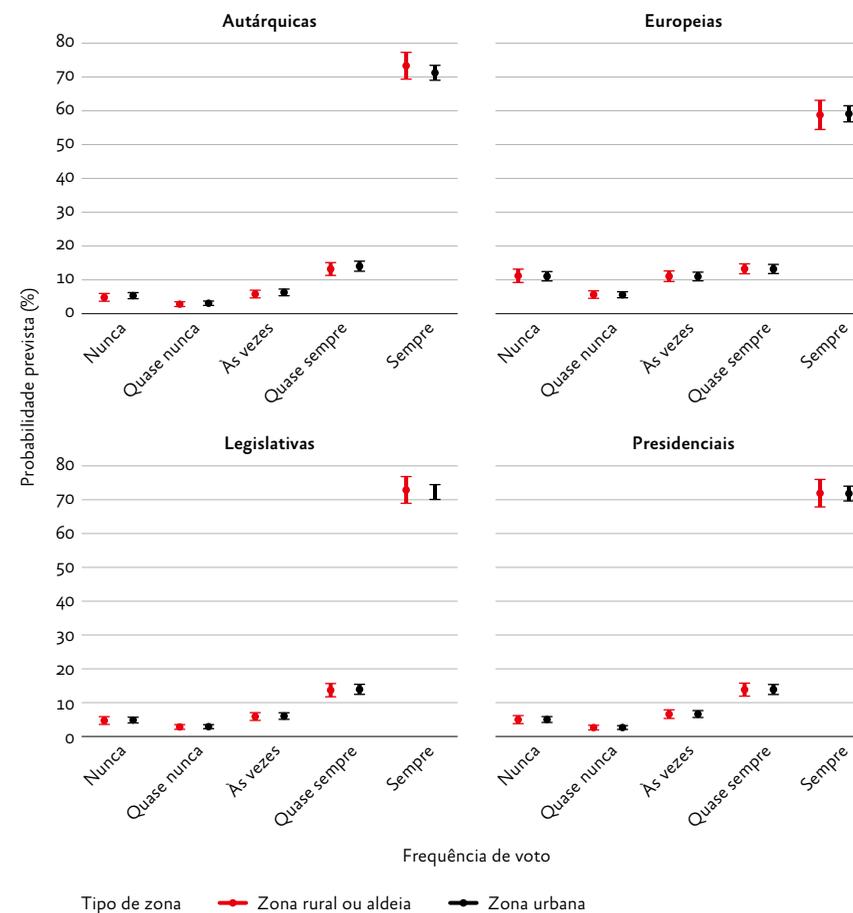
Estes resultados sugerem que a estabilidade habitacional pode ter um impacto relevante na participação eleitoral. No modelo multivariado apresentado mais à frente, mostraremos em que medida é este efeito é robusto à inclusão de outros preditores que podem estar relacionados com o mesmo, nomeadamente a idade.

3.2.7. Tipo de zona de residência (urbana vs. rural)

A clivagem urbano/rural tem vindo a readquirir importância na literatura sobre o comportamento político no plano comparado (Taylor *et al.*, 2023) e em Portugal (Cancela & Magalhães, 2024), o que nos motiva a testar se constituirá um preditor robusto da propensão para a participação eleitoral.

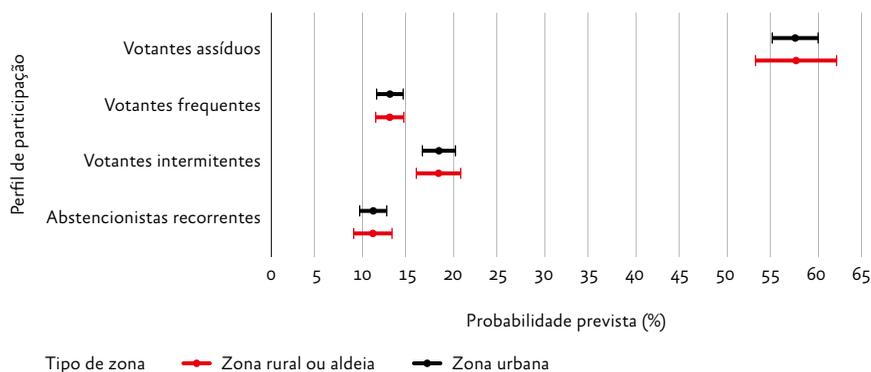
Tal como mostra a Figura 3.15, a distribuição dos padrões de participação eleitoral entre os residentes em zonas rurais ou aldeias e em zonas urbanas apresenta diferenças pouco expressivas. A proporção de indivíduos que votam sempre nas eleições legislativas é semelhante para ambos os grupos, situando-se em torno de 72 % nas cidades e 73 % nas zonas rurais. A tendência repete-se nas presidenciais e nas autárquicas. Já nas europeias, a participação constante é menor, com 59 % dos residentes nos dois tipos de zonas a declararem votar sempre. Também não existem diferenças relevantes nas outras categorias de resposta.

Figura 3.15 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do tipo de zona de residência



Quando analisamos a distribuição dos perfis de participação (Figura 3.16), os padrões de estabilidade mantêm-se. A probabilidade de ser um votante assíduo — ou seja, alguém que vota sempre ou quase sempre — é de 57 % para os residentes das zonas rurais e urbanas. Os votantes frequentes, que participam regularmente, mas não em todas as eleições, representam 13 % em ambos os casos. Não existem, assim, indícios de diferenças na probabilidade de voto regular ou abstenção entre zonas urbanas e rurais.

Figura 3.16 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do tipo de zona de residência

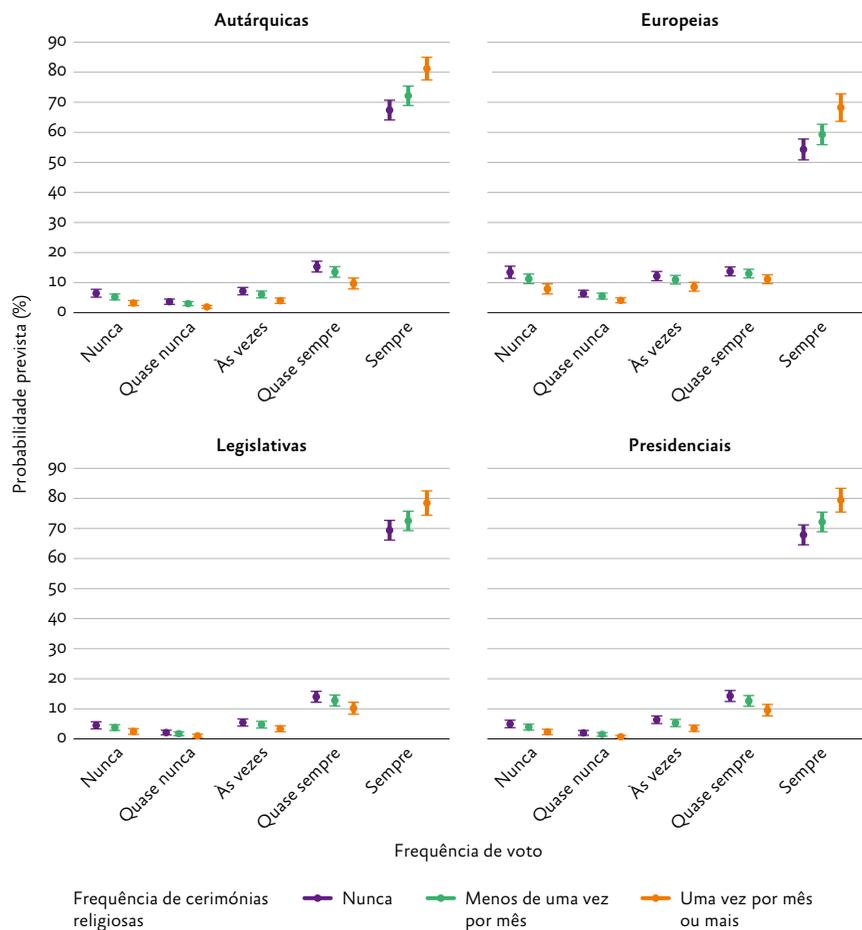


3.2.8. Prática religiosa

Como vimos no capítulo anterior, a relação entre participação eleitoral e religiosidade é frequentemente debatida na literatura, com estudos que apontam tanto para padrões de envolvimento eleitoral mais elevados entre indivíduos religiosos quanto para variações conforme o contexto. Neste estudo, pudemos analisar a relação entre a frequência de participação em cerimónias religiosas e os perfis de participação eleitoral. Em concreto, recorremos a uma pergunta que indagava sobre a frequência de cerimónias religiosas, permitindo distinguir para efeitos desta análise entre três grandes categorias: os que nunca frequentam, os que o fazem menos do que uma vez por mês e os que participam em serviços religiosos uma vez por mês ou mais.

Quando analisamos a frequência reportada de voto por tipo de eleição (Figura 3.17), observamos que a relação entre prática religiosa e participação se mantém consistente em diferentes tipos de escrutínio eleitoral. A probabilidade de votar «sempre» é elevada entre os indivíduos que frequentam cerimónias religiosas pelo menos uma vez por mês no caso das legislativas (79 %), presidenciais (80 %), autárquicas (81 %) e europeias (68 %). Em contraste, entre aqueles que nunca frequentam cerimónias religiosas, as percentagens são de 70 % nas legislativas, 68 % nas presidenciais, 67 % nas autárquicas e 54 % nas europeias.

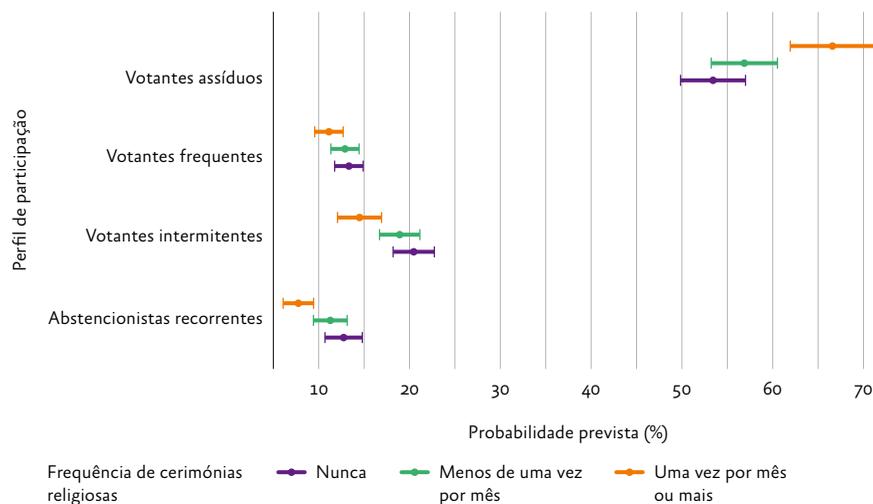
Figura 3.17 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da prática religiosa



Não surpreendem, assim, os resultados exibidos na Figura 3.18. Tanto os indivíduos que nunca frequentam cerimónias religiosas como os que participam menos de uma vez por mês apresentam uma menor probabilidade de serem votantes assíduos (53 % e 57 %, respetivamente) do que quem o faz pelo menos uma vez por mês, grupo no qual essa probabilidade atinge uns expressivos 67 %. Ao mesmo tempo, os abstencionistas recorrentes representam 13 % dos que nunca frequentam cerimónias religiosas, 11 % entre os que participam menos de uma vez por mês e apenas 8 % entre os mais devotos.

Assim, há uma tendência clara de relação inversa entre a intensidade de práticas religiosas e a propensão para a abstenção. Não podemos ainda dizer, contudo, se esta variável exerce realmente um efeito autónomo ou se, por exemplo, mascara efeitos da idade, dado que os indivíduos pertencentes a escalões etários mais avançados tendem a apresentar níveis de religiosidade mais elevados. O modelo que apresentamos mais adiante procura oferecer respostas a esta questão.

Figura 3.18 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da prática religiosa



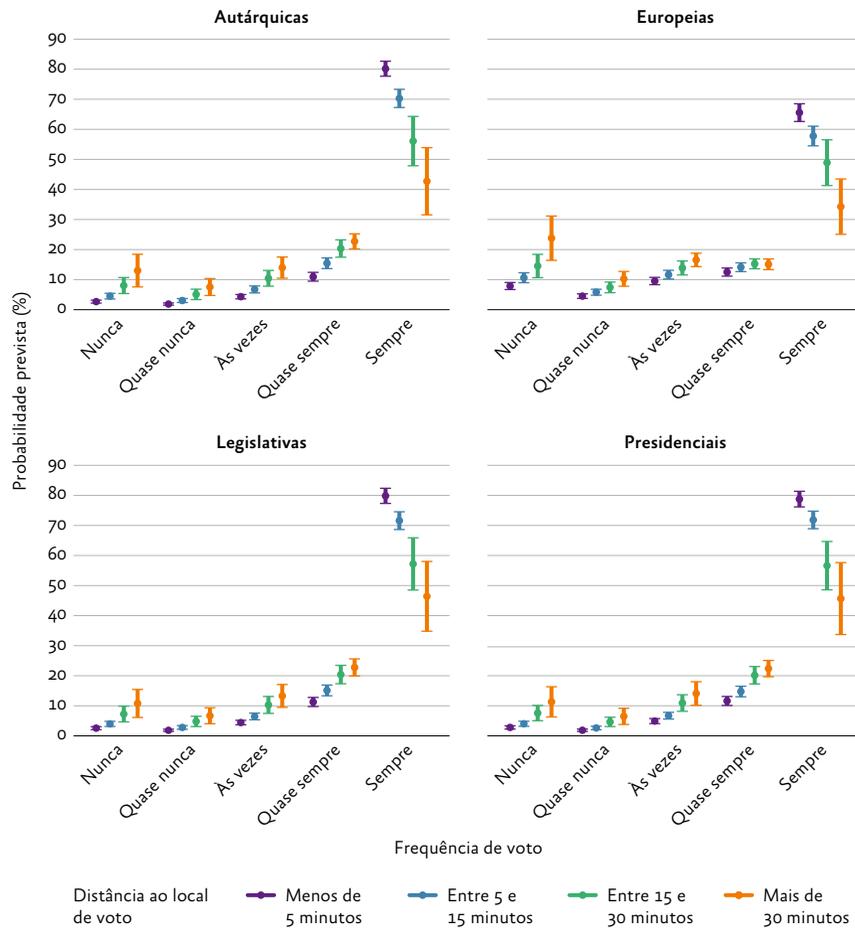
3.2.9. Distância ao local de voto

Votar é um ato que implica, na generalidade dos países europeus, uma deslocação a um local específico para o seu exercício. Nesse sentido, importa compreender se existe alguma associação entre a distância a que os eleitores estão dos pontos de voto e uma maior propensão para a abstenção. Para avaliar esta possibilidade, o inquérito aplicado incluiu uma questão sobre o tempo de viagem até ao local de voto, que nos permite distinguir entre quatro graus de proximidade: os eleitores que reportam demorar até 5 minutos, os que demoram entre 5 e 15 minutos, os que levam entre 15 e 30 minutos e os que residem a mais de 30 minutos do seu local de voto. Não se tratando de uma variável objetiva (na medida em que os inquiridos

podem sobre/subestimar o tempo, no primeiro caso até para racionalizar o facto de se absterem), esta é, ainda assim, uma variável útil para perceber se esta dimensão concreta do voto terá alguma associação com o perfil de participação dos eleitores portugueses.

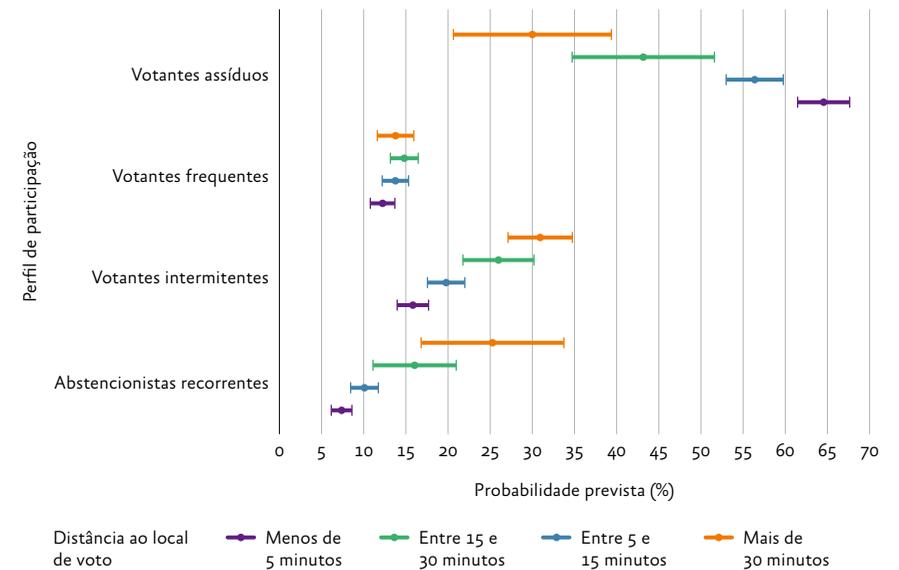
A relação patente na Figura 3.19 é clara: indivíduos que (afirmam que) demoram menos tempo a alcançar a sua mesa de voto apresentam uma maior probabilidade de participação regular, enquanto aqueles que (dizem que) precisam de percorrer distâncias maiores mostram uma tendência muito maior para a abstenção. Nos diferentes tipos de eleição, as probabilidades de nunca votar aumentam progressivamente com a distância ao local de voto. Nas legislativas, 3 % dos eleitores que residem a menos de 5 minutos de distância afirmam nunca votar, valor que sobe para 4 % entre os que demoram entre 5 e 15 minutos, 7 % entre os que vivem a 15-30 minutos e 11 % para quem reside a mais de 30 minutos. Tendências semelhantes são observadas nas europeias (em que a não participação passa de 8 % para 24 % à medida que a distância aumenta), nas autárquicas (de 3 % para 13 %) e nas presidenciais (de 3 % para 11 %).

Figura 3.19 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da distância ao local de voto



No outro extremo, a probabilidade de reportar que se vota sempre diminui à medida que aumenta o tempo necessário para chegar ao local de voto. Nas legislativas, 80 % dos eleitores que vivem a menos de 5 minutos da mesa de voto declaram votar sempre, percentagem que desce para 72 % entre aqueles que vivem a 5-15 minutos, 57 % entre os que residem a 15-30 minutos e 46 % para quem é obrigado a fazer um percurso superior a 30 minutos. Nas europeias, a probabilidade de dar esta resposta diminui de 66 % para 34 %, nas autárquicas de 80 % para 43 %, e nas presidenciais de 79 % para 46 %. Trata-se de diferenças muito substantivas.

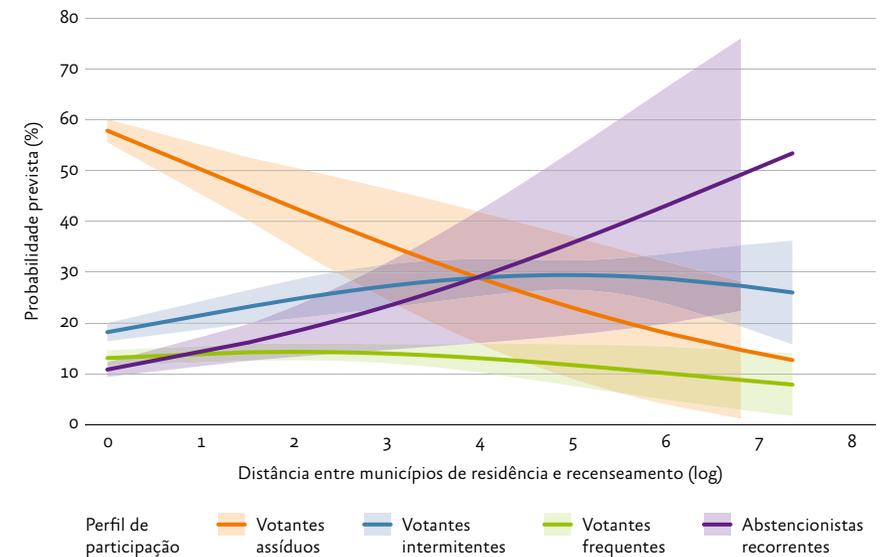
Figura 3.20 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da distância ao local de voto



A análise da distribuição dos perfis de participação em função da distância ao local de voto (Figura 3.20) confirma essas assimetrias — 64 % dos que residem a menos de 5 minutos do local de voto são votantes assíduos, valor que desce para 56 % entre os que vivem a 5-15 minutos, 43 % entre os que vivem a 15-30 minutos e 30 % para quem está a mais de 30 minutos. No caso dos votantes frequentes, há um ténue declínio com o aumento da distância, oscilando os valores entre 13 % e 15 %. Já entre os votantes intermitentes, verifica-se um aumento da prevalência à medida que a distância cresce, passando de 16 % entre aqueles que vivem perto do local de voto para 32 % entre os que residem mais longe. Finalmente, os abstencionistas recorrentes representam 7 % dos eleitores que moram a menos de 5 minutos da mesa de voto, mas 25 % dos que precisam de percorrer distâncias mais longas. Estes resultados são sugestivos quanto à importância da proximidade física ao local de voto, importando contudo analisar — como fazemos na secção 3.4 — em que medida é que são robustos à inclusão de outros preditores.

Pode argumentar-se que uma vulnerabilidade desta conclusão é a possibilidade de as pessoas que se abstêm tenderem a inflacionar — conscientemente ou não — as suas estimativas em relação à distância ao local de voto. Para procurar robustecer a nossa conclusão, apresentamos na Figura 3.21 as probabilidades previstas resultantes de um outro modelo em que a variável independente é a distância euclidiana (em linha reta) entre o ponto central do município onde o inquirido afirma residir e o ponto central do município onde afirma estar recenseado. Ainda que uma maioria dos inquiridos (97 %) reportem viver no mesmo município em que estão recenseados, encontramos indícios de um efeito pronunciado da distância: à medida que aumenta a distância entre os municípios, diminui a probabilidade de se ser um eleitor assíduo e sobe a probabilidade de se ser um abstencionista recorrente.

Figura 3.21 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da distância entre os municípios de residência e recenseamento



3.3. Atitudes face à política e às eleições

Nesta secção, analisamos a relação entre a participação eleitoral e um leque de variáveis que nos permitem caracterizar os inquiridos para além do seu perfil sociodemográfico em sentido mais estrito. Algumas das relações aqui descritas poderão parecer pouco surpreendentes — seria pouco plausível que pessoas mais interessadas na política se abstivessem mais —, mas é importante mapeá-las para, na etapa seguinte, perceber quais delas constituem preditores mais robustos da participação eleitoral. A estratégia mantém-se inalterada face à secção anterior: recorreremos a modelos ordinais com um único preditor, analisando isoladamente a relação entre cada variável e os diferentes níveis

e perfis de participação. Esta abordagem fornece uma base empírica que sustenta as opções tomadas na fase posterior, permitindo estimar com maior precisão os fatores mais relevantes para explicar as diferenças de participação eleitoral em Portugal.

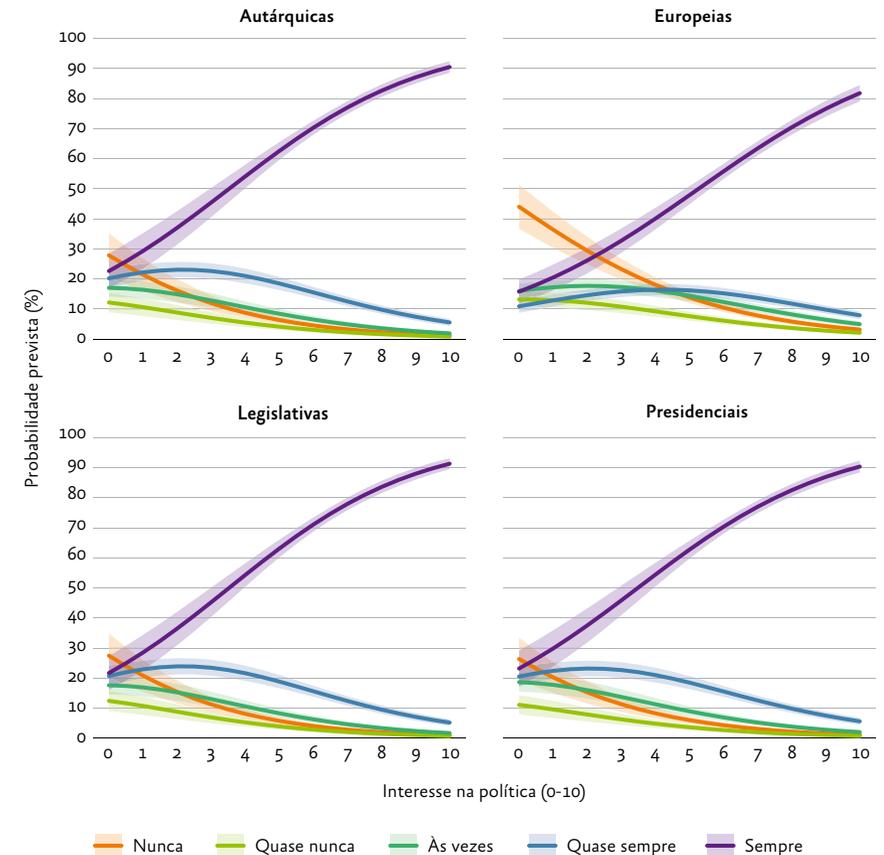
3.3.1. Interesse na política

Conforme referimos no capítulo anterior, não é pacífica a inclusão da intensidade do interesse na política enquanto preditor autónomo da participação eleitoral, devido aos riscos de endogeneidade que esta variável comporta (Denny & Doyle, 2008; Rodenburger, 2020). Em todo o caso, é útil considerar esta variável, na medida em que oferece um caminho para a participação eleitoral conceptualmente distinto de outros, tais como o sentimento de dever cívico ou a confiança nas instituições. Nesta fase, operacionalizámos o indicador do interesse na política a partir de uma média de dois indicadores relativos ao interesse reportado pelos inquiridos na política nacional e local, que variam entre 0 (nenhum interesse) e 10 (muito interesse).

A relação entre o nível de interesse na política e os perfis de participação eleitoral é tão flagrante quanto expectável: os eleitores mais interessados votam com maior regularidade, enquanto os menos interessados exibem padrões mais erráticos (Figura 3.22). Em todas as eleições, a probabilidade de votar aumenta sempre com o interesse na política. Nas legislativas, menos de 25 % dos inquiridos com níveis mínimos de interesse votam sempre, mas esse valor ultrapassa os 90 % entre os mais interessados. Tendências semelhantes verificam-se nas presidenciais, autárquicas e europeias. Paralelamente, a abstenção recorrente é mais elevada entre os que declaram pouco ou nenhum

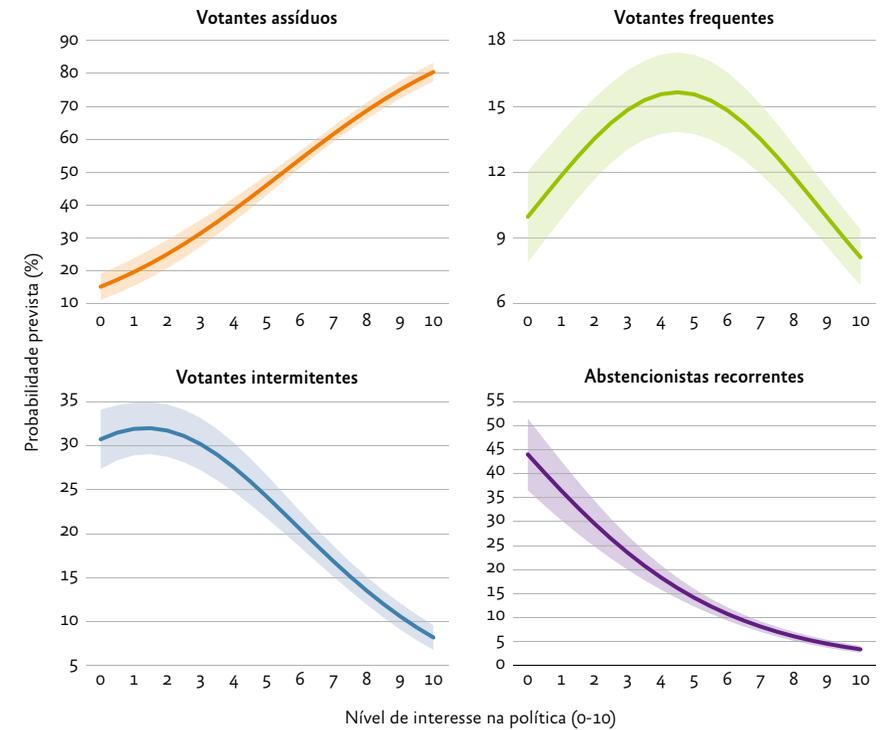
interesse na política: nas Europeias, atinge cerca de 44 % no nível mais baixo e cai abaixo dos 10 % entre os mais interessados.

Figura 3.22 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do interesse na política



A análise dos perfis de participação reproduzida na Figura 3.23 confirma estas diferenças. A probabilidade de ser um votante assíduo aumenta de 15 % para cerca de 80 % à medida que o interesse pela política passa do valor mínimo para o máximo. Já a probabilidade de assumir um perfil de votante frequente segue uma curva em forma de U invertido, atingindo um pico de 16 % entre os que têm interesse moderado e diminuindo depois. Os votantes intermitentes, por outro lado, são mais comuns entre os menos interessados, os quais apresentam uma probabilidade de cerca de 30 % de apresentar este perfil; já entre os muito interessados, só 8 % votam de forma intermitente. Por fim, o abstencionismo recorrente apresenta uma forte relação negativa com o interesse na política, como seria de esperar.

Figura 3.23 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do interesse na política

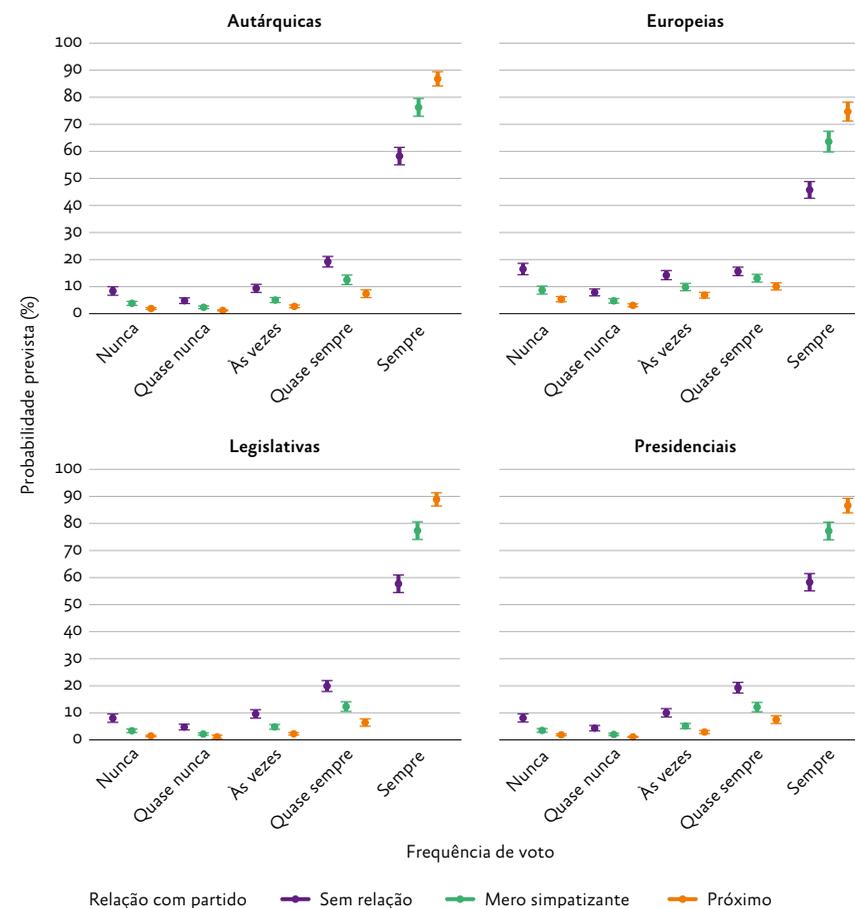


3.3.2. Identificação partidária

A relação entre a identificação com um partido político e a participação eleitoral é evidente do ponto de vista das expectativas teóricas — afinal, seria surpreendente que as pessoas que se consideram próximas de um partido não procurassem contribuir para a sua vitória. Os dados mostram que os inquiridos cumprem a expectativa (Figura 3.24). Em todas as eleições analisadas, a probabilidade de votar sempre aumenta à medida que se intensifica a identificação dos inquiridos com um dado partido. Os inquiridos sem qualquer relação partidária apresentam os níveis mais baixos de participação eleitoral, enquanto aqueles que se consideram próximos de um partido são os mais assíduos.

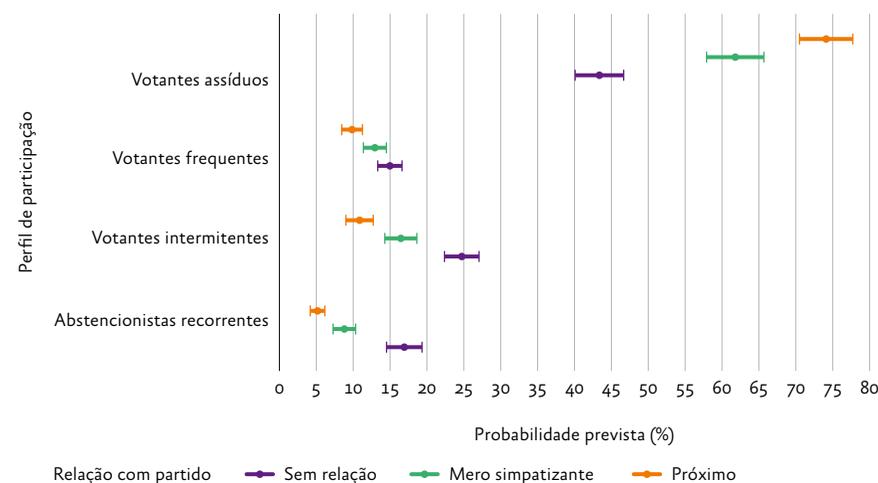
Nas eleições legislativas, 58 % dos inquiridos sem ligação partidária votam sempre, ao passo que esse número sobe para 77 % entre os meros simpatizantes e ultrapassa os 88 % entre os que se dizem próximos de um partido (Figura 3.24). Padrões semelhantes verificam-se nas eleições europeias, autárquicas e presidenciais. Os indivíduos que nunca participam estão mais fortemente concentrados no grupo dos que não têm uma relação com partidos. Nas legislativas, 8 % dos inquiridos neste grupo nunca votam, um valor que desce para 3 % entre os simpatizantes e para apenas 1,5 % entre os que se consideram próximos. A mesma tendência observa-se em todas as eleições, sugerindo que a abstenção eleitoral e o distanciamento partidário caminham lado a lado.

Figura 3.24 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da identificação partidária



Este padrão estende-se aos perfis de participação de forma clara e consistente (Figura 3.25). Eleitores sem qualquer ligação partidária apresentam padrões de participação mais erráticos e uma maior propensão para a abstenção, enquanto aqueles que se identificam como próximos de um partido votam com maior regularidade. No caso do voto assíduo, a diferença é expressiva: apenas 43 % dos eleitores sem relação partidária enquadram-se neste perfil, percentagem que sobe para 62 % entre os simpatizantes e ultrapassa os 74 % entre os que se dizem próximos. Entre quem não reporta uma relação com um partido, 15 % são votantes frequentes, face a 13 % entre os simpatizantes e 10 % entre os mais próximos de um partido. Do mesmo modo, os votantes intermitentes estão mais concentrados entre os sem relação partidária (25 %), mas tornam-se menos comuns à medida que a proximidade aumenta (16 % entre simpatizantes e apenas 11 % entre os próximos de um partido). O mesmo se verifica entre os abstencionistas recorrentes: 17 % dos eleitores sem identificação partidária apresentam este perfil, valor que cai para 9 % entre os simpatizantes e para apenas 5 % entre os que se consideram próximos.

Figura 3.25 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da identificação partidária

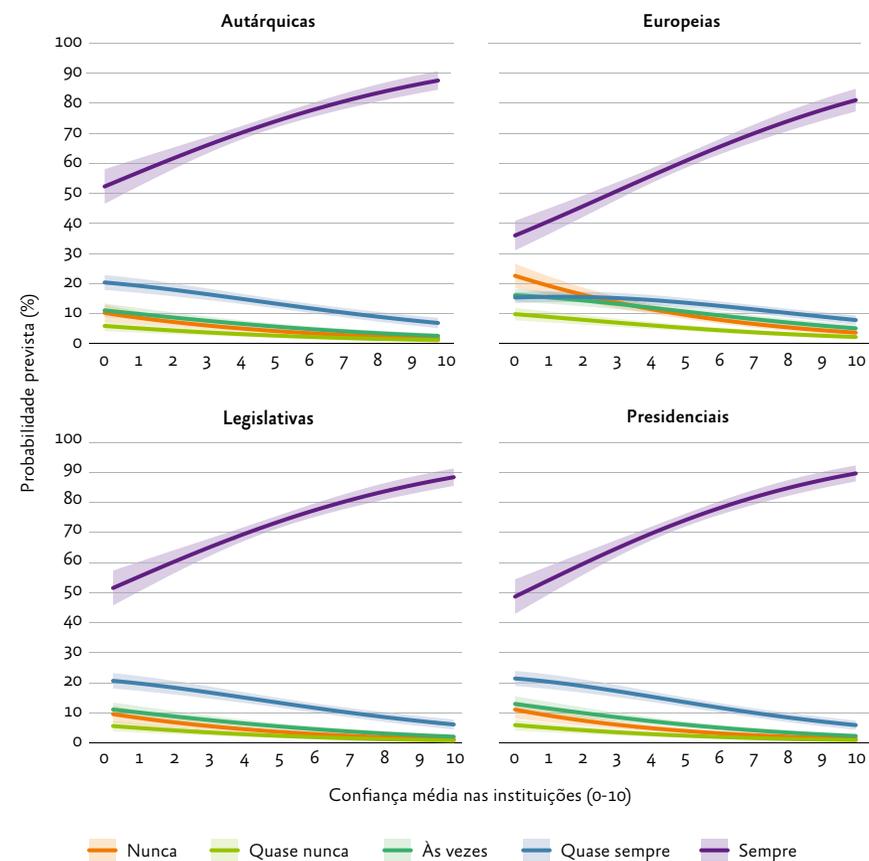


De forma geral, os dados sugerem que a relação com um partido político pode ser considerada um fator potencialmente relevante para explicar a participação eleitoral: a ausência de identificação partidária está associada a uma maior tendência para a abstenção, enquanto a proximidade a um partido parece incentivar uma participação mais consistente. Contudo, e à semelhança do interesse na política, examinado no ponto anterior, pode perguntar-se até que ponto são substantivamente informativas estas explicações. Na secção 3.4, damos um passo adicional, procurando perceber como é que diferentes variáveis sociodemográficas agem indiretamente, influenciando estas variáveis atitudinais, e qual o seu peso relativo.

3.3.3. Confiança nas instituições políticas

O nexó teórico entre confiança nas instituições políticas e abstenção é também evidente: quem confia mais nas instituições tenderá a ser mais propenso a participar no processo democrático, enquanto os mais desconfiados apresentariam padrões de participação mais erráticos. Para perceber se assim é, recorreremos a um indicador compósito que resulta da média dos níveis de confiança (0-10) em cinco instituições — Parlamento, partidos políticos, Presidência da República, Governo e órgãos do poder local.

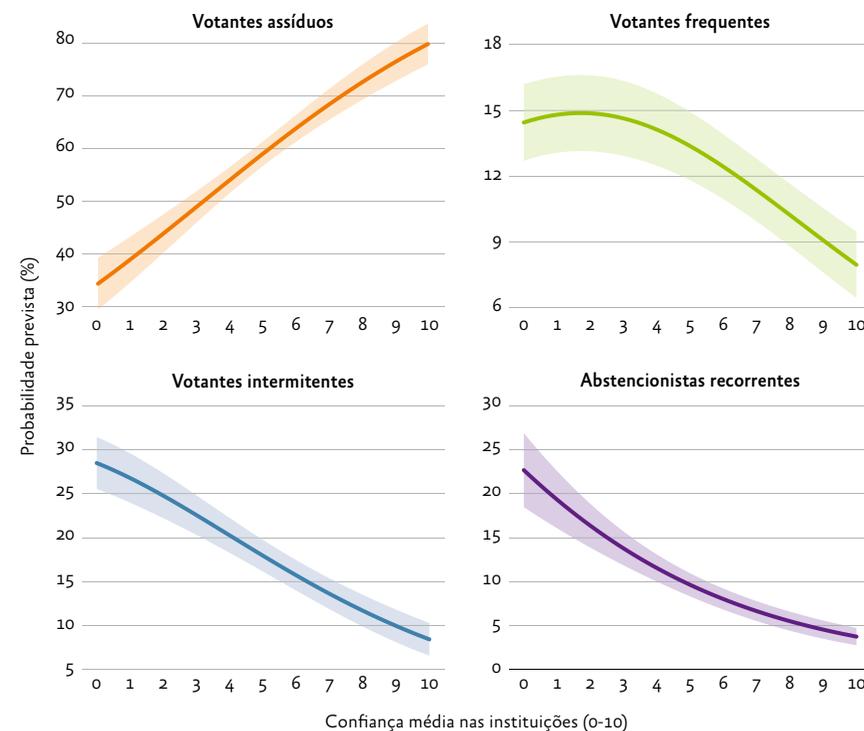
Figura 3.26 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do nível médio de confiança nas instituições



Os resultados (Figura 3.26) mostram que a probabilidade de votar sempre aumenta com a confiança nas instituições. Nas legislativas, cerca de metade dos inquiridos com o nível mínimo de confiança declaram votar sempre, ao passo que esse valor atinge os 90 % entre os que apresentam os níveis mais elevados. Tendências semelhantes verificam-se nas restantes eleições. Já a probabilidade de nunca votar atinge, para vários tipos de eleições, valores próximos dos 10 % entre os que manifestam desconfiança total, caindo para perto de zero entre os que revelam maior confiança nas instituições. De forma semelhante, a probabilidade de dar uma das outras três respostas intermédias é mais alta entre os que confiam menos, reduzindo-se progressivamente à medida que a confiança aumenta.

A análise dos perfis de participação eleitoral (Figura 3.27) confirma estas diferenças. A probabilidade de ser um votante assíduo cresce de 35 % para 80 % à medida que a confiança nas instituições políticas se intensifica. Já a propensão para ser um eleitor intermitente ou mesmo abstencionista recorrente é muito mais elevada entre os inquiridos mais desconfiados, reforçando a ideia de que a perceção da legitimidade das instituições políticas é um fator determinante para a regularidade da participação eleitoral.

Figura 3.27 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível médio de confiança nas instituições

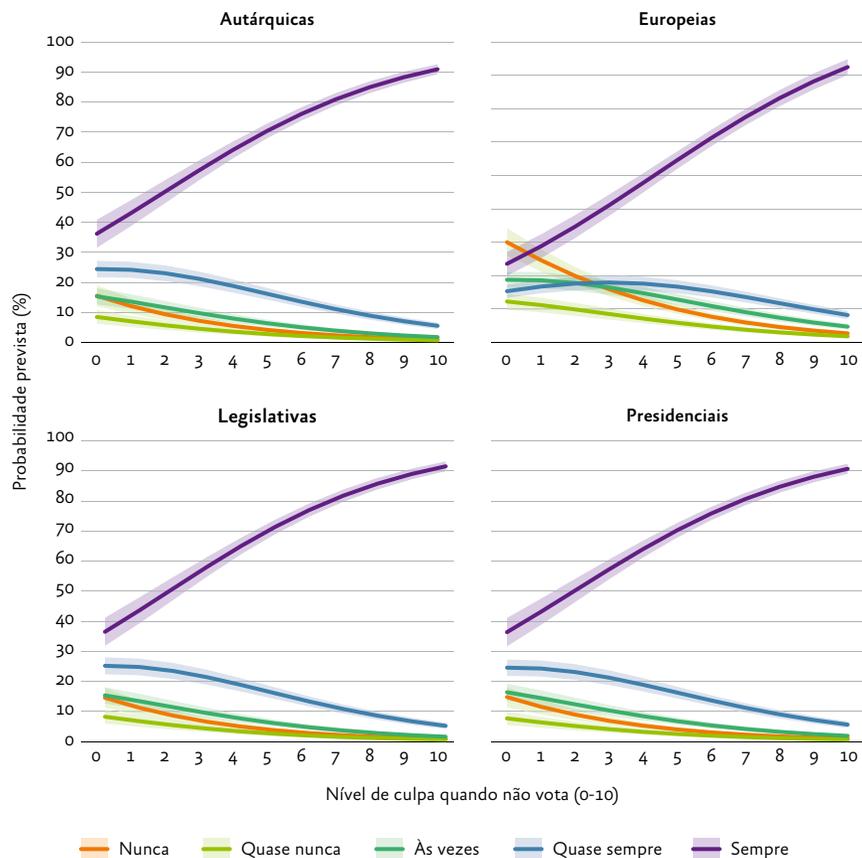


3.3.4. Sentimento de dever cívico

O sentimento de dever cívico é uma das variáveis que têm adquirido maior proeminência no estudo da participação eleitoral em tempos recentes (Blais & Achen, 2019). No nosso estudo, usámos três medidas para tentar captá-la¹⁰. Dado que os resultados obtidos são congruentes

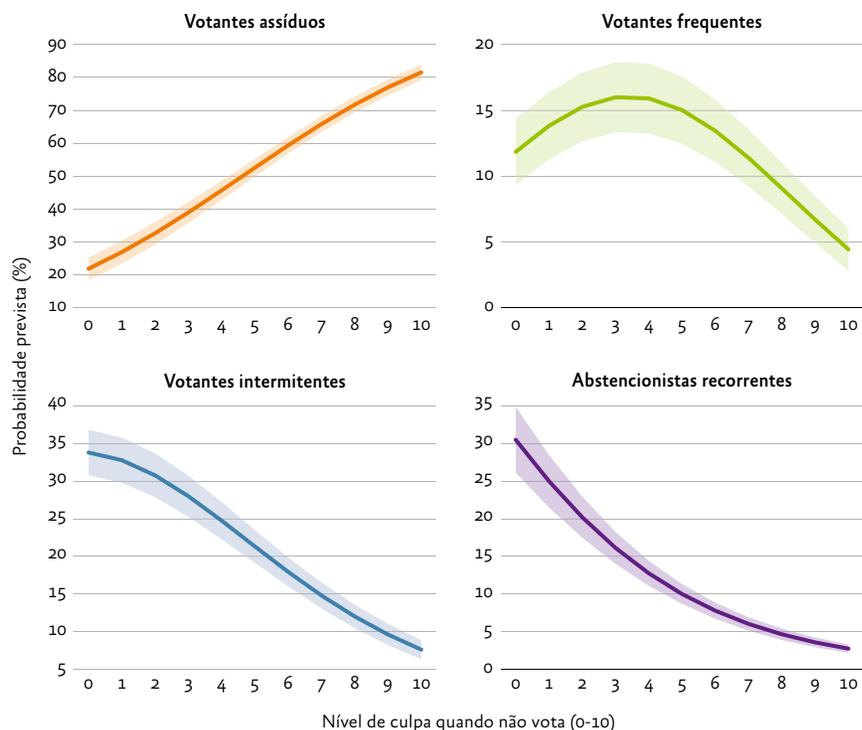
em todas elas, nesta secção focamo-nos apenas num dos indicadores: o sentimento de culpa após a abstenção numa eleição hipotética.

Figura 3.28 Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do sentimento de culpa por não votar



A intensidade do sentimento de culpa por não votar está fortemente associada à participação eleitoral (Figura 3.28). Esta relação é consistente entre os diferentes tipos de eleição, mas com variações na sua magnitude. Em todas as eleições analisadas, a propensão para votar sempre aumenta à medida que cresce o nível de culpa, ao mesmo tempo que nunca votar se torna menos provável. Nas legislativas, 14 % dos eleitores que afirmam não sentir qualquer culpa confessam nunca votar, um valor que desce para perto de 0 % entre aqueles que atribuem o máximo peso moral à abstenção. Já a proporção dos que votam sempre passa de 37 % no nível mais baixo para 92 % no nível mais alto de culpa. Os valores são semelhantes nas outras eleições, com uma nuance: nas eleições para o Parlamento Europeu há uma relação especialmente pronunciada entre apresentar níveis baixos de culpa e dizer que nunca se vota.

Figura 3.29 Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível de culpa quando não se vota



O impacto do sentimento de culpa também se reflete na distribuição dos perfis de participação (Figura 3.29). A associação entre expressar culpa pela abstenção e ser um votante assíduo é linear; já a probabilidade de ser um eleitor frequente segue um padrão em U invertido, sendo mais elevada entre os que manifestam um nível moderado de culpa. Quanto aos votantes intermitentes e aos abstencionistas recorrentes, são mais prevalentes entre aqueles que não sentem qualquer

remorso por não votar: entre os que não reportam culpa, 34 % são intermitentes e 31 % são abstencionistas recorrentes, valores que descem para 8 % e 3 %, respectivamente, entre os que atribuem à abstenção o máximo peso moral.

Estes resultados reforçam a ideia de que a participação eleitoral é um comportamento influenciado por normas sociais e morais. O sentimento de culpa por não votar, e o dever cívico de forma genérica, poderão assim funcionar como um mecanismo interno de mobilização, encorajando a regularidade no exercício do voto — hipótese que tentaremos reconfirmar na próxima secção.

3.4. Cruzando explicações: análises multivariadas

3.4.1. Efeitos diretos e indiretos

A análise conduzida até este ponto permitiu identificar um conjunto de fatores associados a diferentes propensões para votar, tanto no plano das características sociodemográficas como no das atitudes políticas. No entanto, a abordagem adotada apresenta limitações que impedem uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas subjacentes à participação eleitoral. As análises bivariadas são úteis para estabelecer relações preliminares entre variáveis, mas não permitem aferir quais são os fatores que preservam significância estatística quando considerados em conjunto. Por outro lado, as análises multivariadas convencionais, como a regressão logística ordinal, permitem-nos estimar a influência independente de cada variável, mas não capturam a forma como determinados elementos influenciam indiretamente, ou de forma mediada, a participação eleitoral.

Para ultrapassar estas limitações, recorreremos a um modelo de equações estruturais (MEE), que permite uma análise simultânea das relações entre variáveis, incorporando tanto efeitos diretos como indiretos, e possibilitando a identificação de efeitos de mediação com variáveis latentes (Kline, 2023, pp. 9-11). Esta abordagem é particularmente útil para estudar processos complexos, como a forma como certas atitudes políticas podem intermediar os efeitos de características de índole mais estrutural, nomeadamente a escolaridade e a classe social. Para ilustrar as potencialidades destes modelos, tomemos o caso do interesse na política: sabemos que indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados tendem a manifestar maior interesse pela política (Brady, Verba & Schlozman, 1995) e que, como vimos anteriormente, esse interesse está, em Portugal, associado a uma maior tendência para votar. Um modelo convencional de regressão poderia subestimar o impacto da escolaridade, uma vez que parte do seu efeito é mediado pelo interesse político. Um MEE revela-se particularmente útil em situações deste género, por permitir decompor o efeito e distinguir entre o impacto direto da escolaridade sobre a participação e o impacto indireto, canalizado através do interesse na política (Kline, 2023, p. 9).

O modelo¹¹ que propomos e testamos incorpora três dimensões principais sob a forma de variáveis latentes — variáveis que, não sendo diretamente observáveis e mensuráveis, permitem uma aproximação a um dado conceito a partir da agregação compósita de um conjunto de indicadores disponíveis na nossa base de dados. O envolvimento na política é um dos fatores latentes considerados, sendo medido a partir de quatro indicadores: a frequência com que os inquiridos acompanham notícias; os graus de interesse com que acompanham a atualidade política nacional e local; e a identificação com um dado

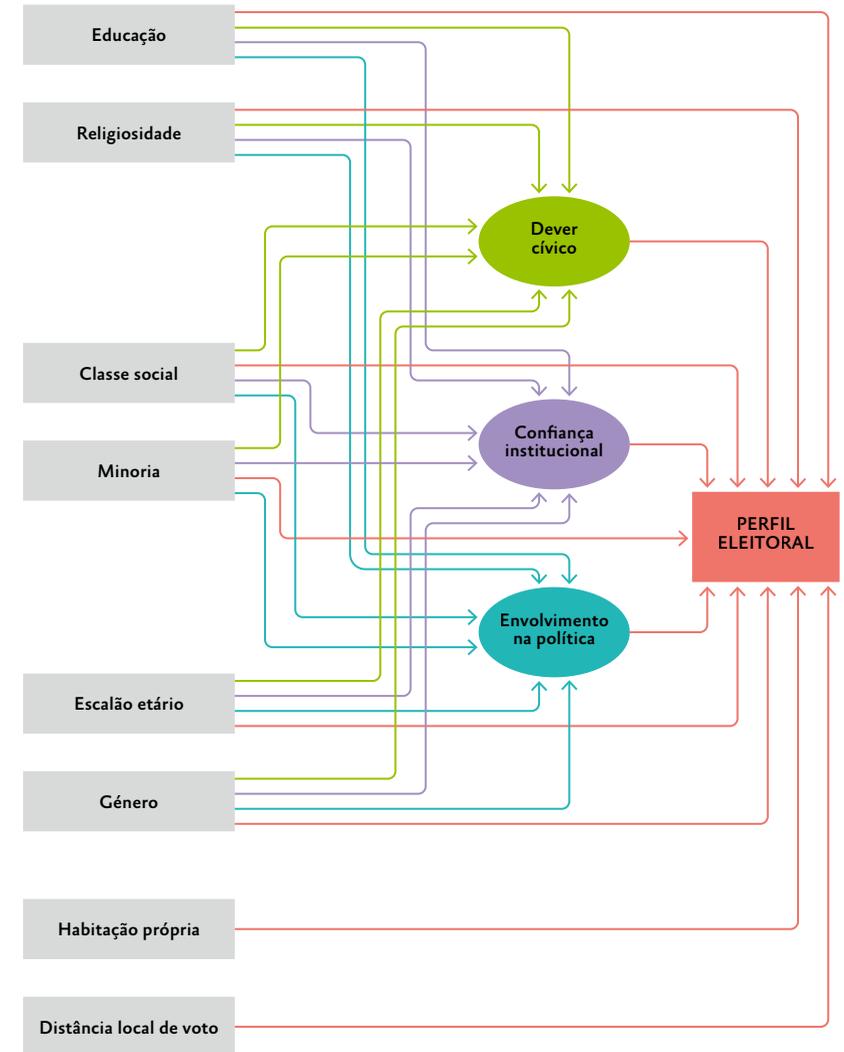
partido político. Ainda que remetam para corpos distintos de literatura e modalidades distintas de compromisso com a política, estas variáveis partilham o denominador comum de dizerem respeito à intensidade da relação com a esfera da política. A confiança nas instituições constitui outra dimensão relevante, tendo sido operacionalizada com base no grau de confiança reportado em relação ao parlamento, aos partidos políticos, à Presidência da República, ao Governo e aos órgãos de poder local. Em terceiro lugar, o dever cívico, medido a partir do sentimento de culpa por não votar, da crença de que votar é uma forma de mostrar que se ama o país e da perceção do voto como um dever por oposição a uma escolha.

Além destas variáveis, que podem exercer um papel de mediação, incluímos na análise os fatores mais fundamentais na investigação sobre o comportamento político, bem como outros que, mesmo não sendo de aplicação tão frequente, nos ofereceram resultados encorajadores na secção anterior. O modelo contempla assim a idade (três escalões etários), a classe social (auto-classificação com divisão em três segmentos), a educação (superior vs. não superior), o género, a religiosidade (medida a partir da frequência de cerimónias religiosas) e a pertença a uma minoria e/ou a aquisição de nacionalidade. Todas estas variáveis foram incluídas de forma direta e indireta, isto é, como tendo efeitos potencialmente mediados pelas três variáveis latentes apresentadas acima. Além disso, considerámos a situação face à habitação e a distância ao local de voto, que resulta da agregação do tempo reportado pelos inquiridos e o baseado na distância euclidiana entre o município de residência e o município de recenseamento nos casos em que não coincidem. Em relação a estas duas variáveis, apenas foram considerados os efeitos diretos, e não indiretos, dado não haver bases

teóricas ou até mesmo lógicas para esperar que o seu efeito possa ser mediado pelas três dimensões atitudinais.

A variável dependente é o perfil de participação eleitoral que temos vindo a examinar, distinguindo entre votantes assíduos, votantes frequentes, votantes intermitentes e abstencionistas recorrentes. Dado que estas quatro categorias têm uma ordem intrínseca, o modelo é estimado no pressuposto de que a variável dependente é ordinal. A Figura 3.30 oferece uma representação gráfica do modelo, com todas as relações em teste.

Figura 3.30 Representação gráfica do modelo de equações estruturais

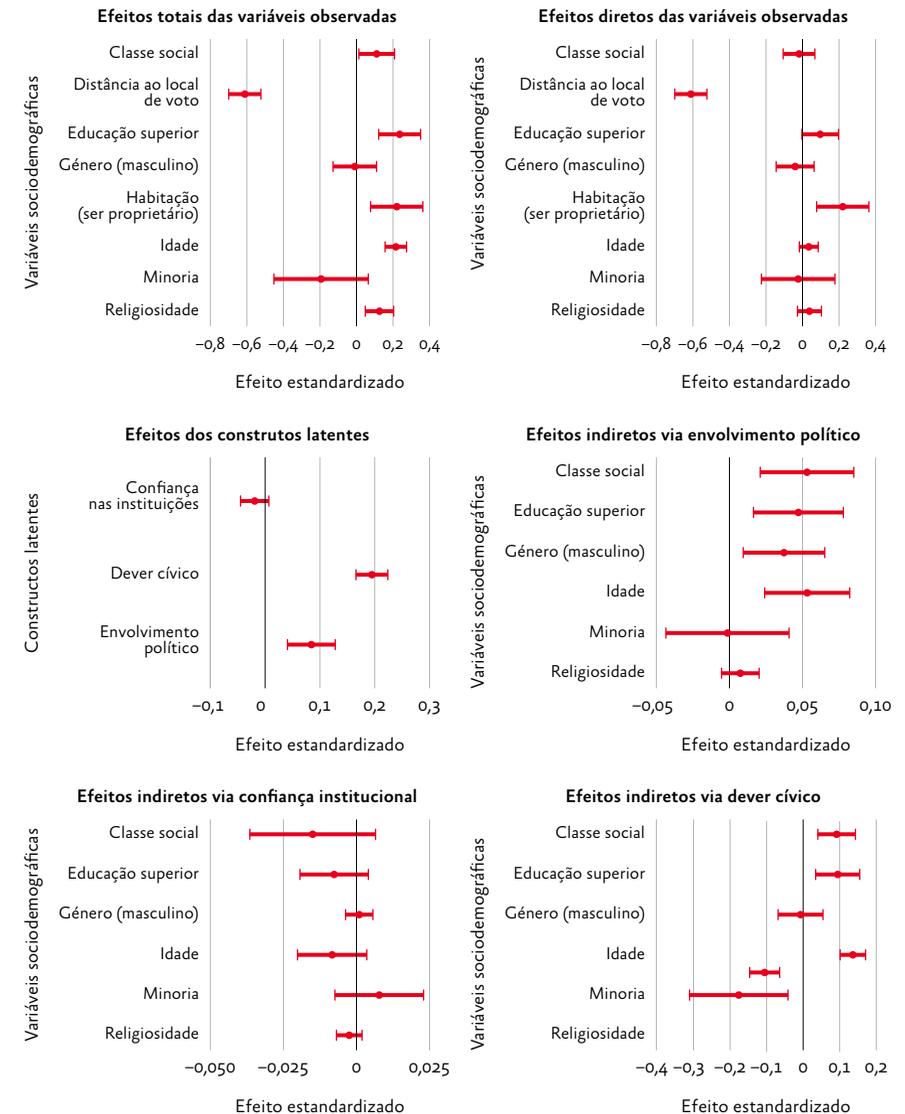


A Figura 3.31 apresenta os efeitos totais, diretos e indiretos dos preditores sociodemográficos, geográficos e atitudinais sobre o perfil de participação eleitoral. Os efeitos indiretos referem-se às influências mediadas por três variáveis latentes — envolvimento político, dever cívico e confiança nas instituições —, que funcionam como mecanismos explicativos intermediários. Como veremos de forma mais detalhada em seguida, alguns preditores, como a idade, a classe social e a educação, exercem um impacto reduzido ou nulo de forma direta, mas manifestam efeitos indiretos substanciais através destas variáveis mediadoras.

A análise dos coeficientes estruturais mostra que o fator com maior impacto direto na propensão para votar é a distância ao local de voto: quanto maior a distância, menor a probabilidade de o inquirido apresentar um perfil de votação mais frequente ($\beta = -0,61, p < 0,001$). Este resultado confirma a robustez do padrão já identificado em análises anteriores.

Já o sentimento de dever cívico emerge como o construto latente mais relevante para a participação eleitoral, apresentando um coeficiente padronizado comparativamente elevado ($\beta = 0,20, p < 0,001$). O modelo indica que o dever cívico é especialmente mais forte entre indivíduos mais velhos ($\beta = 0,14, p < 0,001$), de classes sociais mais elevadas ($\beta = 0,09, p = 0,001$), com instrução ao nível do ensino superior ($\beta = 0,10, p = 0,003$) e com maior frequência de cerimónias religiosas ($\beta = 0,08, p < 0,001$). A pertença a uma minoria tem um efeito negativo significativo sobre o dever cívico ($\beta = -0,18, p = 0,045$), sugerindo que indivíduos pertencentes a minorias tendem a reportar níveis mais baixos de dever cívico associado ao voto. Já o género não tem um efeito significativo sobre esta variável ($\beta = -0,01, p = 0,764$).

Figura 3.31 Modelo de equações estruturais: efeitos diretos e indiretos



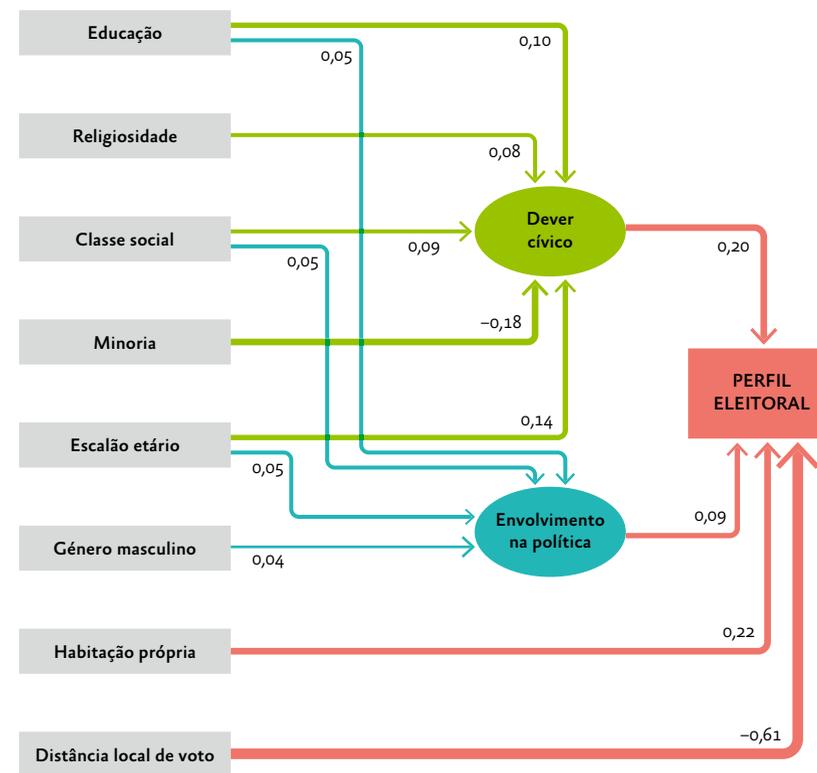
O envolvimento político desempenha um papel relevante ($\beta = 0,09$, $p < 0,001$), ainda que menos central, na explicação da participação eleitoral, funcionando também como um mediador entre fatores de índole sociodemográfica e o comportamento eleitoral. O modelo confirma que valores mais elevados nas variáveis idade ($\beta = 0,05$, $p < 0,001$), classe social subjetiva ($\beta = 0,05$, $p < 0,001$) e instrução ($\beta = 0,05$, $p = 0,002$), bem como ser do género masculino ($\beta = 0,04$, $p = 0,005$), influenciam positiva e significativamente o envolvimento político, que, por sua vez, está associado a uma maior participação eleitoral.

Por sua vez, a confiança nas instituições não tem impacto autónomo na participação eleitoral, uma vez que o coeficiente estimado para esta relação não é estatisticamente significativo ($\beta = -0,01$, $p = 0,764$). No entanto, esta variável está positivamente associada ao dever cívico ($\beta = 0,377$, $p < 0,001$) e ao envolvimento político ($\beta = 0,495$, $p < 0,001$), dois fatores que, esses sim, apresentam um efeito direto significativo sobre a participação eleitoral.

A idade não apresenta um efeito direto estatisticamente significativo sobre a participação ($\beta = 0,03$, $p = 0,148$), mas a sua influência torna-se muito substancial quando consideramos a mediação exercida pelo envolvimento político e pelo dever cívico (β total = $0,22$, $p < 0,001$). O mesmo padrão verifica-se para a escolaridade, cujo efeito direto na participação não atinge o limiar de significância estatística ($\beta = 0,10$, $p = 0,075$), mas torna-se relevante quando incluímos a mediação pelo envolvimento político e pelo dever cívico ($\beta = 0,123$, $p = 0,002$), resultando num efeito total estatisticamente significativo ($\beta = 0,24$, $p < 0,001$). A classe social não tem um efeito direto significativo sobre a participação eleitoral ($\beta = -0,01$, $p = 0,68$), mas apresenta um efeito indireto positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,08$, $p < 0,001$),

mediado pelo envolvimento político e pelo dever cívico, resultando num efeito total positivo e significativo sobre a participação ($\beta = 0,06$, $p = 0,03$). Quanto à condição de ser proprietário da habitação, esta revela um efeito direto positivo estatisticamente significativo ($\beta = 0,22$, $p < 0,001$), sugerindo que a integração residencial está associada a padrões de maior participação.

Figura 3.32 Resultados estatisticamente significativos do modelo de equações estruturais (coeficientes estandardizados)



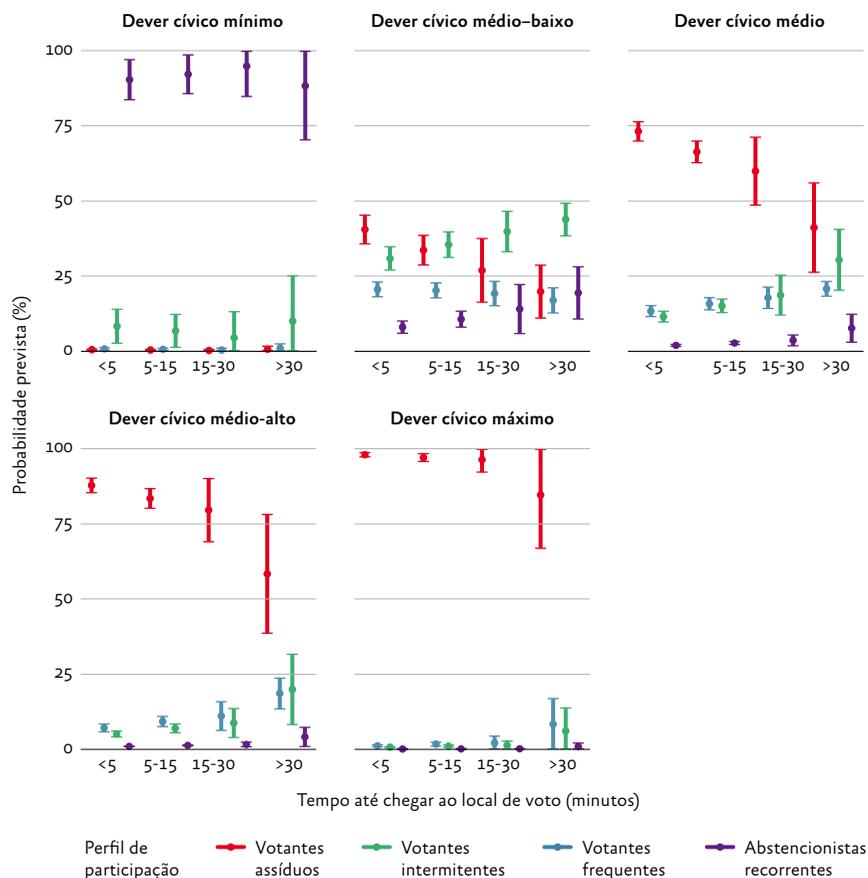
Em suma, este modelo estatístico — cujos resultados mais substanciais estão resumidos na Figura 3.32 — permite aprofundar a compreensão dos mecanismos da abstenção em Portugal, não só confirmando os padrões identificados nas análises anteriores, como hierarquizando as explicações que visitámos nas secções 3.2 e 3.3. O dever cívico e a distância ao local de voto têm um papel preponderante na determinação do perfil eleitoral dos portugueses, o interesse na política é um preditor robusto, embora menos relevante, e a confiança nas instituições é menos relevante do que se poderia supor à partida. Estes resultados sublinham a necessidade de abordagens analíticas sofisticadas para entender plenamente os mecanismos na base da participação eleitoral.

3.4.2. A interação entre o sentimento de dever cívico e as barreiras geográficas ao exercício do voto

Como vimos anteriormente, dois dos fatores mais importantes para compreender o perfil de participação são a distância em relação ao local de voto e o sentimento de dever cívico. Mas em que medida é que esta predisposição psicológica funciona efetivamente como uma vacina contra o fator desmobilizador das barreiras ao exercício do voto criadas pela distância? Para dar resposta a esta pergunta, estimámos um modelo adicional que calcula o impacto do cruzamento entre estas duas variáveis, e que revela dinâmicas adicionais que ajudam a compreender melhor os diferentes perfis de participação eleitoral. O modelo indica que o impacto do tempo necessário para chegar à assembleia de voto não é uniforme para todos os indivíduos, mas condicionado pelos níveis de dever cívico.

Para lançar luz sobre o efeito moderador da carga moral associada ao voto, calculámos as probabilidades estimadas de apresentar cada um dos perfis, em função das várias categorias da variável «distância», para cinco pontos na escala de dever cívico: o nível mínimo, o nível que resulta da subtração de um desvio-padrão ao nível médio, o nível médio, o nível que resulta da adição de um desvio-padrão ao nível médio e o nível máximo (Figura 3.33). Nos níveis mais baixos de dever cívico, a distância constitui um fator pouco relevante para explicar a participação eleitoral, enquanto nos níveis mais altos o efeito desmobilizador da distância é atenuado ou mesmo inexistente, do ponto de vista estatístico. Nem sequer os eleitores que demoram menos de 5 minutos a chegar ao seu local de voto apresentam uma maior propensão para votar caso o seu sentimento de dever cívico seja mínimo. Por outro lado, até mesmo os eleitores que residem a mais de 30 minutos do local onde votam têm uma elevada probabilidade de serem votantes assíduos quando a carga moral associada ao voto é alta. Nos cenários em que o dever cívico atinge valores intermédios, o aumento da distância está associado a uma redução da probabilidade de votar sempre e a um aumento da probabilidade de se assumir um perfil de abstencionismo ou de voto intermitente.

Figura 3.33 Interação entre sentimento de dever cívico e tempo até ao local de voto



Este padrão sugere que o dever cívico não só estimula diretamente a participação eleitoral como forma uma espécie de proteção contra barreiras externas como as dificuldades logísticas relacionadas com a deslocação para votar. A interação entre estes dois fatores contribui,

assim, para explicar a razão pela qual determinados eleitores mantêm um comportamento de participação consistente apesar de haver obstáculos práticos, enquanto outros, menos motivados em termos normativos, são mais sensíveis ao contexto geográfico do exercício do voto.

3.5. Estudo de caso: autárquicas de 2021

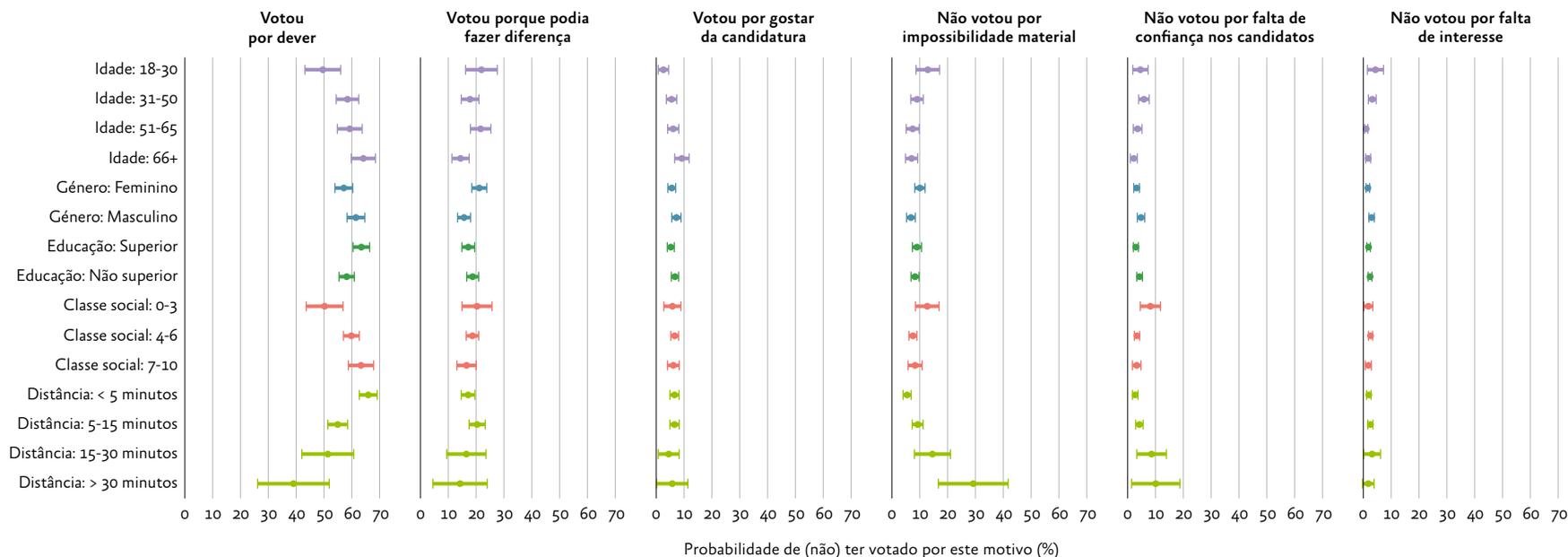
Até este ponto, analisámos os perfis de participação eleitoral dos cidadãos com base na sua propensão genérica para votar. Para aprofundar a análise e recolher informação adicional sobre os motivos concretos invocados para a participação ou a abstenção numa eleição específica, esta secção centra-se nas eleições autárquicas de 2021. O objetivo é compreender de que forma as tendências identificadas se traduzem em motivações individuais num contexto eleitoral concreto. Para tal, recorreremos aos dados do nosso inquérito e estimámos um modelo estatístico que avalia a probabilidade de os inquiridos reportarem diferentes razões para o seu comportamento eleitoral nessa eleição, tendo como variáveis explicativas a idade, o género, a classe social, o nível de escolaridade e a distância ao local de voto. A variável dependente corresponde ao motivo para ter ou não votado, operacionalizada em seis categorias: votou por dever, votou porque podia fazer a diferença, votou por simpatia por uma candidatura, não votou por impossibilidade material (doença, ausência, distância ou incompatibilidade laboral, entre outras razões), não votou por falta de interesse e não votou por falta de confiança nos candidatos¹².

Entre os cidadãos que participaram na eleição, o motivo mais frequentemente invocado para tal foi «sentir que era um dever». Esta tendência é coerente com os dados apresentados na secção anterior, onde vimos que a intensidade do dever cívico é um atributo distintivo

dos votantes assíduos. Em linha com a literatura e os resultados já apresentados, o nosso modelo (Figura 3.34) mostra que a probabilidade de ter votado nas autárquicas de 2021 por dever aumentou com a idade, sendo mais elevada entre os eleitores com mais de 66 anos e mais baixa entre os jovens (18-30 anos). Do mesmo modo, a classe social emerge como um fator relevante: os indivíduos das classes mais elevadas (7-10) apresentam uma maior propensão para justificar o seu voto com base no dever cívico do que os das classes mais baixas (0-3), confirmando um padrão de desigualdade cívica que já tínhamos sublinhado. A educação tem também um efeito diferenciador: o voto por dever é mais comum entre os mais escolarizados. Por fim, a distância

ao local de voto desempenha um papel importante: o sentido de dever é menos invocado pelos eleitores que vivem mais longe do local de votação. O motivo «votei porque podia fazer a diferença» apresenta uma distribuição distinta: as mulheres e os eleitores mais jovens (18-30 anos) são ligeiramente mais propensos a justificar o voto com esta razão do que os homens e os eleitores mais velhos (66+). Quanto à probabilidade de votar por «gostar de uma candidatura», é mais elevada à medida que aumenta a idade dos inquiridos, em linha com os resultados que obtivemos sobre os preditores da identificação partidária. Os efeitos das outras variáveis são residuais.

Figura 3.34 Motivos para a participação ou abstenção nas eleições autárquicas de 2021



Há também resultados relevantes em relação aos motivos avançados para a abstenção. O modelo indica que a abstenção por impossibilidade material é mais comum entre os eleitores mais jovens e entre os que vivem mais longe dos locais de voto, com a probabilidade de mencionar este motivo aumentando significativamente para quem reside a mais de 30 minutos da assembleia de voto. Já a falta de interesse e a falta de confiança nos candidatos, embora menos frequentes como justificação geral, surgem associadas sobretudo às faixas etárias mais jovens (no primeiro caso) e às classes sociais mais baixas (no segundo), em linha com tendências identificadas anteriormente. Estes dados reforçam a ideia de que, mesmo em eleições para as autarquias locais, as barreiras materiais e os fatores de desmobilização subjetiva — como o desinteresse ou a desconfiança — coexistem e afetam de forma diferenciada os diversos segmentos da população.

No seu conjunto, estes resultados confirmam e aprofundam os padrões explorados nas secções anteriores. Não só o dever cívico se mantém uma motivação central entre os votantes mais velhos e das classes sociais superiores, como também se reforça a ligação entre barreiras geográficas e participação. O caso das autárquicas de 2021 mostra que, mesmo num contexto de eleição de proximidade, as distâncias físicas e simbólicas — associadas ao território, à classe e à idade — continuam a ser razões que explicam porque se vota ou se opta pela abstenção. Esta evidência demonstra que os resultados relativos a uma dimensão temporal mais ampla a que chegámos se refletem igualmente nos motivos que os cidadãos apontam para explicar o seu envolvimento (ou afastamento) numa eleição específica, neste caso autárquica, o que contribui para validar as nossas conclusões.

3.6. Conclusão

Os resultados expostos no presente capítulo permitem identificar pontos de encontro e de dissonância face à literatura apresentada no capítulo anterior e ajudam-nos a compreender com mais profundidade os mecanismos da abstenção em Portugal. O modelo de equações estruturais testado revela que o sentimento de dever cívico é, entre as variáveis analisadas, o fator mais determinante da participação eleitoral. Num contexto mais particular, o das eleições autárquicas de 2021, o motivo mais referido para se ter votado foi também esse. Estes resultados estão em linha com os trabalhos de Blais *et al.* (2004) e, mais recentemente, Blais & Achen (2019), que destacam a importância dos benefícios morais do voto. A evidência de que a culpa por não votar — um indicador do dever cívico — tem forte poder preditivo da participação reforça ainda as conclusões meta-analíticas de Smets & Van Ham (2013), em que esta variável mostrou uma elevada taxa de sucesso. Do ponto de vista teórico, estes resultados são robustecidos por trabalhos recentes que mostram que o sentimento de dever cívico deve ser visto como causa, e não como consequência, da participação eleitoral (Feitosa & Dassonneville, 2022).

No plano dos recursos, a generalidade da literatura aponta, à partida, para uma associação robusta entre a idade e a participação (Smets & Van Ham, 2013; Angelucci, Carrieri & Improta, 2025), com especial destaque para os efeitos geracionais postulados por Franklin (2004). Esta expectativa é confirmada na nossa análise: os cidadãos mais velhos revelam uma maior probabilidade de participar em eleições, sendo também os que mais expressam sentimentos de dever cívico, um mecanismo interpretável precisamente à luz da hipótese geracional. Os mais velhos, socializados ou mesmo já entrados na vida

adulta num contexto em que o voto era visto como uma conquista recente, sentem com mais intensidade os custos morais da abstenção. Esta leitura é reforçada pela evidência de que o efeito da idade na participação é sobretudo indireto, sendo mediado pelo dever cívico, conforme ilustra o modelo de equações estruturais. O resultado é coerente com os argumentos de Blais *et al.* (2004) e Blais & Rubenson (2013), que sublinham que os jovens hoje tendem a atribuir menos peso moral ao voto do que as gerações anteriores.

Por outro lado, os efeitos da instrução e da classe social na participação eleitoral em Portugal, embora consistentes com a literatura (Verba & Nie, 1972; Gallego, 2015), revelam-se em grande parte mediados pelo envolvimento na política e pelo dever cívico. A ausência de um efeito direto robusto destas variáveis no modelo final indica que o seu impacto ocorre sobretudo por via da promoção de atitudes favoráveis ao voto, como o interesse político e o sentimento de obrigação cívica — o que se reflete igualmente nos motivos reportados na eleição autárquica de 2021 —, um resultado alinhado com a perspetiva de Brady, Verba & Schlozman (1995). Estes autores sustentam que os recursos são convertidos em participação na medida em que se traduzem em padrões atitudinais favoráveis à mesma.

Além disso, os resultados sugerem que a distância ao local de voto se mantém como um robusto fator explicativo da abstenção, em linha com os estudos de Brady & McNulty (2011) e Bhatti (2012). Trata-se de um resultado que oferece suporte empírico ao peso dos fatores geográficos e materiais — em sentido literal — como um obstáculo concreto à participação, uma dimensão ainda pouco explorada em Portugal. Ainda assim, o impacto deste fator é moderado pelo entendimento da participação eleitoral como um dever cívico, sendo que quem rejeita

completamente ou abraça de forma plena este ponto de vista apresenta propensões para a participação eleitoral que são, em grande medida, independentes da distância. Viver mais perto ou mais longe do local onde as urnas estão é sobretudo relevante para quem apresenta níveis intermédios de sensibilidade ao peso moral da participação eleitoral.

Em suma, os dados, tanto ao nível geral como no caso concreto das autárquicas de 2021, revelam que os mecanismos morais e normativos, particularmente o dever cívico, desempenham um papel central na explicação da abstenção, relegando para segundo plano fatores como a confiança nas instituições. O caso português confirma, assim, a importância de modelos que integrem dimensões morais e psicológicas com fatores estruturais (mudanças geracionais) e materiais (distância física aos locais de voto), revelando uma arquitetura complexa da decisão de votar (Blais & Daoust, 2020). No último capítulo, discutimos o modo como estes resultados apontam para a relevância de intervenções que reforcem normas cívicas e reduzam barreiras materiais à participação.

Capítulo 4

Posições e preferências políticas de votantes e abstencionistas

João Cancela e José Santana Pereira

O tópico da convergência ou divergência das posições e atitudes políticas de votantes e abstencionistas tem-se tornado mais saliente em função da deterioração de indicadores de confiança política e do aprofundamento das desigualdades de participação eleitoral num número crescente de democracias (Lijphart, 1997; Mair, 2013). Esta é uma dimensão relevante na análise da opinião pública, já que está no cerne de uma preocupação normativa expressa por autores como Robert Dahl (1971): sendo a democracia caracterizada pela igualdade no tratamento das preferências dos cidadãos, que são recolhidas essencialmente por via eleitoral, importa compreender se as preferências dos que votam são semelhantes às da população como um todo.

Neste capítulo, exploramos de forma detalhada este tema central para um entendimento cabal do impacto da abstenção: a existência de diferenças nas preferências políticas de quem vota e de quem se abstém. Esta análise beneficia de um manancial importante de investigação empírica publicada nas últimas décadas, que sustenta a análise dos dados de inquérito recolhidos no âmbito deste estudo através de um processo descrito no Capítulo 3. O objetivo deste capítulo é, então, contribuir para um entendimento detalhado sobre até que ponto é que, em Portugal, os abstencionistas e os votantes se distinguem pelas suas posições e preferências políticas.

4.1. Revisão da literatura

Nas próximas páginas, passamos em revista a literatura que olha para a participação eleitoral como variável independente, tentando identificar diferenças em termos de preferências políticas entre quem vota e quem opta por se abster. Esta literatura parte do pressuposto de que, num contexto de participação eleitoral desigual, é bastante plausível que existam diferenças apreciáveis entre quem vota e quem não vota em termos de preferências políticas. Dado que a posição que os cidadãos ocupam no tecido social está associada a diferentes preferências políticas e orientações ideológicas (Lipset, 1960; Evans, 1993; Werfhorst & Graaf, 2004; Barone, Lucchini & Sarti, 2007; Soroka & Wlezien, 2008; Alesina & Giuliano, 2011; Giger, Rosset & Bernauer, 2012; Guntermann, Dassonneville & Miller, 2020), se os grupos dos votantes e dos abstencionistas têm composições socioeconómicas distintas é provável que as suas prioridades políticas diverjam.

A maioria da investigação empírica sobre este tema foi realizada com um enfoque nos EUA, sendo que alguns dos estudos mais influentes não reportam diferenças substanciais entre quem vota e não vota (Wolfinger & Rosenstone, 1980; Teixeira, 1992). Shaffer (1982) é um pouco menos categórico: não registando diferenças consistentes ou de grande magnitude entre abstencionistas e votantes norte-americanos

num conjunto de matérias relativas à economia nacional, aos direitos e às liberdades civis ao longo de três décadas, destaca uma tendência para os abstencionistas serem mais de esquerda em matéria económica (um padrão que se esfuma no final da década de 1960) e mais conservadores sobre temas como os direitos das mulheres, o aborto, a habitação social e a integração social de minorias étnicas.

Dez anos depois, Gant & Lyons (1993) reportaram que continuava a não haver diferenças numa grande amplitude de temas, mas que a tendência para que quem não votava apresentasse posições mais à esquerda em temáticas de natureza económica regressara em força na década de 1980. Quinley (1995), por sua vez, observou entre os abstencionistas uma maior tendência para defender um papel ativo do Estado em termos de promoção do bem-estar social, tanto em 1990 como no período 1952-1990 globalmente considerado. Ao mesmo tempo que reportam, grosso modo, os mesmos padrões discutidos acima relativamente a temas económicos e de proteção social, Bennett & Resnick (1990) chamam a atenção para uma série de outras diferenças relevantes, embora de pequena magnitude. Em concreto, os abstencionistas norte-americanos tendiam a expressar menos patriotismo, a ser menos radicalmente contrários ao comunismo e mais isolacionistas, mas não eram nem mais nem menos libertários do que os que costumavam votar. Ao mesmo tempo, olhavam de maneira menos favorável para indivíduos de origem hispânica e homossexuais, sendo mais amistosos face a fundamentalistas cristãos, a pessoas pobres, a quem vive de apoios sociais e a ativistas pelos direitos civis. Mais recentemente, Highton & Wolfinger (2001b) observaram que o grupo dos indivíduos que votam é bastante representativo da população adulta em termos

de preferências de políticas públicas, demonstrando apenas uma tendência de menor favorabilidade a políticas redistributivas.

No Canadá, os cidadãos que votaram e não votaram nas eleições federais de 2000 apresentavam opiniões indistintas a respeito de 45 dos 50 temas politicamente relevantes analisados por Rubenson *et al.* (2007). A conclusão de que votantes e abstencionistas canadianos não têm posições distintas é, contudo, refutada por Godbout & Turgeon (2019). Analisando dados recolhidos entre 2004 e 2008, referem que estes últimos são geralmente mais conservadores em questões como a pena de morte, a severidade das penas ou a imigração. Além disso, e ao contrário do que os estudos focados nos EUA tendem a reportar, no Canadá de há 20 anos os abstencionistas tinham também posições mais à direita em termos de envolvimento do Estado no mercado de trabalho, impostos e apoios sociais que os votantes.

Passemos para o outro lado do Atlântico. Studlar & Welsh (1986) relataram diferenças insignificantes entre preferências de abstencionistas e votantes no Reino Unido dos anos 1970. Usando dados recolhidos no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu de 2009, Kissau, Lutz & Rosset (2011) observaram que os abstencionistas concordavam mais do que os votantes com políticas redistributivas e eram mais céticos do que estes últimos em relação à imigração. Poucos anos depois, Gallego (2015) destacou padrões similares: os abstencionistas são tendencialmente mais favoráveis a medidas económicas redistributivas do que os votantes, sendo estes últimos mais liberais em relação aos direitos das mulheres e dos homossexuais, ainda que a magnitude das diferenças seja modesta. De destacar que em termos de lei e ordem (severidade das penas, educação para obediência à autoridade), estes dois grupos não se distinguem. Beneficiando de dados sobre 26 países europeus,

Gallego (2015) propôs-se ainda analisar a variação da magnitude das diferenças entre as posições dos dois grupos nos diferentes países. Através desse exercício, nota que tais diferenças eram estatisticamente significativas em dez casos quando o tema era a intervenção do Estado para reduzir as disparidades de rendimentos (em seis casos, os abstencionistas concordam significativamente mais com esta intervenção, enquanto noutros quatro, Portugal incluído, concordam significativamente menos), e em 13 casos quando o tema era o direito das mulheres ao trabalho: em 11 países, os abstencionistas discordam significativamente menos da afirmação que os homens têm mais direito do que as mulheres a um emprego, sendo que noutros dois (Grécia e Reino Unido) o padrão é o oposto. Independentemente da direção das diferenças, merece destaque o facto de que atingem magnitudes significativas em apenas 40 % a 50 % dos países sob análise. A autora explica esta variação entre países com a grandeza das desigualdades na participação eleitoral, mostrando que as diferenças entre votantes e abstencionistas são mais pronunciadas nos contextos em que a participação é mais desigual.

Há ainda a apontar um estudo realizado na Rússia, na Bielorrússia e na Ucrânia em meados da primeira década do século XXI, que reporta que nestes três países os abstencionistas eram mais favoráveis ao mercado livre (White & McAllister, 2007). Os autores demonstraram ainda que na Rússia e na Bielorrússia os abstencionistas eram também menos entusiastas a respeito de um retorno à era soviética, enquanto na Ucrânia e na Rússia expressavam posições mais favoráveis à integração na União Europeia, quando comparados com quem votara.

Uma vez que o autoposicionamento ideológico constitui um bom atalho para conhecermos as preferências políticas dos cidadãos face

a temáticas de diferente natureza (Conover & Feldman, 1981; Freire, 2015; Lesschaeve, 2017), alguns estudos sobre as diferenças entre votantes e abstencionistas incidiram em concreto nesta dimensão. Neste âmbito, Quigley (1995) observou que, nos EUA das décadas de 1950 a 1980, os abstencionistas eram significativamente menos conservadores do que os votantes. Griffin & Newman (2005) sugeriram, alguns anos depois, que este padrão global pode esconder diferenças importantes entre estados, reportando que, no período entre 1973 e 2002, os votantes eram significativamente mais conservadores do que os abstencionistas em 24 dos 44 estados norte-americanos analisados, significativamente mais liberais noutros três e estatisticamente indistintos nos restantes 17. Mais recentemente, Dassonneville *et al.* (2021) observaram que, no período posterior a 1980, os votantes posicionavam-se mais à direita do que os abstencionistas em 31 dos 36 países da OCDE sob análise, sendo a diferença entre os dois grupos significativa, embora pequena, em 18 casos. De destacar que, neste trabalho, Portugal aparece como um dos países onde as diferenças entre votantes e abstencionistas em termos de posicionamento na escala esquerda-direita não são significativas.

4.2. Preferências políticas de votantes e abstencionistas em Portugal

Na secção anterior, vimos como vários estudos apontam para que quem vota e quem se abstém tenha preferências políticas distintas em relação a alguns temas politicamente relevantes (embora não a todos), ainda que as diferenças nem sempre sejam muito pronunciadas. A tendência global é para que os abstencionistas sejam, em média, menos conservadores (ou de direita) do que os votantes, especialmente quando os temas dizem respeito à redistribuição da riqueza, ainda

que tendam a ser menos liberais ou libertários (ou de esquerda) do que estes últimos quando os temas incidem sobre direitos e minorias. A parca evidência empírica sobre o caso português aponta para que este possa, de algum modo, estar em contracorrente: como acabámos de ver, os estudos que fazem referência concreta a Portugal apontam para que ou não haja diferenças significativas entre votantes e abstencionistas, ou, a haver, que se traduzam numa tendência para que estes últimos expressem preferências mais à direita em termos económicos.

Para lançar luz sobre os padrões e especificidades do caso português, procedemos nesta secção à apresentação dos resultados de uma análise focada na mensuração das diferenças entre quem vota e quem se abstém em relação ao posicionamento na escala esquerda-direita, a uma série de questões relativas ao papel do Estado na economia e na sociedade (quer em termos do dilema impostos ou dívida vs. investimento em serviços públicos, tanto no plano nacional como local, quer em termos de preferência por saúde e educação públicas ou privadas), bem como questões frequentemente enquadradas como dizendo respeito à nova política: proteção do ambiente, imigração, direitos dos homossexuais, lei e ordem. Esta análise é enriquecida por um foco nas preferências sobre representação e nas opiniões sobre que eleição é a mais importante.

As secções que se seguem partilham a mesma estrutura. Começamos por dar conta da distribuição das preferências na amostra como um todo e em função do perfil eleitoral dos inquiridos. Para aumentar o poder estatístico da análise e simplificar a interpretação dos resultados, a classificação dos inquiridos em função da participação eleitoral assume uma natureza binária: os votantes assíduos e frequentes são agrupados numa categoria, sendo a outra ocupada pelos intermitentes

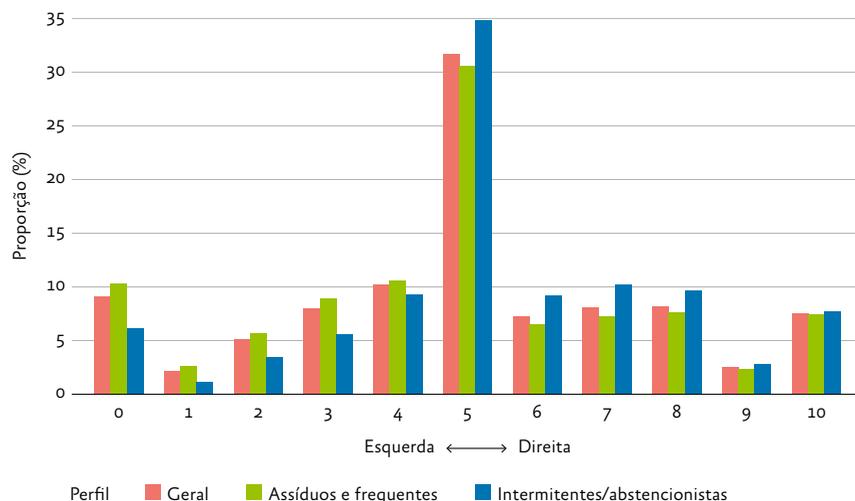
e abstencionistas. Em seguida, apresentam-se os resultados de dois modelos de regressão, que estimam os valores previstos para cada uma das dimensões examinadas em linha com o perfil de participação eleitoral dos inquiridos, de forma isolada e na presença de quatro variáveis de controlo: idade, instrução, género e classe social subjetiva.

4.2.1. Esquerda vs. direita

Como argumentámos acima, o autopoicionamento numa escala unidimensional esquerda-direita é o atalho mais direto para captar as diferenças ideológicas entre cidadãos. Neste estudo, utilizámos a abordagem mais convencional para aferir esta dimensão, perguntando diretamente aos inquiridos em que ponto de uma escala de 0 (posição mais à esquerda) a 10 (posição mais à direita) se localizam.

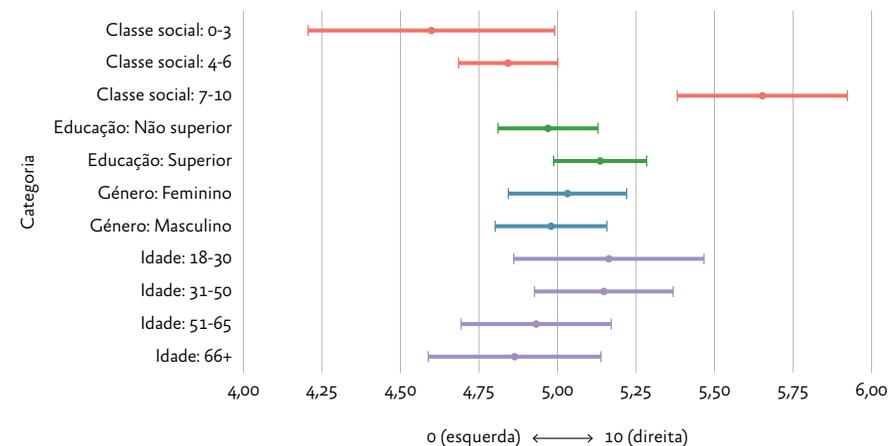
Os resultados, representados na Figura 4.1, mostram que, como é habitual em Portugal (Freire & Belchior, 2013), uma parte significativa dos eleitores (cerca de um terço) escolhe o ponto central da escala. Há diferenças entre os votantes assíduos e frequentes, por um lado, e os votantes intermitentes e abstencionistas recorrentes, por outro, com o primeiro grupo a colocar-se, em média, mais à esquerda do que o segundo. Esta diferença é estatisticamente significativa ($\beta = 0,59$, $p < 0,001$).

Figura 4.1 Posicionamento na escala esquerda-direita



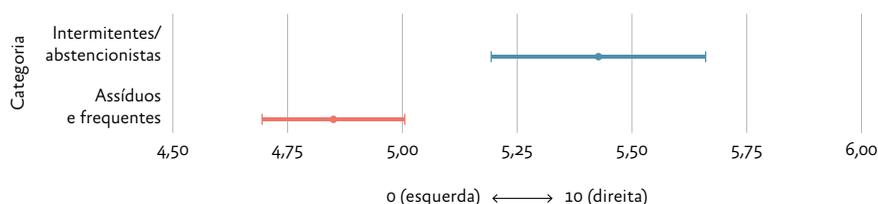
Vejamos agora os resultados do modelo multivariado. O género, a idade e o nível de escolaridade não apresentam associações robustas com a localização na escala esquerda-direita (Figura 4.2). Quanto à classe social, os indivíduos que se identificam como pertencentes a estratos mais elevados (valores entre 7 e 10 numa escala que varia entre 0, «mais baixa», e 10, «mais alta») tendem a posicionar-se mais à direita.

Figura 4.2 Posicionamento na escala esquerda-direita por classe social, instrução, género e idade



Uma vez controladas estas variáveis, será que os eleitores mais assíduos continuam a ter um perfil ideológico distinto dos que se abstêm mais frequentemente? Os dados indicam que sim: em média, os votantes intermitentes e os abstencionistas recorrentes posicionam-se 0,5 pontos mais à direita do que os eleitores assíduos e frequentes (5,4 contra 4,9; Figura 4.3). Este resultado sugere que a participação eleitoral em Portugal pode ter um viés à esquerda, na medida em que os eleitores que votam de forma mais consistente se situam, em média, mais próximos desse polo do que os que se abstêm. Vista por outro prisma, esta evidência reflete uma menor mobilização de segmentos relativamente mais conservadores da sociedade portuguesa. De destacar que o padrão aqui observado não emergiu no estudo de Dassonneville *et al.* (2021).

Figura 4.3 Posicionamento na escala esquerda-direita por perfil de participação eleitoral



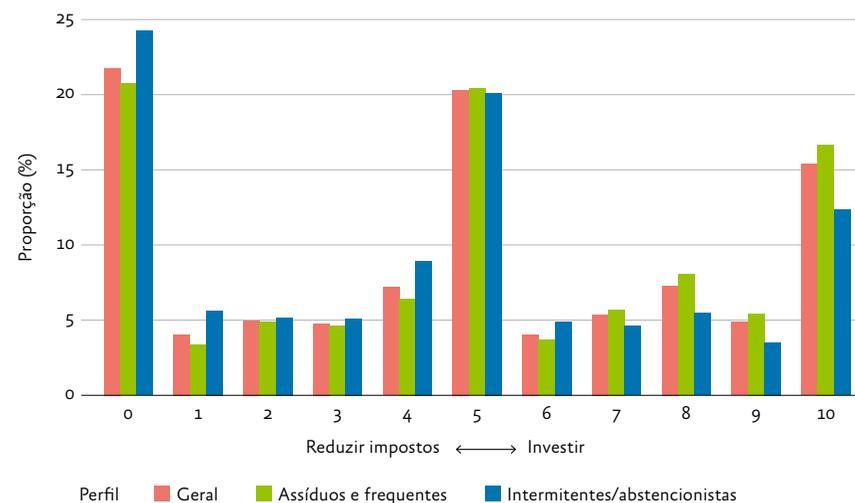
4.2.2. Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais

Para examinar as potenciais divergências entre votantes assíduos/frequentes e intermitentes/abstencionistas com mais detalhe, debruçamo-nos agora sobre atitudes em relação à política macroeconómica, particularmente no que diz respeito à redistribuição e ao papel do Estado na economia. Nesta secção, analisamos a forma como os diferentes perfis de participação eleitoral se distribuem quanto ao dilema entre redução de impostos (0), por um lado, e aumento do investimento nos serviços públicos e prestações sociais (10), por outro.

A Figura 4.4 ilustra a distribuição das respostas sobre esta questão, comparando o padrão geral com os dos votantes assíduos e frequentes e dos votantes intermitentes ou abstencionistas. Os resultados mostram que uma fatia considerável dos inquiridos se posiciona nos dois extremos da escala, refletindo um certo grau de polarização da opinião sobre o papel do Estado na economia. Por outro lado, 20 % de todos os inquiridos e dos membros de cada um dos grupos posicionam-se no ponto central da escala (5). Nota-se uma inclinação dos votantes assíduos e frequentes para opções mais intervencionistas

face aos votantes intermitentes e abstencionistas. De facto, há uma diferença estatisticamente significativa entre os valores médios destes dois grupos, sendo o dos abstencionistas e votantes intermitentes mais baixo ($\beta = -0,69, p < 0,001$).

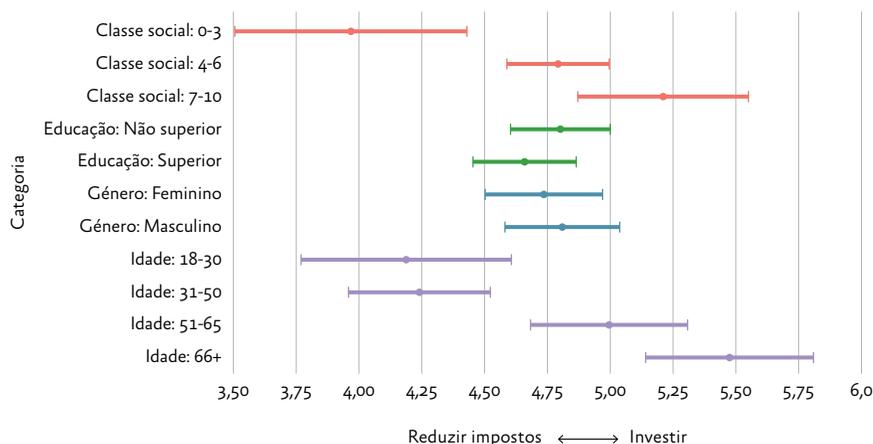
Figura 4.4 Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais



A análise multivariada, apresentada nas Figuras 4.5 e 4.6, mostra que a classe social é o fator mais impactante, com os indivíduos nos estratos sociais mais baixos (0-3 na escala de classe social subjetiva descrita acima) a constituírem o grupo mais intensamente favorável à redução de impostos em detrimento do aumento do investimento público. Este resultado não deixa de ser contraintuitivo, na medida em que a expectativa teórica seria que os eleitores pertencentes a classes mais baixas

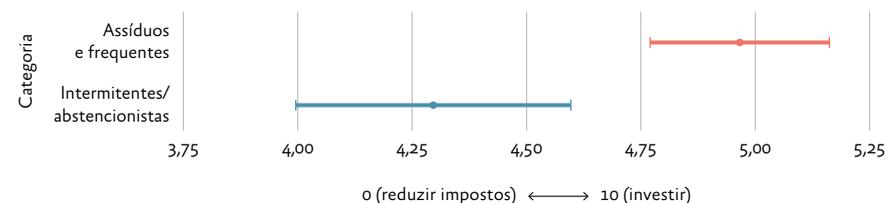
tendessem a apoiar medidas mais intervencionistas. Também a idade está associada a variações significativas: os indivíduos mais jovens têm, em média, uma posição menos intervencionista (4,2), enquanto os mais velhos tendem a posicionar-se comparativamente mais perto do ponto médio da escala (5,5). Esta tendência sugere duas explicações que não são mutuamente exclusivas: por um lado, a perceção sobre o papel do Estado na economia pode evoluir ao longo do ciclo de vida, com os mais jovens a preferirem uma menor carga fiscal e os mais velhos a valorizarem mais um cenário de maior proteção social; por outro lado, pode haver mudanças de índole geracional, com os inquiridos nascidos em anos mais recentes a serem menos propensos a defender políticas redistributivas face às gerações anteriores. Nem género nem escolaridade apresentam associações estatisticamente significativas com esta variável.

Figura 4.5 Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais por classe social, instrução, género e idade



Por fim, a Figura 4.6 mostra que, mesmo controlando o efeito das quatro variáveis discutidas no parágrafo anterior, há diferenças de opinião significativas entre votantes assíduos e frequentes e aqueles que votam de forma intermitente ou tendem a abster-se. Em concreto, os inquiridos que se enquadram no perfil de voto assíduo e frequente apresentam, em média, um nível comparativamente menor de apoio à redução de impostos (5,0) do que os votantes intermitentes e os abstencionistas (4,3). Esta diferença é estatisticamente significativa, sugerindo que os indivíduos que participam mais regularmente no processo eleitoral tendem a estar mais predispostos a apoiar políticas que promovam uma maior intervenção do Estado na economia, em linha com o resultado que já tínhamos obtido na análise da dimensão esquerda-direita.

Figura 4.6 Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais por perfil de participação eleitoral



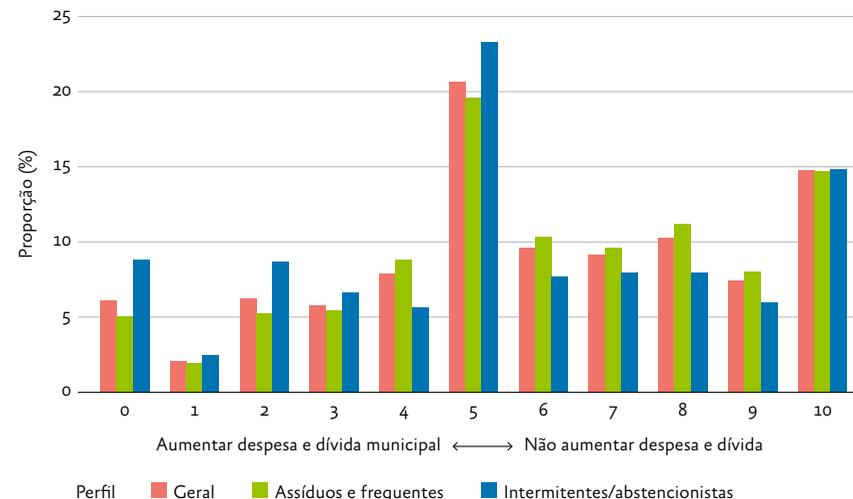
4.2.3. Câmara Municipal deve aumentar a despesa e a dívida municipal vs. não deve aumentá-las

Ainda que o Estado central seja o principal ator macroeconómico público no contexto português (Instituto Nacional de Estatística, 2024), importa não esquecer o papel das autarquias. De facto, como

veremos adiante, cerca de um quarto dos eleitores diz que são as eleições ao nível local aquelas que têm um impacto mais direto na sua vida. De forma a expandir o âmbito do inquérito e a não negligenciar este nível de decisão, incluímos elementos relativos às políticas e à gestão financeira de âmbito municipal. Mais concretamente, o questionário continha uma pergunta sobre o grau de concordância, numa escala de 0 a 10, com a afirmação: «A sua câmara municipal não deve aumentar a despesa e a dívida municipais, mesmo que isso implique menos investimentos».

O ponto modal da distribuição das respostas (Figura 4.7) situa-se no valor 5, mas há também uma parcela relevante de inquiridos que se posiciona nos extremos da escala, indicando que uma parte considerável da população tem convicções vincadas sobre o tipo de gestão orçamental municipal que prefere. Os abstencionistas e votantes intermitentes tendem a posicionar-se mais no sentido do apoio a uma maior despesa e dívida municipais do que os que votam de forma assídua ou frequente ($\beta = -0,54, p < 0,001$).

Figura 4.7 Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal



Conforme mostra a Figura 4.8, os correlatos sociodemográficos destas preferências seguem padrões relativamente claros. A idade surge como um dos principais fatores explicativos, com os eleitores mais velhos a manifestarem uma preferência mais acentuada por contenção orçamental: os indivíduos com 66 anos ou mais anos registam uma posição média de 6,4, significativamente acima dos mais jovens (5,3). Há também uma dimensão de género na estruturação destas preferências, na medida em que os homens apresentam uma posição mais conservadora (6,1) do que as mulheres (5,7). Havendo indícios da existência de diferenças de opinião em função da classe social, estas não são estatisticamente significativas. Também o nível de escolaridade não se revelou um fator diferenciador, à semelhança de gozar ou não do estatuto de proprietário do imóvel em que se vive.

Por sua vez, independentemente da classe social, nível de instrução, situação habitacional, idade e género, os eleitores assíduos e frequentes demonstram uma tendência ligeiramente superior para a prudência orçamental ao nível municipal face aos eleitores intermitentes e abstencionistas: o valor médio dos primeiros é de 6,1, enquanto o dos segundos é de 5,5 (Figura 4.9). Este dado surge em contraste com o resultado que vimos na subsecção anterior, segundo o qual os eleitores menos propensos a participar seriam tendencialmente mais favoráveis a pronunciar-se a favor de uma diminuição de impostos em oposição a um maior investimento público, indiciando uma possível inconsistência no sistema de crenças de alguns destes eleitores (Converse, 2006).

Figura 4.8 Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal por classe social, situação habitacional, instrução, género e idade

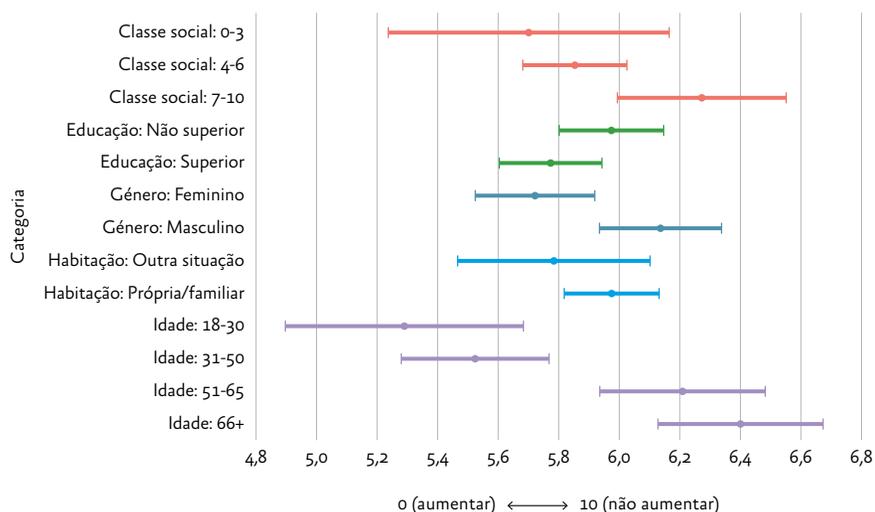
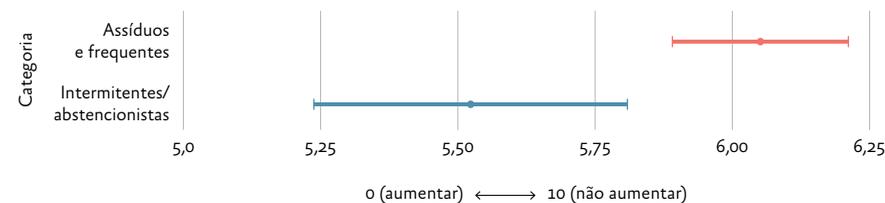


Figura 4.9 Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal por perfil de participação eleitoral



4.2.4. Taxas de imposto sobre rendimentos demasiado altas/adequadas/baixas

Para tentar perceber melhor se eleitores com diferentes propensões para votar se distinguem no que toca às preferências por redistribuição, contemplámos não apenas as posições quanto a princípios políticos gerais e abstratos, mas também questões mais concretas, relacionadas com valores efetivos de taxação sobre rendimentos e imóveis, recorrendo, para tal, ao método experimental aplicado a inquéritos (Mutz, 2011). A primeira experiência incorporada no inquérito teve como objetivo avaliar se a perceção sobre a adequação das taxas de IRS nos dois grupos varia em função de dois elementos: a apresentação de informação de contexto sobre o salário médio bruto em Portugal e os níveis específicos de rendimento e respetivas taxas de desconto. Foram preparadas seis versões da pergunta (Tabela 4.1) e os inquiridos foram distribuídos aleatoriamente pelos diferentes cenários, o que permite testar o efeito da informação contextual e das variações nos valores dos rendimentos apresentados. As taxas apresentadas dizem respeito aos valores que estavam em vigor em 2021 (Autoridade Tributária e Aduaneira, 2022).

Tabela 4.1 IRS: estímulos apresentados nas diferentes condições experimentais

Variações na questão sobre as opiniões relativamente às taxas de IRS		
	Sem informação prévia de contexto	Com informação prévia de contexto
700/desconto de 5 %, ou 35 euros, para efeitos de IRS	a) Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe pelo seu trabalho 700 euros brutos por mês desconta mensalmente 5 %, ou 35 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?	b) Os dados mais recentes indicam que o salário médio bruto dos trabalhadores por conta de outrem é de 1005 euros. Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe 700 euros brutos por mês desconta mensalmente 5 %, ou 35 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?
1505/desconto de 17,3 %, ou 260 euros, para efeitos de IRS	c) Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe pelo seu trabalho 1505 euros brutos por mês desconta mensalmente 17,3 %, ou 260 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?	d) Os dados mais recentes indicam que o salário médio bruto dos trabalhadores por conta de outrem é de 1005 euros. Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe 1505 euros brutos por mês desconta mensalmente 17,3 %, ou 260 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?
5000/desconto de 31,5 %, ou 1575 euros, para efeitos de IRS	e) Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe pelo seu trabalho 5000 euros brutos por mês desconta mensalmente 31,5 %, ou 1575 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?	f) Os dados mais recentes indicam que o salário médio bruto dos trabalhadores por conta de outrem é de 1005 euros. Atualmente, uma pessoa solteira sem filhos dependentes que ganhe 5000 euros brutos por mês desconta mensalmente 31,5 %, ou 1575 euros, para efeitos de IRS. Considera esta taxa muito baixa, muito elevada ou adequada?

A Figura 4.10 apresenta no quadrante superior esquerdo os resultados globais — isto é, para as três combinações de rendimentos/taxas apresentadas com e sem informação contextual — e nos restantes quadrantes os resultados parcelares relativos às taxas específicas. Olhando para os resultados gerais, a maioria dos inquiridos considera as taxas de IRS demasiado elevadas (56 %), embora uma proporção relevante as classifique como adequadas (37 %), ao passo que apenas uma fração muito minoritária as considera demasiado baixas (7 %). Quando analisamos as respostas em função do escalão salarial apresentado, observa-se que as avaliações não são monotónicas: as taxas aplicadas ao valor intermédio de rendimentos (1505 euros) são mais frequentemente consideradas elevadas (66 %) do que as dos valores mais extremos (700 euros e 5000 euros, ambas com proporções na ordem dos 52 %). Este padrão é mais claramente visível junto dos votantes assíduos e frequentes do que dos abstencionistas e votantes intermitentes, que parecem ser menos sensíveis à variação no valor dos rendimentos. Os valores médios das respostas destes dois grupos são significativamente distintos no caso das avaliações da taxa de IRS do rendimento intermédio, com quem vota mais regularmente a ser mais propenso a considerar o imposto elevado (68 %) do que quem vota menos frequentemente (62 %).

Figura 4.10 Distribuição de opiniões sobre taxas de IRS

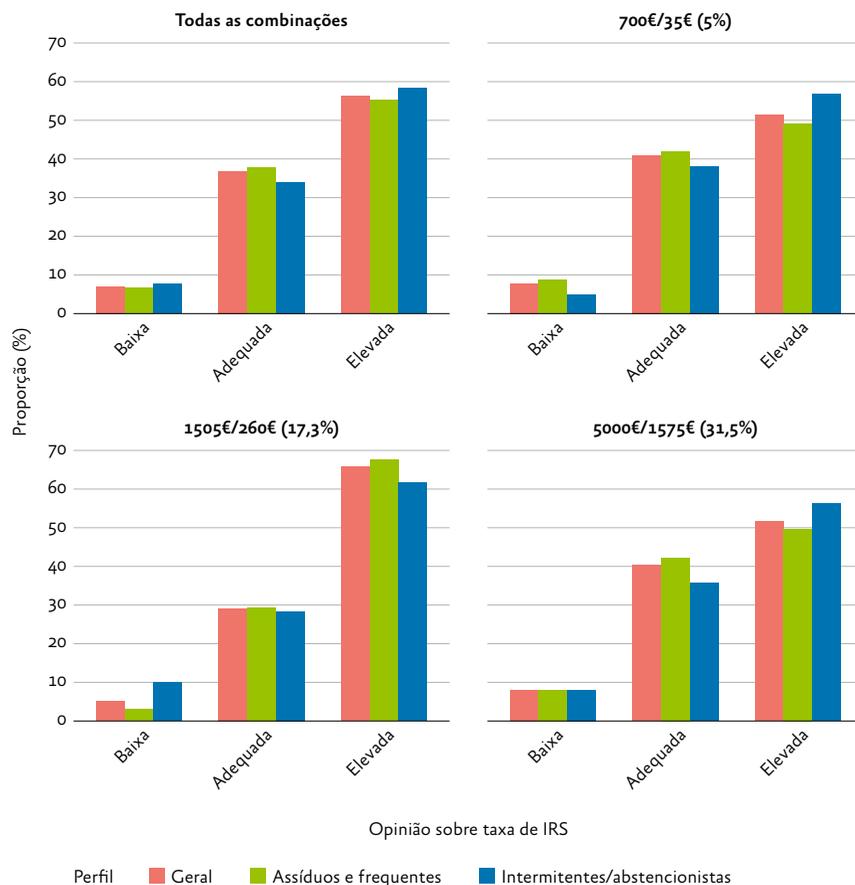
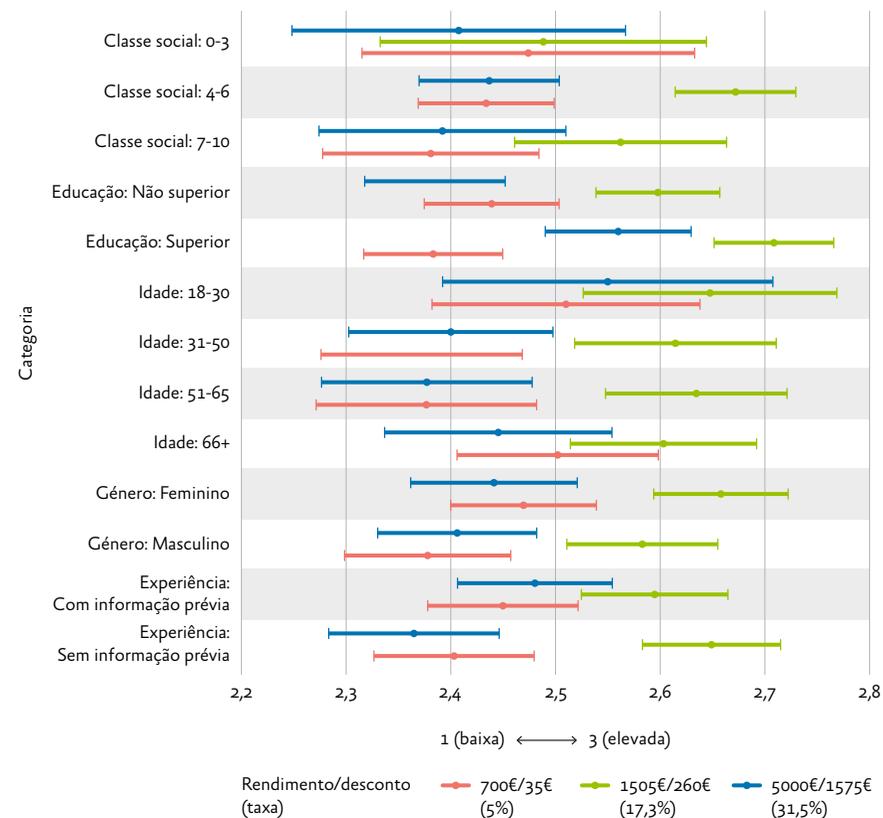


Figura 4.11 Opiniões sobre taxas de IRS por classe social, instrução, género, idade e informação prévia



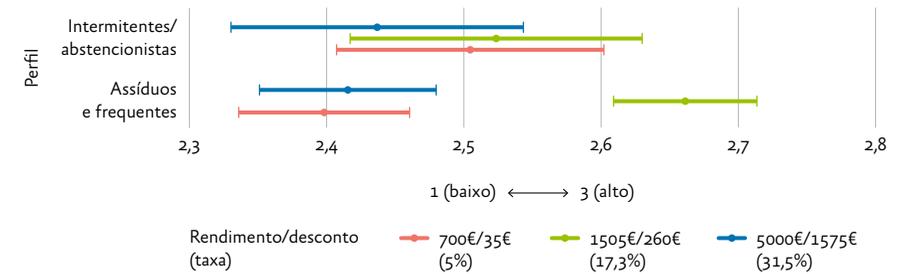
Passemos ao modelo multivariado. Das quatro variáveis sociodemográficas testadas, a que tem um impacto mais forte é o nível de escolaridade: indivíduos com o ensino superior mostram-se mais propensos a considerar demasiado elevadas as taxas referentes aos escalões de rendimento intermédio e mais alto (Figura 4.11). A classe

social também parece condicionar as percepções, sendo os estratos mais baixos (0-3) e mais elevados (7-10) menos propensos a variar a sua avaliação da adequação das taxas em função dos montantes envolvidos. Já os indivíduos que se posicionam nos pontos intermédios da escala de classe social (4-6) apresentam uma maior propensão a considerar demasiado elevada a carga fiscal sobre a categoria salarial intermédia em comparação com os outros escalões apresentados. Com as devidas adaptações, sucede algo semelhante no caso da idade: são os indivíduos pertencentes aos escalões etários intermédios os mais propensos a estabelecer uma distinção entre o valor das taxas aplicadas a quem ganha 1505 euros e as outras combinações, relativamente às quais as opiniões são mais moderadas. No que toca ao género, as diferenças são reduzidas e não atingem significância estatística.

Em relação à componente experimental relacionada com o fornecimento prévio de informação a metade da amostra, o efeito parece ter sido modesto: para os três escalões salariais, o fornecimento desta informação terá comprimido a amplitude de variação de opiniões a respeito de diferentes taxas, sugerindo que o conhecimento do valor de referência pode moderar avaliações extremas.

Por fim, ao analisarmos as respostas em função do perfil de participação eleitoral, mantendo constantes os valores das outras variáveis (Figura 4.12), verificamos que os votantes assíduos e frequentes têm uma maior propensão a entender que a taxa de IRS para quem auferir um salário mensal de 1505 euros brutos é particularmente elevada, ao contrário dos votantes intermitentes e abstencionistas, que, globalmente, avaliam da mesma maneira as taxas relativas aos três escalões de rendimento.

Figura 4.12 Opiniões sobre taxas de IRS por perfil de participação eleitoral



Em síntese, os dados indicam que, embora a opinião global sobre as taxas de IRS seja de que são demasiado altas, esta avaliação tem nuances: é sobretudo em relação a níveis intermédios de rendimento que essa opinião é mais forte. Além disso, são especialmente os indivíduos mais escolarizados, os mais participativos eleitoralmente e os que se identificam como ocupando uma posição intermédia na classe social quem contribui para este resultado. Este padrão sugere que os eleitores mais participativos estão mais atentos às implicações redistributivas da política fiscal, enquanto os abstencionistas tendem a fazer avaliações mais indiferenciadas. Tal pode indicar um menor envolvimento com as escolhas concretas feitas pelo sistema político, ajudando a explicar o seu distanciamento.

4.2.5. Impostos sobre imóveis demasiado altos vs. adequados vs. baixos

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) representa uma fonte de receita para as autarquias e uma tributação anual que incide sobre os proprietários de habitações, variando de acordo com a avaliação fiscal do imóvel e a taxa aplicada pela autarquia local. No inquérito, procurámos aferir a perceção pública sobre a adequação dos valores de IMI, introduzindo uma componente experimental para testar se diferentes valores de imposto influenciam essa perceção. Cada inquirido foi questionado acerca de um par de valores (avaliação do imóvel/valor anual médio do imposto cobrado em Portugal), sendo testadas três condições experimentais distintas (Tabela 4.2). Importa referir que, ao contrário do que acontece com o IRS, a estrutura do IMI não é progressiva, o que significa que num dado município a taxa a pagar é independente do valor do imóvel. Ainda assim, como o imposto resulta da aplicação dessa taxa ao valor de avaliação, montantes mais elevados de IMI correspondem a imóveis de maior valor. O estímulo experimental baseia-se precisamente nessa relação proporcional, simulando cenários plausíveis com diferentes combinações de património e imposto. Isto permite aferir até que ponto existe maior aceitação social de um imposto mais elevado quando aplicado a imóveis de maior valor, sinalizando uma possível predisposição pública para uma lógica de progressividade implícita, ainda que não prevista na lei.

Tabela 4.2 IMI: estímulos apresentados nas diferentes condições experimentais

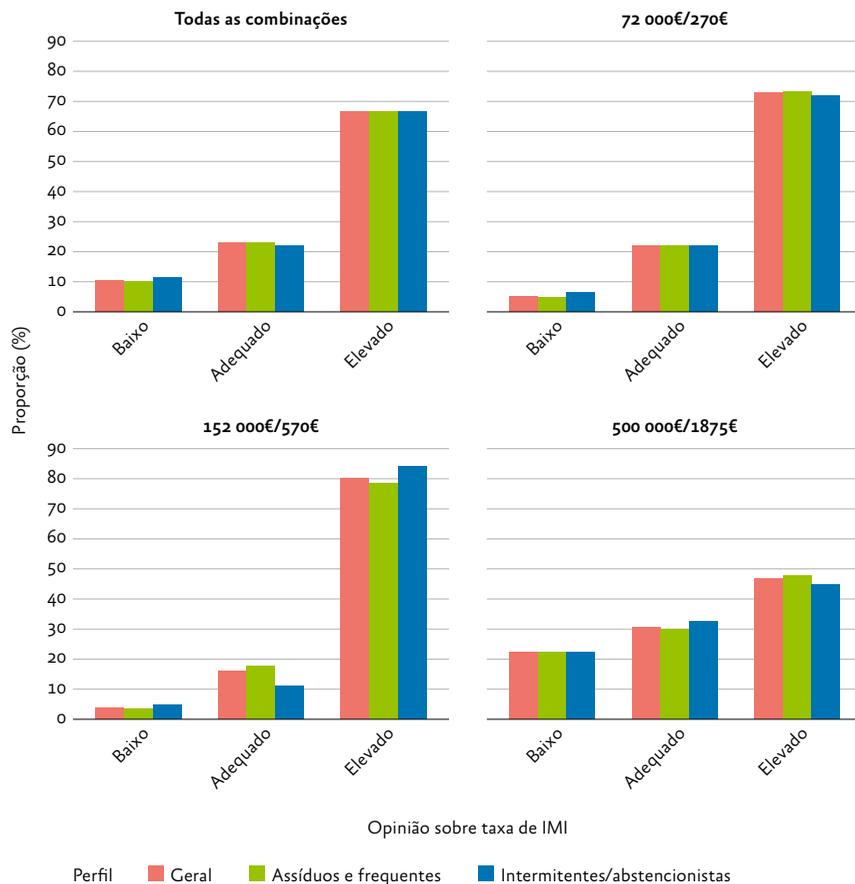
Variantes da questão sobre as opiniões relativamente ao IMI

- a) Uma pessoa com uma casa avaliada pela Autoridade Tributária em 72 000 euros paga, em média, 270 euros de Imposto Municipal sobre Imóveis por ano.
Considera este valor:
- | | |
|----------|---|
| Baixo | 1 |
| Adequado | 2 |
| Elevado | 3 |
- b) Uma pessoa com uma casa avaliada pela Autoridade Tributária em 152 000 euros paga, em média, 570 euros de Imposto Municipal sobre Imóveis por ano.
Considera este valor:
- | | |
|----------|---|
| Baixo | 1 |
| Adequado | 2 |
| Elevado | 3 |
- c) Uma pessoa com uma casa avaliada pela Autoridade Tributária em 500 000 euros paga, em média, 1875 euros de Imposto Municipal sobre Imóveis por ano.
Considera este valor:
- | | |
|----------|---|
| Baixo | 1 |
| Adequado | 2 |
| Elevado | 3 |

Há uma clara tendência para os inquiridos considerarem o IMI elevado: dois terços dos inquiridos (66 %) classificam-no como excessivo, enquanto 23 % o consideram adequado e apenas 11 % o descrevem como baixo (Figura 4.13). Esta avaliação, contudo, varia em função do hipotético valor do imóvel. Quando confrontados com o IMI de uma casa avaliada em 72 000 euros (com um imposto anual de 270 euros), 73 % dos inquiridos julgam-no elevado. Para um imóvel de 152 000 euros (IMI de 570 euros), a proporção de respostas «elevado» aumenta para 80 %. Já no caso de um imóvel de 500 000 euros (IMI de 1875 euros), a perceção de que a carga fiscal é excessiva diminui significativamente para 47 %, havendo um aumento concomitante da

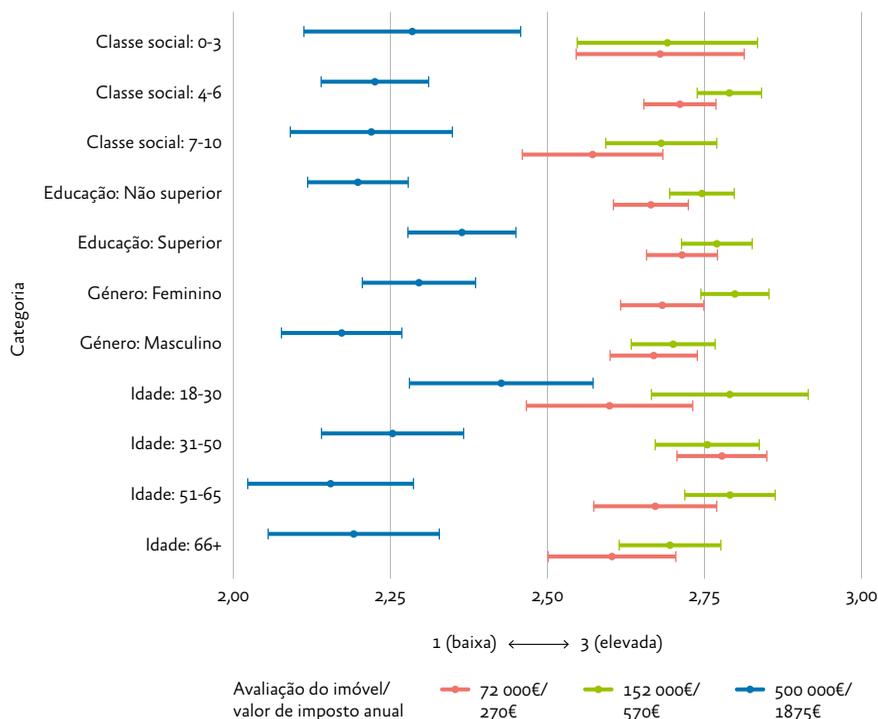
proporção de avaliações do valor do imposto como adequado (31 %) e baixo (22 %). Quem vota mais e menos regularmente apresenta, grosso modo, padrões de resposta indistintos.

Figura 4.13 Opiniões sobre o IMI: padrão global e por valor de avaliação do imóvel



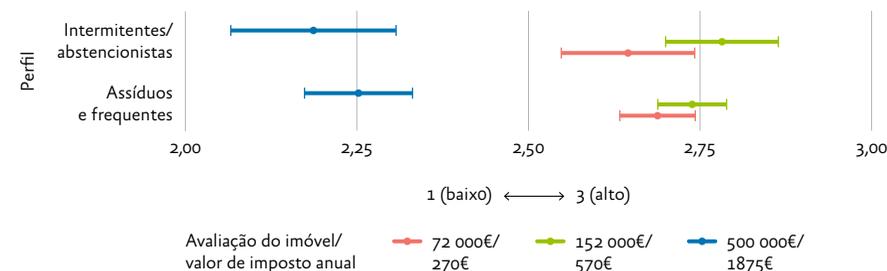
Globalmente, os diferentes grupos sociodemográficos que temos vindo a considerar replicam este padrão: consideram demasiado elevado o valor pago pelos proprietários de casas avaliadas em valores baixos e intermédios, e têm uma opinião ligeiramente diferente a respeito do valor pago pelos proprietários de casas avaliadas em montantes elevados, posicionando-se mais perto do ponto da escala equivalente à opinião «adequado» (Figura 4.14). A única categoria sociodemográfica associada a um quadro distinto é a dos jovens, que parecem ter tendência a valorizar menos a avaliação do imóvel e a referir, de forma mais indiscriminada, que os montantes de imposto a pagar são sempre elevados; já os indivíduos pertencentes a outros escalões etários tendem a distinguir as situações dos imóveis de menor e maior valor. A escolaridade apresenta um padrão digno de registo, com os inquiridos com ensino superior a considerarem o IMI de casas mais valiosas como sendo mais oneroso do que os que não têm formação superior. As diferenças por classe social e género são menos expressivas.

Figura 4.14 Opiniões sobre o IMI por classe social, instrução, género e idade



Estes resultados corroboram que a perceção de que o IMI é avaliado como elevado está amplamente disseminada entre os vários sectores da sociedade, independentemente de dimensões sociodemográficas ou da intensidade da participação eleitoral. No entanto, a componente experimental permite desvendar que esta avaliação não é independente do valor do imóvel: quanto mais elevado o valor em que o imóvel está avaliado, maior a aceitação da adequação da taxa de IMI.

Figura 4.15 Opiniões sobre o IMI por perfil de participação eleitoral



Sem surpresas, a análise por perfil de participação eleitoral com controlo de fatores sociodemográficos (Figura 4.15) indica que os dois grupos avaliam as taxas de IMI de forma semelhante, traçando uma distinção entre o IMI referente a imóveis avaliados em 72 000 e 152 000 euros (tendencialmente considerado elevado) e a imóveis avaliados em 500 000 euros (dando respostas mais próximas do ponto da escala correspondente a «valor adequado»).

4.2.6. Saúde e educação garantidas exclusivamente pelo Estado vs. oferecidas exclusivamente por privados

A organização dos sistemas de saúde e educação é um dos temas centrais do debate público, com implicações diretas na estrutura do Estado e na forma como os cidadãos acedem a serviços e recursos fundamentais para o seu bem-estar. No inquérito, os participantes foram convidados a posicionar-se relativamente a dois modelos opostos: um em que a saúde e a educação são garantidas exclusivamente pelo Estado e outro em que estes serviços são providenciados unicamente por entidades privadas.

A distribuição das respostas (Figura 4.16) revela que a preferência pela provisão pública predomina de forma expressiva: cerca de 37 % dos inquiridos escolhem a posição mais extrema a favor do Estado (0), enquanto 5 % optam pelo outro polo (10), relativo à opinião de que a oferta deveria ser exclusivamente assegurada por agentes privados. Ainda assim, uma proporção considerável dos inquiridos distribui-se ao longo da escala, com aproximadamente 21 % a posicionarem-se no ponto médio (5), refletindo alguma abertura a modelos que poderiam ser classificados como mistos. Os dados para os dois perfis de participação eleitoral são bastante idênticos: se, por um lado, os que votam menos regularmente tendem a concentrar-se um pouco menos nos pontos 0 e 5 da escala, por outro, escolhem mais frequentemente os pontos 2, 3 e 4, o que resulta numa presença idêntica de membros dos dois grupos no lado esquerdo deste espectro. De facto, os valores médios dos dois grupos nesta escala não são significativamente distintos ($\beta = 0,08, p > 0,05$).

Figura 4.16 Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados

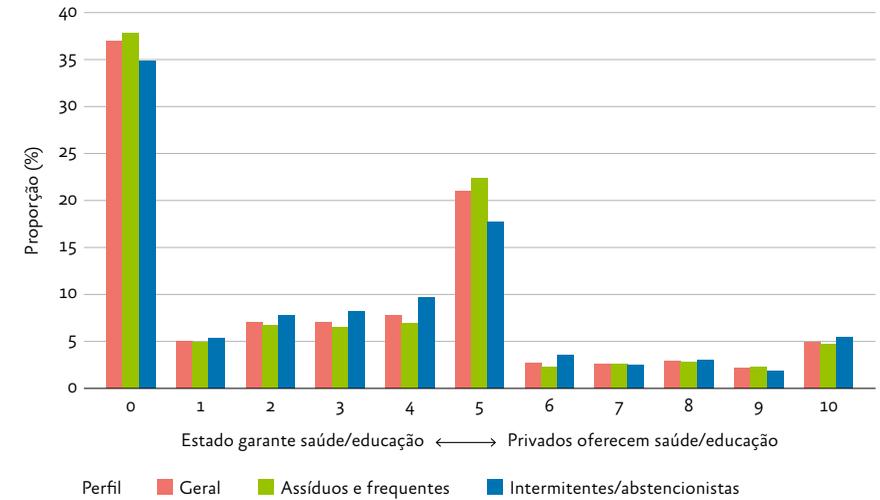
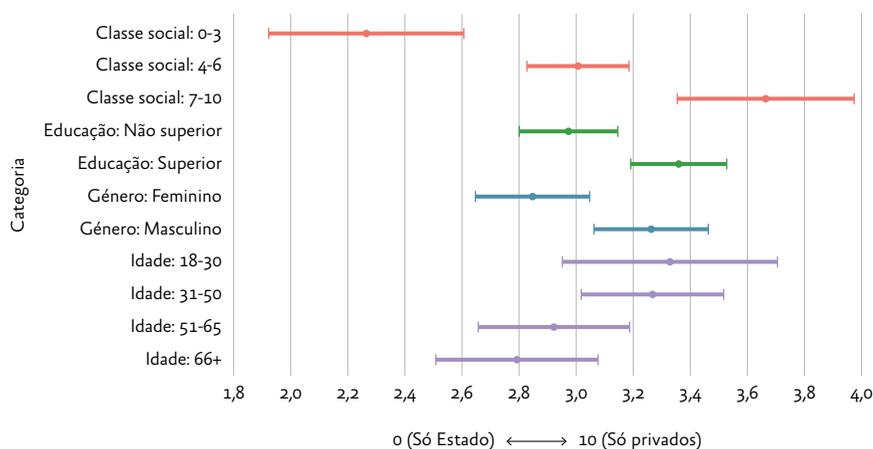


Figura 4.17 Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados por classe social, instrução, género e idade



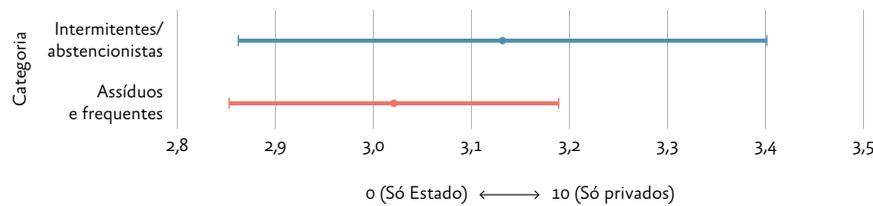
As variáveis sociodemográficas ajudam a compreender melhor as variações nestas preferências (Figura 4.17). A idade apresenta uma associação estatisticamente significativa com as preferências sobre este tópico. Os mais jovens (18-30 anos) registam uma posição média de 3,3, enquanto entre os indivíduos com 66 ou mais anos a média é de 2,8. Esta diferença sugere que os mais velhos demonstram uma adesão ainda mais forte ao modelo público de provisão de serviços públicos, possivelmente reflexo de uma maior dependência do sistema público de saúde e de um enraizamento mais profundo da perceção do Estado social como eixo fundamental de organização da sociedade portuguesa. As preferências também parecem variar em função da classe social: os indivíduos de estratos sociais mais baixos (0-3) registam uma média de aproximadamente 2,2, ao passo que entre aqueles que se posicionam nos escalões superiores (7-10) essa média sobe para quase 3,7,

indicando uma maior aceitação de algum papel do setor privado nestas áreas. A instrução também tem um efeito relevante: os inquiridos com o ensino superior apresentam uma média de 3,4, enquanto os que não possuem diploma universitário registam um valor inferior (3,0). Assim, níveis mais elevados de educação e de autopoicionamento na pirâmide social estão associados a uma maior abertura à prestação privada de serviços de saúde e educação. No que toca ao género, observa-se uma diferença estatisticamente significativa: os homens apresentam um valor médio mais elevado (3,3) do que as mulheres (2,8).

Ao analisarmos estas preferências em função dos perfis de participação eleitoral, num modelo que controla o efeito das quatro variáveis examinadas no parágrafo anterior (Figura 4.18), observamos novamente não haver diferenças entre votantes assíduos e frequentes e os votantes intermitentes ou abstencionistas. A média do primeiro grupo situa-se em 3,0, enquanto a do segundo é praticamente igual (3,1).

Em suma, independentemente da regularidade da participação eleitoral, a maioria dos inquiridos tende a favorecer um papel predominante do Estado na garantia de serviços essenciais. De forma geral, estes resultados reforçam a ideia de que, no contexto português, a defesa de um modelo de provisão estatal para serviços essenciais continua a ser genericamente consensual, ainda que com variações relevantes entre diferentes segmentos da população.

Figura 4.18 Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados por perfil de participação eleitoral



4.2.7. Crescimento económico vs. proteção do ambiente

A forma como os cidadãos ponderam o *trade-off* entre proteção ambiental e crescimento económico tem vindo a adquirir progressiva importância na análise da cultura política contemporânea (Kulin, Johansson Sevä, & Dunlap, 2021). Os dados recolhidos através do nosso inquérito revelam uma proporção considerável de inquiridos (28 % da amostra) no ponto médio (5), o que reflete uma visão de compromisso entre ambas as prioridades (Figura 4.19). Contudo, observa-se uma propensão ligeiramente maior para a expressão de apoio à proteção do ambiente, com 18 % dos inquiridos a escolher o ponto máximo da escala (10), enquanto apenas 12 % selecionam o ponto mínimo (0), que representaria uma defesa intransigente do crescimento económico independentemente de qualquer custo ambiental. Se excluirmos a maior tendência para os abstencionistas e votantes intermitentes escolherem o valor zero desta escala e a menor concentração dos mesmos no ponto intermédio, não existem diferenças flagrantes entre os grupos com perfis de participação eleitoral distintos. De facto, os valores médios destes dois grupos não são significativamente distintos ($\beta = -0,23, p > 0,05$).

Deslocando o foco da análise para o papel das variáveis sociodemográficas no modelo multivariado (Figura 4.20), é possível observar que todas as categorias apresentam estimativas entre os pontos 5 e 6 da escala. Fora isso, o aspecto mais saliente a destacar prende-se com o modo como a classe social se relaciona com as atitudes face a este tema: os inquiridos que se posicionam nos níveis mais baixos da pirâmide social apresentam uma maior sensibilidade ao apelo do crescimento económico face aos restantes. Quanto às demais variáveis, não existem diferenças estatisticamente significativas em nenhum dos casos.

Figura 4.19 Crescimento económico vs. proteção do ambiente

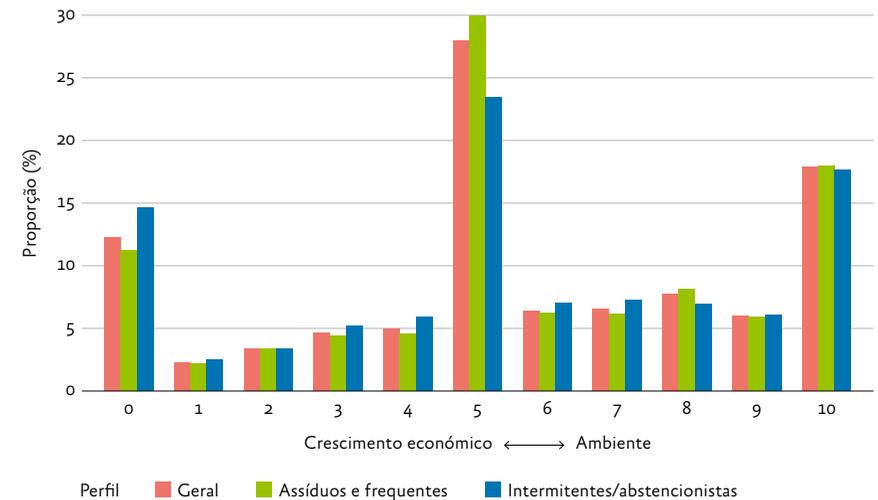
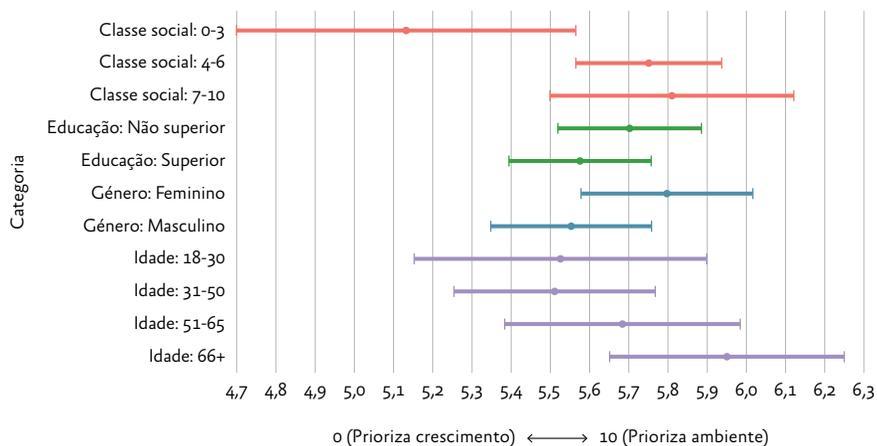
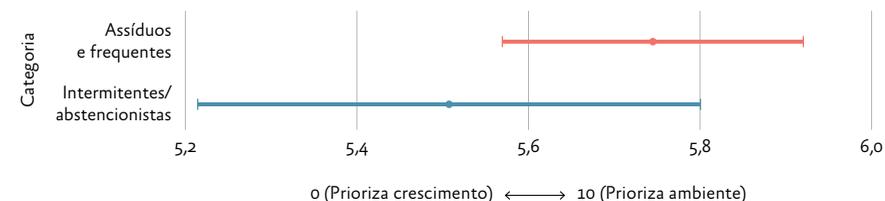


Figura 4.20 Crescimento económico vs. proteção do ambiente por classe social, instrução, género e idade



A análise segmentada por perfil de participação eleitoral com controlo de fatores sociodemográficos reforça a ideia de que, a existirem diferenças na população, estas serão reduzidas. Há sinais de um favorecimento do crescimento económico entre os votantes intermitentes e abstencionistas face aos assíduos e frequentes, mas sem que a diferença entre médias atinja o limiar de significância estatística (Figura 4.21).

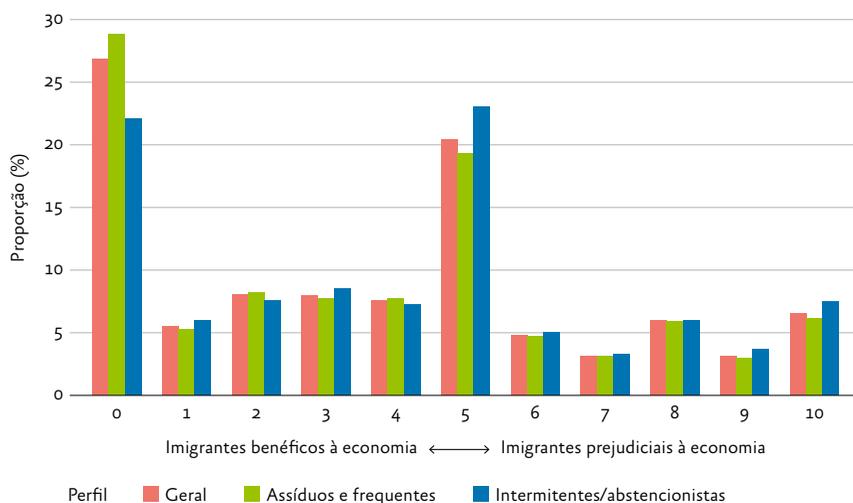
Figura 4.21 Crescimento económico vs. proteção do ambiente por perfil de participação eleitoral



4.2.8. Imigração benéfica vs. prejudicial para a economia nacional

Após anos de relativa marginalidade (Carvalho & Duarte, 2020), em anos recentes tem aumentado a saliência da imigração enquanto tema relevante no quadro da competição partidária em Portugal (Santana Pereira & Rogeiro Nina, 2024; Ferrinho Lopes, 2025). Dentro deste tópico, uma das dimensões mais relevantes prende-se com o seu impacto em termos de desenvolvimento económico. Perguntámos aos inquiridos até que ponto consideram que os imigrantes são benéficos ou prejudiciais para a economia do país, convidando-os a posicionar-se numa escala de 0 («benéficos») a 10 («prejudiciais»). A Figura 4.22 apresenta a distribuição das respostas, indiciando uma diferença substancial entre os inquiridos que tendem a votar mais assiduamente, por um lado, e os que o fazem intermitentemente ou nunca, por outro: o ponto zero da escala é escolhido por 29 % dos que compõem o primeiro grupo e por 22 % dos que integram o segundo. A diferença entre os valores médios dos dois grupos é estatisticamente significativa, com os que participam mais regularmente a apresentar um valor mais baixo, demonstrativo de uma posição mais favorável aos imigrantes ($\beta = 0,43, p < 0,05$).

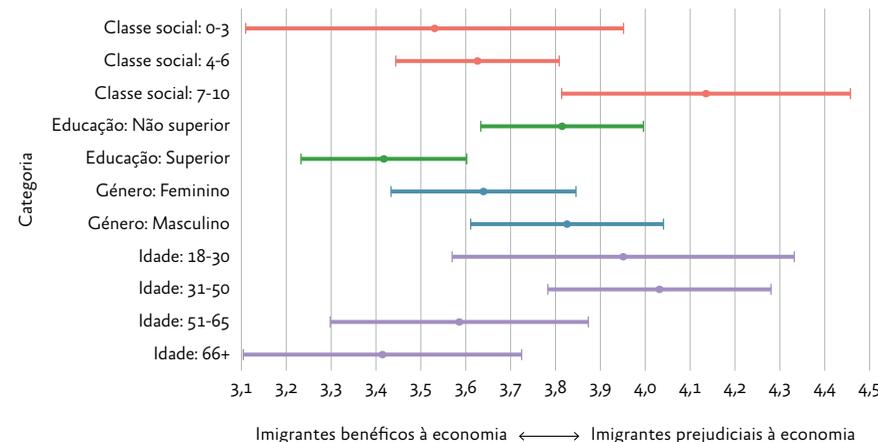
Figura 4.22 Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país



A Figura 4.23 apresenta a relação entre as atitudes em relação à imigração e as categorias sociodemográficas que temos vindo a explorar nos modelos multivariados. As diferenças nas posições sobre este tema são especialmente pronunciadas em função da idade, do nível de escolaridade e da classe social. Indivíduos mais velhos tendem a posicionar-se de forma mais favorável em relação ao impacto económico dos imigrantes, enquanto os indivíduos com idades entre 31 e 50 anos expressam uma visão comparativamente mais cética. Do mesmo modo, os titulares de um diploma universitário manifestam uma perceção mais favorável do retorno económico dos imigrantes do que os menos instruídos. A classe social apresenta uma associação moderada com as posições face a este tópico, com os indivíduos que se posicionam nos estratos sociais mais elevados a revelarem, em média,

avaliações ligeiramente menos positivas dos efeitos económicos da imigração do que os que se posicionam nos estratos intermédios. Já no que diz respeito ao género, as diferenças não atingem significância estatística.

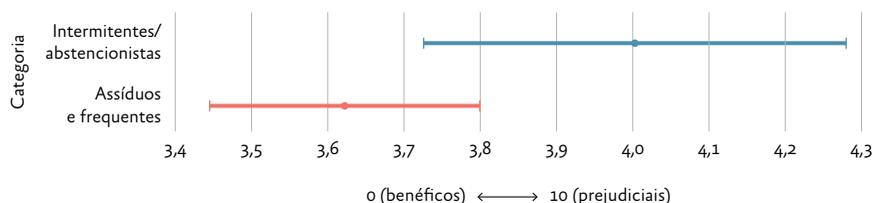
Figura 4.23 Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país por classe social, instrução, género e idade



Por fim, resta avaliar se, controlados estes fatores sociodemográficos, continuam a existir opiniões substancialmente distintas a este respeito em função do perfil de participação eleitoral. Os resultados do modelo que replicamos na Figura 4.24 sugerem que não: em média, os votantes assíduos e frequentes não avaliam o impacto dos imigrantes de forma significativamente mais positiva do que os eleitores intermitentes e os abstencionistas recorrentes.

Em suma, ainda que haja indícios de que as pessoas que votam mais frequentemente tendam a ter uma visão mais positiva da imigração por comparação com os que votam menos frequentemente, a evidência oferecida pela análise multivariada faz com que não possamos concluir que esta diferença seja significativa. Estudos futuros deverão olhar para esta dimensão sob outros prismas, com o intuito de perceber se se confirmará o padrão identificado na investigação anterior, que atribui a abstencionistas visões menos favoráveis sobre a imigração ou sobre minorias étnicas (Shaffer, 1982; Bennet & Resnick, 1990; Kissau, Lutz & Rosset, 2011; Godbout & Turgeon, 2019).

Figura 4.24 Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país por perfil de participação eleitoral



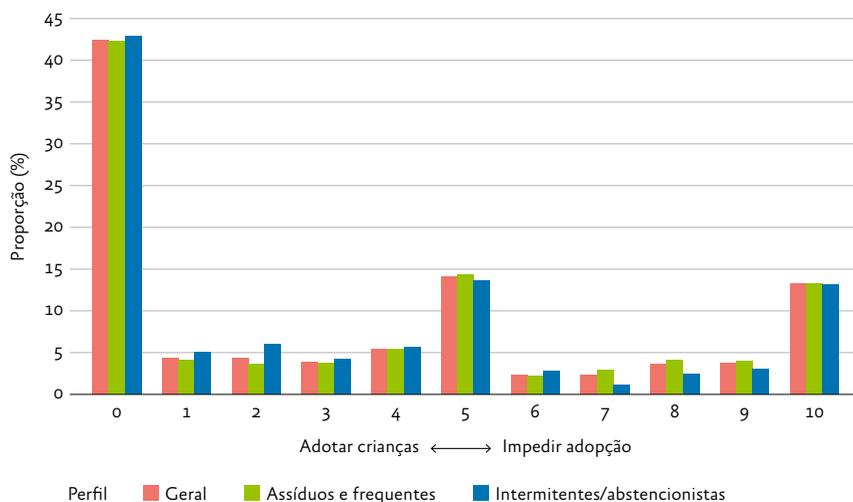
4.2.9. Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças

Os direitos parentais de casais de pessoas do mesmo sexo, em particular no que diz respeito à possibilidade de adoção de crianças, têm sido objeto de debate político e social em diversos países (Takács, Szalma & Bartus, 2016). Portugal, onde a legislação que ancora este direito vigora desde 2016, é um caso relevante para testar se a opinião pública sobre esta questão reflete ainda clivagens significativas. No inquérito, os participantes foram

convidados a posicionarem-se numa escala em que um dos polos defendia que casais homossexuais devem ter a possibilidade de adotar crianças (0), enquanto o outro sustentava que deveriam ser impedidos de o fazer (10).

A distribuição das respostas (Figura 4.25) indica um claro predomínio da aceitação da adoção por casais do mesmo sexo: 42 % dos inquiridos escolheram a posição mais favorável (0), enquanto cerca de 13 % optaram pelo outro extremo (10), indicando que a rejeição total desta possibilidade está confinada a uma minoria circunscrita. Entre estes dois polos, observa-se uma dispersão ao longo da escala, com aproximadamente 14 % dos inquiridos a situarem-se no ponto médio (5). Os dois grupos criados com base nos perfis de participação eleitoral dos inquiridos apresentam padrões de resposta muito semelhantes, o que leva a que as diferenças entre os seus valores médios não sejam estatisticamente significativas ($\beta = 0,27, p > 0,05$).

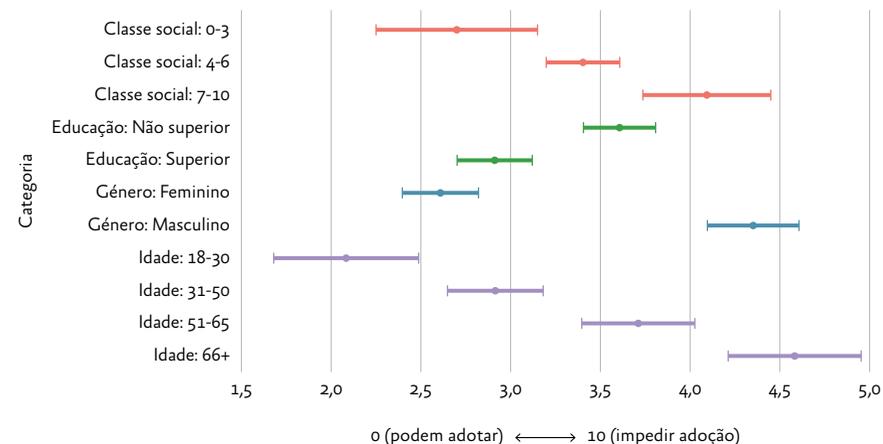
Figura 4.25 Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças



A análise multivariada demonstra que as preferências nesta matéria apresentam padrões sociodemográficos marcados (Figura 4.26). A idade surge como um dos principais fatores diferenciadores, com um gradiente claro: os mais jovens registam uma posição média de 2,1, ao passo que entre os indivíduos com 66 anos ou mais a média sobe para 4,6, sendo a diferença estatisticamente significativa. Estes resultados indicam que os eleitores mais velhos tendem a demonstrar um menor liberalismo nesta matéria, ao passo que os mais jovens expressam uma maior aceitação da adoção por casais homossexuais. O género também desempenha um papel de grande relevância na estruturação das preferências: os homens apresentam uma média de 4,4 e as mulheres registam um valor significativamente inferior (2,6), evidenciando uma muito maior propensão para defender a adoção por parte casais do mesmo sexo. Também a classe social

revela uma associação relevante às respostas dadas, com os inquiridos que se identificam nos estratos sociais mais baixos (0-3) a registarem uma média de 2,7, enquanto aqueles pertencentes aos estratos mais elevados (7-10) apresentam uma média superior (4,1), o que sugere uma resistência comparativamente maior à adoção por parte de casais do mesmo sexo. O nível de escolaridade, por outro lado, aponta num sentido diferente: os inquiridos sem diploma universitário registam uma média de 3,6 e os que têm formação superior situam-se nos 2,9, reforçando a ideia de que níveis mais altos de educação estão associados a uma maior aceitação de direitos parentais para casais homossexuais.

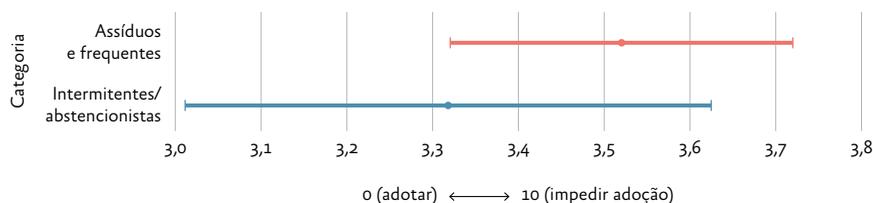
Figura 4.26 Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças por classe social, instrução, género e idade



Mais uma vez, a análise das preferências relativamente a este tema em função dos perfis de participação eleitoral (Figura 4.27) não revela diferenças significativas entre os dois grupos. Os votantes assíduos e frequentes registam uma posição média de 3,5, enquanto os votantes intermitentes e abstencionistas apresentam uma média de 3,3, havendo uma sobreposição dos intervalos de confiança.

De um modo geral, estes dados reforçam a noção de que, no contexto português, a aceitação da adoção por casais do mesmo sexo está bem consolidada, embora continue a estar correlacionada com variáveis como a idade, a classe social, o nível de escolaridade e, em particular, o género. Apesar disso, estas diferenças não se materializam num cenário em que quem vota mais e menos assiduamente apresenta perspetivas distintas sobre o tópico.

Figura 4.27 Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças por perfil de participação eleitoral

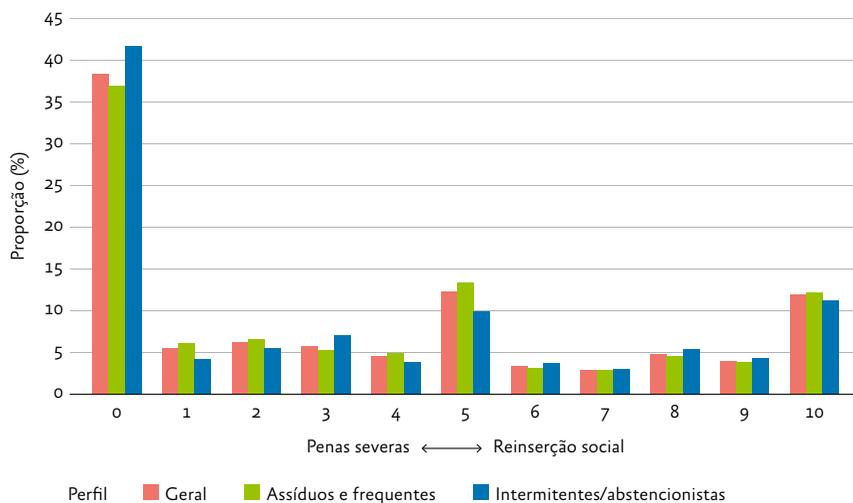


4.2.10. Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social

No que diz respeito às preferências sobre temas da justiça, colocámos os inquiridos perante o seguinte dilema: serão as penas mais severas um mecanismo eficaz de dissuasão de práticas criminais ou, pelo contrário, será um sistema penal baseado na ideia de reinserção social mais eficaz na prevenção da reincidência de condenados por crimes? O inquirido propunha que se posicionassem numa escala cujos polos representavam a primeira abordagem, mais punitiva, e a segunda, mais reabilitadora.

Na Figura 4.28, observa-se uma forte concentração de respostas no extremo inferior da escala, com uma proporção significativa de inquiridos a adotar uma posição claramente punitiva (38 %). De forma inversa, a defesa inequívoca de uma política de reinserção social é francamente minoritária (12 %). O ponto modal da distribuição situa-se na posição mais punitiva de todas, sugerindo que a perceção pública sobre o sistema penal português é dominada por uma visão mais repressiva do que reabilitadora. A distribuição das respostas por parte dos dois grupos com diferentes padrões de participação eleitoral não aponta para diferenças sistemáticas entre os mesmos. Trata-se de uma leitura corroborada pela inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre as médias destes dois grupos ($\beta = -0,15, p > 0,05$).

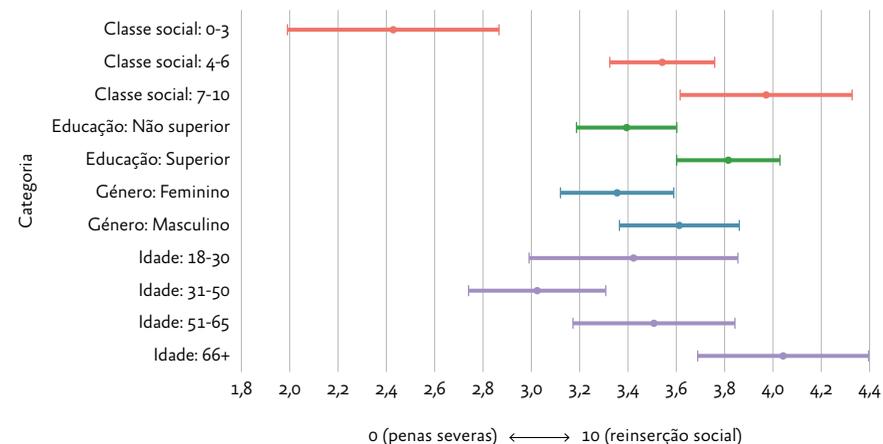
Figura 4.28 Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social



Os padrões sociodemográficos resultantes da análise multivariada mostram algumas diferenças significativas entre grupos (Figura 4.29). Os inquiridos com 66 ou mais anos registam uma média de 4,0, valor consideravelmente diferente do relativo ao segmento 31-50 anos, cuja média é de 3,0; já os outros dois escalões etários apresentam valores delimitados por intervalos de confiança que se sobrepõem entre si e em relação aos outros dois. A classe social também desempenha um papel relevante na estruturação destas preferências: indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais baixos (0-3) registam uma posição média (2,4) significativamente inferior à dos indivíduos de classes mais elevadas (7-10), que é de 4,0. Estes resultados apontam para uma possível associação entre estatuto socioeconómico e perceções sobre o sistema penal, com os grupos mais desfavorecidos a mostrarem um maior entusiasmo por uma arquitetura judicial mais punitiva.

A escolaridade apresenta um padrão semelhante: os inquiridos com ensino superior registam uma posição média de 3,8, enquanto aqueles com níveis mais baixos de escolaridade situam-se ligeiramente abaixo, nos 3,4. Isto sugere que a instrução pode estar, ainda que ligeiramente, associada a uma menor aceitação da punição como princípio orientador do sistema penal. Por fim, homens e mulheres não apresentam diferenças estatisticamente significativas a este respeito.

Figura 4.29 Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social por classe social, instrução, género e idade

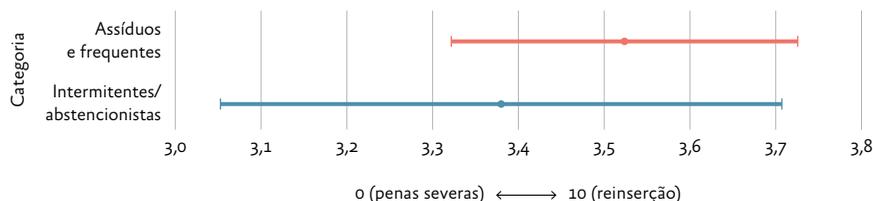


Quando analisamos estas preferências em função da participação eleitoral num modelo que controla o efeito das variáveis sociodemográficas (Figura 4.30), verificamos que as diferenças entre votantes assíduos e frequentes e votantes intermitentes ou abstencionistas são, de facto, negligenciáveis. Não há diferenças nas posições em relação à severidade do sistema penal entre eleitores tendencialmente

abstencionistas e participativos; pelo contrário, as opiniões destes dois perfis de eleitores são coincidentes.

Em suma, estes dados confirmam a prevalência de uma visão punitiva sobre o sistema de justiça criminal em Portugal, com variações em função da idade, da classe social e da escolaridade, mas não do perfil de participação eleitoral.

Figura 4.30 Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social por perfil de participação eleitoral



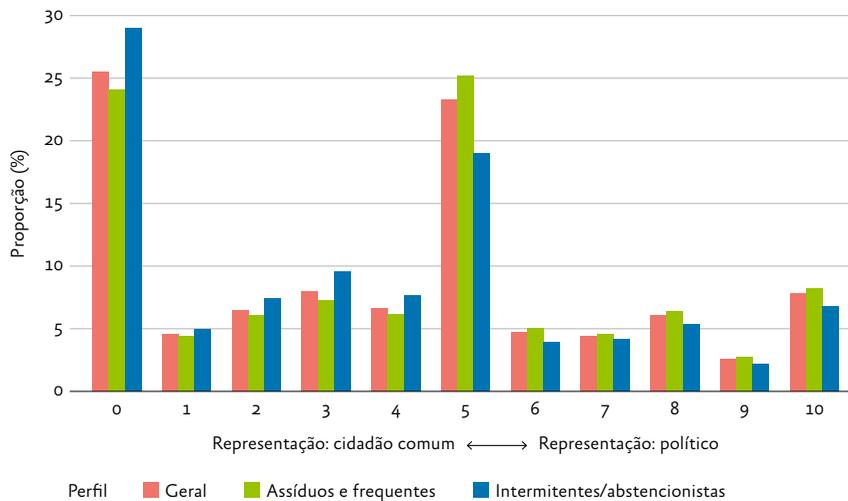
4.2.11. Representação por um cidadão comum vs. por um político

O vínculo político entre eleitores e eleitos é um dos eixos centrais das democracias representativas. O modelo tradicional prevê que os eleitores deleguem o poder em políticos selecionados através de eleições competitivas e regulares, para que estes tomem decisões em seu nome (Dahl, 1989; Przeworski, 2018). No entanto, tem-se verificado um crescente apelo a formas alternativas de representação, em que a figura dos políticos — em particular, os ditos profissionais — é desafiada pela ideia, tipicamente classificada como populista, de que cidadãos comuns poderiam exercer esse papel de forma mais direta

e autêntica (Taggart, 2002). De modo a captar as atitudes em relação a esta questão, os inquiridos foram convidados a indicar a sua preferência entre dois modelos opostos: um em que a representação deve ser assegurada por políticos e outro em que os cidadãos comuns deveriam desempenhar essa função.

A distribuição das respostas (Figura 4.31) sugere uma clara assimetria nas preferências a favor do princípio de representação direta por parte de cidadãos comuns: cerca de um quarto dos inquiridos (26 %) posiciona-se no ponto da escala que corresponde à defesa de que representação deve ser assegurada por cidadãos comuns (0), enquanto apenas cerca de 8 % preferem inequivocamente que a representação seja feita por políticos profissionais (10). Aproximadamente um quarto da amostra situa-se no centro da escala (5), demonstrando abertura a um modelo híbrido ou a um sistema que combine elementos de ambas as abordagens. Os abstencionistas e votantes intermitentes apresentam, nesta variável, um valor médio inferior ao de quem vota mais regularmente ($\beta = -0,52, p < 0,01$). Este padrão sugere um desconforto assinalável com o modelo representativo tradicional, em particular entre quem participa menos. A preferência por representantes não profissionais poderá refletir uma desconfiança face às elites políticas e uma maior abertura a formas alternativas de representação. Estes dados sugerem que, para alguns cidadãos, a abstenção pode estar ligada não apenas à desmotivação, mas a um distanciamento mais profundo face ao sistema político.

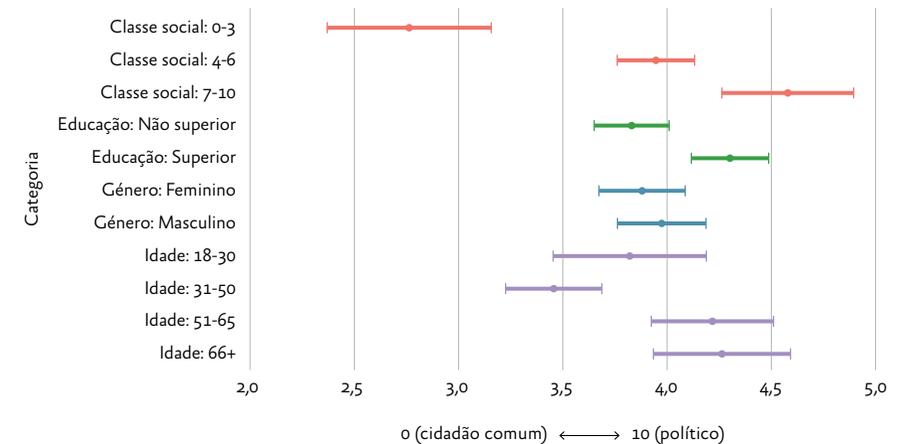
Figura 4.31 Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político



As preferências quanto ao tipo de representação estão associadas a alguns dos fatores sociodemográficos que temos vindo a examinar (Figura 4.32). A idade tem um efeito estatisticamente significativo, já que os escalões etários mais avançados estão associados a uma menor rejeição da representação política convencional. Os dois grupos mais velhos (51-65 e 66 anos ou mais) registam valores médios em torno de 4,3, ao passo que o grupo com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos apresenta uma média muito mais baixa (3,5). No entanto, o correlato mais flagrante é mesmo a classe social: os indivíduos pertencentes aos estratos superiores (7-10) registam uma média de 4,6, significativamente acima da dos estratos mais baixos (0-3), que se fica pelos 2,8. Estes resultados podem refletir uma maior desconfiança das camadas mais desfavorecidas da população em relação às elites

políticas. O nível de escolaridade reforça essa tendência, já que indivíduos com o ensino superior apresentam uma média de 4,3, enquanto os que não possuem esse nível de instrução situam-se nos 3,8, sugerindo uma correlação entre maior escolaridade e menor preferência de representação por cidadãos comuns. Em relação ao género, a diferença entre homens e mulheres é mínima e não atinge o patamar de significância estatística convencional.

Figura 4.32 Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político por classe social, instrução, género e idade

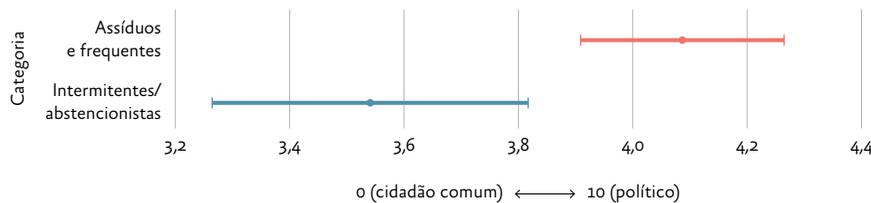


Quando comparamos as preferências de representação entre os votantes assíduos e frequentes e os votantes intermitentes ou abstencionistas num modelo com controlos (Figura 4.33), observamos mais uma vez uma diferença relevante. O primeiro grupo regista uma média de 4,1, enquanto o segundo se situa nos 3,5, indicando que os eleitores mais participativos demonstram uma menor rejeição da representação por

parte de políticos profissionais, ao passo que os restantes expressam uma preferência mais acentuada pela representação por cidadãos comuns.

Em suma, uma parte significativa da população em Portugal, sobretudo as camadas socioeconomicamente menos favorecidas e que menos participam no processo eleitoral, manifesta uma maior preferência por ser representada por cidadãos comuns, em detrimento da delegação em políticos profissionais.

Figura 4.33 Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político por perfil de participação eleitoral



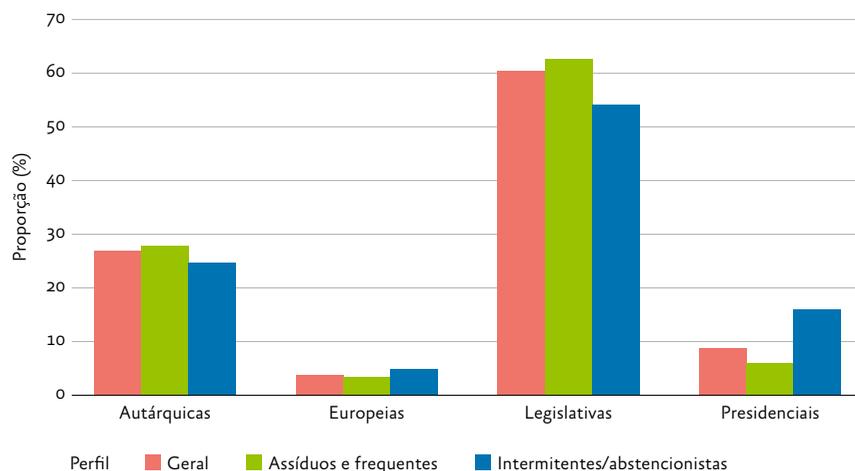
4.2.12. Eleição que mais impacto tem na vida dos cidadãos

O impacto percebido das diferentes eleições na vida dos cidadãos é um indicador relevante das prioridades políticas da população, do modo como esta se relaciona com diferentes níveis de governo e da forma como os eleitores percebem a distribuição de poder no sistema político no que diz respeito a aspectos concretos do seu próprio quotidiano. No inquérito, os participantes foram convidados a indicar qual das principais eleições celebradas em Portugal — autárquicas, legislativas, presidenciais ou europeias — consideravam ter um maior impacto na sua vida.

Os resultados (Figura 4.34) indicam uma clara predominância das eleições legislativas, com 60 % dos inquiridos a apontarem-nas como sendo as mais relevantes. Seguem-se as eleições autárquicas, mencionadas por 27 % dos participantes, as presidenciais, com 9 %, e as europeias, com apenas 4 %. Estes dados confirmam que existe entre os eleitores uma perceção generalizada de que, num país tão altamente centralizado como Portugal (Teles, 2022), as eleições para a Assembleia da República são o principal mecanismo para influenciar as políticas públicas mais relevantes para a sua vida. De destacar a tendência para que os votantes intermitentes e abstencionistas tenham escolhido as eleições presidenciais mais frequentemente e as legislativas menos frequentemente do que os cidadãos que se deslocam às urnas de forma mais regular.

As variações sociodemográficas lançam alguma luz sobre as raízes destas preferências (Figura 4.35). A idade tem um impacto estatisticamente significativo na atribuição de importância às eleições. Os eleitores mais jovens são os que menos valorizam as legislativas (45 %), um padrão que os distingue dos indivíduos com 51 ou mais anos. Ao mesmo tempo, as autárquicas têm menos relevância junto destes últimos.

Figura 4.34 Que eleição tem mais impacto na vida dos cidadãos?



As eleições presidenciais, por sua vez, são ligeiramente mais valorizadas pelos mais jovens do que pelos mais velhos, mas sem que essa diferença seja particularmente expressiva (Figura 4.35). Já as eleições europeias são consistentemente as menos mencionadas em todos os grupos etários. O género também está associado a algumas variações, com as mulheres a atribuírem uma maior importância às eleições autárquicas do que os homens (30 % vs. 25 %), enquanto estes valorizam mais as legislativas do que elas (64 % vs. 56 %). No que toca à classe social e ao grau de escolaridade, não existem diferenças relevantes a reportar.

A comparação entre perfis de participação eleitoral no âmbito de um modelo multivariado (Figura 4.36) volta a revelar diferenças. Os votantes assíduos e frequentes são os que mais identificam as legislativas como determinantes para as suas vidas, com 63 % a escolhê-las; entre os intermitentes e abstencionistas essa percentagem desce para 54 %. Em contrapartida, as presidenciais são significativamente mais valorizadas pelos votantes intermitentes e abstencionistas, com 16 % a atribuírem-lhes um maior impacto, contra apenas 6 % no outro grupo. Já as eleições autárquicas têm um peso relativamente semelhante entre os dois grupos. Estes resultados sugerem que os eleitores mais assíduos tendem a encarar as eleições legislativas como o momento central do processo democrático, ao passo que os votantes menos regulares demonstram uma maior propensão para valorizar as eleições presidenciais, que têm um carácter mais personalizado.

Figura 4.35 Eleição que tem mais impacto na vida dos cidadãos por classe social, instrução, género e idade

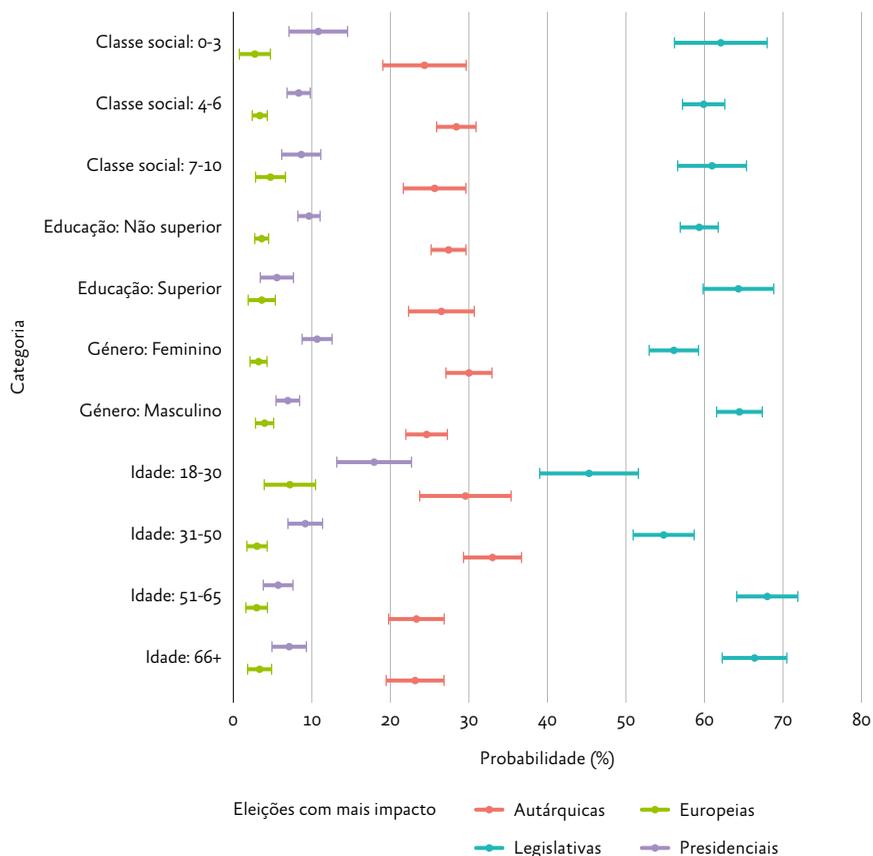
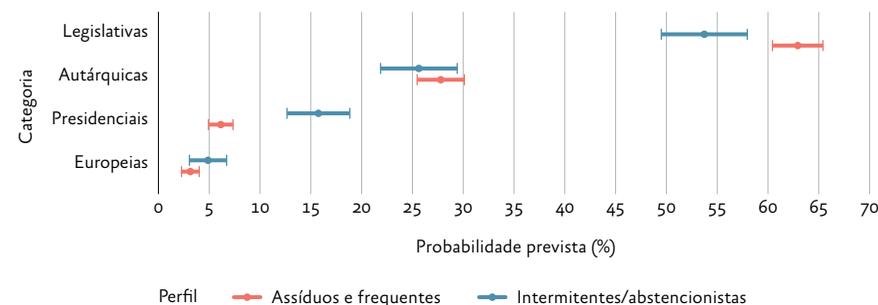


Figura 4.36 Eleição que tem mais impacto na vida dos cidadãos por perfil de participação eleitoral



No geral, os dados confirmam a centralidade das eleições legislativas na perceção dos eleitores portugueses, mas também indicam que as eleições de âmbito local são vistas como mais relevantes por uma parte substancial da população.

4.3. Conclusão

Este capítulo permitiu articular algumas das principais conclusões da literatura sobre diferenças entre votantes e abstencionistas, em termos de preferências políticas, com os padrões empíricos observados no contexto português. Em primeiro lugar, confirma-se parcialmente a ideia, identificada por vários estudos comparados, de que a abstenção eleitoral se associa a perfis ideológicos diferenciados. Como destacado por autores como Gallego (2015) & Dassonneville *et al.* (2021), em diversas democracias desenvolvidas os abstencionistas tendem a situar-se mais à esquerda do que os votantes frequentes. No caso português, porém, há indícios do quadro inverso: os eleitores que se abstêm mais regularmente ou votam de forma intermitente tendem,

em média, a posicionar-se ligeiramente mais à direita na escala ideológica do que os eleitores assíduos. Esta evidência sugere que, em Portugal, a abstenção pode estar associada a uma sub-representação relativa de segmentos do eleitorado mais conservadores. Esta dinâmica é corroborada pela maior propensão dos votantes frequentes para defenderem uma maior intervenção do Estado na economia quando comparados com os abstencionistas e votantes intermitentes.

Apesar de a literatura assinalar frequentemente que os abstencionistas tendem a ter posições mais conservadoras em temas culturais (Shaffer, 1982; Bennett & Resnick, 1990), não registamos diferenças significativas entre votantes frequentes e abstencionistas quando se trata de avaliar a adoção por casais do mesmo sexo ou as perceções face ao sistema penal. Por outro lado, as preferências quanto à própria natureza fundamental da democracia — como a preferência por representação por cidadãos comuns em detrimento de políticos profissionais — revelam, no caso português, uma distinção clara entre perfis eleitorais, com os abstencionistas a manifestarem maior simpatia por soluções alternativas ao modelo representativo convencional, em linha com alguma literatura sobre populismo e anti-elitismo (Taggart, 2002).

De forma geral, os dados analisados neste capítulo dão respaldo à ideia de que a abstenção em Portugal está ligada a um posicionamento ideológico tendencialmente mais de direita, bem como a um certo ceticismo face ao modelo tradicional de representação política. Ao mesmo tempo, sugerem que as diferenças de opinião entre votantes e abstencionistas no contexto português face a vários temas são mais ténues do que as reportadas noutros países. Esta constatação vai ao encontro de alguma literatura comparada, que aponta para uma heterogeneidade dos efeitos da abstenção em função de contextos nacionais específicos

(Gallego, 2015; Dassonneville *et al.*, 2021; Godbout & Turgeon, 2019). No caso português, as diferenças ideológicas entre votantes mais e menos regulares existem, mas não se estendem de forma transversal a todas as dimensões analisadas. Por fim, o facto de estas diferenças se observarem em modelos que controlam também o efeito do género, da idade, da instrução e da classe social sugere que possam não decorrer da diferente composição social dos segmentos que votam mais e menos regularmente.

Capítulo 5

Perspetivas sobre impactos da abstenção e reformas para a combater

José Santana Pereira e João Cancela

Neste capítulo, focamo-nos no modo como os cidadãos entendem os impactos da abstenção, bem como nas suas preferências em termos de reformas institucionais que podem contribuir para a reduzir, tentando perceber se diferentes padrões de participação eleitoral estão ligados a uma maior ou menor tendência para exprimir determinados pontos de vista e abraçar soluções específicas. Partindo de uma revisão da literatura sobre os vários aspectos do funcionamento da democracia potencialmente afetados por uma menor participação eleitoral, são apresentados os resultados da análise das opiniões dos eleitores portugueses face a estes impactos. Quanto às reformas, são aqui analisados o voto obrigatório, a redução da idade mínima de voto, a personalização do voto, a flexibilização da candidatura de independentes, o voto através da Internet e outras modalidades de fomento da conveniência do ato de votar (entre as quais se destacam a possibilidade de o fazer em mais do que um único sítio e o aumento do número de dias em que se pode votar). A análise destas reformas inclui a sistematização dos argumentos a favor e contra no debate académico, a literatura sobre as posições dos cidadãos face a tais reformas e, por fim, os resultados do inquérito realizado no âmbito deste estudo, que permitem não apenas compreender quais são as reformas mais e menos populares na ótica dos eleitores portugueses, mas também entender os fatores que explicam diferentes posições.

5.1. Impactos da abstenção

5.1.1. Revisão da literatura

Para enquadrar a análise empírica das opiniões dos cidadãos a respeito dos impactos da abstenção, mobiliza-se nesta secção a literatura que aborda este tema no âmbito da discussão sobre a participação eleitoral desigual e as preferências distintas de quem vota e de quem se abstém — questões já exploradas, em termos teóricos e empíricos, nos três capítulos anteriores. Começamos por abordar três argumentos sobre os efeitos negativos da abstenção: o primeiro passa pela possibilidade de os resultados eleitorais serem distintos dos observáveis num cenário de maior (ou plena) participação; em segundo lugar, eventuais enviesamentos em termos de representação descritiva e substantiva; e, por fim, a possibilidade de as políticas públicas produzidas em contextos de maior abstenção serem menos focadas nos interesses dos grupos sociais mais frágeis. Em seguida, discorre-se sobre dois outros problemas frequentemente ligados à abstenção: a desresponsabilização dos políticos e uma menor legitimidade dos resultados eleitorais (e, em última análise, do próprio regime democrático).

O impacto da abstenção nos resultados eleitorais tem sido alvo de grande interesse por parte dos académicos. Partamos da seguinte constatação: se os abstencionistas e os votantes têm diferentes preferências políticas, poderíamos esperar que: a) eleições menos participadas prejudiquem sistematicamente determinado(s) partido(s); b) o voto obrigatório leve a resultados mais expressivos para esses mesmos partidos; e c) em cenários hipotéticos de participação eleitoral plena, estes partidos apresentem avultados ganhos eleitorais.

Começemos pela primeira conjectura. Nos EUA, a noção de que uma menor participação eleitoral prejudica eleitoralmente o Partido Democrata foi validada por alguns estudos empíricos (Radcliff, 1994; Hansford & Gomez, 2010), mas refutada ou qualificada por outros (DeNardo, 1980; Nagel & McNulty, 1996). Uma relação inversa entre abstenção e magnitude dos resultados eleitorais de partidos de esquerda foi também observada por Pacek & Radcliff (2003), no contexto das eleições para o Parlamento Europeu realizadas no século XX, em 19 democracias industriais no período 1950-1990 (Pacek & Radcliff, 2005), em dez democracias da América Latina, África e Ásia (Aguilar e Pacek, 2000), nos países da Europa Central e de Leste (Bohrer, Radcliff & Pacek, 2000) e até mesmo na Austrália. De facto, McAllister (1986) reporta que, mesmo num cenário de voto obrigatório, um decréscimo na já pequena proporção dos eleitores que não votam beneficia o Partido Trabalhista.

O que dizer do caso português? Rowe, Lago & Lago (2015) mostram que um impacto negativo da abstenção nos resultados do principal partido de centro-esquerda é observável em Espanha, mas não em Portugal, algo que associam à comparativamente menor importância da classe social nas escolhas de voto dos eleitores portugueses. A ideia

de que o impacto positivo da participação eleitoral nos resultados dos partidos de esquerda é moderado pela importância da classe social enquanto preditor do sentido de voto tinha, de resto, sido já avançada no estudo comparativo e longitudinal de Pacek & Radcliff (1995). Já Cancela (2022) deteta sinais, ainda que modestos, de uma associação negativa entre os níveis de participação à escala municipal e os resultados do Partido Socialista nas eleições legislativas realizadas entre 1975 e 2019 — ou seja, com o PS a obter melhores resultados quando a participação era comparativamente mais baixa. Por outro lado, Lisi, Sanches & Maia (2020) reportam uma relação entre maior participação e os resultados eleitorais não da esquerda nem da direita, mas dos partidos mais pequenos, encontrando nas elevadas taxas de abstenção registadas em Portugal um dos motivos para a cristalização do sistema partidário nas décadas anteriores.

Olhemos agora para os (menos numerosos) estudos focados nos impactos da obrigatoriedade do voto. Fowler (2013) reporta que a introdução do voto obrigatório na Austrália levou a um aumento da proporção de votos e assentos do Partido Trabalhista na ordem dos 7 a 10 pontos percentuais. Já o abandono gradual do voto obrigatório na Áustria não teve efeitos dramáticos no sistema partidário, além de um muito ligeiro decréscimo dos resultados eleitorais dos partidos mais pequenos (Ferwerda, 2014). Em discordância com os padrões anteriores, o estudo comparado de Birch (2008) aponta para que o voto obrigatório não impacte significativamente as sortes eleitorais de partidos grandes ou pequenos, de esquerda ou de direita, mais moderados ou extremistas.

Por fim: será que os resultados das eleições seriam diferentes se todas as pessoas votassem? Usando dados de inquérito, alguns investigadores têm partido do entendimento da abstenção como *missing data*

e recorrido a mecanismos de imputação múltipla para estimar, com base na informação sobre as suas características e as dos inquiridos que votaram, como teria votado cada abstencionista, enquanto outros têm privilegiado estimativas com base nos resultados de regressões logísticas (Bernhagen & Marsh, 2010). Os resultados são mistos. Por exemplo, Lee & Hwang (2012) reportam que um cenário de participação plena beneficiaria a esquerda na Coreia do Sul, sendo, contudo, também benéfico para os partidos mais pequenos. Nos EUA, Citrin, Schickler & Sides (2003) mostram que, em eleições para o Senado, um cenário de plena participação pouca diferença traria em termos de resultados, além de uma presença ligeiramente mais sólida dos Democratas nesta câmara parlamentar. Vários outros estudos (Highton & Wolfinger, 2001b; Brunell & DiNardo, 2004; Martinez & Gill, 2005; Adams, Dow & Merrill, 2006; Burmila & Birkhead, 2017) apontam na mesma direção, embora o mais recente apresente evidência de que, em eleições para governador estadual, a participação plena poderia ser mais consequente. Do mesmo modo, Rubenson *et al.* (2007) não observam qualquer diferença nos resultados eleitorais das eleições federais de 2000 no Canadá num cenário simulado de abstenção zero. Por fim, analisando 28 eleições em 25 democracias, Bernhagen & Marsh (2007) reportam que cenários de participação total não beneficiam necessariamente partidos de esquerda, sendo mais claros os ganhos eleitorais dos partidos da oposição e de forças partidárias mais pequenas.

Antes de prosseguirmos, um importante parêntesis: uma vez que temos vindo a falar de participação desigual, merecem referência dois estudos que procederam à simulação de um cenário não de participação plena, mas de participação não desigual. Hajnal & Trounstine (2005) exploraram um cenário hipotético em que cidadãos norte-americanos de

diferentes origens étnicas tinham a mesma probabilidade de votar em eleições locais, mostrando que em 15 % das eleições para *mayor* das 20 maiores cidades dos EUA o vencedor teria sido outro. Já Burmila & Birkhead (2017) reportam que, em eleições para o Senado e para governador estadual, um cenário de igualdade de participação de indivíduos com diferentes pertenças étnicas resultaria numa considerável vantagem para o Partido Democrata.

Outro potencial impacto negativo da abstenção eleitoral é uma representação deficitária. Através dos fenómenos descritos anteriormente, a abstenção pode resultar em desigualdades em termos de representação, já que as elites políticas tendem a decidir e atuar mais em linha com as posições dos votantes do que com as dos abstencionistas ou da população em geral (Griffin & Newman, 2005; Kissau, Lutz & Rosset, 2011; Dassonneville *et al.*, 2021). Por outras palavras, uma abstenção caracterizada pela desmobilização desigual de diferentes grupos socioeconómicos com diferentes preferências políticas cria as bases para uma representação que tende a desfavorecer os grupos menos propensos a votar, frequentemente com estatuto socioeconómico inferior, gerando discrepâncias entre a efetiva representação de cidadãos com diferentes níveis de rendimento e o ideal de igualdade política (Giger, Rosset & Bernauer, 2012; Gilens, 2005).

Como vimos nos capítulos anteriores, a idade e a identidade étnica também estão associadas a diferenças em termos de participação eleitoral, ainda que a primeira de maneira mais forte e sistemática do que a segunda. Por outras palavras, a abstenção é frequentemente desigual em termos etários e, por vezes, étnicos. Nos EUA, uma participação desigual de diferentes grupos étnicos leva a uma menor representação descritiva dos grupos minoritários em instituições políticas do poder

local (Hajnal & Trounstein, 2005). Curiosamente, Angelucci, Carrieri & Improta (2025) olham para a relação entre participação eleitoral e representação pelo ângulo inverso, reportando que, em contextos em que há mais jovens no parlamento, o diferencial de participação eleitoral entre mais jovens e mais velhos é menor. Ao mesmo tempo, identificam também padrões em termos de representação substantiva: depois de comprovarem que os indivíduos mais jovens apresentam uma maior tendência para abraçar valores pós-materialistas do que os mais velhos, mostram que há uma relação inversa entre o diferencial etário na participação eleitoral e o grau com que os sistemas partidários mobilizam temáticas pós-materialistas.

Em terceiro lugar, uma menor participação eleitoral, que pode, como vimos, resultar num menor peso eleitoral e parlamentar de partidos de esquerda, impactará necessariamente as políticas públicas, com efeitos que podem afetar em particular os mais desfavorecidos. Níveis mais elevados de participação eleitoral estão associados a maiores gastos com pensões na Austrália (Fowler, 2013), a maiores recursos canalizados para o nível local no Japão e na Coreia do Sul (Horishi & Saito, 2009; Jung, 2022), bem como a maior progressividade fiscal ao nível estadual e a um maior influxo de recursos federais nos EUA (Martinez, 1997; Martin, 2003). Num conjunto alargado de democracias mundiais, uma maior participação eleitoral está associada a uma maior dimensão do governo e/ou a maiores transferências por parte do Estado, o que resulta numa redução da desigualdade de rendimentos (Mueller & Stratmann, 2003). Por sua vez, uma maior afluência às urnas de indivíduos de classe social mais baixa — ou, visto de outra maneira, menores enviesamentos de classe na composição do eleitorado — resultou nos EUA de final do

século passado em benefícios sociais estatais mais generosos (Hill & Leighley, 1992; Hill, Leighley & Hinton-Andersson, 1995).

Em quarto lugar, alguma literatura tem lidado com o impacto da abstenção em termos de legitimidade. Na sua análise da legitimidade do poder, Beetham (2013, pp. 12-19) propõe que «o que é importante para a legitimidade é a evidência de consentimento expressa através de ações que são compreendidas dentro das convenções de uma determinada sociedade, nomeadamente demonstrações de consentimento tais como: celebrar um acordo ou assinar um contrato com uma parte superior; prestar um juramento de fidelidade; participar numa aclamação; votar numa eleição ou plebiscito», sendo que «se a expressão pública de consentimento contribui para a legitimidade dos detentores do poder, então a sua retirada ou recusa terá, pelo mesmo princípio, um efeito negativo sobre essa legitimidade» (tradução nossa). De facto, as taxas de abstenção são frequentemente discutidas em torno do conceito de legitimidade, tanto na esfera pública como no debate académico (Salisbury, 1975; Ginberg & Weissberg, 1978; Teixeira, 1992; Nadeau & Blais, 1993; Hasen, 1996; Franklin, 2004; Miles, 2015; Kirkland & Wood, 2017). Nestes debates, níveis elevados de participação são entendidos como uma validação importante dos resultados eleitorais e das instituições políticas, ao passo que valores elevados de abstenção podem ser usados para questionar a sua legitimidade. Evidência empírica recente ilustra este padrão, ainda que diga respeito a um tipo muito concreto de mecanismo competitivo de aferição de preferências: Arnesen *et al.* (2019, 2024) demonstraram que taxas de participação baixas podem reduzir a perceção dos cidadãos sobre a legitimidade dos resultados dos referendos, tornando-os menos propensos a considerar que o governo deve agir em função de tais resultados.

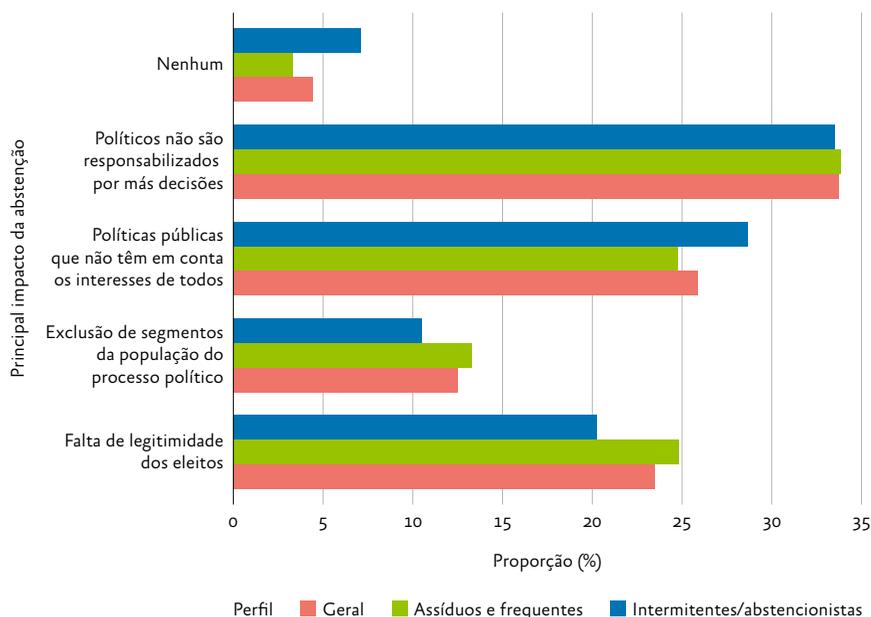
Por fim, a responsabilização. Para muitos académicos, uma das características mais importantes das eleições democráticas é o facto de constituírem instrumentos de responsabilização das elites políticas: os cidadãos premeiam ou punem os políticos através do seu voto, aumentando ou reduzindo dessa forma a probabilidade de estes continuarem no poder (Fiorina, 1978; Hellwig & Samuels, 2008; Ashworth, 2012; De Vries & Giger, 2014; Franklin, Soroka & Wlezien, 2014). Assim sendo, a abstenção enfraquece o entendimento das eleições enquanto mecanismos de responsabilização: afinal, os executivos são sancionados ou premiados apenas por uma parcela da população que governaram, sendo que, em bom português, «quem cala consente». Além disso, níveis mais altos de abstenção podem significar uma maior presença relativa, entre os votantes, daqueles eleitores que são fiéis aos seus partidos e neles votarão independentemente das suas ações e da situação do país, e, conseqüentemente, uma menor presença relativa de eleitores com identificações partidárias menos fortes ou até mesmo inexistentes, mais propensos a usar as eleições como mecanismos de responsabilização (Bengtsson, 2004). De facto, na sua análise de 266 eleições em 21 democracias parlamentares ocidentais ocorridas na segunda metade do século passado, Bengtsson (2004) observou que em países que apresentam uma tendência de abstenção crescente os níveis de desemprego e inflação não têm um impacto significativo no desempenho eleitoral dos partidos no governo. Pelo contrário, nos países marcados por uma tendência de participação eleitoral estável ou até mesmo crescente as oscilações naqueles dois indicadores macroeconómicos exercem um efeito na votação no incumbente numa lógica de punição ou de recompensa.

5.1.2. Os impactos da abstenção na ótica dos cidadãos

Como vimos na secção anterior, a abstenção eleitoral é frequentemente apresentada como um fenómeno com múltiplas implicações para o funcionamento dos sistemas representativos. No nosso inquérito, os participantes foram convidados a identificar qual consideravam ser o principal impacto da abstenção em Portugal, escolhendo entre diferentes possibilidades, todas elas potencialmente perniciosas a médio ou longo prazo para o funcionamento do regime democrático. As quatro conseqüências relativamente às quais os inquiridos se pronunciaram resultam da revisão da literatura apresentada anteriormente, com uma exceção: optou-se por não perguntar a respeito do potencial de determinados partidos serem beneficiados ou prejudicados em termos de resultados eleitorais pela não participação de membros das franjas mais desprivilegiadas da sociedade. A exclusão deste tema no questionário deveu-se à crença de que esta dimensão é uma simples mediadora de outras (nomeadamente as que dizem respeito à representação e às políticas públicas), substantivamente mais relevantes.

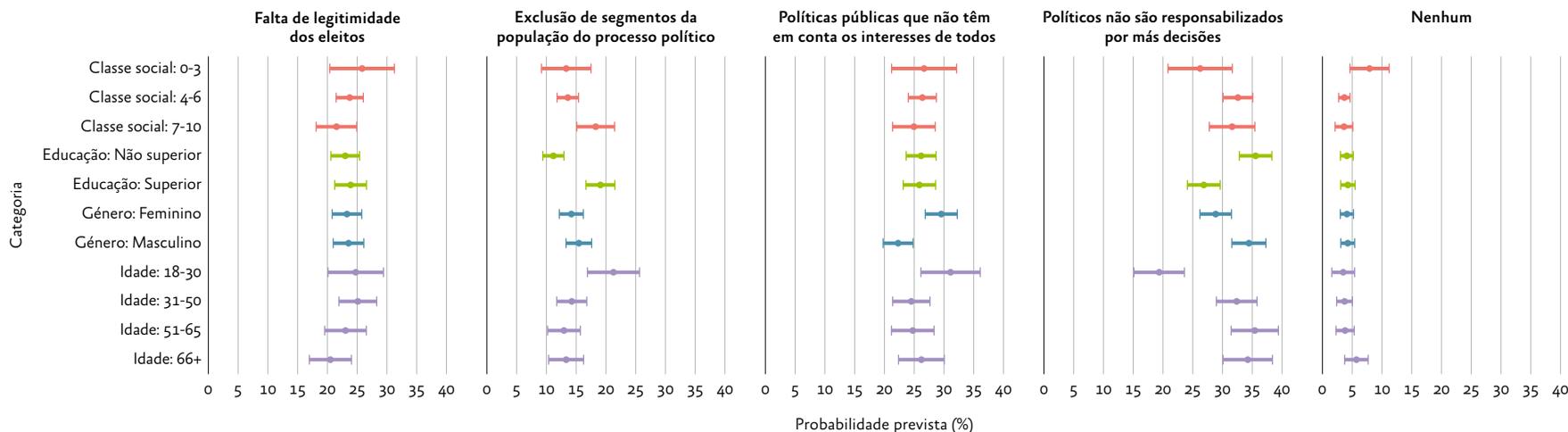
Os resultados revelam que a falta de responsabilização dos políticos por más decisões é apontada como o principal impacto da abstenção por cerca de 34 % dos inquiridos (Figura 5.1). Seguem-se o facto de as políticas públicas não terem em conta os interesses de todos (26 %) e a falta de legitimidade dos eleitos (23 %). A exclusão de segmentos da população do processo político, que resulta na sua sub-representação, surge como a quarta opção mais escolhida, mencionada por 12 % dos inquiridos, enquanto 4 % afirmam que a abstenção não tem qualquer impacto relevante.

Figura 5.1 Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral



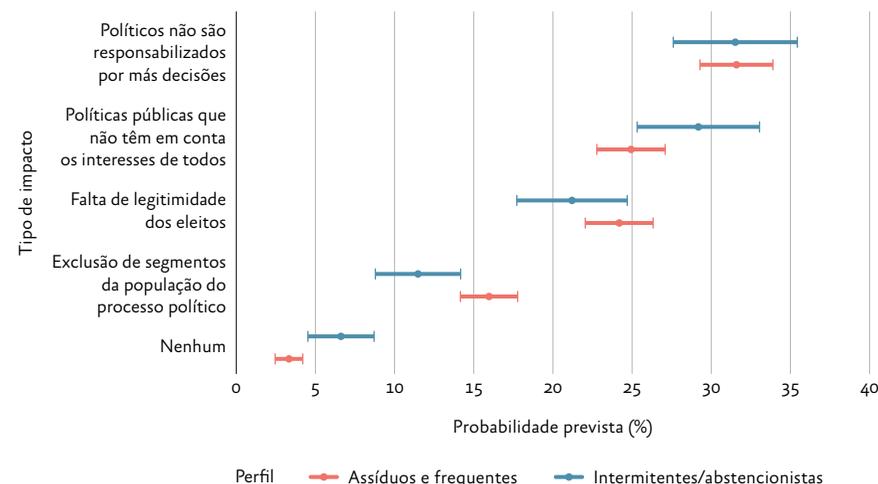
A análise dos correlatos sociodemográficos das opiniões sobre este tópico revela padrões dignos de nota (Figura 5.2). A idade surge como um fator diferenciador, com os mais jovens (18-30 anos) a destacarem mais frequentemente a falta de representatividade das políticas públicas e a exclusão de segmentos da população, por contraste com os restantes escalões etários, que tendem a associar a abstenção à falta de responsabilização dos políticos. Diferenças semelhantes são observadas em função da escolaridade: os inquiridos com diplomas universitários são comparativamente mais propensos a sublinhar a exclusão de segmentos da população do processo político, ao passo que os que possuem níveis de escolaridade mais baixos enfatizam comparativamente mais a ausência de responsabilização dos decisores políticos. A análise das respostas por género, por sua vez, permite dar conta de uma distinção relevante: as mulheres são mais propensas que os homens a considerar que o principal efeito da abstenção é as políticas públicas não terem em conta o interesse de todos, sendo os homens mais sensíveis ao argumento de que os governantes não são responsabilizados. Por fim, quanto à classe social, há uma dispersão substancial de respostas dentro de cada categoria, o que leva a que os intervalos de confiança sejam dilatados e que as diferenças não sejam estatisticamente significativas, com uma exceção: são os indivíduos que se posicionam nos níveis mais baixos da pirâmide social quem têm mais propensão para considerar que a abstenção não tem qualquer efeito negativo.

Figura 5.2 Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral por classe social, instrução, género e idade



Controlando os efeitos destas variáveis sociodemográficas, ficam mais claras as diferenças entre perfis em termos de participação eleitoral (Figura 5.3). Não há diferenças significativas em relação à probabilidade de referir uma das três opções de resposta predominantes: a ausência de responsabilização dos políticos, o facto de as políticas não terem em conta o interesse de todos e a falta de legitimidade dos eleitos. Por outro lado, os votantes mais assíduos são quem mais tende a considerar que uma consequência da abstenção é a exclusão de segmentos da população do processo político. Já os votantes intermitentes e abstencionistas têm maior propensão para não encarar a abstenção como fonte de qualquer problema.

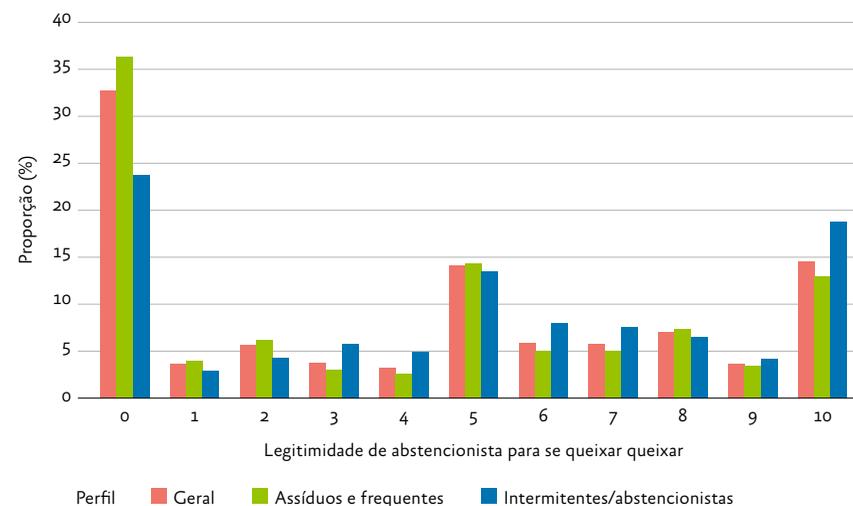
Figura 5.3 Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral por padrão de participação eleitoral



Além destas dimensões, procurámos explorar outro potencial impacto da abstenção, desta feita mais diretamente ligado à opinião sobre os próprios abstencionistas. Em concreto, propusemo-nos dar resposta às seguintes perguntas: até que ponto é que os abstencionistas são encarados como tendo legitimidade para criticar os resultados eleitorais de um processo em que se mantiveram à margem? E existem circunstâncias atenuantes que devem ser tomadas em consideração nessa avaliação, que tem uma clara dimensão moral? Para explorar as opiniões dos inquiridos em relação a este tópico, incorporámos no inquérito uma componente experimental que visou testar em que medida diferentes circunstâncias podem modificar a perceção pública sobre a legitimidade de um eleitor se queixar do resultado da eleição. A experiência envolveu a manipulação de três dimensões: a idade da/o abstencionista hipotética/o (20, 45 ou 65 anos), o motivo da sua abstenção (doença, viagem, falta de identificação com os partidos/candidatos ou trabalho no dia da eleição) e o seu género. Cada inquirido foi exposto aleatoriamente a apenas um dos 24 cenários possíveis, permitindo avaliar a forma como estas variáveis influenciaram as respostas no plano agregado.

Em termos globais, a categoria mais escolhida na globalidade da amostra (cerca de um terço dos inquiridos) e por ambos os grupos é o ponto zero da escala, referente à opinião de que os abstencionistas não gozam de qualquer legitimidade para se lamentarem do desfecho de uma eleição em que não participaram (Figura 5.4). Esta proporção é bastante mais baixa entre os votantes intermitentes e abstencionistas (24 %) do que entre os que votam mais frequentemente (36 %). No ponto inverso da escala, os participantes ocasionais e os abstencionistas são mais propensos a considerar que alguém que não votou tem toda a legitimidade para se queixar do resultado da eleição (19 % vs. 13 % de votantes assíduos e frequentes).

Figura 5.4 Legitimidade de um abstencionista para se queixar dos resultados de uma eleição

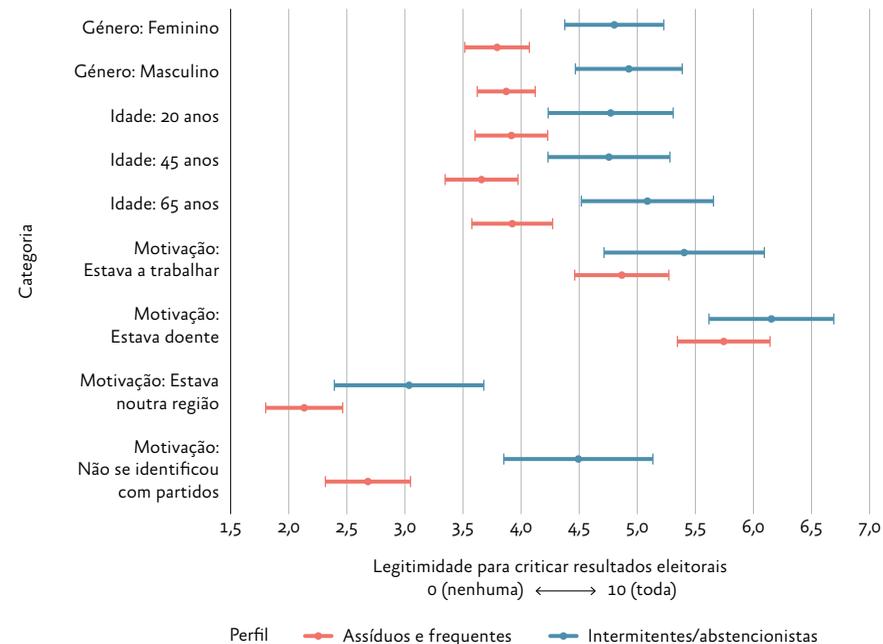


Como mostra a Figura 5.5, os resultados indicam que a perceção de legitimidade para criticar os resultados eleitorais varia substancialmente consoante o motivo da abstenção, mas não de acordo com as características sociodemográficas destes abstencionistas ficcionados — nem a idade nem o género da pessoa retratada parecem ter efeitos discerníveis na legitimidade que os inquiridos lhes conferem para se queixarem do resultado. De forma geral, os inquiridos, sejam eles eleitores propensos a participar ou não, demonstram uma maior compreensão face a quem não votou por razões que fogem ao seu controlo, como estar doente ou a trabalhar no dia da eleição, do que em relação àqueles que não votaram porque estavam a viajar. A principal diferença substantiva entre os dois perfis de participação prende-se com a posição relativamente aos que não votaram por não

se identificarem com nenhum dos partidos disponíveis. Para quem costuma votar, a abstenção motivada por insatisfação com a oferta eleitoral não é amplamente entendida como permitindo posteriores queixas sobre os resultados; já os que se abstêm com maior frequência são menos propensos a retirar legitimidade a quem se absteve por essa razão. Uma interpretação possível é que este motivo será, pelo menos para uma parte deste segmento da população, percebido como válido para justificar o seu próprio comportamento.

Em suma, os resultados sugerem que a percepção pública sobre a legitimidade dos abstencionistas para criticar os resultados eleitorais é altamente dependente do motivo da abstenção, sendo a doença e o trabalho as justificações mais aceitáveis e as viagens e a insatisfação com os candidatos as menos toleradas. Estes resultados reforçam a ideia de que, para grande parte da população, a participação eleitoral continua a ser vista como um critério fundamental para legitimar a crítica ao funcionamento do sistema democrático, articulando-se com a noção de dever cívico que explorámos no Capítulo 3.

Figura 5.5 Legitimidade de um abstencionista para se queixar dos resultados de uma eleição de acordo com as características e motivações do mesmo



5.2. Reformas para combater a abstenção

5.2.1. Revisão da literatura

Nesta secção, sintetizamos a literatura sobre as atitudes dos cidadãos face a algumas das principais medidas propostas para reduzir a abstenção e reforçar a participação eleitoral. As propostas examinadas incluem a introdução do voto obrigatório, a redução da idade mínima de voto para os 16 anos e a possibilidade de personalizar o voto,

escolhendo candidatos em vez de apenas partidos. Complementarmente, abordam-se medidas de facilitação do exercício do voto, como o voto pela Internet e outras modalidades que procuram tornar o ato de votar mais conveniente.

Voto obrigatório

Como vimos no Capítulo 2, o voto obrigatório é um dos aspectos institucionais que mais eficazmente promove a participação eleitoral. Na literatura especializada, os seus defensores sublinham que este instrumento desenvolve nos cidadãos um sentimento de dever cívico (Feitosa, Blais & Dassonneville, 2020), o que naturalmente criará incentivos para um voto mais refletido e baseado em informação (Kam, 2007). Além disso, tem a vantagem de reduzir a desigualdade entre indivíduos com mais e menos recursos em termos de participação eleitoral, o que tem impactos positivos na representação política de acordo com a lei da dispersão de Tingsten (Lijphart, 1997; Dassonneville *et al.*, 2023).

Os seus detratores, no entanto, sentem-se desconfortáveis com a repressão da liberdade pessoal que o voto obrigatório implica (Saunders, 2009; Brennan, 2014; Tozer, 2016; Umbers, 2021). Além disso, ao constranger os desinteressados e pouco instruídos a votar, pode contribuir para que os resultados das eleições espelhem de forma menos correta as reais preferências da população (Singh, 2016). Isto ocorrerá, em parte, porque proporções não despididas de eleitores com estas características votam de forma aleatória (Freire & Turgeon, 2020), enquanto outros simplesmente falham em identificar e, conseqüentemente, votar nos partidos que melhor representam as suas preferências (Selb & Lachat, 2009). Ademais, os efeitos positivos em termos de participação eleitoral aparentam não ser de longo prazo, mas

desaparecer após o fim da obrigatoriedade em países que abandonaram esta norma, o que sugere que este mecanismo não fomenta o hábito de votar (Bechtel, Hangartner & Schmid, 2018; Gaebler, Potrafke & Roesel, 2020). Por fim, o voto obrigatório pode até exponenciar diferenças de participação entre classes sociais quando a penalização da abstenção não é monetária, mas consiste na interdição do acesso a recursos que são mais valorizados pelas classes médias e altas do que pelos mais pobres, como passaportes, participação em concursos públicos ou frequência de universidades públicas (Cepaluni & Hidalgo, 2016). Não surpreende, assim, que haja quem considere preferível instituir incentivos financeiros para a participação, que, se concomitantes com formação cívica e eleitoral, poderiam aumentar a participação nas eleições, retirando da equação o elemento coercivo e dando aos eleitores os instrumentos para que votem de forma ponderada (Saunders, 2009; Tozer, 2016).

Mas o que pensam os cidadãos comuns do voto obrigatório? E será que abstencionistas e votantes habituais têm atitudes diferentes em relação ao mesmo? A literatura académica oferece-nos algumas pistas a este respeito.

Nos países em que o voto obrigatório foi instituído, é possível encontrar três padrões: uma maioria de cidadãos descontentes, uma população essencialmente dividida e um apoio amplamente maioritário ao voto obrigatório. Começamos pelo primeiro. Em 2018, apenas 30 % dos cidadãos brasileiros declaravam-se a favor desta modalidade (Dassonneville *et al.*, 2023). Os valores observados noutros países da América Latina, nomeadamente Bolívia e Peru, são bastante similares (Singh, 2021). O segundo padrão é exemplificado pela Bélgica: tanto em 1995 como em 2019, o apoio ao voto obrigatório entre os belgas

superava por pouco a fasquia dos 50 % (Singh, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023). Por fim, na Austrália, ainda que com algumas oscilações, a maioria da população tem-se demonstrado favorável desde a década de 1940 até aos nossos dias (Mackerras & McAllister, 1999; Hill, 2010; Sheppard, 2021; Singh, 2021). Por exemplo, em 2019, três em cada quatro australianos exprimiam apoio à obrigatoriedade do voto (Dassonneville *et al.*, 2023). O Uruguai e o Equador também apresentavam níveis de favorabilidade muito elevados em 2014 (Singh, 2021). Estas diferenças entre países não surpreendem, visto que os arranjos institucionais específicos do voto obrigatório variam significativamente de país para país (Singh, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023).

O que dizer das opiniões sobre o voto obrigatório em países em que o voto é voluntário? Começemos pelo Reino Unido. Keany & Rogers (2006) referem que, apesar de alguma volatilidade nos números, os cidadãos britânicos apresentavam-se divididos sobre este tema na década de 1990. Entre 2005 e 2013, as taxas de apoio ao voto obrigatório para todos os adultos oscilavam entre os 30 % e os 40 %, enquanto a favorabilidade à instituição da obrigatoriedade apenas para a primeira eleição em que os cidadãos podem votar (*first-time compulsory voting*) situava-se nos 38 % em 2013 (Birch & Lodge, 2015). Inquéritos realizados pouco depois (2015 e 2017) identificaram já uma maioria de apoiantes do voto obrigatório no Reino Unido (Singh, 2021). A evidência sobre outros países é mais escassa, permitindo contudo constatar que, na década passada, cerca de 60 % dos adultos franceses e canadianos manifestavam-se a favor desta medida, enquanto em Portugal só dois em cada cinco e nos EUA menos de um terço dos adultos o faziam (Singh, 2021).

Naturalmente, as opiniões variam entre grupos sociodemográficos e em linha com algumas atitudes políticas. Em três países em que o voto obrigatório está em vigor (Austrália, Bélgica e Brasil), as mulheres mostravam-se mais favoráveis a este arranjo institucional do que os homens no final da década passada (Dassonneville *et al.*, 2023). Singh (2021), cuja análise beneficia de um maior número de inquéritos realizados em seis países com voto obrigatório, mostra que na Austrália nem sempre se verificam diferenças entre homens e mulheres e confirma os resultados de Dassonneville e colegas relativamente à Bélgica, mas não identifica um impacto significativo do género em países como o Equador ou o Peru. Sheppard (2021) e Singh (2021) apontam, de resto, para que a clivagem de género na Austrália seja errática, mais visível, por exemplo, nas décadas de 1990 e 2010 do que nos primeiros dez anos do século XXI. No Reino Unido, o apoio ao voto obrigatório na primeira eleição em que se participa também não variava substancialmente entre homens e mulheres (Birch & Lodge, 2015).

Quanto à idade, o seu impacto também não é claro. Na Austrália e no Reino Unido, a relação entre idade e apoio ao voto obrigatório é quase sempre positiva; no Brasil é negativa; e na Bélgica inexistente (Birch & Lodge, 2015; Dassonneville *et al.*, 2023; Sheppard, 2021). Um estudo recente, focado num maior número de países com voto obrigatório, aponta para que as diferenças entre classes etárias sejam negligenciáveis (Singh, 2021).

São também contraditórios os padrões da relação entre instrução e favorabilidade ao voto obrigatório: níveis mais altos de escolaridade estão associados a maior apoio na Austrália e na Bélgica e a menor apoio no Brasil (Sheppard, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023). Num estudo baseado em evidência mais ampla, o efeito da instrução é reportado como sendo

débil e inconsistente (Singh, 2021). O apoio ao *first-time compulsory voting* também não aparenta estar relacionado com os níveis de instrução dos cidadãos (Birch & Lodge, 2015). Por sua vez, se há 30 anos as classes trabalhadoras britânicas eram mais favoráveis à obrigatoriedade do voto do que as classes médias (Keany & Rogers, 2006), em seis países com voto obrigatório o rendimento não está associado de forma sistemática a diferentes atitudes a este respeito (Singh, 2021). O Equador constitui uma exceção: o apoio ao voto obrigatório é mais frequente entre quem auferiu remunerações mais elevadas (Singh, 2021).

O que dizer das atitudes e preferências políticas? Num estudo realizado em 1991, a simpatia partidária não estava associada a diferenças no apoio dos cidadãos britânicos ao voto obrigatório (Keany & Rogers, 2006). Evidência recolhida na Austrália, na Bélgica e no Brasil aponta também para um impacto negligenciável do sentido de voto nas atitudes face a esta temática, com uma pequena exceção: quem vota em partidos muito pequenos ou quem tende a votar em branco ou a anular o seu voto exprime maior desacordo com o voto obrigatório (Sheppard, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023). O posicionamento ideológico também não aparenta ser um preditor importante das atitudes face ao voto obrigatório (Singh, 2021).

Por sua vez, o interesse pela política é um factor relevante: os indivíduos mais interessados pela política são mais propensos a exprimir apoio (Aitkin, 1982; Singh, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023). A favorabilidade ao estabelecimento do *first-time compulsory voting* no Reino Unido e ao voto obrigatório já instituído na Austrália é significativamente mais baixa junto de quem não apoia nenhum partido (Hill, 2010; Birch & Lodge, 2015). Já a insatisfação com o funcionamento da democracia aparece associada a níveis mais baixos de apoio a

esta modalidade de voto na Austrália, na Bélgica e nalguns países da América Latina que a implementaram (Singh, 2021).

Por fim, no que toca aos padrões de participação eleitoral, Birch & Lodge (2015) observaram que, em 2013, o apoio ao voto obrigatório no Reino Unido era muito mais expressivo por parte de quem tinha votado na última eleição (48 %, contra uma taxa geral de apoio a esta medida na população adulta de 40 %). Os autores reportam padrões similares relativamente ao apoio à obrigatoriedade do voto na primeira eleição em que se usufrui de capacidade eleitoral ativa.

Redução da idade mínima de voto para os 16 anos

Os méritos da definição dos 16 anos como a idade a partir da qual se pode votar não são consensuais entre os académicos. Mark Franklin resume o debate da seguinte maneira:

O argumento mais frequentemente apresentado a favor da redução da idade mínima para votar é que essa medida poderia aumentar o envolvimento político dos jovens, melhorar a sua satisfação com os processos políticos e, possivelmente, levar a uma maior participação eleitoral ao longo da vida. Por outro lado, a razão mais comum para a oposição a esta reforma é a ideia de que, aos 16 anos, os jovens ainda não adquiriram o conhecimento e a maturidade necessários para tomar decisões eleitorais informadas (2020, p. 13, tradução nossa).

Existe alguma evidência de um impacto positivo desta reforma na participação eleitoral (Zegrovits & Aichholzer, 2014; Aichholzer & Kritzing, 2020; Huebner & Eichhorn, 2020; Ødegård, Bergh & Saglie, 2020; Franklin, 2020; Rossteutscher *et al.*, 2022). Investigação realizada na Áustria mostra que, apesar de os jovens com menos de 18 anos

apresentarem menos conhecimento sobre política, não se distinguem dos restantes cidadãos em termos de desafeição política, nem votam de forma menos congruente com as suas preferências do que eleitores mais velhos, apresentando até níveis mais altos de eficácia política externa e satisfação com a democracia (Wagner, Johann & Kritzinger, 2012; Aichholzer & Kritzinger, 2020). Um estudo norueguês aponta, contudo, na direção oposta (Bergh, 2013). Quanto à evidência recolhida em contextos em que o voto aos 16 anos não foi implementado, foram identificados diferentes graus de maturidade política nos indivíduos com 16 e 17 anos (Chain & Clayton, 2006; Mahéo & Bélanger, 2020). Franklin (2020), por sua vez, demonstra que a redução da idade de voto para os 16 anos está associada a um aumento da volatilidade eleitoral. Por outro lado, um estudo recente destaca que se a idade mínima não for reduzida para todas as eleições, mas apenas para algumas, tal pode resultar numa situação em que alguns jovens que puderam votar na eleição anterior não possam participar na seguinte, o que impactará negativamente os seus níveis de eficácia política externa (Leininger *et al.*, 2023).

Mas o que pensam os cidadãos sobre a redução da idade mínima de voto, e em que medida os seus hábitos de participação eleitoral estão associados a diferentes posições a respeito deste tema?

Começamos pela prevalência do apoio a esta medida. Loughran, Mycock & Tonge (2022) observaram que 40 % dos adultos e 71 % dos jovens britânicos com 16 e 17 anos apoiavam a redução da idade mínima de voto para os 16 anos em 2018. No caso dos adultos, trata-se de um valor apenas ligeiramente mais alto do que o identificado num estudo britânico realizado no ano anterior (Greenwood-Hau & Gutting, 2021). Ainda no Reino Unido, Birch, Clarke & Whiteley (2015)

recorreram a uma maneira ligeiramente diferente de captar as opiniões dos cidadãos sobre esta medida. Num inquérito realizado em 2013, perguntaram aos participantes a partir de que idade deveria ser possível votar, oferecendo como opções de resposta 16, 18, 21 e 25 anos. Os autores reportam que 61 % dos inquiridos responderam «18 anos», sendo que apenas 16 % demonstraram apoiar a instituição dos 16 anos como idade de voto. Do mesmo modo, só cerca de um em cada sete adultos dinamarqueses exprimiu concordância com a diminuição da idade mínima de voto em 2009 e 2013 (Larsen, Levinsen & Kjaer, 2016). Na Austrália, o valor observado em 2010 era ainda mais baixo: 6 % (McAllister, 2014).

Que dimensões estão associadas a estas posições? A literatura tem analisado, naturalmente, o impacto da idade, demonstrando que os cidadãos mais velhos tendem a ser mais contrários à redução da idade mínima de voto para os 16 anos (Larsen, Levinsen & Kjaer, 2016; Loughran, Mycock & Tonge, 2022). A relação entre a idade e o apoio a esta medida talvez não seja linear, dado que há evidência de que os muito jovens (25 anos ou menos) possam apoiá-la menos do que indivíduos com entre 26 e 35 anos (Birch, Clarke & Whiteley, 2015). O interesse pela política é também um preditor importante, sendo que aqueles que se declaram mais interessados apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão eleitoral dos cidadãos com 16 e 17 anos (Loughran, Mycock & Tonge, 2022). Por sua vez, uma maior satisfação com a democracia está associada a um menor apoio a esta medida (Birch, Clarke & Whiteley, 2015).

Relativamente a outras variáveis, a investigação tem apontado para direções distintas. Em primeiro lugar, se em 2018 não havia diferenças de género no Reino Unido no que a este tema diz respeito (Loughran,

Mycock & Tonge, 2022), há cerca de 15 anos os homens britânicos e dinamarqueses declaravam-se mais favoráveis a esta medida do que as mulheres (Birch, Clarke & Whiteley, 2015; Larsen, Levinsen & Kjaer, 2016). Vale a pena destacar, contudo, que estes dois últimos estudos não controlavam o importante impacto do interesse pela política. Também não há consenso sobre se o apoio à redução da idade de voto é maior junto das classes mais altas ou mais baixas, ou sobre se a instrução é um fator relevante (Loughran, Mycock & Tonge, 2022; Birch, Clarke & Whiteley, 2015). Em terceiro lugar, se alguns estudos apontam que os cidadãos que se definem como de direita e votam em partidos deste lado do espectro ideológico são mais céticos sobre esta medida (Larsen, Levinsen & Kjaer, 2016; Greenwood-Hau & Gutting, 2021; Loughran, Mycock & Tonge, 2022), existe pelo menos um que não observou quaisquer efeitos da ideologia ou do sentido de voto (Birch, Clarke & Whiteley, 2015).

Finalmente, quanto ao impacto dos padrões de participação eleitoral, encontrámos apenas um estudo que explorou esta dimensão. Trata-se, em concreto, de uma investigação realizada no Reino Unido, que demonstrou que a intenção de votar na eleição seguinte não impactava substancialmente as atitudes dos adultos relativamente a esta temática. O mesmo não acontecia no caso dos jovens de 16 e 17 anos, que se mostravam muito mais favoráveis à reforma se tencionassem votar (Loughran, Mycock & Tonge, 2022).

Personalização do voto

O debate em torno dos arranjos institucionais conducentes a uma personalização do voto tem apontado para vantagens e desvantagens. Em Portugal, a principal argumentação utilizada nas propostas de

reforma do sistema eleitoral que vão neste sentido é o facto de a possibilidade de votar diretamente num candidato combater o afastamento entre eleitores e eleitos promovido pelo atual sistema de representação proporcional com listas fechadas. Acredita-se que o fomento de uma maior proximidade entre candidatos e cidadãos poderá, por sua vez, impactar positivamente as atitudes face ao sistema político, a participação eleitoral e a representação (Freire, Meirinho & Moreira, 2008; Freire & Meirinho, 2012; Costa Lobo & Santana Pereira, 2015; Freire, 2017). No Capítulo 2, vimos, contudo, como a evidência relativa aos ganhos em termos de participação eleitoral associados ao voto preferencial é, no mínimo, inconsistente. Vimos também que sistemas eleitorais centrados nos candidatos podem criar incentivos para menores esforços de mobilização partidária, levando a uma maior abstenção. Entre as desvantagens da personalização do voto contam-se ainda o facto de poder conduzir a um enfraquecimento dos partidos políticos, devido a uma maior competição intrapartidária, bem como a uma maior volatilidade eleitoral (Blais & Massicotte, 2002; Passarelli, 2020).

O que pensam os cidadãos sobre a possibilidade de votar em pessoas em vez de em partidos? As respostas disponíveis na literatura académica são escassas. Há investigação sobre as opiniões dos cidadãos a respeito de um aumento dos níveis de proporcionalidade de um sistema eleitoral de representação proporcional (Arnesen *et al.*, 2021), bem como sobre a sua preferência por regras maioritárias ou proporcionais (Dunleavy, Margetts & Weir, 1993; Kanji & Bilodeau, 2006; Karp, 2007; Freire & Meirinho, 2012; Jou, 2013; Plescia, Blais & Högström, 2020; Rimbau, Stillman & Boe-Gibson, 2021), ou ainda por sistemas de voto único ou ordenação de preferências (Blais *et al.*, 2021; McCarthy & Santucci, 2021). Porém, são menos comuns os estudos

que se debruçaram concretamente sobre a personalização do voto na ótica dos cidadãos. Este facto não é surpreendente, dado que a personalização é um dos aspectos dos sistemas eleitorais — tema já de si complexo — que os cidadãos menos dominam (Jankowski, Linhart & Tepe, 2022).

Analisemos as três exceções que a literatura nos oferece. Um primeiro estudo analisou as atitudes dos cidadãos sobre o novo sistema de representação proporcional, com listas abertas e voto preferencial, implementado nos estados alemães de Bremen e Hamburgo em 2011, em substituição do sistema proporcional com listas fechadas em vigor até então (Müller & Jankowski, 2019). Nos inquéritos realizados em 2011 e 2015, os autores observaram que as taxas de aprovação variavam entre 38 % e 44 % em Bremen, situando-se em torno dos 30 % em Hamburgo. A aprovação deste sistema eleitoral era maior junto de quem se sentia próximo de partidos de esquerda, de quem se sentia mais satisfeito com o seu partido (um resultado contrário ao hipotetizado) e dos eleitores mais jovens. Já o interesse pela política e o conhecimento político estavam sobretudo associados a uma menor probabilidade de exprimir indiferença face ao sistema eleitoral personalizado. O género e a educação não se mostraram relevantes na análise de Müller & Jankowski (2019).

Por sua vez, Linhart, Jankowsk & Tepe (2023) dedicaram-se à identificação do que os cidadãos priorizam nos sistemas eleitorais através de um *conjoint experiment*. Reportam que os eleitores alemães, holandeses e britânicos valorizam, em primeiro lugar, a proporcionalidade; em segundo, a governabilidade (maiorias claras); em terceiro, a simplicidade; e só depois a personalização. A importância relativa da personalização não estava associada a diferentes posições no espectro ideológico

ou níveis de conhecimento político. De destacar que a valorização desta característica era maior no país onde ela está menos presente (Alemanha).

Quanto a Portugal, Santana Pereira & Martín (2019) reportam que, entre 2008 e 2018, a concordância com a ideia de que deveria ser possível votar mais em candidatos e menos em partidos oscilou entre 58 % e 75 %. Este trabalho não explorou diferenças entre grupos sociais no que a esta questão diz respeito.

Facilitar candidaturas de independentes

O entendimento da participação de candidatos independentes nas eleições enquanto remédio para a abstenção não é destituído de base científica. Como vimos anteriormente, a participação eleitoral pode beneficiar da presença de candidatos independentes, como demonstrou a evidência recolhida na Índia (Kapoor & Magesan, 2018), nas eleições europeias de 2009 na Estónia (Ehin & Solvak, 2012), e em eleições locais checas e portuguesas (Freire, Martins & Meirinho, 2012; Martins & Veiga, 2013; Tavares, Raudla & Silva, 2018; Bernard *et al.*, 2025). Na revisão de literatura de Brancati (2008), são destacadas outras vantagens da presença de candidatos independentes nos boletins de voto: podem estimular o interesse dos cidadãos pela política, promover legislação inovadora que vai ao encontro das necessidades da população negligenciadas pelos partidos, e contribuir para restaurar a integridade das instituições políticas. No entanto, outros estudos revistos pelo autor apontam para problemas como o facto de as candidaturas de independentes dificultarem a alternância no poder (uma vez que os votos dos descontentes com o incumbente se dispersam entre o principal partido da oposição e os independentes), não resultarem na apresentação de políticas públicas alternativas

discerníveis ou contribuírem para o bloqueio e o extremismo nos processos legislativos.

A literatura sobre opiniões dos cidadãos a respeito de candidaturas independentes é, tanto quanto nos foi possível apurar, muito escassa. Uma notável exceção aponta para que em Portugal o apoio a candidaturas de independentes à Assembleia da República tenha oscilado entre 66 % e 81 % entre 2008 e 2014 (Santana Pereira & Martín, 2019). Uma maneira sensata de lidar com esta escassez passa, no nosso entendimento, por rever a literatura relativa aos fatores que explicam o voto em candidatos independentes. Dois dos três estudos analisados reportam que o voto em independentes está associado à animosidade face a partidos e a atitudes anti-elites (Argote & Visconti, 2023; Titelman & Sajuria, 2024). O mesmo não parece acontecer na Irlanda (Weeks, 2011), onde os principais fatores do voto nestes candidatos são a ausência de identificação partidária, uma propensão para a personalização do voto (os eleitores preferem votar em candidatos do que em partidos e votariam em determinados candidatos mesmo que estes mudassem de partido), considerações de nível local, a exposição a esforços de persuasão ou mobilização por parte de tais candidatos ou dos seus representantes, a sensação de que a situação do país em setores-chave se deteriorou e a residência numa zona rural. São ainda de destacar os resultados negativos reportados por Weeks (2011): a probabilidade de votar num independente não varia em função da avaliação da evolução da economia, da eficácia política interna ou externa, da religiosidade, da instrução ou do género.

Voto através da Internet

Como vimos anteriormente, o voto eletrónico é uma de várias modalidades destinadas a tornar o ato de votar mais conveniente.

Considera-se que poderá aumentar a participação eleitoral ao reduzir significativamente os custos em termos de identificação do local de voto e deslocação até às urnas, às vezes em condições meteorológicas adversas (Brady & McNulty, 2011; Nemeslaki, Aranyosy & Sasvári, 2016; Garcia-Rodriguez & Redmond, 2020; Goodman & Stokes, 2020; Petitpas, Jaquet & Sciarini, 2021). Trata-se de custos não despidiendos, dado que, como vimos no Capítulo 3, a distância tem um impacto desmobilizador importante junto dos eleitores portugueses, mesmo quando controlamos o efeito de uma série de outros preditores. Esta modalidade de voto pode ainda criar um hábito de participação de forma mais consistente do que o modo tradicional de votar (Solvak & Vassil, 2018). Além dos possíveis efeitos positivos em termos de redução da abstenção, existem ainda ganhos em termos de eficiência e rapidez na recolha e na contabilização das preferências dos eleitores (Trechsel, Kucherenko & Ferreira da Silva, 2016).

Existe, inegavelmente, algum ceticismo em relação à introdução desta modalidade. Esta posição decorre não apenas de receios em termos de segurança do sistema e da privacidade dos cidadãos, mas também do potencial reforço das desigualdades em termos de participação, uma vez que nem todos os cidadãos têm o mesmo acesso e familiaridade com instrumentos digitais (Hall, 2015; Petitpas, Jaquet & Sciarini, 2021; Ciancio & Kämpfen, 2023; a este respeito, ver, contudo, Vassil & Weber, 2011, e Vassil *et al.*, 2016). Por outro lado, os efeitos mobilizadores da implementação do voto através da Internet podem ser bastante limitados. Se Germann & Serdült (2017) não observam qualquer impacto em termos de participação eleitoral, Goodman & Stokes (2020) reportam efeitos de pequena magnitude.

O que pensam os cidadãos a respeito deste tema? A resposta depende do contexto e do período em que a pergunta é feita. Por exemplo, em 2008, 43 % dos eleitores da Grande Lisboa exprimiam uma atitude favorável ao voto pela Internet (Espírito Santo, 2010). Quatro anos depois, pouco mais de um terço dos cidadãos norte-americanos se posicionavam a favor, tendo havido, no entanto, um aumento do apoio a esta modalidade face a 2008 (Alvarez *et al.*, 2011; Bowler & Donovan, 2018). Trechsel, Kucherenko & Ferreira da Silva (2016) citam um inquérito realizado no Reino Unido em 2015, em que 63 % dos participantes acreditavam que poder votar através de um *smartphone* ou de um *tablet* poderia reduzir a taxa de abstenção. Na Austrália, a opinião a respeito da importância de oferecer aos cidadãos a possibilidade de votar pela Internet era, em 2016, tendencialmente positiva — 60 numa escala de 0 a 100, em que o valor mais alto significa «muita importância» (Karp *et al.*, 2017). Em Itália, 58 % dos cidadãos residentes e 80 % dos expatriados declararam-se recentemente favoráveis à implementação desta modalidade de voto (Valbruzzi, 2023; Battiston, Luconi & Valbruzzi, 2024). Por fim, em França, 60 % dos inquiridos em 2022 eram a favor do seu uso nas eleições presidenciais (Von Nostitz *et al.*, 2024).

Quanto aos preditores da favorabilidade face a esta modalidade, destaca-se a idade, com o apoio à sua implementação a ser mais comum entre os mais jovens (Kenski, 2005; Yao *et al.*, 2006; Trechsel, Kucherenko & Ferreira da Silva, 2016; Karp *et al.*, 2017; Whitfield, 2020; Valbruzzi, 2023; Abdala, 2024; Von Nostitz *et al.*, 2024). Ainda assim, um estudo realizado junto de cidadãos italianos expatriados aponta para que nesta população o apoio aumente em linha com a idade (Battiston, Luconi & Valbruzzi, 2024). Quanto à instrução, se alguns estudos demonstram que os cidadãos mais escolarizados são mais

propensos a apoiar esta modalidade de voto (Kenski, 2005; Valbruzzi, 2023), outros mostram que o apoio é independente dos níveis de instrução (Karp *et al.*, 2017; Battiston, Luconi & Valbruzzi, 2024).

As atitudes políticas também contam. No que concerne à ideologia, há uma tendência para que os cidadãos que se definem como de direita ou votam em partidos de direita/conservadores apresentem menos entusiasmo pelo voto *online* (Kenski, 2005; Alvarez *et al.*, 2011; Valbruzzi, 2023; Abdala, 2024; Battiston, Luconi & Valbruzzi, 2024). Por outro lado, o interesse pela política não está associado à preferência por votar através da Internet (Abdala, 2024), mas os indivíduos menos interessados tendem a considerar a instituição desta modalidade mais importante (Karp *et al.*, 2017). Já indivíduos que possuem visões mais positivas a respeito da integridade das eleições ou que entendem que a implementação do voto pela Internet não reduzirá ou poderá até melhorar os níveis de integridade eleitoral são mais propensos a apoiar esta medida (Turnbull-Dugarte & Levine, 2023; Abdala, 2024).

Não encontramos estudos que tenham testado a relação entre a participação eleitoral e as atitudes face a esta modalidade de voto. Ainda assim, merece destaque o facto de os indivíduos que percebem ter mais custos associados ao ato de votar serem mais propensos a exprimir preferência pelo voto através da Internet (Abdala, 2024).

Outras medidas de flexibilização do ato de votar

Na literatura sobre *convenience voting* (Gronke *et al.*, 2008), várias medidas de facilitação do exercício do ato de votar têm sido discutidas e analisadas. Uma delas é o voto através da Internet, que discutimos na secção anterior. Outra é a possibilidade de voto postal,

que, de acordo com vários estudos, tem um efeito positivo na participação eleitoral (Southwell & Burchett, 2000; Luechinger, Rosinger & Stutzer, 2007; Gambler, 2016; Schelker & Schneiter, 2017; Thompson *et al.*, 2020), embora seja menos consensual o seu papel no estímulo do voto dos emigrantes (Belchior *et al.*, 2018; Tagina & Corrado, 2023; Nemčok, Wass & Peltoniemi, 2024).

Quanto ao voto em mobilidade, a literatura é um pouco mais escassa. Neste âmbito, merece destaque um trabalho realizado nos EUA, no rescaldo da transformação dos quase 200 locais de voto tradicionais de um condado do Texas em *voting centres*, em que qualquer eleitor do condado podia votar independentemente do seu local de residência (Vonnahme *et al.*, 2012). Ao contrário do que aconteceu noutras cidades norte-americanas, esta inovação não implicou uma redução do número de locais de voto e/ou realocização dos mesmos, o que tornou este caso ideal para analisar o efeito isolado da desmaterialização dos registos eleitorais e multiplicação dos locais de voto. A conclusão é que esta medida funciona, ainda que modestamente: os autores reportam um aumento da taxa de participação eleitoral na ordem dos 1,4 pontos percentuais.

Em relação ao voto antecipado, uma revisão da literatura aponta para que a maioria das análises tenha encontrado resultados nulos ou negativos da disponibilização desta possibilidade (Gambler, 2016). Tal dever-se-á ao facto de esta poder reduzir o significado cívico e social das eleições, enquanto cria ruído e menores incentivos para o desenvolvimento de campanhas de mobilização (Burden *et al.*, 2014). Entre os estudos que reportam evidência de um impacto positivo na participação, merecem destaque os trabalhos de Blais, Dobrzynska & Loewen (2007) e de Gronke, Galanes-Rosenbaum & Miller (2007).

Por fim, a literatura sobre a calendarização das eleições tem frequentemente destacado a conveniência e os ganhos de participação associados ao voto durante o fim de semana, mais concretamente ao domingo (Mattila, 2003; Evans & Ivaldi, 2012). De destacar que Blondel, Sinnott & Svensson (1997) consideram que pode haver ganhos em marcar eleições em dois dias, um durante a semana e outro no fim de semana — algo que, de resto, acontece já nalguns países europeus (Cancela & Vicente, 2019).

Em suma, a literatura sobre modalidades de incremento da conveniência do voto nem sempre é unívoca em termos da sua efetiva capacidade de mobilizar o eleitorado, havendo diferenças importantes entre arranjos procedimentais concretos. Por outro lado, há quem defenda que um efeito da generalidade das reformas eleitorais no sentido de aumentar a conveniência do voto, incluindo o voto através da Internet, é o aumento das desigualdades de participação, visto que tendem a mobilizar indivíduos cujas características são muito similares às de quem mais vota, com a mera exceção de considerarem o ato de votar inconveniente (Karp & Banducci, 2000; Berinsky, 2007).

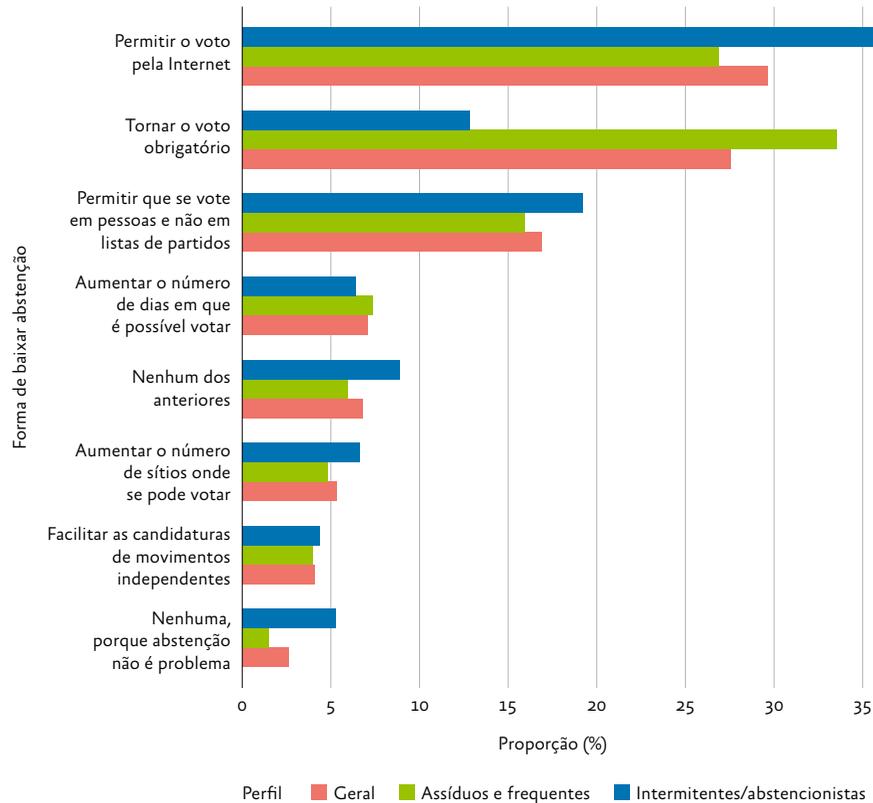
O que pensam os cidadãos destas medidas? A resposta mais robusta a esta questão é fornecida por Alvarez *et al.* (2011) e por Bowler & Donovan (2018), que estudaram uma panóplia de mecanismos de facilitação do voto, muitos dos quais fazem sentido, sobretudo, no contexto norte-americano (votar ao fim de semana, recenseamento automático, recenseamento no dia da eleição). Quanto aos instrumentos que são também relevantes no caso português, é de sublinhar um menor apoio ao voto postal (15 % em 2008 e 23 % em 2012) do que à possibilidade de se decretar que o dia da eleição (um dia de semana, bem entendido) é feriado, medida que recolhe o consenso de 57 % dos cidadãos norte-americanos nesses dois momentos.

Que variáveis estão associadas ao apoio a estas soluções? De acordo com Alvarez *et al.* (2011), os preditores do apoio às duas medidas que acabámos de referir são a ideologia e o sentido de voto: ter votado num candidato presidencial Republicano e ser conservador deprime o apoio do eleitor mediano. Por sua vez, e sem surpresas, ter optado por votar presencialmente na última eleição (em vez de por carta) impacta negativamente a favorabilidade ao voto postal. Bowler & Donovan (2018), que decidiram condensar a aprovação de diferentes medidas de facilitação do voto numa variável compósita, apontam para que o apoio à facilitação do exercício do direito de voto seja menos comum junto dos conservadores, dos republicanos, dos mais idosos (especialmente os mais pobres), dos não pertencentes a minorias étnicas, dos que não têm uma deficiência ou um problema grave de saúde, dos menos instruídos, dos que auferem mais rendimentos e dos que votaram nas últimas eleições (presencialmente no dia da eleição ou de forma antecipada). É de realçar ainda o contributo de Abdala (2024) para esta discussão, num estudo que identifica como preditores do apoio a modalidades mais convenientes de voto duas perceções: a de que os custos de participação são elevados e a de que as eleições se realizam respeitando padrões elevados de integridade. Bowler & Donovan (2018) reportam padrões similares: o tempo médio de espera nos locais de voto e a confiança numa contagem honesta dos votos fomentam o apoio a estas modalidades.

5.2.2. As reformas na ótica dos cidadãos

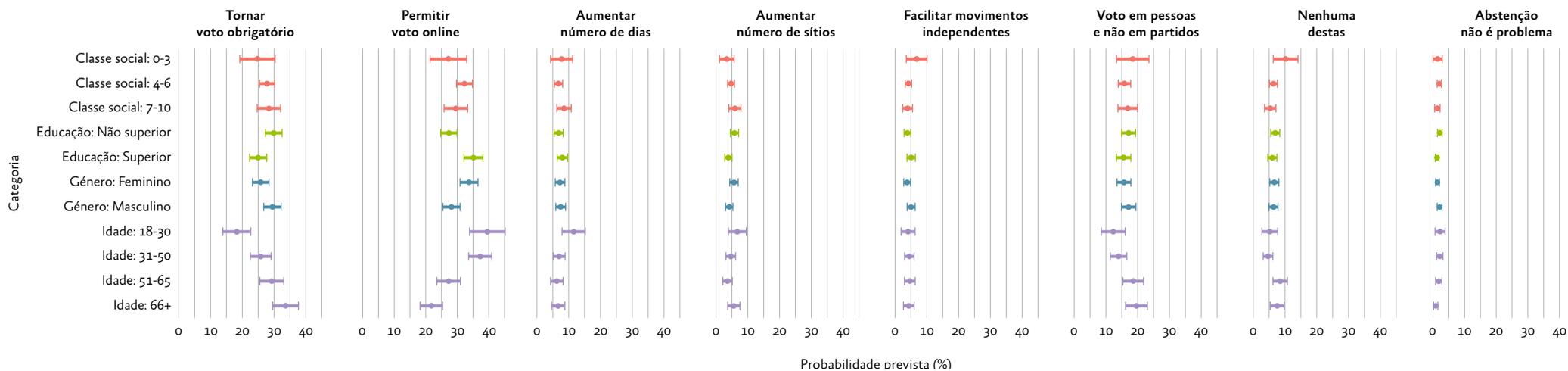
Para compreender as opiniões dos inquiridos acerca do potencial de diferentes formas de diminuir a abstenção eleitoral em Portugal, o inquirido convidava-os a escolher entre várias alternativas. Como se observa na Figura 5.6, a medida mais popular é a possibilidade de votar pela Internet, escolhida por aproximadamente 30 % da amostra. Segue-se a introdução do voto obrigatório, eleita por cerca de 27 %. Da comparação destas duas categorias de resposta resulta uma constatação que salta à vista: a possibilidade de votar *online* é claramente mais valorizada pelos eleitores com menos propensão para votar, ao passo que a obrigatoriedade do voto é a medida preferida dos que tendem a participar mais regularmente (a este propósito, ver também Birch & Lodge, 2015). Com valores inferiores, mas ainda relevantes, surge a hipótese de permitir o voto em candidatos individuais em vez de listas partidárias (17 %), enquanto as restantes opções — aumentar os dias ou locais de voto, ou facilitar as candidaturas de movimentos independentes — reúnem níveis de apoio mais modestos, abaixo dos 8 %. É ainda de destacar que cerca de 7 % dos inquiridos indicam que nenhuma das propostas é adequada e que 3 % afirmam mesmo não considerar a abstenção um problema.

Figura 5.6 Preferência por reformas para combater a abstenção



A análise dos padrões sociodemográficos permite dar conta de variações interessantes (Figura 5.7), em particular no que toca à comparação entre permitir o voto *online* e tornar o voto obrigatório. Tal como observado em vários outros estudos (Kenski, 2005; Yao *et al.*, 2006; Karp *et al.*, 2017; Whitfield, 2020; Valbruzzi, 2023; Abdala, 2024; Von Nostitz *et al.*, 2024), a idade tem um papel relevante, com os mais jovens a pronunciarem-se a favor da introdução do voto *online* — quase 40 % escolhem esta medida. Entre os cidadãos mais velhos esta percentagem desce para cerca de 22 %, revelando uma substancial clivagem geracional no apelo das soluções digitais. Por contraste, o apoio ao voto obrigatório aumenta com a idade: apenas 18 % dos mais jovens escolhem esta solução, contra 34 % dos mais velhos. Este padrão é, de resto, similar ao encontrado por Dassonneville *et al.* (2023) no caso da Austrália, embora diametralmente oposto ao observado no Brasil, onde são os mais jovens a apoiar a obrigatoriedade do voto.

Figura 5.7 Preferência por reformas para combater a abstenção por classe social, instrução, género e idade



Diferenças menores, mas estatisticamente significativas, surgem também em função da instrução. Os mais instruídos apresentam, tal como em Kenski (2005) & Valbruzzi (2023), uma maior probabilidade de apoiar o voto *online*, enquanto os menos escolarizados aparentam manifestar mais apoio ao voto obrigatório, ainda que neste caso a diferença esteja ligeiramente aquém do limiar da significância estatística. Este último padrão é congruente com os resultados de Singh (2021), segundo os quais a instrução tem um efeito débil e inconsistente no apoio ao voto obrigatório. No que diz respeito ao género, são as mulheres que se mostram ligeiramente mais favoráveis ao voto *online*, ao passo que as diferenças de resposta com base na classe social não são relevantes, também em linha com Singh (2021).

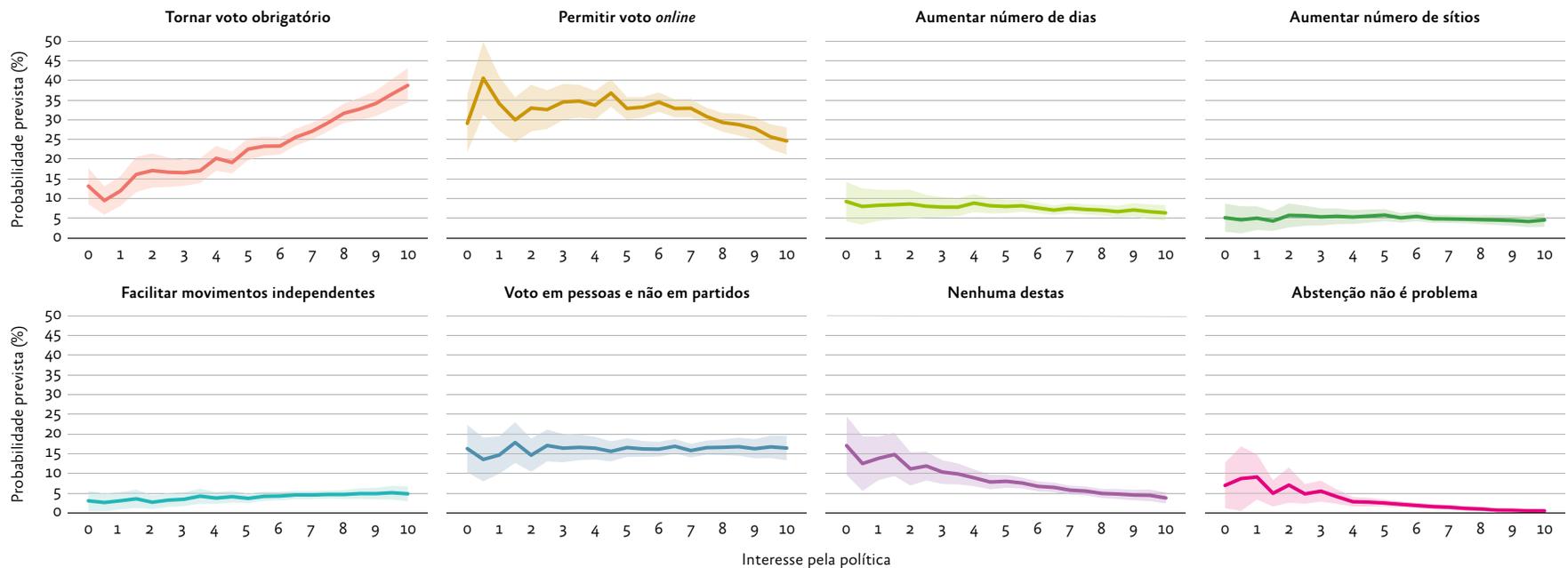
A associação entre a pertença a diferentes categorias sociodemográficas e a escolha de soluções concretas para lidar com a abstenção não se esgota nestas duas alternativas de resposta. Em comparação com o resto da amostra, os inquiridos mais jovens olham com maior otimismo para o potencial de aumentar o número de dias em que se pode votar. Já os cidadãos mais velhos encaram como mais promissora a possibilidade de expressar preferências não só por partidos, mas por candidatos específicos (Figura 5.7), um padrão diametralmente oposto aos resultados de Müller & Jankowski (2019).

Em linha com a literatura revista na secção anterior, segundo a qual há relações importantes entre diversas variáveis de natureza atitudinal e preferências quanto a reformas para fazer face à abstenção, o nosso modelo incluiu também três fatores adicionais que, de resto, já foram usados em capítulos anteriores: o grau de interesse na política, o auto-posicionamento ideológico e a identificação com um partido político.

O interesse na política, em particular, emerge como um fator pertinente (Figura 5.8). Os inquiridos com baixo interesse político tendem a valorizar mais a possibilidade de votar pela Internet, sendo esta a opção preferida de cerca de 29 % dos que declararam um interesse nulo em

questões políticas. Contudo, a preferência pelo voto *online* não se limita exclusivamente aos menos interessados: mesmo entre os inquiridos com níveis médios de interesse político, esta modalidade continua a ser a solução mais popular, embora com uma ligeira diminuição da sua prevalência à medida que o interesse aumenta. Já o apoio ao voto obrigatório segue uma trajetória inversa, em linha com a investigação realizada noutros países (Aitkin, 1982; Singh, 2021; Dassonneville *et al.*, 2023). Entre os inquiridos com baixo interesse político, apenas uma minoria opta por esta medida, mas, com o aumento do interesse na política, a obrigatoriedade do voto vai ganhando terreno, ao ponto de ser mais valorizada do que o voto *online* entre os mais interessados.

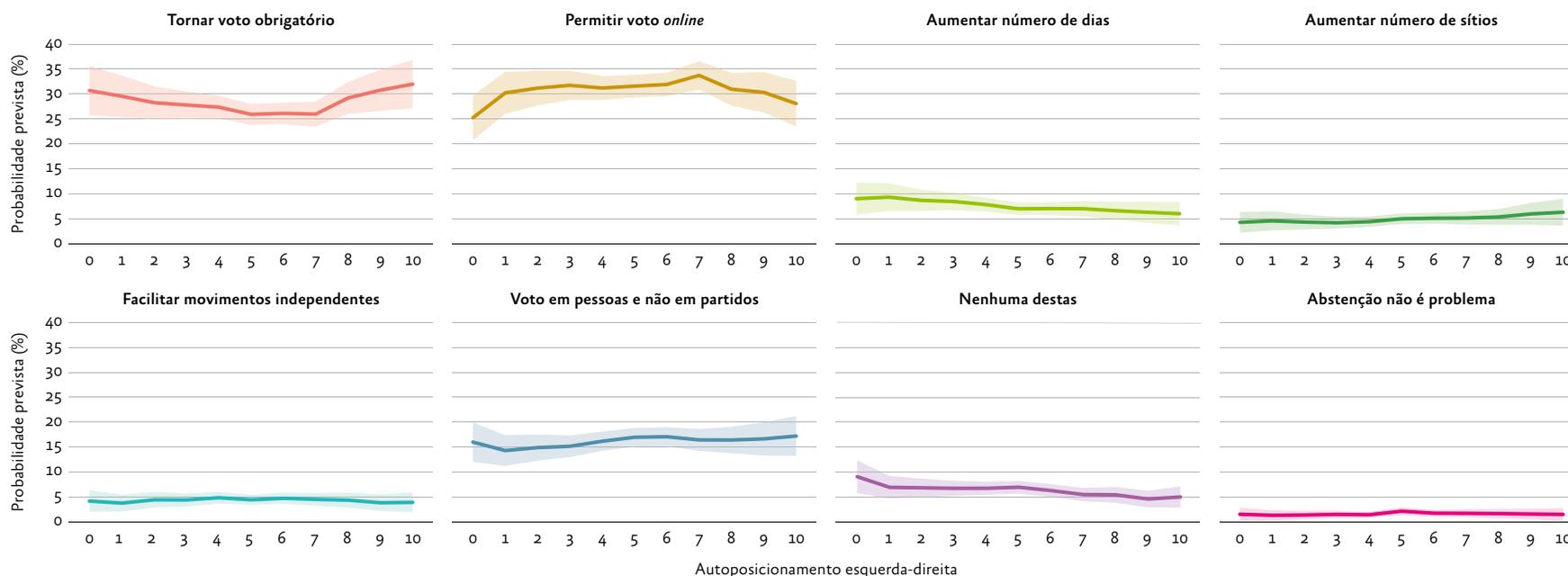
Figura 5.8 Preferência por reformas para combater a abstenção por nível de interesse político



A ideologia parece menos relevante (Figura 5.9). O voto *online* é, de forma quase transversal, a medida mais valorizada ao longo do espectro esquerda-direita, ainda que os resultados indiquem a existência de um padrão curvilíneo. De facto, são sobretudo os cidadãos situados em pontos centrais da escala que são mais favoráveis à introdução do voto *online*, ao passo que aqueles que se posicionam mais perto dos polos — seja à esquerda ou à direita — parecem manifestar menos entusiasmo. Este padrão é distinto do observado na generalidade da literatura, que aponta para um maior ceticismo em relação a esta modalidade de voto por parte de quem se posiciona mais à direita ou vota em partidos desse lado do espectro ideológico (Kenski, 2005; Alvarez

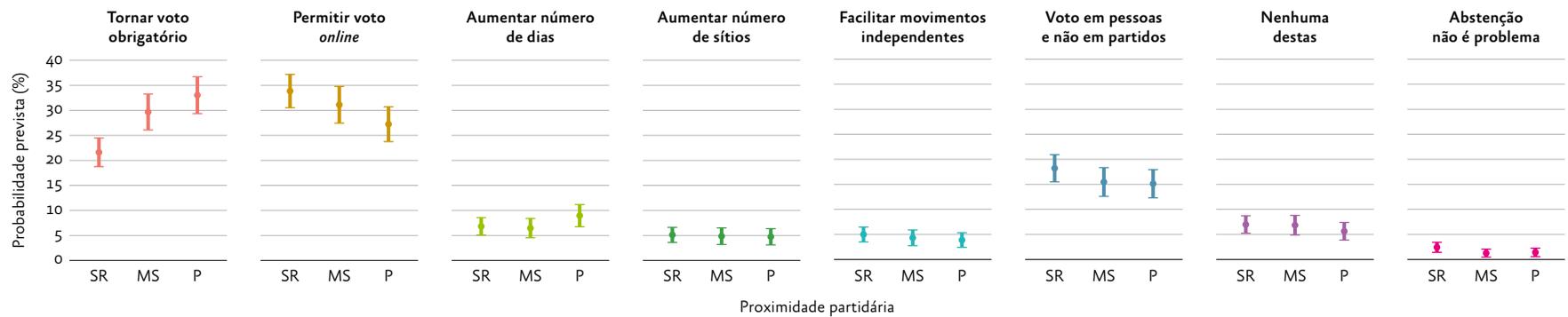
et al., 2011; Valbruzzi, 2023; Abdala, 2024; Battiston, Luconi & Valbruzzi, 2024). Por outro lado, o voto obrigatório apresenta o padrão inverso: é ligeiramente mais valorizado tanto pelas pessoas mais à esquerda como por aquelas mais à direita do espectro ideológico, enquanto o centro ideológico mostra um apoio relativamente menor a esta medida. Mais uma vez, é um resultado que contrasta com investigação anterior, que aponta para a irrelevância da ideologia neste âmbito (Singh, 2021). Este resultado sugere que a hipótese de instituir o voto obrigatório congrega mais simpatias em segmentos tradicionalmente longínquos em termos de posições políticas do que no eleitorado de centro.

Figura 5.9 Preferência por reformas para combater a abstenção por ideologia



A análise das respostas em função da proximidade partidária vai ao encontro das expectativas (Figura 5.10). Inquiridos com uma menor proximidade a partidos são particularmente propensos a defender a introdução do voto *online*, ao passo que os que se identificam com um partido mostram-se significativamente mais favoráveis ao voto obrigatório, o que sugere que esta solução encontra eco junto dos setores mais politicamente integrados da população. Este último padrão está, de resto, em linha com os resultados de Hill (2010) e Birch & Lodge (2015) relativos aos casos australiano e britânico.

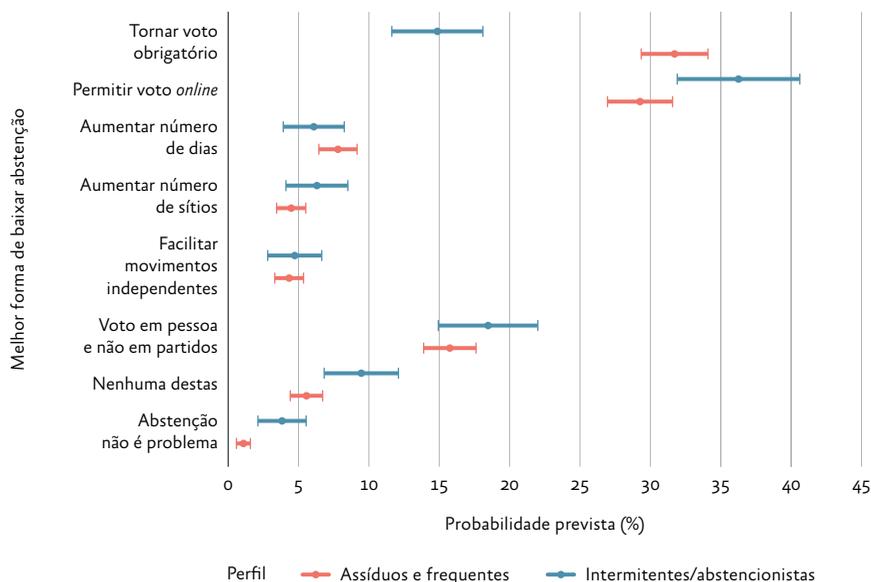
Figura 5.10 Preferência por reformas para combater a abstenção por proximidade partidária



SR = Sem relação MR = Mero simpatizante P = Próximo

As outras propostas — como o aumento do número de dias ou de locais de voto, e a facilitação de candidaturas independentes — recolhem níveis de apoio mais modestos (Figura 5.10).

Figura 5.11 Preferência por reformas para combater a abstenção por perfil de participação eleitoral



As diferenças entre perfis de participação eleitoral na hora de escolher as medidas para reduzir a abstenção são vincadas (Figura 5.11), mesmo controlando o impacto de variáveis como a idade, o género, a classe social, o nível de educação, o interesse pela política, a identificação partidária e a orientação ideológica. Entre os votantes assíduos e frequentes, a medida mais valorizada é tornar o voto obrigatório (32 %), seguida da introdução do voto *online* (29 %) e da possibilidade de votar em candidatos individuais (16 %). Já entre os votantes intermitentes e abstencionistas, a preferência recai sobre o voto *online* (36 %), ficando o voto obrigatório em segundo plano (15 %), com um peso significativamente inferior ao verificado entre os eleitores mais regulares. Esta

clivagem confirma a ideia de que soluções que facilitam ou flexibilizam o ato de votar, como o voto *online*, são particularmente apelativas para segmentos da população com menor propensão para participar em eleições. O mesmo padrão é repetido noutros itens, desde logo na opção «nenhuma destas», o que pode denotar um maior grau de ceticismo ou desmotivação em relação às medidas propostas.

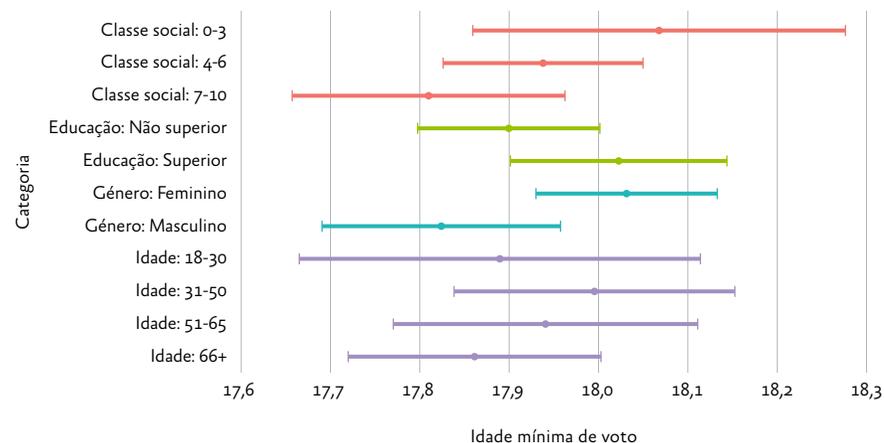
Resta analisar a posição dos eleitores portugueses face ao possível alargamento da idade de voto. Dado que esta é uma medida que incide sobre um segmento específico da população, não consistindo, em si mesma, numa forma de potenciar a participação do eleitorado como um todo, tomámos a decisão de autonomizar o modo de recolha de informação das atitudes a seu respeito. Assim, os inquiridos foram confrontados com o seguinte enunciado: «Neste momento, só pessoas com 18 ou mais anos é que podem votar em Portugal. Noutros países a idade mínima para votar é diferente. Na sua opinião, a partir de que idade é que se devia poder votar em Portugal?». Trata-se de uma questão muito similar à usada por Birch, Clarke & Whiteley (2015), com a diferença de que, neste caso, a resposta era aberta.

Perante esta pergunta, 13 % dos inquiridos não conseguiram ou não quiseram responder. Entre os 87 % que efetivamente responderam, uma clara maioria (62 %) disse ser a favor da manutenção da idade de voto. Dos restantes 25 %, cerca de dois terços (17 % do total de entrevistados) manifestaram acordo com a redução da idade de voto, sendo os 16 anos a opção mais popular por uma ampla margem. Contudo, 9 % dos inquiridos manifestaram-se espontaneamente a favor da subida da idade de voto¹⁸. Na prática, uma larga maioria dos portugueses encontra-se satisfeita com a atual idade mínima de voto, ainda que aproximadamente uma em cada seis pessoas seja favorável à sua

redução e uma em cada onze se manifeste a favor do seu aumento. Estes padrões reproduzem em grande medida os observados por Birch, Clarke & Whiteley (2015) no seu estudo do caso britânico.

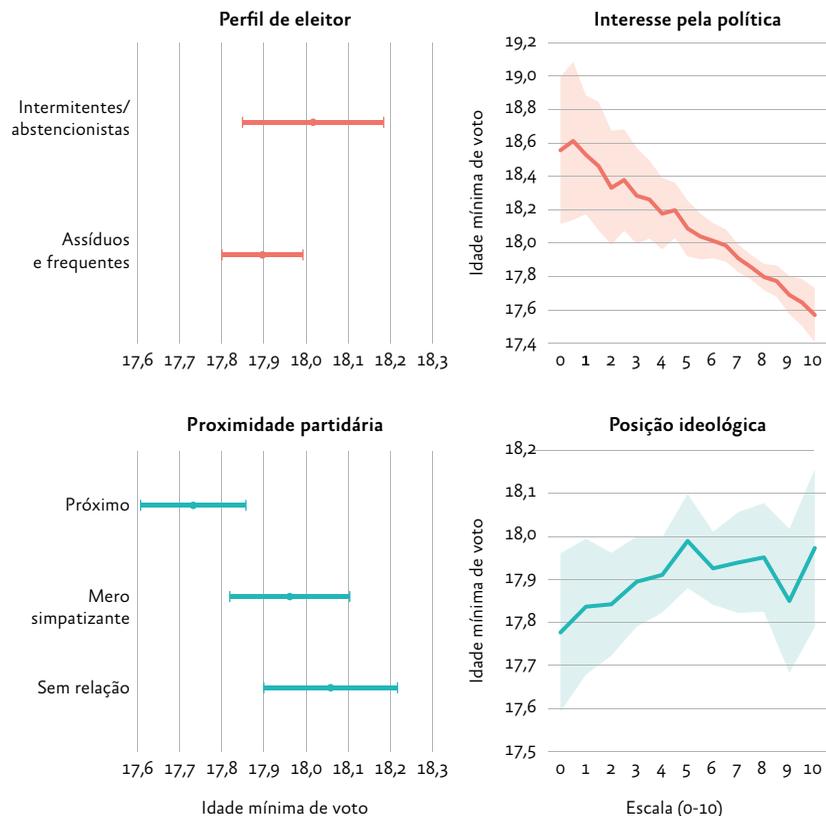
A partir destes dados, testámos diferentes hipóteses no que toca aos preditores do apoio à alteração da idade mínima de voto (Figura 5.12). Uma primeira hipótese que colocámos é que seriam os inquiridos mais jovens a mostrar-se mais favoráveis à extensão do voto às pessoas com 16 e 17 anos (Larsen, Levinsen & Kjaer, 2016; Loughran, Mycock & Tonge, 2022). No entanto, tal não se verifica: as pessoas mais jovens não são nem mais nem menos propensas a manifestar uma preferência pela redução da idade de voto. Por outro lado, apesar de os homens apresentarem um valor médio de resposta ligeiramente inferior ao das mulheres, a diferença não é estatisticamente significativa, o que reforça o argumento proposto por Loughran, Mycock & Tonge (2022) de que não existem diferenças de género a este respeito. O teste aos potenciais efeitos da classe social e do nível de instrução nas preferências quanto à idade de voto também não deu sinais de existência de uma relação. Isto aponta para que a defesa da manutenção do *status quo* seja transversal aos grupos sociais em Portugal.

Figura 5.12 Opinião sobre a partir de que idade se deve poder votar por classe social, instrução, género e idade



Por fim, corroborando os resultados de Birch, Clarke & Whiteley (2015) e de Loughlan, Mycock & Tonge (2022), não se detetam quaisquer diferenças significativas entre os inquiridos que se posicionam à esquerda, à direita ou ao centro do espectro político, o mesmo sucedendo em relação ao perfil de participação eleitoral (Figura 5.13). É de notar, contudo, que desta análise resultaram dois indícios de uma relação ténue, mas ainda assim positiva e significativa: tal como os britânicos (Loughlan, Mycock & Tonge, 2022), os adultos portugueses que se consideram mais interessados na política, mas também os que se consideram próximos de um partido político, parecem estar ligeiramente mais predispostos a alargar o direito de voto aos adolescentes com menos de 18 anos.

Figura 5.13 Opinião sobre a partir de que idade se deve poder votar por padrão de participação eleitoral, proximidade a um partido, interesse pela política e autoposicionamento ideológico



5.3. Conclusão

O que pensam os portugueses acerca dos impactos da abstenção e das diferentes formas de a combater? Este capítulo sugere pontos

de contacto, bem como algumas dissonâncias, entre os resultados patentes na literatura comparada e as opiniões manifestadas pelos cidadãos que inquirimos. No que respeita aos impactos da abstenção, uma fatia importante dos inquiridos associa-a à erosão da qualidade democrática, sendo a falta de responsabilização dos políticos o impacto mais frequentemente referido, seguido pela perceção de que as políticas públicas deixam de representar o conjunto da população. Estas respostas vão ao encontro de um argumento muito presente na literatura, que defende que a abstenção pode enfraquecer a cadeia de responsabilização política e conduzir a enviesamentos na representação.

Quanto às reformas para combater a abstenção, uma medida que visa aumentar a conveniência do ato de votar — o voto *online* — reúne um apoio significativo. No entanto, a preferência pelo voto obrigatório, apesar das críticas que frequentemente lhe são dirigidas no plano teórico, também é elevada, especialmente entre os eleitores que já participam regularmente e que, como tal, não teriam de alterar o seu comportamento por via desta alteração legislativa.

Em linha com a literatura que associa o apoio a reformas de conveniência a segmentos mais jovens e menos politizados (Karp *et al.*, 2017; Bowler & Donovan, 2018; Whitfield, 2020; Abdala, 2024), observamos que o voto *online* é particularmente valorizado pelos mais jovens e pelos abstencionistas. Estas evidências ilustram a persistência de clivagens importantes nos padrões de apoio às reformas e sugerem que, em Portugal, as propostas para combater a abstenção que apelam à facilitação do ato de votar e à obrigatoriedade da participação coexistem como soluções igualmente atrativas para diferentes grupos sociais. Mais consensual parece ser a manutenção da idade mínima de voto nos 18 anos.

Capítulo 6

«Eu já desisti de votar»: narrativas de abstencionistas e votantes intermitentes

José Santana Pereira, Ludmila Andrade e João Cancela

A que narrativas recorrem os abstencionistas e votantes intermitentes para falar da abstenção, dos seus impactos e das medidas para a combater? Para dar resposta a esta pergunta, realizámos seis *focus groups* em torno de questões relacionadas com a participação eleitoral e a abstenção. Estas dinâmicas de grupo foram conduzidas com o propósito de enriquecer o entendimento destes fenómenos, uma vez que permitem obter informações variadas e de teor mais subjetivo, assim como captar sentimentos, experiências e representações acerca destes temas com mais detalhe e profundidade do que um inquérito como o que gerou os resultados discutidos nos capítulos anteriores. Naturalmente, dado o reduzido número de pessoas envolvidas, o objetivo destes *focus groups* não é o de generalizar os padrões observados para o conjunto dos abstencionistas portugueses, mas recolher informação aprofundada sobre as narrativas a respeito dos fenómenos da participação e da abstenção eleitoral em Portugal de uma forma original.

De facto, apesar de esta técnica de recolha de dados não ser a mais popular nos estudos sobre participação eleitoral, tem sido usada nalguma investigação sobre o tema realizada noutras democracias consolidadas, embora, tanto quanto nos foi dado a descobrir, nunca em Portugal¹⁴. Alguns desses estudos têm importantes pontos de contacto

com os objetivos da investigação reportada neste capítulo. Por exemplo, Sheerin (2007) debruçou-se sobre as narrativas de abstencionistas neozelandeses jovens, identificando como motivações mais frequentes o desinteresse pela política e a inconveniência do ato de votar. Berinsky *et al.* (2016), por sua vez, identificam como principais narrativas dos jovens sul-africanos que se abstêm a apatia política e a crença de que a mudança política e social não se concretiza através das eleições. No Reino Unido, os jovens abstencionistas tendem a retratar a política como um mundo distante, complexo e povoado por indivíduos focados nos seus próprios interesses, pouco sinceros e pouco empenhados no cumprimento das suas promessas (Henn & Foard, 2014).

Obviamente, nem todos os estudos baseados em informação recolhida através de *focus groups* olharam apenas para os eleitores mais jovens. Por exemplo, Marques & Aquino (2016) interessaram-se pela população feminina idosa do Nordeste brasileiro, identificando três grandes narrativas: voto como ação cidadã, desmobilização por descrença na política e voto enquanto acatamento da obrigatoriedade. Nos Estados Unidos, os eleitores afro-americanos da cidade de Washington destacaram como principal motivo para não votar a ausência de candidatos apelativos (Scott, Michelson & DeMora, 2021). Este é também um

tema comum nas narrativas das pessoas que se abstiveram nas eleições legislativas britânicas de 2001, a par da crença de que o voto não iria fazer diferença ou da sensação de que não estavam suficientemente informadas para votar em linha com as suas prioridades (Diplock *et al.*, 2002). Num estudo sobre eleições locais, Gludovátz (2012) refere que os não votantes se declararam desligados das suas comunidades e desconfiados da política, tendo ainda afirmado que não compreendem o papel do poder local, que não acreditam que o seu voto fará a diferença ou que a necessidade de votar para vários cargos torna o voto nestas eleições muito complexo.

Esta técnica foi igualmente usada para recolher narrativas sobre modalidades de fomento da participação eleitoral. Por exemplo, Oostveen & Van den Besselaar (2004) reportam que, há cerca de 20 anos, tanto cidadãos comuns como responsáveis pela administração eleitoral na Finlândia, Itália e Reino Unido expressavam ceticismo face à possibilidade de o voto eletrónico poder levar a uma diminuição da abstenção. Noutro estudo com a participação de jovens neozelandeses, observou-se que estes olham com interesse para o voto eletrónico como instrumento de fomento da participação eleitoral, não estão de acordo com a redução da idade de voto para os 16 anos e dividem-se quanto à possibilidade de o voto ser obrigatório, destacando ainda a importância da educação cívica (Whitfield, 2020). O papel da escola na formação cívica e política é também destacado pelos jovens dinamarqueses (Almlund, 2018). Os abstencionistas britânicos, por sua vez, tendem a sugerir que a abstenção se combate sobretudo através da melhoria da qualidade da oferta política (Diplock *et al.*, 2002).

Por fim, a mesma metodologia foi ainda usada para escrutinar aspectos de natureza mais prática ligados à participação eleitoral, como as

opiniões de cidadãos cegos em relação a uma nova plataforma de votação eletrónica acessível e inclusiva (Posadas *et al.*, 2017) ou as características que os eleitores preferem nas pessoas que fazem campanhas de mobilização porta-a-porta (Gillespie, 2010).

6.1. Metodologia

Com base numa revisão da literatura sobre *focus groups* (Merton *et al.*, 1957; Delli Carpini & Williams, 1984; Merton, 1987; Morgan, 1997; Veiga & Gondim, 2001; Aignerren, 2002; Kind, 2004; Stewart & Shamdasani, 2014; Rhodes & Tiernan, 2015; Stanley, 2016; Cyr, 2019; Souza, 2020; Morgan, 2022) e no mapeamento dos estudos contemporâneos sobre participação e/ou abstenção eleitoral que recorreram a esta metodologia, revistos na secção anterior, foi produzido um documento de trabalho interno que identificava e sistematizava um conjunto de boas práticas nas fases de planeamento e execução. Ao mesmo tempo, foi preparado o guião dos *focus groups*, processo que beneficiou da análise de guiões utilizados nos estudos relevantes identificados, bem como de uma análise preliminar dos dados do inquérito que analisámos nos capítulos anteriores. O guião estava estruturado da seguinte forma:

1. Apresentação e «quebra-gelo»;
2. Perfil de participação eleitoral e diferenças com base no tipo de eleição;
3. Participação política extra-eleitoral (tema que permitia fazer uma pausa em relação aos temas da participação eleitoral e da abstenção, ao mesmo tempo que convidava os participantes a continuar a pensar em política);
4. Impactos da abstenção;

5. Ideias para reduzir a abstenção;
6. Tempo livre (para explorar outros temas de interesse dos participantes e ligados ao tópico do encontro);
7. Agradecimento e encerramento.

Ao longo do mês de junho de 2022, procedeu-se ao recrutamento dos participantes, através de cartazes afixados no ISCTE e na NOVA FCSH, de *e-mails* para as *mailing lists* alargadas do ISCTE e da NOVA FCSH, de publicações nas redes sociais dos investigadores responsáveis pelo projeto, da afixação ou distribuição de cartazes e panfletos na cidade de Lisboa e municípios limítrofes, em locais movimentados, e, por fim, de contactos indicados por pessoas inscritas no evento, numa lógica de bola de neve. Entre outras informações, os materiais usados no recrutamento faziam referência à compensação pela participação no estudo: um cheque-presente no valor de 50 euros. Os indivíduos que se declararam interessados em participar neste estudo via *e-mail* ou através do preenchimento de um formulário *online* acessível via *QR Code* foram alvo de uma rápida entrevista telefónica de triagem para confirmar dados sociodemográficos, verificar se usufruíam de capacidade eleitoral ativa e apurar se apresentavam padrões de abstenção intermitente ou sistemática. Foram descartadas as inscrições das pessoas que não apresentavam tais características.

O processo de recrutamento foi marcado por duas limitações. Por um lado, não foi possível expandi-lo, nomeadamente nas suas componentes físicas (afixação de cartazes e distribuição de panfletos), para fora da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Contudo, vale a pena dizer que foi possível recrutar participantes que não eram naturais nem residentes de longa data na AML, sendo que várias pessoas afirmaram ainda ser residentes noutros concelhos (ou manter fortes

ligações aos mesmos). Por outro lado, não foi possível executar mecanismos de seleção que garantissem previamente uma diversidade étnica nos grupos. Ainda assim, de forma aleatória, os grupos acabaram por ser compostos por indivíduos com diferentes origens étnicas.

Em seguida, procedeu-se à seleção dos participantes. Foram escolhidas 45 pessoas e organizados seis grupos, criados com base na sua idade (até 30 anos, 31 a 54 anos, 55 ou mais anos), nível de instrução formal e diferenciação ocupacional (mais baixos vs. mais elevados). Todos os grupos foram criados de forma paritária no que diz respeito ao género. A seleção dos participantes teve em conta a necessidade de um sobre-recrutamento na ordem dos 20 %, destinado a assegurar um mínimo de participantes sem aumentar consideravelmente a dimensão dos grupos, no caso de todos comparecerem (Morgan, 1997).

As seis sessões realizaram-se num sábado no início do Verão (25 de junho de 2022), nas instalações do ISCTE na Cidade Universitária de Lisboa. Três aconteceram durante o período da manhã e três durante o período da tarde. As sessões não foram filmadas, tendo-se meramente procedido à recolha de som através de gravadores. A gravação do som foi autorizada pelos participantes. As sessões duraram no máximo 120 minutos, o que permitiu que cada questão substantiva fosse debatida durante 15 a 20 minutos.

No total, devido a desistências de última hora não comunicadas à equipa de investigação, esta iniciativa contou com a participação de 26 pessoas, 14 das quais do sexo feminino. Em relação à idade, a média era de 40 anos, com um desvio-padrão de 16, estando nove participantes situados no segmento etário dos 20 aos 30 anos, 11 na faixa dos

31 aos 54 anos, e seis no grupo etário com 55 ou mais anos. Quanto à escolaridade, 16 participantes afirmaram ter formação superior completa, nove o ensino secundário completo e apenas uma participante declarou níveis inferiores de instrução formal.

Como nota final, sublinhamos que estes *focus groups* beneficiaram de um intenso calendário eleitoral em Portugal nos três anos anteriores à sua realização (eleições europeias em maio de 2019, legislativas em outubro de 2019, presidenciais em janeiro de 2021, autárquicas em setembro de 2021 e legislativas antecipadas em janeiro de 2022). Isto significa não apenas que os participantes puderam falar a respeito de oportunidades de participação em diferentes eleições muito recentes, mas também que até mesmo o participante mais jovem, com 20 anos em junho de 2022, tinha já tido oportunidade de votar em três scrutínios: presidencial, autárquico e legislativo.

6.2. Resultados

Em seguida, identificamos os temas e argumentos mais recorrentes quanto à frequência de voto ou à abstenção em diferentes eleições, aos motivos da abstenção, aos seus impactos e, por fim, às principais sugestões avançadas para a sua redução em Portugal.

Além das narrativas agrupadas por temas, apresenta-se, sempre que for relevante, informação relativa a coocorrências (narrativas ou argumentos que tendem a aparecer muito frequentemente interligados). A principal valia deste capítulo é, contudo, a partilha das palavras exatas dos participantes. As citações foram tratadas no sentido de anonimizar as suas identidades e omitir dados pessoais (por exemplo, freguesia de proveniência ou local de trabalho) ou dados sensíveis sobre terceiros

divulgados ao longo da discussão. Foram ainda eliminadas marcas próprias da oralidade, como repetições, lapsos corrigidos em seguida ou hesitações. Também se procedeu a correções de discordâncias de tempos verbais, género ou número. No caso de a citação conter dois trechos relevantes separados por apartes ou interrupções de outros participantes, o texto não relevante é omitido, sendo tal assinalado com reticências entre parêntesis — (...). Foram pontualmente inseridas, entre parêntesis retos, palavras que são essenciais para a compreensão do discurso, mas que não foram ditas pelos participantes, quer porque não se reputaram necessárias devido a uma intervenção anterior dos próprios, da moderação ou de outro participante, quer porque foram transmitidas através de gestos ou ficaram implícitas. Cada intervenção citada é acompanhada por informação de natureza sociodemográfica sobre quem a expressou: idade, sexo e nível de instrução.

6.2.1. Abster-se ou votar de vez em quando?

Relativamente à frequência de voto nas eleições, a maioria dos participantes apresenta um perfil enquadrável no conceito de *peripheral voters* (Campbell, 1960; Bhatti *et al.*, 2019): cerca de um terço revelou não votar sempre, mas fazê-lo com maior frequência em eleições de âmbito nacional (entenda-se: legislativas e presidenciais), um em cada quatro disse votar sobretudo nas eleições autárquicas, e uma proporção idêntica descreveu uma tendência volátil de participação eleitoral, independentemente da eleição em causa. Apenas uma participante revelou participar com maior frequência nas eleições europeias. Por sua vez, quatro participantes afirmaram nunca votar.

Os participantes que revelaram uma maior frequência de voto em eleições de âmbito nacional apresentam uma clara propensão para

afirmar que as eleições legislativas ou as presidenciais são as que mais afetam diretamente a sua vida. Se a afirmação da relevância das legislativas não suscitou nos participantes o desejo de apresentar de forma mais detalhada a sua opinião, no caso das presidenciais observou-se essa necessidade.

Acho que as presidenciais são extremamente importantes. Não só o Presidente pode perfeitamente ter este papel de escrutínio interno do que se passa no país e particularmente do exercício do poder político, mas também da opinião pública (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Já quem não considera que as presidenciais são importantes tende a desvalorizar os poderes do Presidente da República no quadro institucional português.

Não age no sentido do dia-a-dia, não é? De fazer diferença no dia-a-dia. Porque na realidade ele é tipo um “assina-por-baixo”: «concordo» ou «não concordo» com aquilo que foi decidido pelo poder central. E é uma espécie de imagem de Portugal para fora, em conjunto com o Primeiro-Ministro, certo, mas de certa forma é um papel decorativo, quase que não era necessário haver (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

O Presidente da República poucos poderes tem, não é? Tirando aquele mais importante, aquele que é eventualmente dissolver a Assembleia da República. O resto... é quase um corta-fitas (...) É uma figura que representa o Estado, pouco mais do que isso. E tem o tal poder para dissolver a Assembleia da República, mas se as coisas não estão bem (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Entre os participantes que votam com maior frequência em eleições autárquicas, há, naturalmente, uma tendência para expressar o entendimento de que estas são as eleições que afetam mais diretamente as suas vidas. O fator proximidade e o impacto mais concreto e visível do poder local são sublinhados em várias intervenções.

As eleições em que voto são as autárquicas. Não sempre. Voto nas autárquicas porque sinto uma proximidade maior e acho que a pessoa em quem eu voto, caso seja eleita, tem muito mais exposição. Acaba por fazer mais obra, acaba por executar mais coisas, porque está mais próxima das pessoas. E acabo por sentir que o meu voto é muito mais útil aí (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

As autárquicas são aquelas em que eu procuro nunca faltar. Porque são mais próximas, porque nós vemos as questões práticas: o lixo, as ruas, o que é feito e o que não é feito em termos gerais. Portanto, eu nas autárquicas faço questão de não faltar. Vejo os programas eleitorais, leio-os todos, tenho a experiência do presidente anterior, ou da presidente anterior, e depois assim decido (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Sim, para mim [são] as locais mesmo. Porque têm mais a ver com a minha cidade e às vezes até sei mais qualquer coisa, tipo boca-a-boca, [sobre] o que é que um vai fazer [e sobre] o que é que o outro vai fazer. E pronto, isso incentiva-me mais do que coisas que estão mais distantes, não é? (38 anos, sexo feminino, terceiro ciclo do ensino básico completo).

Eu acho que as eleições autárquicas são as mais importantes, de certo modo. As mais importantes porquê? Porque são aquelas que estão mais próximas de quem está a votar (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Ainda assim, o entendimento de que as autárquicas são importantes não mobiliza todos os participantes para a eleição dos membros do poder local.

Se forem eleições de junta de freguesia, já vejo de uma maneira diferente. Se calhar, para mim, tem mais importância a eleição da minha junta de freguesia do que a eleição presidencial ou a eleição governamental (...) Pronto, não voto à mesma. Mas acho que... é mais o meu nicho. (...) E eu até acho que deveria começar, primeiramente, por me interessar mais pelo meu nicho. Portanto, por quem cuida do sítio onde eu vivo, quem trata das coisas que eu uso, quem toma conta das coisas que me fazem falta (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Por sua vez, identificou-se uma tendência de participação volátil por parte dos participantes que afirmaram votar apenas quando encontram pessoas e propostas que lhes agradem, ou quando acreditam que o seu voto pode fazer a diferença.

É assim, as vezes que eu não votei, foi porque (...) dentro da minha cabeça, não fazia sentido votar porque senti que não ia fazer diferença nenhuma. Mas na última votação que houve já não pensei dessa forma, tentei procurar [saber] mais sobre o que é que cada partido trazia e tentei perceber quais é que eram as vantagens e desvantagens de cada um (20 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Eu tento sempre votar, mas já aconteceu sentir (...) «Não me identifico com nenhuma destas propostas, com nenhuma destas pessoas e não consigo arranjar uma maneira de mostrar o meu desagrado, portanto não vou votar.» E depois também já me aconteceu o oposto, sentir mesmo que tinha de ir votar (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Considero-me uma espécie de votante «swinger» (...) Conforme aquilo que me aparece em termos de programa e principalmente de pessoas, eu decido se vale a pena ir votar ou não (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Como dito anteriormente, para uma participante, as eleições europeias são aquelas que mais a mobilizam, porque nestes escrutínios sente-se mais representada e com impacto.

Continuo a sentir-me mais motivada pelas eleições europeias. (...) As europeias são as únicas em que eu consigo ir acompanhando um trabalho ao longo do tempo. Ou seja, são as únicas em que aquelas pessoas em quem eu voto me dão um feedback, de certo modo: «Ok, houve esta promessa, e ao longo deste tempo está a ser feito isto», ainda que possa ter resultados ou não. Portanto, tem a ver com, se calhar, eu acreditar que ali eu ainda estou a fazer a diferença ou estou a ser representada (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Por fim, um perfil de abstencionismo regular aparece associado ao sentimento de que o voto não tem impacto, que analisaremos com mais detalhe na secção seguinte. Alguns dos participantes que apresentam este perfil costumavam votar, deixando de o fazer por motivos que também descreveremos mais adiante.

6.2.2. Motivos da abstenção

Analisemos agora com mais detalhe os motivos apresentados para a não participação nas eleições. É importante destacar que, ao longo das discussões, os participantes oscilaram entre falar dos motivos que os levam ou levaram a não votar e debater as razões pelas quais a população portuguesa em geral tem demonstrado propensão para a abstenção.

Ainda assim, focaram-se sobretudo nos primeiros. É interessante notar que os motivos mais frequentemente apresentados podem ser organizados facilmente em torno das principais dimensões que constituem o modelo psicológico da participação eleitoral, discutido no Capítulo 2.

Desconfiança

Um motivo para a abstenção que surgiu com bastante frequência nas seis discussões foi a desconfiança face aos partidos e aos candidatos que se apresentam às eleições. Como vimos no Capítulo 2, a confiança nas instituições políticas tem sido identificada como um importante preditor do voto em eleições legislativas e presidenciais em Portugal (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004; Freire, 2009; Cancela & Vicente, 2019). No Capítulo 3, mostrámos, porém, que a confiança nas instituições políticas é menos relevante que outros padrões atitudinais.

Neste âmbito, um primeiro subtema recorrente nos *focus groups* diz respeito à crença de que os políticos não cumprem as promessas.

Eu sinto um bocado isso, tanto que vemos que muitas propostas são feitas na altura da campanha e depois não são cumpridas. E depois as pessoas não vão votar (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Os programas... as pessoas, à partida, sabem que não se vão cumprir. Ou seja, aquilo até pode ser, na teoria, o que eles querem fazer, o que acham que devia ser feito. Mas depois, no final de contas, ao fim de quatro anos, se formos lá fazer uma checklist do que é que efetivamente foi feito ou não, foi muito pouco (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Quando é antes das eleições, nas campanhas, eles prometem muito, prometem muita coisa. Mas depois, na prática... (...) Portanto, nesse aspecto, eles às vezes prometem, mas depois já sabem de antemão que não vão conseguir cumprir (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Outros participantes partilharam uma crença que, apontando no mesmo sentido, é um pouco mais lata: os políticos não são sinceros nem honestos.

Nas europeias, nós vemos abstenções incríveis, quer dizer, é uma coisa ridícula. E muito tem a ver também com um sentimento que aqui nós, de facto, partilhamos, que é um sentimento de alguma desconfiança, não é? Alguma desconfiança daquilo que são as intenções (...) Uma coisa é o que eles dizem, outra coisa é quando chegam de facto, ou continuam, no poder e revelam fazer (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

O discurso é sempre o mesmo. E nós sabemos, nós vemos, sabemos aquilo com que podemos contar e sabemos que muitas das coisas que são ditas é só para nos enganar (36 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Supostamente quem se está a candidatar a uma presidência ou a um governo diz aquilo que espera que os potenciais votantes querem ouvir. O que não quer dizer que seja aquilo que está a pensar fazer. Às vezes está a pensar fazer precisamente o contrário ou não tem nada a ver com aquilo que ele está a pensar fazer. Diz aquilo que nós gostamos de ouvir e depois faz o que entende (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

A desconfiança resulta ainda de se acreditar que os partidos políticos não estão interessados em representar e respeitar os interesses dos cidadãos. Se assim é, que interesses defendem? Para alguns participantes, os seus; para outros, os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros; para outros ainda, ambos.

Os políticos... eu acho que eles olham primeiro para eles, depois para eles, e depois para eles (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Eu sinto que não posso confiar nos políticos, não é? Não confio porque no fundo o que eles fazem é defender os seus interesses e não propriamente os interesses da tal dita maioria que representam, não é? (...) Quando muito representam os interesses dos grandes financeiros, dos grandes donos disto tudo, não é? Esquecem-se completamente dos eleitores e do povo (64 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Na realidade eu acho que a maior parte dos nossos políticos em Portugal está lá para fazer currículo, e cada vez mais, e então com a história da Europa e da União Europeia eu acho que ainda é pior. Portanto, eles estão sempre a pensar no passo seguinte, e o passo seguinte será sempre um cargo em termos da União Europeia. E estão um bocadinho a marimbar-se, desculpem a expressão, para aquilo que se passa cá dentro (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Acho que é um benefício pessoal. Não estou a dizer que seja um benefício... pode ser monetário, pode ser de exposição, pode ser de vaidade, pode ser de qualquer coisa. Mas penso que não deverá haver assim muitos que façam aquilo porque [pensam]: «Eu quero mudar o país», «Quero fazer isto funcionar bem», «Quero fazer isto andar para a frente», «Quero

que as pessoas sejam mais felizes, mais ricas, mais produtivas» (...) Eu até acredito que queiram resolver alguma coisa. Mas acho que depois, no princípio, no meio ou no fim, valores mais altos aparecem (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

A meu ver, as pessoas que estão lá no poder serão sempre controladas por algo maior... por empresas ou por monopólios. Nunca pensam nos portugueses, mas pensam em si (21 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Disto resulta a defesa por parte de alguns participantes da ideia de que os políticos não deveriam ser pagos, ou pelo menos não deveriam ser políticos profissionais. Na sua opinião, isso poderia até mesmo contribuir para uma maior participação eleitoral.

Eu penso que, se os políticos eleitos não tivessem os salários que eles têm, a verba que eles ganham, a mordomia que eles têm, muita gente talvez votasse. Porque eles poderiam manter apenas os seus trabalhos normais (57 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Não havia políticos profissionais... de carreira (...) Eu sou contra tudo isso, porque a política devia ser uma passagem. Uma pessoa tem disponibilidade, dedica algum do seu tempo para o bem-comum e depois a vida continua e dá lugar a outros (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Por fim, foi também referido que o facto de políticos estarem envolvidos em casos de corrupção resulta num afastamento da participação política por parte dos eleitores, um argumento em linha com os resultados da investigação de Stockemer, LaMontaigne & Scruggs (2011) e

de Stockemer (2013), mas contrário ao que Stockemer & Calca (2013) observaram no caso português. Vejamos o que foi dito.

Sócrates manchou toda a política e impediu-me de continuar sequer a ouvir falar de política. Não consegui compreender como é possível um indivíduo fazer o que ele fez, não é? (73 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Crença de que o voto não tem impacto

Um segundo grande motivo para a abstenção partilhado nestes *focus groups* é o voto não fazer diferença. Trata-se de uma ideia que podemos associar ao conceito de eficácia política externa, discutido anteriormente no âmbito do modelo psicológico da participação eleitoral e identificado recentemente como tendo uma relevância crescente para explicar a abstenção nas legislativas da última década (Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024).

Alguns participantes fizeram referências genéricas ao facto de não sentirem que o voto pode ser um instrumento de mudança.

O meu primeiro voto foi um voto feito com base no partido do meu pai. E no segundo voto eu tentei votar de uma maneira que pudesse mudar. Mas no final não mudou nada e foi aí que eu desisti (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Nas últimas legislativas convocadas, eu senti que, fosse qual fosse a minha escolha, o futuro estava traçado. Ou seja, eu podia escolher algo que gostasse e que me fosse representar um bocadinho melhor. Mas, em última análise, o país ia ficar nas mãos das mesmas pessoas e isso não

me motivou muito, ou não me motivou de todo, aliás, a participar nesta eleição (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Eu consigo perceber o impacto das políticas do lixo, das políticas da água, e acho que isso devia ser uma coisa discutida e de proximidade. Não vejo é que a minha opinião ou o meu voto tenham algum peso nas políticas que são tomadas (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Quando penso em eleições, a primeira coisa que me vem à cabeça é que a minha contribuição pouco vai mudar ou contribuir para uma mudança (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Tem a ver com a gente sentir que o voto, ao fim e ao cabo, fica um bocado lá no fundo (...) A sensação geral é que parece que o voto não muda assim tanto como queríamos que acontecesse (64 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Numa das seis discussões, a concessão de poderes a entidades supranacionais por parte de um país com peso reduzido como Portugal foi apontada como fator de esvaziamento do poder das estruturas políticas nacionais e, conseqüentemente, do impacto do voto dos cidadãos.

Aliás, uma das fontes de descredibilização da política atualmente é exatamente esta, não é? Eu pelo menos sinto que o nosso Governo tem muito pouco voto na matéria, porque as grandes decisões, as decisões macro, são decididas ao nível da União Europeia e nós temos muito pouco a dizer (...) Nós Portugal, nós cidadãos, nós Governo (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Em eleições pouco competitivas, a sensação de que os resultados são conhecidos *a priori* e, por isso, o voto não vai fazer uma grande

diferença foi apresentada por alguns participantes para enquadrar a abstenção — a sua ou a dos portugueses em geral. Esta narrativa encontra eco nos resultados da investigação que aponta que a competitividade das eleições pode fomentar a participação (Freire, Martins & Meirinho, 2012; Martins & Veiga, 2013; Tavares, Raudla & Silva, 2018).

Por exemplo, nas presidenciais de 2021 eu não votei (...) também por outra questão, que era: eu acho que toda a gente sabia qual é que era o resultado daquilo, que era o professor Marcelo ganhar (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Eu, por acaso, sempre votei nas presidenciais (...) Mas também percebo que a abstenção tenha aumentado, porque já se sabia à partida que ele ia ganhar, não havia concorrente para o Marcelo (24 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Chega o dia das eleições e é uma coisa incrível, 60 % ou 70 % da população da freguesia vota no (partido incumbente). Não há escolha, quer dizer, é que nem sequer de perto. Aquela senhora (a presidente da junta de freguesia em funções), não gosto muito dela, mas pronto... E a minha intenção era que ela fosse embora, mas quase que é um processo de bater numa parede, não acontece nada. Essa senhora não sai de lá, fica lá, fixa. E eu simplesmente penso: «OK. O processo é democrático, eleitoral, mas parece que não há maneira de influenciar de todo» (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

O sistema eleitoral é visto como criando desincentivos à participação para quem quer votar em partidos que não são os mais fortes no círculo eleitoral, sentindo que o seu voto, ao ser «desperdiçado», não tem impacto. Esta é uma narrativa que nos reporta à investigação sobre

os efeitos da magnitude dos círculos eleitorais na participação eleitoral em Portugal (Lago & Costa Lobo, 2014; Limão, 2023; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024).

E no meu caso, no meu distrito, nós só elegemos dois deputados. Votar [num partido pequeno] vale zero. Vai levar o PSD ou o PS. Não, são três. Não são dois, são três. Mas de qualquer maneira, vale zero! Porque nunca na vida — pelo menos não agora, por agora ainda não — vai ser diferente. Ou são dois do PS, um do PSD, ou vice-versa. Pronto. Eu votei, mas eu senti que o meu voto foi, digamos, para o lixo (participante de 21 anos, sexo feminino, diploma universitário).

É de sublinhar que nem todos os participantes partilham da opinião de que o voto não tem impacto.

OK, somos um em milhões, mas se todos pensarmos assim, imensos não vão [votar]. Temos o nosso peso, apesar de ser só um voto. E acho que é muito isso, é importante que tenhamos essa noção, de que cada um conta (24 anos, sexo feminino, diploma universitário).

É assim, o que mudou mesmo para mim foi uma conversa que eu tive com a minha avó, que ela cresceu no [período] antes do 25 de Abril. E notei mesmo a importância que votar tem. Ela explicou que antes não havia direitos quase (...) E depois, a partir do momento em que houve o voto, muitas coisas começaram a mudar. Por isso, de certeza que o voto tem alguma influência nas coisas, não é como se estivessemos a votar contra uma parede. Que tem influência, tem (20 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Para alguns dos participantes que exprimiram a opinião de que o voto não tem impacto, nomeadamente para os que definiríamos como

votantes intermitentes, o voto é compreendido enquanto dever cívico. Como vimos no Capítulo 3, esta dimensão não só medeia o impacto de variáveis como a idade, a classe social, a instrução e a religiosidade na probabilidade de votar, como também modera o efeito desmobilizador da distância ao local de voto.

Quando chega a altura das eleições, mais do que um direito, eu sinto um dever. É quase um peso (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Agora eu consigo encontrar, internamente, motivação para ir votar e procuro fazer esse exercício. Mas, lá está, muito na ótica da obrigação, não é? Eu devia ver como um direito e vejo como um dever, o que acaba por ser desajustado (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Eu não estou a tratar o meu voto como se fosse um privilégio, é mais uma responsabilidade (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

A noção de dever cívico está ainda ligada à ideia de que o voto serve também para agradecer os esforços que foram necessários para que a capacidade eleitoral ativa fosse reconhecida a mais cidadãos.

Eu sou um bocado desligada da política, de partidos e disso tudo, não é? Mas pronto, quando há eleições eu meio que sinto que tinha obrigação de votar. Porque, quer dizer, já tanta gente lutou para que pudéssemos ter o direito ao voto! (38 anos, sexo feminino, terceiro ciclo do ensino básico completo).

Eu tenho imensa pena de não me identificar com determinadas situações, que me levam a não votar. Porque eu estou demasiado grata às pessoas que fizeram a democracia neste país e que lutaram por ela. E às vezes

sinto-me um bocadinho infeliz por isso, mas não posso ir muito mais além disso (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Não quer dizer que amanhã não mude de ideias, porque nunca na minha vida pensei em não votar. Porque a minha ideia era: demorou-se tantos anos a lutar pela democracia, pelo direito ao voto, pelo direito das mulheres ao voto, pelo direito a tanta coisa... Portanto, era quase minha obrigação moral participar nessa luta, que foi tão dura, de facto (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Desinteresse pela política

Um terceiro tema recorrente foi a identificação do desinteresse pela política enquanto motivo para a abstenção eleitoral. Como vimos anteriormente, o interesse pela política é um dos mais robustos preditores da abstenção nas eleições legislativas ocorridas entre 2002 e 2022 em Portugal (Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024), surgindo como fator relevante também em estudos anteriores (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002). No Capítulo 3, vimos ainda que o interesse pela política é uma dimensão relevante para distinguir diferentes padrões de participação eleitoral, funcionando, de resto, como mediador de variáveis como idade, género, classe social e instrução. Mas como é que os participantes nestes *focus groups* enquadraram a falta de interesse pela política? Vejamos.

[A política], na verdade, não me diz nada (...) Não, porque lá está, é uma coisa que para mim passa um bocado ao lado. No sentido de que, pronto, nunca nutri grande interesse (36 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Eu sei precisamente qual foi a época em que eu não fui votar, porque eu trabalho numa autarquia e como era (função desempenhada) esquecia-me sempre de pedir o voto antecipado. Esquecia-me ou fazia por me esquecer, porque não estava muito interessada (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Em Portugal... não sei se é em Portugal só, ou nos outros países... eu acho que nós temos pouca cultura política, ou as pessoas não estão muito interessadas. As pessoas querem ver esses debates na televisão, querem ver esse circo, e não estão muito interessadas depois em tentar aprofundar as coisas (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

É comum ouvir-se dizer: «Política não me interessa» (...) Portanto, há um certo alheamento da política, e isto eu acho que é um problema. Porque acho que todo o indivíduo, toda a pessoa é política. O ser humano é eminentemente um ser político, digamos assim, não é? (...) As pessoas são indiferentes à política, mas a política depois exerce influência sobre elas, não é? (64 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Mas quem tem menos interesse pela política e, conseqüentemente, se abstém mais? Os mais jovens ou os mais velhos? As opiniões dividiram-se. Por um lado, uma participante afirmou que acredita que este é sobretudo um atributo dos mais jovens.

Grande parte do desinteresse vem precisamente dos jovens, e eu acho que é aí que devia residir a preocupação. Que é: os jovens, se não estão interessados agora, não vai ser aos 30 nem aos 40 que lhes vai despertar o interesse. E, portanto, em vez de diminuir, [a abstenção] vai aumentar (24 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Noutro grupo, um participante também se demonstrou preocupado com a relação dos mais jovens com a política, embora não tenha falado exatamente de desinteresse, mas de um seu correlato — a falta de informação sobre política.

Eu quando me abstive (...), era mesmo porque não percebia. Então, não foi uma abstenção por não haver esperança. Foi mais uma abstenção por ignorância. Eu acho que a maioria das pessoas, hoje em dia, principalmente da minha idade... o que tenho visto é que não percebem. Não estão informadas (20 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Por outro lado, um participante recorreu à sua experiência pessoal, que o levou a ter contacto com idosos por motivos profissionais, para defender a ideia de que os mais velhos estão também bastante alheados da política, especialmente em determinadas zonas do país.

E o sentimento de isolamento, o sentimento de «eu não conto» na população idosa, principalmente no interior, é muito grande. Isso traduz-se em todos os aspectos da vida: não socializar, não votar, não fazer uma série de coisas (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

O desinteresse pela política surgiu associado a sugestões para a redução da abstenção eleitoral em Portugal, como o investimento na educação cívica e política nas escolas e uma renovação da comunicação política no sentido da sua maior acessibilidade e capacidade de envolvimento. São temas que analisaremos mais adiante.

Insatisfação com a oferta partidária

Um quarto tema diz respeito a alguma insatisfação com a oferta política em Portugal, que podemos naturalmente relacionar com a

ausência de identificação partidária. Vários participantes expressaram a opinião de que o sistema partidário português não lhes oferece, ao nível nacional ou local, partidos viáveis com que se possam identificar. A identificação desta narrativa não surpreende se atentarmos aos resultados da investigação de natureza quantitativa sobre o caso português. De facto, estudos anteriores demonstraram que em Portugal não ter simpatia por um partido aumenta significativamente a propensão dos eleitores para a abstenção (Magalhães, 2001; Freire & Magalhães, 2002; Viegas & Faria, 2004; Freire, 2009; Cancela & Vicente, 2019; Cancela, Rezende-Matias & Santana Pereira, 2024). Os resultados que apresentamos no Capítulo 3 também vão nesse sentido. Vejamos o que disseram concretamente os participantes.

Honestamente, quando eu era mais nova, tinha uma visão super idealista mesmo e pensei seguir o ramo da política. Chegou uma altura da minha vida em que eu me desiludi... (...) já não fazia sentido, porque não há ali alguém que eu olhe e consiga perceber que nos vai estar a representar da maneira correta, da maneira que nós deveríamos ser representados (21 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Lemos os programas eleitorais ou ouvimos os debates e estamos à espera que haja lá no fundo uma luz ou algo diferente. Eu não queria agora empregar aqui adjetivos já muito usados ou muito velhos, mas na realidade depois fico sempre dececionada, porque não vai ao encontro daquilo que eu penso ou ao encontro daquilo que eu desejaria (...) Para mim, não faz qualquer sentido ir votar nulo ou votar no A porque, como alternativa ao B, é menos mau. Não, isso não (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Alguns participantes expressaram mesmo a percepção de que os partidos políticos que se apresentam a eleições em Portugal não são muito diferentes, ideia que podemos mais uma vez ligar à ausência de proximidade face a um dado partido. Se os partidos — ou os principais partidos — são todos iguais, como e porquê desenvolver uma identificação com um deles?

Mas, depois, aquilo que eu avalei foi: o PS e o PSD — também se calhar por força da pandemia — nos últimos quatro ou cinco anos parece que são o mesmo partido, parece que não há diferença. (...) Às vezes, diferenciam-se um bocadinho, afastam-se um bocadinho, mas nestes últimos anos parecia que não havia diferença nenhuma entre eles. Então, aquilo que eu decidi foi: se calhar, vamos tentar na próxima e ver quais é que são as novas escolhas (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Os programas eleitorais em Portugal, neste momento, estão todos iguais. Todos iguais, à direita, à esquerda, ao centro, estão iguais. A verdade é essa (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Outras motivações

Com menor frequência, foram relatadas as seguintes motivações para a abstenção: estar longe da zona de recenseamento no dia da eleição, a pandemia de COVID-19, o desagrado com um acontecimento político concreto, abordagens intimidatórias por parte de militantes, motivos religiosos, a abstenção dos outros e o desconhecimento da existência de determinados tipos de eleições. Vejamos em detalhe.

O facto de os participantes residirem num local diferente de onde estão recenseados foi apresentado como justificação de um abstencionismo ocasional.

Neste caso, eu estava a viver nos Açores. Portanto, o meu local de voto é aqui, no continente. E depois o meu trabalho não me permitia ausentar-me. E depois, também, quando estive a estudar, também estive um bocadinho deslocada e quando vinha, votava. Quando calhava em alturas de exames, aí, pronto, acabava por não vir (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

A pandemia de COVID-19 e o receio de se ser infetado foram apresentados como justificação de um abstencionismo ocasional nas eleições ocorridas durante picos de infeção. Vários estudos sobre o impacto da pandemia na participação eleitoral verificaram, de facto, que o risco de infeção fomentou a abstenção eleitoral em vários contextos (Santana, Rama & Bértoa, 2021; Picchio & Santolini, 2022; Voda & Vodová, 2023).

Eu não votei pela pandemia, pronto. Porque tinha medo, não queria ir votar (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Em terceiro lugar, o desagrado com um acontecimento político específico. Para uma participante, o estabelecimento de um acordo entre o PS e os partidos à sua esquerda — no rescaldo de eleições legislativas em que nenhuma força política conseguiu uma maioria dos assentos parlamentares, em que a coligação incumbente PSD/CDS-PP foi a mais votada e em que havia uma maioria de esquerda na Assembleia da República (para detalhes, ver, por exemplo, De Giorgi & Santana Pereira, 2016) — levou a que decidisse deixar de votar.

Vou dar o meu motivo de não votar (...) É desde a criação da geringonça. Portanto, eu até essa altura procurava, sempre que me era possível, votar. E até quando estive em lua de mel, procurei vir para votar. Há 30 anos, quase. E a partir da altura da geringonça não me impus a mim própria.

Achei que era uma falta de respeito. Foi uma falta de respeito, para mim, o que aconteceu. Porque estamos numa democracia, não é? Vence um partido e depois torna-se numa ditadura, porque o partido em que a maior parte das pessoas votou não foi aquele que ficou a governar, o que as pessoas queriam. Portanto, houve ali, assim... passou-se de uma democracia para uma ditadura. E eu não compactuo com ditaduras. Fiquei revoltada e, a partir dessa altura, deixei de votar. (...) Senti-me traída. Senti-me completamente traída (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Outra participante partilhou uma experiência de abordagem intimidatória por parte de um membro de um partido político em contexto laboral, apresentando-a como justificação de um abstencionismo constante.

Passou-se um caso na (empresa pública em que a participante trabalhou). Eu era secretária da administração e houve um senhor militante do (nome do partido) que chegou ao meu gabinete com uma proposta de adesão, e disse: «Preencha a proposta». Eu disse: «Não, não quero pertencer a nenhum partido» (...) Eu nunca mais tive a oportunidade de subir, de ter promoções, porque não era militante de nenhum partido, não tinha cartão (...) Mas, quer dizer, o facto de me dizerem que se eu não fosse militante, não tinha oportunidades na empresa, chocou-me (...) Chocou-me de tal maneira que eu nunca mais fui votar, não é? (73 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Motivos de natureza religiosa foram também apresentados como justificação da não participação sistemática em eleições numa fase anterior da vida. Trata-se de um motivo enquadrável no modelo de socialização discutido no Capítulo 2.

Eu não votei até aos 28 anos. Porquê? Devido à religião dos meus pais, eles não inculciam o voto. Eles não vão votar, nunca votaram. Eu saí de casa e, apesar de já não estar bem ligado ao nível religioso a eles, como [me] foi inculcada, desde muito novo, essa coisa do não ir votar, porque não se deve ir votar, fui andando assim e pronto (...) Estarmos a dar um voto a uma pessoa é estar a dar-lhe importância e isso vai contra Deus (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Através de uma pergunta de *follow-up*, o participante informou o grupo de que os seus pais são Testemunhas de Jeová. Efetivamente, existe bastante evidência da rejeição de qualquer forma de participação política por parte desta comunidade religiosa, que entende que os regimes políticos, independentemente da sua natureza, não estão sob a influência de Deus (Lawson, 1995; Knox, 2013; Hookway & Habibis, 2015).

De forma muito interessante, um jovem participante fez referência à abstenção dos outros — e de pessoas próximas, como colegas de trabalho e de faculdade — enquanto fator desmobilizador, nomeadamente como justificativa de um abstencionismo constante. Esta é uma ideia facilmente enquadrável no âmbito do modelo da mobilização, estando em linha com os resultados de Magalhães (2008), que demonstrou que acreditar que pessoas próximas votarão aumenta a probabilidade de ir às urnas, e vice-versa, especialmente no caso de indivíduos que apresentam níveis de sofisticação política mais modestos.

Eu já desisti de votar. Não estou a dizer que não volte, mas o que me fez desistir foi o constante aumento da abstenção (...) Eu não vou estar a votar quando eu sei que as outras pessoas também não o vão fazer. As pessoas com que eu me dou na faculdade e até no meu trabalho não

votam também, pensam o mesmo que eu (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Por fim, uma participante revelou desconhecimento da existência de determinadas eleições (nomeadamente autárquicas e europeias), um aspecto que podemos associar ao modelo dos recursos discutido no Capítulo 2.

Olhe, o que acabou de dizer para mim é uma novidade. (...) É verdade, porque nem dessa distinção de votos sabia. (...) Quer dizer, sabia quando é para o Presidente e depois para os partidos [nas legislativas] (...) Mas, de facto, se eu não for pesquisar... Se eu não sei que elas existem... Lá está, o desinteresse vem antes, não vem no dia da votação (36 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

O caso das eleições europeias

As motivações subjacentes à não participação nas eleições europeias (ocasional ou sistemática) merecem uma análise mais detalhada, pelo facto de a abstenção neste tipo de eleições ser muito frequente não apenas no âmbito deste grupo, mas também na população em geral, como vimos nos Capítulos 1 e 3.

Alguns participantes afirmaram que estas eleições, a instituição que pretendem povoar ou o próprio projeto europeu têm pouco impacto nas nossas vidas, ou até mesmo um impacto negativo.

Nas europeias, eu não voto, ponto. Admito, estou completamente desencantado com a questão da União Europeia (...) Portanto, eu não acredito, não acredito mesmo, em nada do que se passa lá. Acho que são pessoas que estão a gastar o nosso dinheiro em todos os países da Europa, a fazer

rigorosamente nada, nada, nada. Não há nada que me ajude ali, nada (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

As europeias são, para mim, tipo a escolha do mal menor, quase. Quando vou votar, vou um bocado contrariado. Porque sinto aquela distância da União Europeia. E depois é para um organismo dentro da própria União Europeia; quem vê minimamente notícias vê que o Parlamento Europeu é quase um parente pobre dentro da União Europeia, porque depois quem manda na União Europeia ou são os primeiros-ministros de cada país ou são os ministros das Finanças (40 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Ao contrário do que o (participante) dizia, eu sinto efetivamente o impacto da União Europeia, muitas vezes um impacto negativo (...) Por exemplo, no setor das pescas, da agricultura, da produção de energia (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

As opiniões sobre os candidatos e os próprios eurodeputados em funções que foram expressas nas seis discussões não foram favoráveis.

Normalmente são cabeças de lista pessoas distantes. São escolhas partidárias não muito consensuais, do meu ponto de vista. E depois eu acho que também há uma característica transversal aos candidatos às europeias. Que é: aquilo parece que são licenças sabáticas que vão dar às pessoas. As pessoas vão para Bruxelas, vão de férias. São cargos bem pagos, ou aparentemente bem pagos (40 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Mandamos para lá 21 nomes, que é o que se vê. Eu acho que eles estão mais tempo fora de Bruxelas que... quer dizer, estão cá sempre, não é? Eles vão lá de vez em quando fazer umas coisitas. Portanto, eu acho que nessas

eleições já não voto quase desde o princípio (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Por fim, a referência à ideia de as campanhas eleitorais para as eleições europeias não serem suficientemente visíveis e/ou informativas surgiu várias vezes.

Porque é que às vezes não vou votar nas europeias? Eu acho que tem a ver um bocadinho realmente com a importância que é dada... quase que passam despercebidas. Ou seja, é época das eleições europeias, mas parece que é uma coisinha assim pequeninha, quase que nem se nota. Em contrapartida, por exemplo, nas legislativas e autárquicas a importância é diferente. E isso se calhar reflete-se depois na minha lembrança, ou foco. (...) Mas sim, acredito no projeto e acho que o que falta, na minha opinião, é realmente comunicar mais, dar mais importância (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Mas as que eu falhei foram neste caso as europeias. Devido a não existir qualquer tipo de informação para o público sobre os candidatos. Vejo que agora, recentemente [nas legislativas de 2022], houve muito mais informação e debates, e quase todos os dias se via duas horas de debate entre dois candidatos de qualquer partido. Porém, se formos ver, num contexto europeu... se sair uma notícia num jornal já é muito. Porque, de resto, não se fala quase nada... Não só de quais candidatos são de cada partido, como também do candidato em si e das suas visões. E abstei-me, também, por causa de não saber em quem votar (22 anos, sexo masculino, diploma universitário).

E as europeias, eu acho que tem de haver muito mais informação. Nós temos de fazer o nosso trabalho de casa, certamente, mas eu responsabilizo

os meios de comunicação social, que devem disponibilizar muito mais informação no que toca às europeias. Quer dizer, estamos a falar de coisas básicas, nem que seja dizerem: «Os eurodeputados fazem isto», «É isto que eles representam por Portugal, no Parlamento Europeu», «É isto que eles vão fazer...» ou «É isto que eles vão dizer». Em princípio, cada candidato tem a sua visão europeia sobre Portugal, e vice-versa. Mas é que quase nem verificamos isso (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

6.2.3. Impactos da abstenção eleitoral

Os políticos não são responsabilizados

Na discussão sobre que impactos tem a abstenção, a questão da desresponsabilização dos políticos foi enquadrada de maneira similar por participantes em diferentes grupos de discussão.

Eu acho que, por um lado, se todos votássemos, iria existir uma maior pressão sobre os partidos políticos, até mesmo para cumprir o que eles próprios propuseram (26 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Eu vejo, eu sinto que existe um impacto negativo. Eu sinto que os políticos tendem a desresponsabilizar-se do seu trabalho, porque argumentam que esta abstenção é sinónimo de que as pessoas não querem saber. «Se as pessoas não querem saber, a gente pode fazer o que quiser» (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Acho que, de certa forma, a abstenção os deixa mais à vontade para fazerem só aquilo que acham que devem fazer. Porque, pondo as coisas ao contrário, se grosso modo toda a gente, em massa, votasse, se calhar

sentir-se-ia uma maior responsabilidade de fazer muito e muito bem (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

As políticas têm mais em conta os interesses de quem vota

Quanto ao argumento de que, devido a determinadas camadas da população se absterem sistematicamente, as políticas públicas não têm em conta os interesses de todos, eis como foi apresentado.

Eu só quero acrescentar que, hoje em dia, todos os partidos, ou pelo menos qualquer bom partido, deve avaliar as estatísticas e ver quais são as tendências que realmente faz sentido seguirem, para que tenham sucesso político. Ou seja: «Será que neste concelho faz sentido nós participarmos?», «Neste aqui, se calhar um bocadinho mais». E isso conduz [à disponibilização de] políticas específicas para aquela população que poderá participar, porque essa é a população que realmente os partidos políticos estão dispostos a incentivar e mobilizar mais, a percentagem da população que participa (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Ou seja, o que eu estou a tentar dizer é que, com a abstenção, nós estamos cada vez a perder mais poder, o povo português. E com esta abstenção nós não vamos conseguir ultrapassar as políticas que estão aí atualmente. Elas continuarão a existir, porque [os partidos] têm militantes que estão sempre a recompensar e são esses militantes que trazem mais pessoas [para o voto], que irão votar (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Uma ideia associada é que quem não vota acaba por ter menos legitimidade para criticar o desempenho do governo.

As pessoas que se abstêm, ou que não votam, acabam por perder a sua legitimidade para reclamar do governo por não ter feito determinada coisa, porque não foram lá votar e não fizeram a diferença. Então acho que a própria pessoa eleita pode dizer isso: «Mas você não votou em mim, então eu não posso fazer nada por você» (57 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Os resultados das eleições não são legítimos

Alguns participantes destacaram que a abstenção impede que olhemos para as eleições como um espelho da vontade dos cidadãos, colocando em causa a legitimidade dos seus resultados.

Eu acho que se a taxa de abstenção for muito alta, o resultado [das eleições] é um bocadinho falacioso. Porque nem toda a gente votou. Portanto, há uma série de pessoas que não votaram, não demonstraram a sua vontade. (...) Parece-me que talvez os resultados que saem dali não podem ser lidos como verdadeiros ou falsos (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Eu acho que a abstenção é um problema grave e que deveria ser mesmo avaliado. Porque eu penso que se perde um pouco a legitimidade daquele que é eleito. Porque se você tem um milhão de pessoas e apenas 100 mil pessoas votam, que legitimidade tem? (...) Acho que isso deveria ser pensado. É realmente válida [a escolha] dos eleitores que votaram, com os números da abstenção... quando a abstenção é maior do que o [percentual] que votou? (57 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Impactos financeiros negativos para os partidos

Dois participantes destacaram que a abstenção pode ter um impacto financeiro negativo para os partidos. Estes participantes referiam-se concretamente ao facto de as regras da subvenção pública para financiamento dos partidos políticos associarem ao número de votos obtidos o valor anual que cada partido que obteve representação parlamentar ou mais de 50 mil votos nas eleições legislativas tem direito a receber. O valor auferido por cada voto equivale a uma fração do Índice de Apoios Sociais, situando-se em 2025 ligeiramente abaixo dos 3,50 euros. Eis o que disseram estes participantes.

Acho que estão preocupados, estão. Porque isto toca no bolso, não é? Agora, preocupados ao ponto de: «Eh pá, mas o que é que nós estamos a fazer de mal?», «O que é que nós podemos fazer melhor?», não sei (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Que é que isso influencia? Influencia porque há uma determinada verba, creio eu, que os partidos recebem em função do número de votantes (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Nenhum impacto

Por fim, outros dois participantes consideraram que a abstenção não tem quaisquer impactos, dado que a distribuição dos assentos, ou, de forma mais ampla, o acesso ao poder, é feito tendo em conta apenas os votos válidos.

Quer dizer, não há forma... se a pessoa não votar, acaba por ninguém ser punido, não é? Porque eles ficam. Quer dizer, os lugares são preenchidos

na mesma com 30 % de votação ou com 70 %, não é? (69 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Mas se formos ver isto de uma forma extrema, se a abstenção fosse 90 %, qual é que ia ser o resultado? O mesmo! Só com 10 %, ou melhor, se fossem só eles próprios a votar neles, eles estariam lá [na mesma] (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

6.2.4. Como reduzir a abstenção eleitoral em Portugal?

Nos momentos finais da discussão, os participantes foram convidados a expressar-se relativamente a medidas que poderiam contribuir para a redução da abstenção eleitoral em Portugal. Em seguida, apresentamos os resultados deste exercício.

Educação para a cidadania política

A proposta do investimento na educação cívica e política nas escolas foi um tema bastante frequente nos grupos de discussão. Note-se que os cientistas sociais têm vindo a debruçar-se sobre o impacto da educação cívica em termos de fomento da participação eleitoral, não havendo, contudo, acordo sobre a sua efetiva capacidade mobilizadora (Milner, 2009; Manning & Edwards, 2014; Reichert & Print, 2018; Siegel-Stechler, 2019; Weinschenk & Dawes, 2022). Mas vejamos o que disseram os participantes a este respeito.

E talvez na escola fazer com que criem mais programas que façam com que, desde pequena, uma criança — vá, um estudante, uma criança não —, [ali pelo] quinto ou sexto ano, comece a aprender sobre o que é votar, sobre a importância de votar e sobre o que é o lado esquerdo e o lado direito da política (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Eu também acho que tem de se ter por base a educação. Porque [como] alguém disse, não é aos 30 anos que nós vamos querer eventualmente ir votar. Não, isto tem de ser uma semente que nós plantamos desde pequeninos, para depois isto ficar incutido na pessoa e realmente ir votar aquando do tempo propício (24 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Sim, mas a escola pode trabalhar os conteúdos, não é? Porque, hoje em dia, os nossos miúdos passam lá uma jornada superior à nossa. Eles entram antes e saem depois da nossa jornada de trabalho. Portanto, a escola deve abordar os conteúdos, mas depois deve proporcionar também atividades que permitam que eles (...) criem opinião. E não é só a criação de votações, não é? «Vamos votar para isto», «Vamos votar para aquilo». Criar momentos onde as crianças possam perceber os mecanismos do poder político e do poder público (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Vale a pena destacar que a última participante citada prosseguiu, apontando o dedo às estruturas de poder pelas lacunas neste âmbito, que considera propositais.

E isto está intimamente ligado com uma questão que é o desinvestimento completo no conhecimento acerca da regulação da vida pública, não é? Mesmo nas escolas não se fala praticamente em momento algum do currículo escolar sobre esta matéria. O que obviamente é intencional, tem uma intenção política muito clara de afastar as pessoas da política e, principalmente, da vida pública (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Comunicar política de forma diferente

A menção à necessidade de tornar a comunicação política mais acessível, interessante ou genuína também foi frequente. Há participantes que se confessam esmagados pela dimensão dos programas eleitorais.

E mesmo eu, que sou uma pessoa que gosta de fazer diligências, de ver o que é que são as propostas, etc., às vezes, parece quase impossível, realmente, fazer todo o trabalho de casa, para além de tudo aquilo que uma pessoa faz no seu dia-a-dia. Porque aquilo são páginas, páginas e páginas... (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Não só, acho que os programas dos partidos [deviam ser] mais curtos, que se pudessem ler, por exemplo, numa tarde. Não estar a ler durante dias, e dias, e dias e não se conseguir acabar o programa (22 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Uma participante afirmou considerar entediante a maneira como a comunicação política é feita nos tempos de antena, muito devido à falta de capacidade de síntese dos seus protagonistas.

Eu acho que é muito maçante as coisas que eles... Por exemplo, quando dá na rádio, e a pessoa tem de deixar de ouvir música e é obrigada a ouvir aquilo, aquilo está ali imenso tempo. Se calhar, se fossem mais sucintos até dava mais interesse, não é? Mas eles alongam aquilo até mais não (38 anos, sexo feminino, terceiro ciclo do ensino básico completo).

Embora nem sempre tenha sido discutida no âmbito das soluções para o problema da abstenção, a opinião de que os debates ou as campanhas em geral são extremamente negativos, artificiais ou pouco

informativos é relevante para o entendimento do que os participantes pensam e esperam da comunicação política.

Normalmente o debate político assenta muito mais em acusações mútuas do que propriamente no debate acerca das matérias que interessam às pessoas. E, se calhar, isso provoca este distanciamento e esta perda de sentido e de significado (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Eu acho que há pessoas que estão um pouco fartas de uma certa encenação. É excessiva, sobretudo em campanha (...) Acho que é demasiado, as coisas estão demasiado encenadas e as pessoas estão um pouco saturadas da excessiva encenação (40 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Às vezes quem está do lado de fora, ou quem está a ver televisão, ou outros meios de a gente adquirir essa informação... Há assuntos de que eu não percebo nada e sinto que aquilo não é descortinado. Não é transparente. É falado assim muito linearmente. E se calhar é daí também que vem o meu desinteresse. Eu também podia procurar, é verdade. Mas estou a ver televisão, às vezes queremos ver as coisas de uma forma assim mais descortinada (35 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Vários dos pontos levantados pelos participantes a este respeito estão em linha com a investigação que demonstrou que os eleitores com menores níveis de envolvimento com a política são menos tolerantes à negatividade das campanhas e mais favoráveis a campanhas que sejam menos exigentes em termos de recursos despendidos (Lipsitz *et al.*, 2005).

Voto em mobilidade

Outra medida discutida foi a flexibilização do exercício do voto, desligando-o da freguesia de recenseamento do eleitor. O que disseram exatamente os participantes a respeito do voto em mobilidade? Vejamos.

Se estou nos Açores, se estou no Algarve ou no Gerês, há municípios, há as juntas de freguesia. Eu identifico-me, a pessoa vê a fotografia, vê que sou eu e dá-me a oportunidade de votar. Eu acho que o primeiro passo deveria passar por aí. Deixar que todos os que queiram exercer o seu direito o possam fazer, independentemente da área geográfica onde estejam (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Acho que era muito importante, realmente, uma pessoa poder estar de férias e poder ir votar. Acho que isso facilitaria muito (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Um terceiro participante neste grupo faz uma comparação entre o que é exigido pelos bancos e pela administração eleitoral, e aponta a pouca flexibilidade geográfica do exercício do direito de voto como causa da sua abstenção nalgumas eleições.

É assim, eu posso ir levantar dinheiro em qualquer parte do país, num banco, identificando-me. Mas não posso votar em qualquer parte do país, mesmo que me identifique (...) Isto faz com que eu, de facto, por vezes, por não estar, não vá votar. Porque estou fora e não vou deixar de fazer aquilo que tenho de fazer, de viajar, para ir votar (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Voto obrigatório

A adoção do voto obrigatório foi também colocada em cima da mesa. Alguns participantes partilharam com o grupo posições abertamente favoráveis a esta medida.

Eu acho que o voto em Portugal, assim como no Brasil, devia ser obrigatório e falo contra mim. Se fosse obrigatório, eu já tinha de ir estudar, ver bem na televisão o que eles falam (...) Portanto, assim, era obrigatório, era: «Vamos lá votar todos. Agora vamos lá escolher qual é que queremos, qual é que vamos eleger», e pronto (73 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Acho que o voto deveria ser obrigatório. E assim uma pessoa, quer queira quer não, tinha que votar e talvez isso nos obrigasse a conhecer os programas dos partidos, conhecer assim não pela rama, mas conhecer profundamente os programas (64 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Por sua vez, os participantes que se mostraram contrários sublinham o facto de que a participação eleitoral deve ser uma opção de cada indivíduo, recorrendo ao argumento do ataque à liberdade individual presente nas críticas de autores como Saunders (2009) ou Brennan (2014), que discutimos no capítulo anterior.

Acho que se quisessem que toda a gente votasse, tinha de ser obrigatório o voto. Mas isso não se pode fazer (...) Porque uma pessoa não tem de ser obrigada a votar. (...) Não faz sentido. Uma pessoa tem de ser livre, tem de decidir fazê-lo. E ninguém vai afetar ninguém por ir votar ou não. Não vai haver consequências. Existem consequências, mas não é algo que seja crime, por assim dizer (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Sou completamente contra. Portanto, eu acho que ninguém me deve obrigar a ir votar, não é? Deve ser um ato pessoal, devemos ser nós a querer, não é? E acho que quando se impõe uma coisa... O próprio conceito da democracia, que é nós podermos ir votar, aí acaba por ser subvertido se nos obrigam a fazer isso. Portanto, sou completamente contra (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Isso eu não queria, obrigatório não. (...) Eu acho que tudo quanto é obrigatório é mau. Porque não podemos ter liberdade para pensar sobre isso. É obrigatório, se não fores, tens uma penalização por isso. Por outro lado, não quer dizer que vais pensar mais sobre isso do que se não fores obrigada a tal. Portanto, é uma forma de opressão. (...) Não, isso da obrigatoriedade não. Eu acho que as pessoas se expressam muito mais facilmente sendo livres do que sendo obrigadas (56 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Votar através da Internet

Relativamente à possibilidade do voto através da Internet, a maior parte dos participantes que se pronunciou sobre o tema mostrou-se contra a ideia. Mas que argumentos concretos utilizaram? Alguns destacaram a questão da integridade eleitoral.

O voto eletrónico, apesar de ter todas as vantagens de se poder votar em qualquer lado e até de se poder identificar a pessoa que está a votar... há formas de se conseguir dar a volta a essa questão. Porque a tecnologia também vai evoluindo, aquilo que hoje, supostamente, é muito seguro, amanhã é menos seguro (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Não, porque eu acho que não se devia votar pela Internet. Sendo que há muitas maneiras de conseguir fazer com que corrompam os dados, se for conectado à Internet e caso seja digital. E depois, os dados podem ser modificados. Enquanto em papel, embora também haja possibilidade de serem modificadas as contagens, há uma prova física. Então eu sinto que ir e votar, marcar o seu nome lá, é sempre a melhor maneira. A meu ver, nunca se deve contar com o digital (21 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Outras participantes expandiram a lista de problemas do voto pela Internet, destacando que este coloca em causa a inclusividade do processo e o entendimento do voto como uma ação individual resultante de uma decisão também individual e consequentemente exercida com privacidade e em anonimato. Este argumento, tal como os anteriores, está frequentemente presente no discurso dos académicos que são desfavoráveis ao voto *online* (Hall, 2015).

Eu acrescentava ainda ao voto eletrónico outros dois entraves: os infocluídos — nós temos uma população envelhecida — e o anonimato, porque se eu estou em casa eu posso votar em família, se estou no café voto com quem está à volta da mesa (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

A questão do voto tecnológico levanta vários problemas. Não só por estarmos num contexto social e podermos receber influência, não ser aquele momento em que estamos ali a sós com a nossa consciência, mas também pela questão de ficar sempre registado o IP, não é? E há sempre a possibilidade de vincular aquele voto àquela pessoa (...) A questão do anonimato é comprometida (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Mesmo quem olha com bons olhos para esta possibilidade em termos pessoais, acaba por reconhecer que a sua implementação em Portugal pode ser difícil.

Todos nos lembramos da célebre aplicação Stayaway Covid, não é? Que foi debatida «N» vezes neste país. Uma coisa tão simples. (...) E em Portugal isto foi um bicho de sete cabeças. Eu estou a imaginar o que é que era na nossa sociedade criar o voto eletrónico. Para mim, fazia todo sentido. Mas eu percebo que em Portugal... eu acho que as pessoas não estão preparadas. Infelizmente, não estão preparadas para uma coisa destas. Se bem que eu concordo plenamente com o voto eletrónico, que para mim era uma coisa muito útil. Mas percebo que, se calhar, ainda não estamos maduros o suficiente para isso (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Vale a pena mencionar que as questões de natureza logística — onde, quando, como votar — não convenceram todos os participantes quanto ao seu impacto. Estes participantes sublinharam a importância de fomentar nos cidadãos a vontade de participar nas eleições independentemente da conveniência do ato.

Nós estamos a falar mais da parte logística (...) Aquilo que eu diria é... eu vivi (num país da América do Sul) durante os 12 primeiros anos da minha vida e vi o meu pai votar antes e depois de aquilo descambar completamente. E vi pessoas a ir votar e esperar sete, oito, nove horas, em filas, ao sol, à chuva, o que fosse. Porque havia vontade de reformar o país. Portanto, esta parte da logística é gira, mas não é o que interessa mais. O que interessa mais é a vontade das pessoas. Porque quando há vontade, as pessoas lá vão votar (24 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Eu se tenho vontade de fazer alguma coisa, eu vou fazer independentemente do que quer que seja. Portanto, não será por ser através da Internet ou por ter de me deslocar 100 km para ir votar... Se quero votar, eu vou votar. Agora, se eu não quiser, por mais que eu tenha mais [facilidades] à minha volta, eu vou manter a minha opinião (21 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Despartidarizar as eleições

Outra ideia discutida nestes grupos tem a ver com a despartidarização das eleições, quer através da facilitação de candidaturas por parte de independentes, quer através do voto em pessoas e não em partidos.

A facilitação das candidaturas por parte de independentes foi analisada por alguns participantes, tendendo a aparecer em coocorrência com um sentimento de insatisfação pelo facto de os políticos não cumprirem as suas promessas eleitorais. Vejamos em concreto o que foi dito.

Eu acho que se não estivessem ligados a partidos políticos, se eu conhecesse aquela pessoa, a postura dela na vida, a maneira de ela ser, de estar, de pensar, o que ela fez, o que está predisposta a fazer, talvez até votasse, mas como normalmente essas pessoas estão ligadas a partidos políticos, isso leva-me a não votar (55 anos, sexo feminino, ensino secundário completo).

Eu não tenho votado em nenhuma eleição e, portanto, acho que a política deste país também devia ir buscar alguns independentes e não só militantes dos partidos. Independentes que tivessem carreira, que tivessem vontade de mudar as coisas neste país, e não tem acontecido isso. (...) Porque lá está, acredito mais em independentes. Se houver independentes, com desejo de mudar a situação de Portugal, mas com desejo sincero, sem

ambição, ambição desmedida, ambição monetária, eu irei votar (73 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Nenhum participante disse considerar que a introdução do voto preferencial poderia levar a uma redução da abstenção. Muitos revelaram até que a sua decisão — participar ou não, e sentido de voto — já é altamente personalizada.

Isso significa que muitas das vezes o que me faz votar, ou ter mais vontade de ir votar, é a pessoa que lidera, a imagem dessa pessoa, não é o partido (52 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Acabo por votar, ou não, conforme me identifico mais com a pessoa que está (...) Eu voto pelas pessoas e não pelos partidos, embora possa ter as minhas ideologias que se aproximam mais ou menos de algum partido (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

E quando são estas [eleições] mais importantes, eu pessoalmente vou mais pela pessoa, pela figura. Sei lá, porque eu não estou por dentro das normas do partido, das propostas, disso tudo. Às vezes chama-me mais a atenção a pessoa, se gosto do discurso da pessoa e tal (38 anos, sexo feminino, terceiro ciclo do ensino básico completo).

Dito isto, como enquadram a inexistência do voto preferencial em Portugal os participantes nestes grupos de discussão? Um deles sublinhou a ausência de um vínculo de representação direto com os deputados à Assembleia da República, culpando os partidos.

Nós não temos uma figura que nos represente no Parlamento, onde são tomadas as decisões mais importantes. Não é: «Vou votar naquele senhor ou votar naquela senhora, que eles vão estar a trabalhar para mim, para

isto e para aquilo». Não temos isso, não existe. Até por causa dos nossos partidos (52 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Outros referiram-se de forma depreciativa aos mecanismos de seleção dos candidatos por parte das estruturas dos partidos.

Tenho ideia de que a constituição das listas para a Assembleia da República é uma autêntica luta fratricida dentro dos partidos. Isto é, um processo altamente opaco, nada transparente (40 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Aliás, o que eu oiço desde sempre, desde miúdo, é que se se quer fazer amizade em política, faz-se com as pessoas dos outros partidos. Porque no próprio partido eles andam todos [à bulha] por causa das posições elegíveis. Dão acesso a coisas que quem não fica nas boas posições não tem (36 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Para este último participante, a introdução de modalidades de personalização do voto não significaria anular o papel dos partidos nos processos políticos.

Eu acho que o partido informaria sempre sobre a ideologia, as propostas, de uma forma geral. O partido informa o que é que pretende, o que oferece, o que [defende]. E nós escolheríamos a pessoa dentro daquele meio político. Para haver uma certa unidade, enfim, unidade de pensamento. E para haver uma certa assertividade na prossecução dos objetivos (36 anos, sexo masculino, ensino secundário completo).

Outras ideias — votar em mais dias, durante a semana, pagar a quem vota

No que concerne ao número de dias para a realização das eleições — um dos temas menos frequentes na discussão sobre como combater a abstenção —, enquanto alguns participantes sugeriram que o seu alargamento seria uma boa medida, outros preferiram envolver-se numa discussão sobre os prós e os contras de se passar a votar num dia de semana. Para uma participante, este seria um incentivo importante porque permitiria que as pessoas pudessem faltar justificadamente ao trabalho.

E há outra, na Inglaterra é durante a semana. (...) Aqui é ao domingo. Faltar ao trabalho é uma motivação para votar (52 anos, sexo feminino, diploma universitário).

Não se trata, de qualquer maneira, de uma ideia em linha com a investigação que aponta que votar ao fim de semana é mais conveniente e, conseqüentemente, contribui para uma maior participação (Mattila, 2003; Evans & Ivaldi, 2012). Ainda assim, esta proposta recorda uma certa tendência para que os abstencionistas não se demonstrem satisfeitos com o dia da semana em que as eleições acontecem. Como exemplo, vejamos as respostas de dois abstencionistas nas eleições europeias de 1994 à pergunta (de resposta aberta) sobre os motivos da não participação incluída no Estudo Eleitoral Europeu daquele ano. «Um francês de 47 anos, empregado, afirmou não ter votado “porque estava bom tempo, estava na praia; no dia em que fizerem as eleições durante a semana, irei votar”, e um cidadão europeu do outro lado do canal, onde se vota durante a semana, de 24 anos e também empregado, declarou: “Não tive tempo, estava numa reunião. É o dia

errado da semana; devia ser ao domingo, como no resto da Europa”» (Blondel, Sinnott & Svensson, 1997, p. 267, tradução nossa).

Outro participante considera que a introdução de incentivos financeiros poderia ter um impacto eficaz, dada a natureza humana ser propensa a responder positivamente a estímulos monetários.

Se uma pessoa for votar, recebe 20 euros, OK? Eu sei que isto parece mau, mas é um estímulo e as pessoas funcionam com estímulos (...) Mas a questão de uma compensação, eu não acho que isso seja uma coisa de retirar completamente [da equação] (37 anos, sexo masculino, diploma universitário).

Este participante não é o único a defender tal ideia (ver, por exemplo, Saunders, 2009), tanto que o impacto de incentivos financeiros à participação eleitoral já foi alvo de investigação académica. Por um lado, um estudo realizado na Califórnia reporta que a perspectiva de receber dois dólares não mobiliza para o voto, mas oferecer dez ou 25 dólares pode ser um incentivo eficaz (Panagopoulos, 2013). Por outro lado, habilitar quem vota a um prémio para si (um automóvel, computadores ou telemóveis, como na Bulgária, em 2005) ou para a sua comunidade (um camião de bombeiros, como na Polónia, em 2020) pode ter efeitos nulos (Gulczyński & Cześnik, 2024).

Já quem se posicionou contra estas ideias, nesta mesma discussão, afirmou temer que este tipo de incentivos desvirtuem o exercício do direito de voto.

A questão é: não é por darmos dinheiro às pessoas ou por as pessoas poderem faltar ao trabalho que estamos a contribuir para uma sociedade mais educada para votar. (...) Aliás, essa contribuição iria

desvirtuar completamente o exercício do voto. A pessoa deixa de ir votar pelo exercício político, pelo exercício do nosso poder de regulação da vida pública, mas para receber uma compensação (39 anos, sexo feminino, diploma universitário).

6.3. Conclusão

Os resultados dos *focus groups* com abstencionistas e votantes intermitentes evidenciam a existência de um conjunto plural de narrativas justificativas da abstenção, que podemos organizar em torno de quatro grandes dimensões: desconfiança na política e nos políticos; percepção de ineficácia do voto; desinteresse pela política; e insatisfação face à oferta partidária existente. Em muitos casos, a abstenção surge como resposta à crença de que os partidos não representam verdadeiramente os cidadãos, de que os políticos não cumprem as promessas eleitorais e de que o predomínio de interesses corruptos e particulares mina a credibilidade das instituições representativas. Para uma parte substancial dos eleitores que auscultámos, o voto é entendido como um instrumento pouco eficaz de mudança, sendo o sistema político encarado como fechado na sua essência e, como tal, indiferente às suas preocupações.

Vale a pena destacar a percepção disseminada de ineficácia do voto, associada a um sentimento de impotência face ao sistema político. Diversos participantes manifestaram a ideia de que o seu voto não faz diferença e outros sustentaram a opinião de que em algumas eleições os resultados eleitorais estão, à partida, definidos. A existência de um sistema eleitoral que, em alguns círculos, penaliza partidos de menor dimensão reforça esta percepção de «voto desperdiçado», sobretudo entre os eleitores que menos se identificam com as principais forças políticas.

O desinteresse pela política também foi discutido, com alguns eleitores a indicarem que a política constitui um mundo distante e pouco apelativo ou mesmo irrelevante para a sua vida quotidiana. Ainda que esta atitude seja mais comum entre os jovens, surgiram também testemunhos que apontam para uma cultura política pautada por um sentimento de grande distância ao poder entre as gerações mais velhas.

A insatisfação com a oferta partidária foi outra justificação recorrente avançada pelos participantes nos *focus groups*. Vários afirmaram não encontrar partidos ou candidatos com os quais se identificassem, rejeitando a ideia de votar «no menos mau». Alguns referiram mesmo uma percepção de indiferenciação entre os principais partidos, desincentivando a mobilização eleitoral.

Examinámos ainda, neste capítulo, as consequências da abstenção para os participantes nos *focus groups*, com destaque para a desresponsabilização dos políticos, a menor representatividade das políticas públicas e, em última instância, a erosão da legitimidade do sistema democrático. Para contrariar esta tendência, as medidas mais consensuais apontadas pelos cidadãos foram o reforço da educação cívica, a melhoria da comunicação política e a flexibilização do exercício do direito de voto. Em linha com os resultados do inquérito que reportámos no capítulo anterior, outras medidas geraram maiores divisões: a introdução do voto obrigatório ou a possibilidade de voto pela Internet, em particular, estão longe de reunir consenso, embora alguns eleitores expressem o desejo de que sejam experimentadas.

Capítulo 7

Ser político «não é manifestamente currículo, eu costumo dizer que é cadastro»: a perspetiva da elite política

José Santana Pereira e João Cancela

Na literatura académica, são numerosos os estudos que se dedicaram à identificação das perceções que os políticos têm dos eleitores e da opinião pública. Por um lado, existe uma profícua linha de investigação sobre o que as elites políticas creem ser o posicionamento ideológico do eleitorado e as suas preferências em termos de políticas públicas, identificando frequentemente enviesamentos de vários tipos (Dekker & Ester, 1989; Broockman & Skovron, 2018; Pereira, 2021; Sevenans, Soontjens & Walgrave, 2022; Walgrave, Soontjens & Sevenans, 2022; Walgrave *et al.*, 2023; Pilet *et al.*, 2024).

Por outro lado, alguns trabalhos dedicaram-se a analisar as perspetivas dos políticos sobre o que está na base do voto dos cidadãos (Ekengren & Oscarsson, 2011, 2013). Por exemplo, nos EUA, Kingdon (1967) observou que os candidatos vencedores acreditavam mais do que os derrotados que os eleitores estão bem informados e que as suas decisões eleitorais são mais impactadas pelos temas substantivos e pelos candidatos do que pelo partido enquanto marca. Algumas décadas mais tarde, Strömbäck, Grandien & Falasca (2013) demonstraram que os parlamentares suecos creem que os candidatos e as estratégias de campanha são menos importantes para o voto dos eleitores do que os líderes partidários e

dimensões mais substantivas da política (temas, propostas, promessas). Trata-se, de resto, de uma visão muito mais otimista do que o desdém generalizado manifestado pelos deputados suecos em meados dos anos 1980 (Esaiasson & Holmberg, 1996), e distinta das opiniões dos parlamentares belgas a respeito do peso das campanhas e dos candidatos nas escolhas dos eleitores (Soontjens, 2023). Por outro lado, quando comparados com os seus congéneres de sistemas políticos mais centrados nos candidatos, os deputados de sistemas centrados nos partidos são menos propensos a acreditar que os eleitores estão atentos às suas atividades e votarão de modo a punir ou a premiar o seu desempenho (Soontjens, 2022).

Mas o que pensam os políticos sobre a abstenção, as suas causas, os seus impactos e os mecanismos que prometem aumentar a participação eleitoral? Tanto quanto nos foi dado a descobrir, a literatura académica não deu ainda uma resposta a esta pergunta. O único trabalho que se aproximou desse objetivo reportou que os candidatos às câmaras legislativas estaduais nos EUA creem que os indivíduos mais conservadores e os que se definem como republicanos têm uma maior probabilidade de votar (Skovron, 2018). Neste capítulo, pretendemos

contribuir para colmatar esta lacuna na literatura académica, enquanto completamos o mosaico que nos propusemos desenhar no âmbito deste estudo.

De facto, uma análise dos mecanismos e impactos da abstenção eleitoral que tem a ambição de ser completa e aprofundada não podia excluir a recolha de informação junto de elites políticas. Do ponto de vista teórico, as eleições constituem o mecanismo fundamental de ligação entre cidadãos comuns e elites políticas (Przeworski, 2018). Os membros desta elite confrontam-se com o fenómeno da abstenção, lidando com os desafios subjacentes às atitudes e perceções dos cidadãos face à política na base da não participação eleitoral. Estão particularmente expostos a impactos negativos deste fenómeno e têm nas suas mãos o poder de decidir e fazer implementar medidas destinadas a minimizar a sua incidência. As perceções que os políticos têm a respeito de características ou comportamentos dos cidadãos podem ser muito distintas, por vezes enviesadas, e naturalmente consequentes, influenciando o seu comportamento (Sheffer, Loewen & Lucas, 2024). As perceções dos políticos portugueses a respeito do fenómeno da abstenção são, por isso, de grande relevo.

Para identificá-las, foram organizadas três sessões com a participação de autarcas, deputados à Assembleia da República e deputados portugueses ao Parlamento Europeu. Tendo como mote a apresentação de resultados preliminares deste projeto sobre a incidência, mecanismos e impactos da abstenção, estes encontros permitiram a identificação de pontos de vista e preferências relativamente a este fenómeno e às formas de o reduzir.

A sessão com eurodeputados realizou-se na sede do Parlamento Europeu em Bruxelas na manhã do dia 11 de dezembro de 2024, contando com a presença de sete eurodeputados eleitos nas listas do PS, da AD, da IL e da CDU, cinco dos quais homens, e tendo uma duração total de cerca de uma hora e 40 minutos. Por sua vez, a sessão com deputados à Assembleia da República teve lugar no Palácio de São Bento, na manhã de 23 de janeiro de 2025, e durou cerca de uma hora e 50 minutos. Participaram 13 parlamentares (12 da atual legislatura e um da legislatura anterior), dos quais oito do sexo masculino, pertencentes a sete dos nove partidos políticos com representação na XVI Legislatura (BE, CDS-PP, Chega, Livre, IL, PS e PSD). A terceira e última sessão contou com a participação de autarcas. Devido à evidente dispersão dos locais de trabalho dos presidentes de câmara, optou-se por realizar esta sessão à distância, com o apoio de um sistema de videoconferência. Decorrendo na tarde de 12 de fevereiro de 2025, e estendendo-se por cerca de uma hora e 50 minutos, esta sessão contou com a participação de cinco autarcas de municípios do Norte, Centro e Sul do país, eleitos nas listas de diferentes forças políticas (com uma presença maior dos dois partidos com maior peso ao nível autárquico). Três dos participantes nesta sessão eram do sexo masculino.

As três sessões tiveram a mesma estrutura: depois das boas-vindas, procedeu-se à apresentação de resultados preliminares deste estudo, nomeadamente *inputs* relativos à magnitude da abstenção eleitoral em Portugal, às características dos indivíduos que privilegiam diferentes eleições, às narrativas e perspetivas dos cidadãos sobre a abstenção e às opiniões dos eleitores sobre os impactos e as possíveis estratégias para combater este fenómeno. Em cada sessão, privilegiou-se a informação relativa ao âmbito em que os participantes atuam: legislativo,

européu ou autárquico. Depois da (curta) apresentação, passou-se à discussão. Com a devida autorização dos participantes, foi realizado um registo das sessões (áudio e vídeo, no caso da sessão com os autarcas, e apenas áudio nos outros dois casos).

O tratamento das citações apresentadas neste capítulo seguiu os mesmos critérios aplicados às narrativas dos eleitores abstencionistas ou votantes intermitentes (ver Capítulo 6). Para salvaguardar o anonimato dos participantes, as citações não são acompanhadas de qualquer informação sobre quem as emitiu.

7.1. Resultados

7.1.1. Os números da abstenção

Antes de se entregarem a uma discussão sobre mecanismos e soluções, alguns participantes fizeram uso do tempo à sua disposição para destacar questões relativas aos números da abstenção. Mais concretamente, recorreram ao conhecimento aprofundado das suas zonas de proveniência para sublinhar a existência de importantes diferenças entre os números da população recenseada eleitoralmente e da população efetivamente residente. Tratando-se de zonas com atributos distintos, os comentários são ligeiramente diferentes: num dos casos, a questão destacada é a existência de cidadãos recenseados que, na verdade, não residem ali (a este propósito, ver Cancela, Santana Pereira & Narciso, 2023); no outro, a existência de residentes estrangeiros, alguns sazonais, que não estão recenseados ou que, estando inscritos nos cadernos eleitorais, não se encontram no território na altura das eleições.

Eu falo da situação específica de (zona de proveniência), onde os cadernos eleitorais estão completamente desfasados da realidade. Portanto, a abstenção está normalmente acima [da realidade], porque há eleitores que têm registo [naquela zona], têm cartão de cidadão — porque a obrigatoriedade da emissão do cartão de cidadão e o fim do cartão de eleitor fez com que estivessem automaticamente inscritos no caderno eleitoral — e são emigrantes, estão fora do país, estão fora da região, estão fora até da União Europeia.

É um facto que nós aqui em (distrito), nós aqui em (concelho), temos uma grande percentagem de população estrangeira residente, que muitas vezes não vota ou porque não está informada de que pode votar, e se calhar aí também somos nós que falhamos, ou porque alguns estão cá apenas temporariamente: há meses em que estão, meses em que não estão, e poderão não estar nessas alturas do recenseamento ou das eleições.

Por sua vez, na sessão que tomou lugar no Parlamento Europeu, alguns participantes entregaram-se à reflexão sobre até que ponto é possível identificar um «número mágico» que demarque a fronteira entre a abstenção não problemática e a abstenção que tem impactos negativos, nomeadamente em termos de legitimação dos eleitos para cargos políticos. Seguem-se dois exemplos de declarações a este respeito.

Se nós tivéssemos uma abstenção de 5 % ou 7 %, acho que esta conversa não existia. A minha questão é: a partir de que cifra é que a abstenção é um problema? É a partir de 30 %, 40 %, 25 %?

Mas eu gostava de reforçar aquilo que o (nome do eurodeputado) disse, que tem a ver com o grau de legitimação de um eleito. Qual é a percentagem com que nós nos sentimos aqui confortáveis? Ele falou em 50 %,

mas o que é certo é que nem a 50 % chegamos em algumas eleições. Nalgumas eleições, fomos eleitos com 30 % de votação. 30 % é de facto muito reduzido para representar toda uma região, toda uma população.

Um dos envolvidos nesta discussão acabou por conceder que, mais do que os números, interessam-lhe e preocupam-no sobretudo as motivações subjacentes à decisão de não votar. Este é, de resto, um tema que exploraremos em seguida, na secção dedicada às perspetivas dos políticos eleitos sobre as causas da abstenção.

Eu acho que o que mais nos mobiliza em torno do tema não é necessariamente a abstenção, a cifra da abstenção. É porque é que as pessoas se abstêm. Porque há várias motivações para que as pessoas o façam. Provavelmente algumas preocupam-nos.

7.1.2. Foco nos cidadãos: que atitudes os levam a abster-se?

A abstenção resultante de uma imagem negativa dos políticos, marcada pela desconfiança ou desilusão, foi destacada pelos participantes nas três sessões. Esta perceção ecoa algumas narrativas de abstencionistas e votantes ocasionais que discutimos no capítulo anterior.

Esta questão da desconfiança dos políticos é corrosiva e contagiante, e tem tendência para alastrar. Se, por um lado, pode levar a um crescimento da abstenção, por outro lado, pode levar, ou tem levado, a outros fenómenos ainda mais preocupantes, nomeadamente os fenómenos populistas.

Eu acho que está identificado um dos grandes motivos que levam à falta de participação: a falta de confiança que as pessoas têm nos políticos. Acho que é uma situação que se está a degradar cada vez mais e, infelizmente,

nos últimos tempos aquilo que tem acontecido é que cada vez mais existe suspeição sobre as pessoas que desempenham cargos políticos.

Se recuássemos algumas décadas, aqueles que serviam os seus concelhos e o seu país eram pessoas reconhecidas, e eu diria, até, agradecidas pelo facto de estarem a dar do seu tempo para causas coletivas. Hoje, manifestamente não é assim, como nós bem sabemos.

A abstenção, de uma certa perspetiva, pode ser um statement. Pode querer dizer: «Eu não quero votar porque eu entendo que aqueles que são candidatos não servem os meus interesses ou não têm a qualidade que eu acho que deveriam ter».

[As pessoas] que se dispõem e expõem a servir o coletivo, acima de tudo partem logo com o ónus de eventualmente... «Se o fazem é porque são mal-intencionadas. E porque são mal-intencionadas e desqualificadas, temos todo o direito, coletivamente, de desconfiar delas e de as tratar menos bem».

A baixa perceção de eficácia do voto enquanto instrumento de mudança política foi também destacada. Como veremos em seguida, é uma questão que os participantes tenderam a associar à prevalência na sociedade portuguesa da ideia de que os políticos são todos iguais. Mais uma vez, este é um conjunto de motivações que estão presentes nas narrativas de vários abstencionistas e votantes intermitentes auscultados neste estudo.

Portanto, acho que as pessoas não exercerem o direito de voto é um bocado o reflexo de um sentimento de que não vale muito a pena, que não faz grande diferença, que somos todos iguais, que o sistema... Mesmo

aqueles que vêm para aqui tentar fazer alguma diferença acabam por ser engolidos pelo sistema.

Tem a ver com um desinteresse efetivo das pessoas pela política, por acharem que não vai mudar nada. «Estão lá todos a fazer o mesmo, a minha vida vai continuar exatamente na mesma, e eu dependo mais de mim do que daqueles que estabelecem as regras que nos regulam em sociedade.»

Porque, de facto, eu concordo que a maior parte das pessoas não vota porque acha que o seu voto não vai contar (...) Isto não é uma afirmação de [que é tudo] igual. Há nuances, há diferenças, há períodos em que é diferente, mas na ótica do utilizador, digamos assim, não existem tantas diferenças entre os governos (...) Porque, de facto, para a esmagadora maioria das pessoas, apesar das nuances, não existem assim tantas diferenças na sua vida, quer perca um lado, quer perca o outro.

Outros participantes optaram por destacar a debilidade ou até mesmo inexistência de um sentido de dever e de responsabilidade por parte dos cidadãos. Na sua ótica, esta postura leva à indisponibilidade para participar politicamente, preferindo os cidadãos usufruir do direito de se queixarem dos políticos e da política e dedicar-se principalmente aos seus problemas e objetivos individuais em detrimento dos comunitários.

Nós, cada vez mais, temos uma sociedade em que o exercício da cidadania é alimentado pelo exacerbar dos direitos em detrimento dos deveres. E porquê? Porque os deveres possuem sentido de responsabilidade e, desde logo, compromisso. Votar não deixa de ser um compromisso, não deixa de ser uma opção, não deixamos de estar comprometidos com as opções que fazemos.

A questão de princípio que me preocupa mesmo é este afastamento das pessoas da política e esta noção de desresponsabilização coletiva que é: «Eu não vou, alguém há de ir lá votar», «Quer eu vá, quer eu não vá, a coisa vai acontecer na mesma.»

As pessoas dizem: «Eu não voto porque o meu voto não conta para as decisões que são depois tomadas», mas o que é facto é que, quando as chamamos à participação, também não vêm participar. As pessoas estão cada vez mais alheadas, mais egoístas e, portanto, cada vez olham mais para o seu umbigo.

Nós fazemos muitas deslocações às juntas de freguesia para [promover] a participação das pessoas. (...) E a verdade é que depois a adesão é muito fraca, ou seja, as pessoas estão um pouco afastadas e estão acomodadas naquilo que é o seu quotidiano. O que é certo é que quando nós andamos em campanha, é-nos dito que só aparecemos lá de quatro em quatro anos.

Um terceiro tema comum, identificado nos três grupos, é a abstenção poder também ser motivada pelo facto de se terem alcançado patamares de consolidação democrática ou bem-estar social que são dados como adquiridos.

Por outro lado, também durante muito tempo as pessoas acharam que a democracia era, por assim dizer, uma herança, que nós não devíamos ter uma preocupação maior em cuidar dela. Mas, de facto, a democracia exige esforço contínuo e, em vez de ser uma herança, é uma conquista de todos os dias.

E também acho que, sobretudo nas gerações mais novas, há um sentimento de dado adquirido, de que a democracia é um dado adquirido. Ao dia de hoje, apesar de percebermos que estamos num contexto, até

global, um pouco tenso, a grande maioria das pessoas não equacionou a possibilidade de viver noutra regime. Já nasceram em democracia ou cresceram em democracia, portanto acham que isto é um dado adquirido e que nada pior pode vir a acontecer.

Um bom problema da Europa tem a ver com a qualidade de vida, o bem-estar que foi conseguido na Europa, que leva ao comodismo e ao laxismo. E tem sido esse princípio de darmos tudo como adquirido... «Porque é que eu me vou levantar da cama, num dia de verão ou num dia de inverno, quando as coisas vão acontecer? Portanto, não tenho de me chatear porque já está tudo adquirido. Não tenho nenhum trigger, nenhuma motivação para ir votar, porque as coisas vão acontecer».

E acho também que tem um pouco a ver com aquela perspetiva da satisfação das necessidades. Ou seja, e agora falando do poder autárquico, em bom rigor, durante muitos anos as pessoas mobilizavam-se por coisas que lhes faziam falta (...) Ao dia de hoje, contudo, com as evoluções naturais do país, tanto a nível nacional como a nível local, a verdade é que essas necessidades mais imediatas acabam por estar satisfeitas e as pessoas têm dificuldades, acho eu, em mobilizar-se em torno de alguns ideais, algumas causas, que não conseguem bem mensurar, que, na cabeça delas, não as afetam no imediato.

Reforçando esta mesma linha de raciocínio, dois participantes destacaram que quando há algo verdadeiramente importante aos olhos dos cidadãos, eles vão até às urnas.

Vimos também a abstenção baixar em eleições europeias quando se achava que o próprio projeto europeu estava em causa, portanto as pessoas tendem a mobilizar-se quando aquilo que é fundamental está em causa.

Acho notável que, nas últimas legislativas, tenha subido a participação porque as pessoas, de facto, sentiram que a sua participação era relevante para mudar qualquer coisa.

Esta não é, contudo, uma opinião consensual entre quem escolheu pronunciar-se a respeito das motivações intrínsecas da abstenção dos cidadãos. De facto, um participante disse acreditar que a abstenção não resultará de demasiado conforto, mas, pelo contrário, de perspetivas de vida em evolução descendente.

Toda a gente percebe que a geração dos seus pais teve facilmente acesso a uma casa. Hoje, quem trabalha, quem se esforça, quem trabalha horas extraordinárias, não consegue aceder a uma casa. Portanto, a vida é pior do que antes. (...) Se a perspetiva de vida é pior (...) obviamente que a abstenção tende a dinamizar-se.

Fatores de natureza contextual e institucional foram também referidos, nomeadamente no evento com deputados à Assembleia da República. Os três tópicos destacados encontram eco no modelo institucional da abstenção discutido no Capítulo 2, bem como em algumas passagens dos *focus groups* com abstencionistas: competitividade das eleições, inconveniência do voto (neste caso decorrente de procedimentos complexos para o exercício do voto por via postal por parte de residentes no estrangeiro) e magnitude dos círculos eleitorais.

Sabemos que se houver um partido que está muito alto nas sondagens, [que parece] que vai ganhar esmagadoramente, isso às vezes tem o efeito contrário: desmobiliza os eleitores a ir votar e, portanto, acaba por influenciar essa participação. Quando olhamos, por exemplo, para

as presidenciais, também percebemos claramente que há oscilações na abstenção consoante estejamos a falar de reeleição de presidentes ou não.

Nós tivemos, nas últimas eleições, um desperdício de praticamente 40 % dos votos aqui chegados devido a problemas burocráticos, pela dificuldade que apresenta o envelope que contém o boletim de voto que é dirigido às comunidades. É envelope, é verde, é vermelho, é cópia, é fotocópia, é o que se pode e não se pode [fazer]. Isso realmente agravou esta abstenção, que, de facto, é muito alta. (...) Note-se que nós temos cinco milhões de portugueses e luso-descendentes fora de Portugal.

As pessoas têm uma noção muito precisa, muita gente nos diz isso: «Eu vivo em Portalegre e sei que em Portalegre só são eleitos dois deputados. Portanto, se quero que a esquerda ganhe, se calhar tenho de apostar no Partido Socialista e não votar (noutro partido)». Portanto, isto, no nosso entender, também contribui para uma desilusão das pessoas com a política: se eu passo muitos anos a ter de escolher o mal menor, a ter de votar num partido com o qual não me identifico... isso também faz com que as pessoas se desmobilizem.

E os jovens?

Os políticos eleitos nos três âmbitos demonstraram particular desejo de discutir os padrões de participação eleitoral dos mais jovens, focando-se na sua relação com a política e os políticos. Os participantes não identificaram necessariamente desinteresse, mas sobretudo uma tendência de não adesão a uma forma convencional de participação política como o voto.

O que me preocupa verdadeiramente são as razões da abstenção dos jovens. Eu acho que, enfim, as pessoas já com uma certa idade podem

sentir algum afastamento da política, estão numa outra fase da vida. Preocupa-me fundamentalmente os jovens que estão no início da sua carreira, que estão a votar pela primeira vez e que mesmo tendo a possibilidade de exercer pela primeira vez, ou numa primeira fase, o voto, se afastam da participação política.

Acho que há uma contradição interessante que merece reflexão, que é o facto de, por um lado, haver mais abstenção jovem, mas, por outro... Creio que esta é das gerações mais politicamente interessadas e politicamente ativas da história recente, no sentido em que [os jovens] estão mais dispostos a juntar-se a organizações, a ir protestar e, se calhar, protestar de maneiras menos legítimas também... Portanto, estão interessados e querem fazer alguma diferença mas, por alguma razão, não acreditam na via tradicional, no exercício do direito de voto.

Mas parece-me que [a juventude] é uma franja da população na qual temos um desafio acrescido. Parece-me que estão um pouco desligados da forma como, neste momento, se faz política em Portugal. Não reconhecem, não digo competência, mas atratividade, aos políticos e ao sistema político dos dias de hoje.

Porque é que os mais jovens estão menos disponíveis para votar? Na opinião de uma participante, as famílias desempenham aqui um papel importante. Trata-se de uma linha de raciocínio que nos remete para os principais argumentos na base do modelo de socialização, discutido no Capítulo 2, que destaca o contexto familiar como essencial para o desenvolvimento de competências politicamente relevantes e de predisposição para o voto. Vejamos o que foi dito concretamente.

Os miúdos absorvem muito aquilo que os pais dizem em casa, e os pais dizem muita coisa negativa sobre os políticos: «Os políticos querem um tacho», «Os políticos são todos iguais», «Os políticos são isto e aquilo». E nós, que estamos ali em contato com estas gerações mais novas, vemos que há uma construção, por parte dos progenitores e de quem educa, do afastamento da própria política.

Por fim, um participante fez questão de sublinhar que a abstenção não é um fenómeno imputável apenas ou sobretudo aos jovens. Salientou ainda que é até compreensível que em determinadas fases da vida haja menos tendência para votar, mobilizando argumentos do modelo de ciclo de vida que pudemos explorar teoricamente no Capítulo 2.

Depois há também sempre o outro grande mito da abstenção, que é: «O problema são os jovens», «Os jovens não estão interessados», «Os jovens não compreendem como é que as coisas funcionam». É claro que eu também acho que há problemas, há questões que têm a ver com o próprio seguimento da vida. Ou seja, nós também começamos a interessar-nos mais por aquilo que se passa no Parlamento quando isso começa a afetar-nos mais diretamente e quando começamos a ser mais autónomos.

7.1.3. Mea culpa, mea maxima culpa: as responsabilidades dos partidos

Nas três sessões, alguns participantes disseram que, enquanto classe, têm parte da responsabilidade pelo afastamento das pessoas em relação à esfera política e pela sua consequência mais visível, a abstenção. Vejamos que aspectos destacaram nas suas contribuições para a discussão.

Promessas não cumpridas e problemas por resolver

Alguns participantes consideram que tem havido falhas por parte do sistema político em dar resposta às expectativas dos cidadãos, algumas decorrentes de promessas eleitorais que depois não são respeitadas, o que resulta em afastamento e abstenção.

Recordo-me de ser miúda e, em 76, nas primeiras eleições, eram filas intermináveis de pessoas para votar e registamos uma participação que rondou os 85 % (...) A partir dos anos 90, Portugal começou a entrar em progressivas e sucessivas abstenções já preocupantes. Talvez a pergunta que eu, não sendo historiadora, gostaria de saber responder é: que expectativa criaram os portugueses em 76 que foi traída nos anos 90? O que é que não foi feito entre 76 e 90 que afastou as pessoas da participação cívica?

Em alguns casos, os eleitores [estão] também afastados dos políticos essencialmente por causa das promessas eleitorais que depois não são cumpridas.

Outros acreditam mesmo que, por um foco excessivo na ideologia ou por privilegiarem os seus interesses, os partidos perderam a capacidade de responder aos problemas das pessoas e defender os seus interesses, algo que naturalmente também não fomentará a participação eleitoral.

Os próprios partidos perderam o sentido prático de responder às pessoas, aos problemas das pessoas (...) Eu acho que a ideologia é importante para um partido se enquadrar, para saber o caminho que percorre, saber a sua natureza, a sua identidade, mas nós não podemos viver da ideologia, temos de resolver os problemas das pessoas (...) E, obviamente, se os partidos perderam este sentido da realidade e este sentido de transformar

a vida das pessoas e de acreditarem, de facto, nisso, obviamente que acabam por se esgotar e as pessoas acabam por se afastar.

Os partidos, por egoísmo, põem muitas vezes o seu próprio interesse à frente dos interesses do país, e as pessoas compreendem isso. E quando as pessoas compreendem isso, obviamente que depois há um certo distanciamento, há um certo afastamento (...) As pessoas sentem que os políticos não conseguem resolver os seus problemas, e os políticos, por outro lado, também não têm coragem de contar às pessoas quais são os verdadeiros problemas do país, e tudo isto leva ao desgaste eleitoral, leva à abstenção.

Fechamento à sociedade civil e pouca renovação das elites políticas

O facto de os partidos políticos portugueses terem estruturas antiquadas e estarem cristalizados, pouco propensos à regeneração e à abertura à sociedade civil, também foi sublinhado.

Eu considero — nós consideramos, penso eu, quase todos — que os partidos políticos estão anquilosados e não têm tido capacidade de se regenerar. Um bocadinho por autoproteção.

Os partidos (...) têm de se abrir mais à sociedade civil, mas, quando se abrem mais à sociedade civil, os militantes muitas vezes também se constituem como força de bloqueio. Tanto o PS como o PSD, que são os partidos de centro, se não mudarem de vida e não ganharem juízo, podem ter a certeza de que definirão de dia para dia, porque também não estão muito interessados em fazer apelo à participação política e em integrar aqueles que não são militantes dentro do próprio partido, e isso leva a este desgaste.

Outros salientaram, contudo, que a renovação das elites políticas não é facilitada pelo contexto português, marcado pela prevalência de uma imagem negativa dos detentores de cargos políticos ou aspirantes a tal.

Esta sujeição das pessoas que estão em cargos políticos, a opinião pública meter toda a gente no mesmo saco, também vai fazer com que cada vez menos pessoas idóneas ou de reconhecido valor, competências, etc., estejam disponíveis para ocupar estes cargos políticos.

As pessoas muitas vezes não têm consciência que ser parte de um movimento associativo, fazer parte de um sindicato, é fazer política, e quando são convidadas a entrar num partido político ficam assustadas exatamente por causa da imagem que existe relativamente ao político português.

Quando, porventura, [somos] contactados por alguém para darmos um passo em frente e sermos solução, recusamos. Porquê? Porque não queremos ser sujeitos ao escrutínio, não queremos ser sujeitos à exposição e não queremos ser sujeitos também a uma matéria cada vez mais presente no exercício de funções públicas: (...) hoje, ser autarca não é manifestamente currículo, eu costumo dizer que é cadastro, porque só desqualifica o cidadão que porventura faça esse percurso de vida.

Dois participantes na sessão com autarcas destacaram que existe na sociedade portuguesa a ideia de que o exercício do poder político é algo que está ou deve ser reservado a poucos — por outras palavras, que os cidadãos revelam uma postura congruente com a ideia de elitismo democrático (ver, por exemplo, Schumpeter, 1942).

E este sentimento de que a vida pública não é para a maioria dos cidadãos ou é apenas para uma elite que, porventura, nasce predestinada ao exercício

da função — sim, é um bocadinho o que às vezes se pensa na comunidade — leva a que as pessoas se vão alienando e afastando da vida pública.

O problema é que também muitas vezes as pessoas não se interessam pela política porque acham que é um mundo complexo, que é preciso ter capacidades acima da média para gerir o que quer que seja.

Nesta mesma discussão, um participante destacou ainda que a remuneração dos detentores de cargos políticos ao nível local, não sendo atrativa, também contribui para uma menor disponibilidade para o exercício destas funções.

Por outro lado, também estão sujeitas a uma pressão mediática e a salários que não são convidativos, isso também é verdade (...) Eu acho que é uma vergonha aquilo que pagam, por exemplo, aos autarcas (...) Mas ninguém tem coragem para dizer que a atividade política exige um esforço e, eu diria, uma responsabilidade que a maior parte das pessoas não imagina. Eu acho que os salários também são um dos fatores que não contribuem para a renovação das elites políticas.

Problemas de comunicação

Alguns participantes reconheceram ineficiências na maneira como os políticos ou as instituições políticas comunicam com os cidadãos. Por um lado, não são capazes de transmitir credibilidade.

Não conseguimos passar a mensagem de que realmente há políticos, ou pessoas que desempenham cargos políticos, que são credíveis e honestos.

Não acho que haja muitas pessoas que estão na política por altruísmo, com desejo de mudar, com compromisso social, como exercício da

cidadania, mas também há outros que estão, e o que é problemático é que é muito difícil fazer passar cá para fora a imagem dessas pessoas que estão lá de forma desinteressada e que, no silêncio, contribuem muito.

Por outro lado, comunicam com um grau de complexidade que não permite que todos percebam o que está a ser dito, sem profissionalismo e sem beneficiar das ferramentas digitais à disposição nos dias de hoje.

Também há um problema de comunicação. Acho que um dos problemas é também nós falarmos, usarmos expressões e palavras que as pessoas não compreendem, não fazem ideia do que é que significam. Acho que isso também é um problema.

É evidente que a abstenção também depende, muitas vezes, da capacidade de mobilização, das formas de comunicação. Porquê? Eu, se for jovem, se for na estrada e olhar para um outdoor mal feito, com um slogan mal feito, nem me apetece votar, penso logo que se não sabem fazer um outdoor e se não sabem comunicar, como é... se forem para a Câmara, o que é que vão fazer? (...) Os partidos também envelheceram, comunicam mal às vezes, não utilizam as novas ferramentas de comunicação da forma adequada.

Para um participante, o problema está sobretudo no facto de que, atualmente, se comunica demasiado e às vezes de forma pouco séria e relevante.

Há uma tendência dos políticos que reforça o problema: nós cada vez mais somos incentivados a aparecer e a fazer brincadeiras, etc. E ao invés de estarmos a fazer o nosso trabalho, dedicados ao que faz a diferença aqui dentro, passamos mais tempo a falar para fora. Claro que temos de comunicar, mas antigamente, há uns dez ou 15 anos, comunicava-se com uma cadência menos regular e mais relevante. Quando se dizia alguma coisa,

era relevante. Estar a falar todos os dias... não temos grande coisa nova para dizer. Eu acho que isso também cansa as pessoas e contribui para esta imagem de que realmente somos... enfim, que não estamos aqui... que isto é tudo um bocado... [teatro].

Referindo-se concretamente à União Europeia, um participante partilhou a opinião de que o foco dos esforços de comunicação talvez não tenha sido o melhor.

Porque a União Europeia já investiu imenso em comunicação, em explicar o que é que acontece aqui, como é que as instituições funcionam. E eu acho que não é por aí. (...) Parece-me que é mais uma questão de... Não tenho todas as respostas, mas diria que passa mais por se perceber que, de facto, o que é aqui decidido tem impacto. Enfim, que é importante perceberem a quem é que dão apoio para vir para aqui representar os seus interesses.

Por fim, um político eleito partilhou a sua frustração com o facto de a comunicação nem sempre dar os frutos esperados. Esta discussão fez-se novamente em torno da União Europeia, mais concretamente de esforços de campanha no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu.

Uma vez decidi com os presidentes de junta replicar a mesma forma de fazer campanha, de falar com as pessoas, que utilizávamos nas eleições autárquicas. Isto para as europeias. E depois daquele esforço todo de fazer comícios em todas as aldeias, percorrer quase o mesmo circuito das eleições autárquicas, tivemos um aumento efetivo, isso é verdade, mas mesmo assim não foi nada de extraordinário. (...) Para mim foi mesmo desanimador. Conseguimos aumentar... não chegou a 4 %. Mas com um esforço, nem imaginam (...) Agora, a Europa é mais difícil de promover,

porque as pessoas não se apercebem da sua importância. Mesmo nos comícios, alguns deles com muita gente dizendo que grande parte do investimento da Câmara se devia aos fundos europeus.

Outras responsabilidades

Entre as responsabilidades da esfera política pelo afastamento dos cidadãos destacadas, encontram-se ainda um insuficiente investimento no fomento de valores de cidadania e tendências de gestão do dissenso por parte da imprensa ou da oposição que são contrárias ao ideal de pluralismo.

Se calhar investimos pouco na cidadania. Nós achámos que o entusiasmo de se passar de uma ditadura para um regime democrático, só por si, iria levar às pessoas todo o conhecimento sobre cidadania, regras de cidadania e funcionamento das instituições, que depois talvez não nos tenhamos preocupado em fazer [chegar]. (...) A cidadania não nasce, não é uma coisa que nasça, tem de se construir, tem de se educar, tem de se formar, tem de se fazer [alguma coisa] e, portanto, acho que aí nós não fizemos o que poderíamos ter feito.

O controlo que muitas vezes o poder autárquico tem sobre a pouca comunicação social local que existe, em que o presidente da Câmara, pelo facto de utilizar o jornal local e de financiar alguma publicidade, tem sempre o desejo, a mania e a tentação de controlar. Isso acaba também por não criar um espírito de contraditório e um ambiente mais favorável. Porque o que eu sinto é que muitas vezes os presidentes de Câmara têm muitos problemas em lidar com as opiniões contrárias e com a imprensa livre, e isto também acaba por degradar as relações que temos com os jornais

locais, que são autênticos boletins municipais (...) Isso também leva a que as pessoas se afastem cada vez mais da política.

Não sou nenhum anjo, mas há também muitas vezes uma tentativa de hostilizar a oposição, como se a oposição fosse uma coisa má (...) Mas construir um ambiente menos tribal, menos maniqueísta, dos bons e dos maus (...) acho que ficamos com um ambiente político melhor e também conseguimos trazer para a política melhores pessoas, mas muitas vezes o que acontece não é isso, o que também contribui para que os jovens tenham uma má — eu diria até uma péssima — visão da política.

7.1.4. Má imprensa: o papel dos media

Muitos participantes destacaram o papel prejudicial que os *media* têm tido neste processo, quer devido à ausência de informação reputada importante, quer por fomentarem uma visão negativa da esfera política. Merecem destaque várias intervenções.

Os media ajudam claramente à abstenção, na minha modesta opinião, primeiro pela imagem que passam dos políticos, que normalmente é só negativa. As imagens positivas são sempre, de alguma forma, secundarizadas. E, particularmente, há um desrespeito pelo trabalho feito no Parlamento Europeu e nas instituições europeias.

Porque nós, em Portugal, temos um problema enorme, que é a nossa necessidade de generalizar e de pôr todos no mesmo cesto. Portanto, a partir do momento em que ocupa um cargo político é porque está lá pelo tacho, é porque está lá para ter vantagens, e cada vez mais isso está muito patente. E a comunicação social também não ajuda.

Passam uma imagem negativa, quase uma perseguição. Se a (eurodeputada presente), o (eurodeputado presente) e o (eurodeputado presente) forem lá fora e salvarem uma criança de ser atropelada, [isso] não abre um telejornal. Mas se atropelarem alguém, ou um gatinho, vão abrir o telejornal de certeza absoluta.

Eu não estou com isto a culpar a comunicação social, mas se houver um debate muito interessante sobre um determinado tema e ao lado, durante cinco minutos, houver um qualquer incidente que possa causar um berro, uma palavra, alguém que se levanta ou faz um gesto, a comunicação social — e aqui de uma forma abrangente, porque depois explode para as redes sociais — acaba por dar uma relevância que muitas vezes passa uma ideia de que a política é mais forma do que [conteúdo].

Há aqui [nos focus groups com cidadãos abstencionistas ou votantes ocasionais] um depoimento: «[Os eurodeputados] são pessoas que estão a gastar o nosso dinheiro em todos os países da Europa, a fazer rigorosamente nada, nada, nada. Não há nada que me ajude ali». Eu, como consumidor médio de informação — de informação em geral e particularmente da informação que é transmitida, independentemente dos órgãos de comunicação social, sobre aquilo que se passa no Parlamento Europeu — revejo-me nisto. A maior parte das pessoas não tem acesso à informação. E não somos nós, com os nossos sistemas de comunicação política, que ultrapassamos este problema. Porque os meios de comunicação social de massas são, verdadeiramente, quem decide da consciência geral e da capacidade de apreensão, de um ponto de vista mais geral, daquilo que se faz numa instituição como o Parlamento Europeu. Não me parece que o distanciamento geográfico seja apenas geográfico. Acho que o distanciamento geográfico do Parlamento Europeu em relação ao nosso país

implica, por exemplo, um desinteresse da comunicação social que acaba por conduzir a isto.

Ainda a respeito dos *media*, alguns intervenientes destacaram três questões adicionais — o facto de o equilíbrio na cobertura mediática das campanhas prejudicar os partidos ou candidatos mais ativos, o modo como os factos são reportados (sem considerar todos os ângulos), e o partidarismo não explícito e reconhecido por parte dos *media* (algo que contrasta com aquilo que é a norma noutros sistemas mediáticos pluralistas polarizados; ver, por exemplo, Santana Pereira, 2015).

Posso dar aqui o meu caso pessoal: tem a ver com o facto de os órgãos de comunicação social acompanharem a minha campanha e terem sempre criado equilíbrio entre as várias atividades dos candidatos. Ou seja, eu não podia aparecer mais vezes do que os candidatos dos outros partidos, porque a desculpa era sempre que depois teriam problemas com a ERC. E isso fazia com que eu ficasse até, de alguma forma, bastante aborrecido, porque estava a fazer imensas coisas e tinha de haver sempre esse equilíbrio.

Eu tenho algumas dúvidas, porque depois a comunicação social também consegue pôr cá fora várias situações que às vezes são, de certa maneira, desconstruídas, e com falta de informação de um lado e do outro. Às vezes, as coisas não são apresentadas no seu todo e com as várias visões. Porque isto, quando há duas pessoas, há sempre dois lados, e é muito importante que possamos ter sempre uma visão global das coisas.

Eu gostava de ter uma comunicação social, independentemente de tudo, como a desportiva. Eu sou portista, eu compro O Jogo. Eu sou sportin-guista, eu compro o Record. Eu sou benfiquista, eu compro A Bola. Hoje,

nós sabemos que um jornal é A, outro é B, outro é C, tal como as televisões, só que eles não se identificam.

7.1.5. Como se combate a abstenção?

Como enquadram os políticos portugueses algumas medidas apresentadas como podendo contribuir para alguma descida da abstenção eleitoral? Nas três sessões, os participantes optaram por se debruçar sobre sete possíveis abordagens: voto obrigatório, personalização do voto, voto aos 16 anos, incremento da conveniência do ato de votar, candidaturas independentes, comunicação e educação para a cidadania. Como veremos, há perspetivas distintas a respeito destas modalidades, e os motivos subjacentes às mesmas são de particular interesse. Naturalmente, mais do que padrões generalizáveis em termos de favorabilidade ou oposição das elites políticas portuguesas face a determinadas medidas, esta secção pretende, sobretudo, destacar as narrativas associadas a cada uma. Para um aprofundamento destas questões, merecem consulta os trabalhos de Cancela & Vicente (2019), que fornecem uma resenha completa e sistemática das propostas de medidas para combater à abstenção no Portugal democrático, ou de Freire & Meirinho (2012) e Belchior, Tsatsanis & Teixeira (2016), que exploram dados de inquérito sobre as perspetivas dos deputados portugueses relativamente a algumas das reformas aqui analisadas.

Voto obrigatório

A maioria dos participantes que optou por comentar a possibilidade de se instituir a obrigatoriedade do voto fê-lo para expressar o seu desacordo. Os argumentos a que recorreram passam pelos limites à liberdade individual que o voto obrigatório implica e os potenciais

efeitos secundários nefastos de se obrigar determinadas franjas da população a exprimir uma preferência nas urnas.

Obviamente que não podemos concordar com o voto obrigatório. Não me parece que seja esse o caminho. As pessoas devem ser livres de votar se assim bem entenderem, e nós temos, enquanto responsáveis políticos, o desafio de os trazer novamente para este lado.

Acho que as pessoas em democracia devem ter o direito de dizer: «Eu não me revejo em nenhum partido». E nós temos de conviver com isso. E, por isso, sou frontalmente contra o voto obrigatório, contra obrigar as pessoas a votar mesmo que não se reveem nos partidos que se apresentam às eleições. É um direito, é uma liberdade, e temos de respeitar isso.

Voto obrigatório: sou contra por várias razões, até porque acho que não responde ao problema principal, que é a questão do dever cívico. Penso que é até arriscado porque, enfim, há pessoas que exercem o direito de voto com alguma irresponsabilidade, sem se informarem devidamente, e acho que isso pode ser agravado com o voto obrigatório.

Não podemos tornar o ato obrigatório quando ainda não se tem uma aprendizagem sobre aquilo que efetivamente são estas matérias. Ao tornarmos obrigatório, vamos fazer com que haja determinadas escolhas que são, se calhar, reativas, apenas para cumprir o ato da obrigação, e depois isso tem um reflexo.

A questão do voto obrigatório. Durante muitos anos, quando era mais jovem, achava que isso podia ser uma opção. Mas, entretanto, já perdi esse ideal. Porque há países, como é o caso do Brasil, que têm esse modelo, e tem efeitos bastante perversos (...) A abstenção acaba por ser uma forma de dar um cartão vermelho ao sistema. É um voto de protesto não

votando. Ao serem obrigados a votar, iria ser um voto de protesto que, em certa medida, poderia desvirtuar um pouco o sistema político e partidário, e fazer crescer movimentos mais extremistas, mais radicais, numa lógica de protestar contra o sistema.

A única visão contrastante — nomeadamente a defesa de um modelo de obrigatoriedade sem multa — foi partilhada na sessão realizada no Parlamento Europeu.

Naturalmente, eu iria para um modelo tendencialmente obrigatório. Obrigatório, mas não aquele modelo de penalização por multa direta; eventualmente, um modelo que penalizasse indiretamente, em que quem não vota não tem acesso a determinado tipo de concursos públicos, ou outro tipo de penalização que não fosse a penalização direta, pecuniária, em termos financeiros.

Personalização do voto

A discussão em torno da possibilidade de personalizar institucionalmente o voto seguiu caminhos distintos nas discussões com os deputados ao Parlamento Europeu e à Assembleia da República. Os primeiros debruçaram-se sobre a questão do voto preferencial, enquanto os segundos focaram-se nos círculos eleitorais uninominais.

Entre os eurodeputados, a perspetiva de quem se pronunciou a respeito do voto preferencial é de algum ceticismo em relação a este ser um fator essencial da participação eleitoral, ou de preocupação com os efeitos colaterais de tal reforma do sistema eleitoral, nomeadamente em termos de competição intrapartidária acirrada.

Acho que a questão das listas, ou da personalização, também pode ser um fator, se bem que eu não considere que seja assim tão determinante.

A questão das listas abertas. Há países onde as listas abertas existem (...) Onde este problema que aqui é identificado sobre a impossibilidade de escolher o candidato em vez da lista decidida pelo partido não serve como argumento por parte dos abstencionistas.

As eleições do Parlamento Europeu em Itália não têm aproximação nenhuma àquilo que nós fazemos em Portugal. Eles têm uma repartição regional, um número de deputados que é eleito por cada região, e dentro de cada região os deputados são eleitos em listas abertas. Alguns elementos são aqui referidos como tendo um potencial atrativo para a participação eleitoral (...) Mas ignora-se por completo o quadro de disputa política que se cria a partir de uma circunstância dessas (...) A disputa que, dentro da própria lista, se gera entre candidatos (...) Um retrato desses, com candidatos do mesmo partido a digladiarem-se entre si, além da disputa com os candidatos dos outros partidos, é algo que deve levar as pessoas a desligarem-se ainda mais.

Quanto à discussão sobre os círculos eleitorais uninominais, encontramos aqui narrativas tendencialmente favoráveis, tendencialmente desfavoráveis e convites a uma maior reflexão. Vejamos os argumentos usados pelos primeiros e pelos segundos.

Os deputados que se pronunciam favoravelmente a respeito da instituição de círculos uninominais destacaram os ganhos em termos de proximidade e confiança, lembraram que, no contexto atual, os cidadãos frequentemente não sabem o nome dos deputados eleitos pelo seu círculo eleitoral, e sublinharam a importância de uma reforma

desta natureza incluir a criação de um círculo nacional de compensação para melhorar a proporcionalidade da tradução de votos em assentos.

Vou começar com um tema que há muitos anos eu tenho apoiado, que são os círculos uninominais. É uma prática que existe noutros países e que realmente é muito exigente do ponto de vista político para quem entra nesse tipo de sistema político. Penso que os círculos uninominais são muito importantes. Há muitas pessoas a falar deles. Quem viveu noutros países sabe que é uma forma de se estabelecer com o eleitorado uma relação de confiança, e parece que nos dias de hoje, em Portugal, o grande problema é mesmo essa confiança no lado político, na ação política, nos nossos políticos (...) É muito frequente em Portugal nós perguntarmos às pessoas, em determinadas regiões, quem são os políticos que as representam nos variados partidos. As pessoas desconhecem. Exatamente através de um círculo mais individualizado, personalizado, talvez se pudesse alterar essa perspetiva que têm.

Haverá sempre a questão dos círculos uninominais. Ou seja, as pessoas efetivamente estariam a votar no seu candidato, estariam a votar naquela pessoa. Com um círculo nacional de compensação, de forma a que não houvesse votos desperdiçados e as pessoas não sentissem que o seu voto, e estou a falar em legislativas, como é óbvio, não contava para nada. [Assim] iria contar para eleger alguém.

Já quem apresenta uma perspetiva desfavorável baseia-se sobretudo em evidência relativa a democracias que utilizam círculos eleitorais uninominais e que se confrontam, de qualquer maneira, com dificuldades em termos de participação eleitoral.

Nós somos contra. Aliás, os países que têm círculos uninominais não resolveram os problemas de abstenção. Aliás, [estes círculos] podem até agravá-los: se eu acho que só posso votar num de dois, mas apoio um terceiro, então nem sequer vale a pena ir votar.

Eu sou um cético relativamente aos círculos uninominais. Aliás, olho para os países que os utilizam e são países em que a abstenção muitas vezes ultrapassa os 50 % (...) De facto, o eleitor conhece o candidato que escolhe, mas isso não significa que a abstenção seja menor, pelo contrário.

De destacar que tanto no Parlamento nacional como no europeu, os participantes enfatizaram a importância da escolha dos representantes por parte dos cidadãos logo na fase de formação das listas.

Eu enfatizaria a questão das listas que são propostas pelos partidos. São listas impositivas, sem que os eleitores possam participar na formação das mesmas (...) Por isso, a participação dos cidadãos nas escolhas dos seus eleitos é fundamental, primeiro, para se sentirem representados, e depois para pedirem e poderem ter também a prestação de contas que lhes é devida durante o período de vigência do mandato.

Iria terminar apenas por dizer, então, da importância de se pensar em reformular como se fazem as listas para cada círculo. Envolvimento das pessoas, focus groups com líderes de vários movimentos associativos, de várias ONG, toda a sociedade em geral tem de ser chamada.

Redução da idade de voto

Em comparação com a obrigatoriedade ou a personalização do voto, a possibilidade de concessão de capacidade eleitoral ativa aos 16 anos suscitou menos comentários. A maioria dos participantes que se

pronunciou a respeito desta medida expressou ceticismo a respeito da sua efetiva capacidade de combater a abstenção.

Nós baixamos a idade de voto para combater a abstenção? Não, nós estamos a injetar no sistema mais uns milhares de eleitores. Se eles depois se transformam em eleitores ou abstencionistas... vamos ver qual é a percentagem que, naquele segmento etário, existe de adesão ao ato eleitoral. E, portanto, isto às tantas pode-se transformar numa corrida do burro atrás da cenoura, porque, se verdadeiramente os jovens se abstêm mais do que os mais velhos, não é a redução da idade que vai reduzir ou que vai permitir o combate à abstenção e a sua diminuição.

Mas a verdade é que estas alterações no sistema eleitoral... há estudos sobre o voto aos 16 anos, o qual nós também defendemos, que mostram claramente que a participação eleitoral aumenta nos primeiros anos e depois estabiliza, ou reduz e estabiliza. Portanto, de cada vez que alteramos o sistema eleitoral para potenciar a participação, provavelmente o que acontece é que temos uma grande participação no início e depois, no fundo, estabiliza.

Nós andarmos aqui a alterar a idade do voto... o que eu acho que vai trazer é mais abstencionistas do que propriamente outra coisa.

A única exceção a este padrão foi identificada na sessão organizada na Assembleia da República, em que um participante afirmou acreditar nas vantagens de uma antecipação da concessão aos jovens de capacidade eleitoral ativa.

Eu penso que a redução da idade para a votação, por exemplo, para os 16 anos seria muito bem-vinda (...) Faria com que os jovens já a partir dessa idade pudessem iniciar a sua vida cívica praticando isto (...) Há que

fazer com que esta juventude que tem capacidade de mobilização, tem possibilidade e quer fazer alguma coisa, possa participar destas eleições.

Modalidades de facilitação do voto

Nesta secção, agrupamos todas as perspetivas e argumentos a respeito de diferentes ferramentas destinadas a facilitar o voto, removendo barreiras concretas à participação dos cidadãos. Começamos pelo voto através da Internet. Os três políticos que se pronunciaram a este respeito demonstraram-se favoráveis, mas atentos aos riscos em termos de segurança.

A questão do voto eletrónico: para mim, acho que é também uma forma de facilitar, mas não sei se irá... Hoje tem novas variantes e condicionantes, desde a questão da cibersegurança, a garantia de confidencialidade dos dados... Mesmo nos modelos mais avançados, bem sabemos como é que as coisas funcionam.

A possibilidade de se introduzir o voto eletrónico, começando pela população emigrada. Parece-me que aí haverá menos riscos imediatos. Mas continuamos a debater a possibilidade do voto eletrónico mais alargado. Somos sensíveis obviamente às possíveis falhas e às críticas que existem, mas não me parece que não o debater venha a trazer grandes benefícios. Portanto, discutir a possibilidade do voto eletrónico, até porque estamos numa era em que a tecnologia é cada vez mais fiável, parece-me que só traria coisas boas.

Acho que todos concordamos que tem de haver aqui uma agilização, uma facilitação da forma como se vota, porque se estamos na era da Inteligência Artificial, na era digital, não faz sentido que o voto continue a acontecer como acontecia há 40 ou há 50 anos. Obviamente, a questão

é sempre: até que ponto é que estes sistemas podem colocar em causa a fiabilidade do ato eleitoral? (...) Pode haver ali alguma margem para existir algum tipo de fraude. Mas no sistema atual isso também acontece. Obviamente, não é significativo o impacto nos resultados. Portanto, acho que temos de avançar nesse sentido.

Foi ainda louvado o sistema de voto em mobilidade experimentado nas europeias de 2024, destacando-se a importância de o voto se adaptar ao atual estilo de vida dos cidadãos.

Penso que o voto em mobilidade foi uma experiência que resultou bem nas eleições europeias, resultou mesmo muito bem. Creio que é mais difícil este voto nas eleições legislativas, pela organização dos próprios círculos, mas fica aqui esta nota de preocupação (...) Obviamente a nossa vida hoje é móvel, não estamos sempre no mesmo sítio e, por diversos motivos pessoais, podemos ter de estar num outro local qualquer. Se pudéssemos aprofundar o sistema político para reforçar este voto em mobilidade, penso que isso poderia também (...) diminuir a abstenção.

Ainda neste âmbito, uma participante convidou a uma reflexão sobre se realizar as eleições num dia de semana poderia ser benéfico em termos de participação, reproduzindo uma argumentação também usada num dos *focus groups* com abstencionistas e votantes intermitentes.

Será que devemos ter o ato eleitoral ao domingo ou deveríamos ter num dia de semana? Não sei, poderia ser uma coisa que... Em vez de ser ao domingo, sendo num dia de semana, será que a pessoa depois pode pedir licença ao patrão para ir votar? E será que assim terá uma maior obrigação para ir votar ou não? Não sei.

Alguns participantes consideram que melhorar os aspectos procedimentais com vista a aumentar a conveniência do voto é particularmente importante para fomentar a participação dos eleitores portugueses no estrangeiro, dos jovens deslocados das localidades em que estão recenseados por motivos de estudo, e também dos muito idosos.

Acho que há, ainda assim, algumas coisas procedimentais que podem ser melhoradas, sobretudo para quem está fora do país (...) É tão complicado votar quando se está numa cidade onde não há um consulado onde se possa exercer o direito de voto... No fundo, também [é preciso] pensar que soluções é que podem existir para dar resposta, até porque com a diáspora que Portugal tem... Depois, também ligado a questões procedimentais, o voto em mobilidade no país (...) [poderia igualmente ser considerado] para os [ilhéus] mais jovens que tendem a ser quem mais se abstém. Muitos estão espalhados pelo continente, e mesmo aqueles que são [do continente] e vêm de uma parte do país podem estar a estudar noutra.

Numa linguagem cinematográfica, e citando agora o filme que está muito em voga, que é o Ainda Estou Aqui, eu diria que o idoso ainda está aqui, e não consegue nem tem meios para ir votar (...) Porque é que eu digo isto? Porque, quando vivemos a pandemia de COVID-19, houve uma medida que agora deixaram cair e muitos idosos queixam-se. Temos de perceber que a população envelheceu exponencialmente, aumentou a população que está em lares, sem mobilidade, com pouca capacidade para ir votar. Na COVID-19, a urna ia ao lar ou ao hospital. Essa medida terminou com o fim da pandemia e as pessoas deixaram de ir [votar], porque não têm como. Ou então tem de se fazer uma grande mobilização, andar com carrinhas... muitas pessoas estão incapazes de se deslocar nesses locais. Portanto, acho que era uma medida a repensar.

Merece destaque o facto de vários participantes terem refutado a ideia de que mudanças nos aspectos procedimentais das eleições são uma panaceia eficaz para a abstenção.

As modalidades alternativas [do exercício do voto] têm sido positivas, mas não vão tocar naquilo que é a essência do problema no que diz respeito à abstenção, que tenderá a aumentar cada vez mais, se mantivermos este ritmo.

As medidas que nós tomamos, como a desmaterialização dos cadernos eleitorais e poder votar em qualquer ponto do país, facilitam a vida a quem já ia votar. É o que eu acho. Não traz mais votantes para o sistema.

Nas últimas eleições (...) já foi permitido às pessoas votar fora do seu local de residência. Ou seja, se era isto que impedia as pessoas de votar, essa situação já não se põe. Mas será que estamos a ter muito mais votos?

Eu estou cada vez mais convencido que os aspectos procedimentais das eleições são desculpas das pessoas para não votarem. Mais do que verdadeiras razões, são desculpas. Acho que são desculpas de quem não tem consciência do dever cívico e da responsabilidade de votar, e encontra nos aspectos procedimentais das eleições a desculpa para justificar... Não foi [votar] por alguma razão procedimental. Porque a mesa de voto está longe, o sistema é complicado, etc.

Este último participante prosseguiu, fazendo referência ao crescimento dos resultados eleitorais dos partidos populistas, decorrente da sua capacidade de atrair abstencionistas, num contexto marcado pelas mesmas circunstâncias procedimentais.

A propósito dos fenómenos populistas, nós constatamos que, em todas essas circunstâncias, o suporte eleitoral desses fenómenos é o resgate das pessoas da abstenção. Pessoas que se desligaram completamente durante anos da participação eleitoral de repente são mobilizadas por este tipo de discurso, por este tipo de postura. E não há distância face às mesas de voto, dificuldades no voto, dificuldades na identificação da pessoa que se elege, não há nada que pareça ser um problema (...) Isto tem mais que ver com a substância da participação política, com as razões da participação política e a motivação (...) Estes fenómenos mostram que, verdadeiramente, a saída da abstenção pode passar por cima de todas essas barreiras, todos esses obstáculos, quando há, digamos assim, um trigger, para utilizar um anglicismo, que permite que, de facto, as pessoas encontrem um elemento de motivação.

Candidatos independentes

Os participantes que se pronunciaram relativamente ao papel mobilizador da participação nas eleições de candidatos independentes esgrimiram argumentos contrários a esta ideia. Em concreto, destacaram a importância do papel dos partidos nos sistemas políticos, identificaram riscos na ação dos independentes, que consideram imprevisível e potencialmente demagógica, e lembraram que, nomeadamente na esfera autárquica, muitos dos que são eleitos através de listas partidárias não são militantes.

Eu acho que os partidos políticos são o garante da estabilidade do sistema. Há mecanismos de listas de independentes, movimentos cívicos, etc. Penso que os partidos políticos mostram com os seus candidatos ao que vêm. Têm uma matriz ideológica, nós sabemos com o que podemos contar com aqueles candidatos. A dificuldade que eu tenho com movimentos independentes, movimentos de cidadania — que são obviamente

muito importantes — é perceber depois o que é que eles vão, efetivamente, defender. Se não vão ceder a tudo o que interessa só para agradar aos seus eleitores e ganhar uma posição de superioridade em relação aos outros. Isto porque, como não têm uma matriz ideológica, conseguem cobrir todo o espectro político, o que para mim não faz qualquer sentido.

A questão da independência: eu acho que as pessoas estão mal informadas. Todos nós, nos nossos executivos, temos o facto de que as pessoas vão apoiadas por um partido porque é um processo muito mais fácil. Todo o processo de candidatura é mais simples do que quando a pessoa [se apresenta como] independente. Nos executivos, existem vereadores que são independentes, portanto nem todos são militantes de partidos, nem todos aqueles que estão em funções executivas são efetivamente militantes.

Mudar o foco e melhorar a comunicação

Três participantes fizeram questão de salientar que a abstenção se combate se os políticos se aproximarem das preocupações e necessidades dos cidadãos e comunicarem melhor, apresentando-se como alternativas diferenciadas e credíveis.

Uma coisa importante é os eleitos, os candidatos nas várias eleições, estarem próximos dos cidadãos, falarem no mesmo código, falarem daquilo com que os cidadãos mais se preocupam. Obviamente que não é divergir do que são as nossas bandeiras ideológicas, as nossas crenças, mas ir ao encontro daquelas que são as aspirações e os anseios dos cidadãos em geral.

Para termos pessoas a participar precisamos de mudar, certamente, os métodos de votação, tudo isso para facilitar, o que já temos feito, mas é preciso mudar drasticamente as políticas para haver uma perspetiva de vida melhor e uma possibilidade real de escolha entre as alternativas.

No nosso dia-a-dia, temos cada vez mais de comunicar e comunicar bem. Para quem? Para os jovens, para os adultos, para os velhinhos. [Comunicar] as nossas políticas, aquilo que fazemos no quotidiano. (...) Se verificarmos, a abstenção diminuiu quando os eleitores consideraram que havia ali uma, duas, três pessoas que poderiam fazer a diferença. Porquê? Porque comunicaram bem. E, portanto, considero que temos de transmitir a quem nos acompanha, e aos que não nos acompanham, o que andamos aqui a fazer e quais são as políticas que o meu partido e os demais pretendem concretizar na vida das pessoas, e que podem transformar as suas vidas.

O papel das escolas

Por fim, nos três encontros foi realçada a importância de se estimular o desenvolvimento de valores democráticos, a capacitação para a participação política e um sentimento de dever cívico, em particular nas novas gerações, um processo em que as escolas podem e devem participar.

Nós temos de começar a trabalhar isto desde muito cedo: os princípios e os valores. Eu acho que é uma coisa que se está a perder ano após ano. Houve um desinvestimento, um desinteresse. E tem de ser na juventude. E é aqui que é preciso ter políticos com coragem de apostar na formação, logo no primeiro ciclo: começar a transmitir os valores (...) e a importância da democracia.

Mas é preciso começarmos mais cedo, começarmos nas nossas escolas a preparar os nossos jovens para um verdadeiro e conseqüente exercício de cidadania. Fazê-los sentir que são agentes de mudança e de construção de comunidade desde que começam a ter o direito à palavra e a poder construir opinião. (...) Não é dar o peixe, como naquele velho provérbio chinês,

é darmos a cana para os ensinarmos a pescar, é prepararmos os jovens para esse exercício ativo de cidadania, de compromisso.

Volto a insistir no tópico da educação cívica. Penso que tem de haver aqui uma cultura de bastante formação e educação cívica. Eu cheguei a ter professores, no meu percurso escolar, que eram os primeiros, nas aulas, a criticar a política e os políticos, a dizer que não iam votar. Isto é inadmissível. Ou seja, acho que isto não pode acontecer na escola, no nosso sistema de ensino, de maneira nenhuma. Pelo contrário, tem de haver incentivos desde tenra idade para que os jovens e as crianças percebam a importância de participar cívica e politicamente.

A aposta na educação claramente será decisiva, um investimento forte. É necessário, a nível nacional, definir guiões estruturados para uma verdadeira cidadania ativa e participativa, e para o conhecimento da realidade política, de forma a criar melhores cidadãos, em vez de continuar com estas agendas, enfim, duvidosas, que têm pautado o sistema educativo.

Não deve ser apenas a escola a trabalhar no sentido de desenvolver as competências e o sentimento de dever cívico dos cidadãos. Este objetivo deve, na opinião de uma participante, envolver toda a sociedade.

O que eu acho é que falta muito mais determinação por parte de uma data de entidades, a todos os níveis, para fazer um caminho pensado, estruturado e uma campanha séria que ajude a tomar essa consciência. Aliás, investe-se muito mais noutra tipo de — agora não quero ser desagradável —, noutra tipo de prioridades, menos importantes do que esta. Não sei se também por comodismo, enfim, de quem está nas estruturas, mas que se podia fazer muito mais (...) É um esforço que tem de ser feito por todos, tem de haver um compromisso de todas as instituições e a

todos os níveis, do ponto de vista da educação, do ponto de vista das entidades com responsabilidade política, para conseguir mudar esta situação.

7.2. Conclusão

Neste capítulo, apresentaram-se os pontos de vista e os argumentos a respeito dos mecanismos da abstenção eleitoral em Portugal e de como combatê-la que foram partilhados por membros da classe política portuguesa eleitos para instituições políticas de três níveis (autárquico, nacional e supranacional), no contexto de encontros em torno do fenómeno da abstenção.

As suas narrativas sobre os mecanismos apontam para vários fatores já discutidos em capítulos anteriores — imagens negativas dos políticos, baixa perceção de eficácia do voto (associada à ideia de que os partidos são indistintos uns dos outros), défices em termos de dever cívico, efeitos geracionais ou de ciclo de vida, baixa competitividade das eleições, baixa magnitude de alguns círculos eleitorais, inconveniência do voto postal. Há, no entanto, alguns elementos novos, como a ideia de que alguns cidadãos tomam a democracia e o bem-estar social como garantidos. Além disso, foi destacada a contribuição dos partidos e da classe política em geral para o afastamento dos cidadãos em relação à política e aos processos eleitorais. Em concreto, os partidos não cumprem promessas nem resolvem os problemas das pessoas, estão fechados à sociedade civil e bloqueados pelos militantes, não têm sido capazes de comunicar eficazmente nos dias de hoje, e não têm fomentado um ambiente de pluralismo saudável e cidadania ativa. Por fim, os *media* foram também descritos como tendo responsabilidades neste contexto, quer porque promovem imagens e atitudes face à política de sinal negativo, quer porque não fornecem informação relevante.

Reconhecendo falhas por parte da classe política, os participantes nestes encontros identificaram também fatores externos, como os *media* ou o comodismo social, responsabilizando-os pelo afastamento eleitoral dos cidadãos.

Quanto aos modos de combater a abstenção, há, tal como no capítulo anterior, uma crença nas virtudes e potencial da educação para a cidadania, sendo também considerado necessário comunicar melhor e promover uma aproximação às necessidades e preocupações da população. No que diz respeito às reformas concretas que temos vindo a discutir, apesar de haver alguma concordância quanto ao facto de que aumentar a conveniência do voto é algo positivo, vários participantes mostraram-se céticos, quer porque creem que tais reformas pouco ou nada resolvem (nas palavras de um deputado, «vamos mudar o *hardware* quando o problema é o *software*»), quer, mais concretamente, porque a obrigatoriedade do voto viola o princípio da liberdade e cria condições para que votos menos refletidos inquinem os resultados eleitorais; porque a redução da idade de voto pode trazer mais abstencionistas para a população eleitora; ou porque a personalização do voto promove níveis de competição intrapartidária danosos.

Capítulo 8

Conclusões e recomendações

João Cancela e José Santana Pereira

8.1. Conclusões

Este estudo examinou em profundidade a abstenção eleitoral em Portugal, combinando análises quantitativas e qualitativas para identificar padrões de participação e compreender as motivações e narrativas associadas à não participação eleitoral. Explorámos as diferenças na magnitude da abstenção entre tipos de eleições (legislativas, autárquicas, presidenciais e europeias) e procurámos entender como é que fatores estruturais e atitudinais influenciam a decisão de votar, destacando o papel das perceções dos cidadãos sobre a sua relação com o sistema político, bem como as barreiras práticas à participação. Analisámos as diferenças e semelhanças entre quem tende a votar mais e menos frequentemente em termos de preferências políticas. Identificámos as perceções do eleitorado a respeito dos impactos da abstenção e das medidas para a combater, bem como os fatores na base da sua variação. Finalmente, procurámos amplificar as vozes dos próprios abstencionistas e das elites políticas sobre este tópico. Neste capítulo, recapitulamos as principais conclusões deste estudo e, a partir delas, oferecemos algumas recomendações práticas para diminuir a abstenção.

Começamos pela magnitude deste fenómeno. A tendência dominante da evolução da participação eleitoral em Portugal desde a transição para a democracia é de declínio. Este decréscimo é visível nos

diferentes tipos de eleição, mas tem incidências distintas consoante o tipo de eleição, por um lado, e em função da medida de cálculo da participação utilizada, por outro. O padrão geral é fácil de resumir: em Portugal, os níveis de participação eleitoral são substantivamente mais baixos em décadas recentes do que no início do período democrático. O declínio da participação é, contudo, mais moderado nas eleições autárquicas do que nas restantes eleições realizadas em todo o território nacional. Por outro lado, a queda é especialmente expressiva quando consideramos a proporção de votantes face ao número de eleitores recenseados, mas também a evolução da estimativa de participação face ao total de adultos portugueses com idade de voto é negativa. Por outras palavras, o recurso à estimativa alternativa de participação não anula o padrão de declínio patente na evolução das taxas oficiais, mas atenua-o.

Contudo, olhando para a evolução mais recente das taxas de abstenção em Portugal, é visível um aumento significativo da participação eleitoral, em contraste com a tendência geral a que temos assistido nas últimas décadas. Depois de um aumento ligeiro nas eleições legislativas de 2022, seguido de um incremento mais significativo em 2024, tanto nas eleições legislativas como nas eleições para o Parlamento Europeu, o paradigma aparenta ter-se alterado de forma substantiva.

Mais concretamente, passa-se de uma preocupação com o progressivo aumento da abstenção para uma curiosidade em perceber se estes padrões recentes sinalizam uma recuperação da participação eleitoral que se foi perdendo ao longo das últimas décadas.

Esta trajetória dinâmica da participação eleitoral reflete-se no comportamento comparado: inicialmente, Portugal alinhava-se com os países mais participativos da Europa, mas foi-se afastando progressivamente nas décadas seguintes, sobretudo nas legislativas. Recentemente, verificou-se uma reaproximação aos padrões da Europa Ocidental nas eleições legislativas, afastando-se Portugal dos níveis mais baixos da Europa Central e de Leste. No entanto, nas eleições europeias, o país continua a exibir níveis de participação baixos e mais próximos dos países do Leste europeu, refletindo uma menor saliência destas eleições no contexto nacional.

No que diz respeito aos mecanismos da abstenção, os resultados da análise dos dados do inquérito corroboram que a participação eleitoral não pode ser reduzida a uma escolha estritamente individual com igual probabilidade de desfecho independentemente das circunstâncias individuais, sendo antes fortemente condicionada pelas mesmas.

A idade surge como um dos preditores mais consistentes da participação, com os eleitores mais velhos a apresentarem uma propensão significativamente superior para o voto regular. No entanto, a influência da idade não é exclusivamente direta: o seu impacto sobre a participação é, em larga medida, mediado pelo envolvimento com a política e pela intensidade do sentimento de dever cívico, sugerindo que as pessoas mais velhas se relacionam com a política num quadro de normas e disposições subjetivas mais favoráveis ao voto (Blais & Achen, 2019).

O mesmo se verifica no caso da escolaridade e da classe social, cujos efeitos sobre a participação se manifestam sobretudo de forma indireta.

Entre as atitudes políticas analisadas, o dever cívico emerge como o fator mais determinante da participação. Este resultado reforça a ideia de que a decisão de votar não se baseia exclusivamente numa avaliação racional e estratégica dos benefícios do voto, mas está profundamente enraizada em normas sociais e convicções morais.

O envolvimento com a política também se revela um preditor relevante: eleitores que manifestam maior interesse na política e proximidade a um partido tendem a participar mais frequentemente nas eleições. Este efeito é, em grande medida, condicionado por fatores estruturais: indivíduos com maior escolaridade e pertencentes a classes sociais mais altas apresentam níveis mais elevados de envolvimento político, o que, por sua vez, se traduz numa maior propensão para o voto.

A confiança nas instituições não tem um efeito direto significativo sobre a participação. Ainda que sejam proferidos na esfera pública vários argumentos associando a baixa participação eleitoral à ausência de confiança nas instituições, e apesar de existir uma relação bivariada nos nossos dados, os resultados do modelo de equações estruturais mostram que a confiança institucional está correlacionada com variáveis que, essas sim, influenciam diretamente o comportamento eleitoral, como o interesse na política e o dever cívico. Este resultado sugere assim que a relação entre confiança institucional e participação é algo intrincada: não é necessariamente a confiança nas instituições que leva ao voto, mas o facto de os indivíduos mais confiantes nas instituições tenderem a apresentar um conjunto de disposições políticas que favorecem o envolvimento eleitoral.

Por fim, a análise destaca a importância de barreiras logísticas, nomeadamente a distância ao local de voto, na propensão para participar. A distância reportada pelos inquiridos tem um efeito negativo estatisticamente significativo sobre a participação, sugerindo que dificuldades práticas podem desempenhar um papel não negligenciável na decisão de votar ou não. O impacto desta barreira demonstrou ser moderado pelo sentimento de dever cívico.

Em suma, estes resultados oferecem pistas para pensar em medidas destinadas a aumentar a participação. Estratégias que reforcem a normatividade do voto, que reduzam barreiras logísticas e que fomentem o interesse na política poderão ser particularmente eficazes para combater a abstenção e promover uma participação eleitoral mais ampla e igualitária. Voltamos a estas ideias na próxima secção, em que formulamos algumas recomendações.

Quanto aos impactos da abstenção, analisámos até que ponto os cidadãos mais e menos propensos a votar têm posições e preferências políticas distintas. Os resultados oferecem uma leitura matizada sobre as clivagens políticas e as preferências ideológicas dos eleitores portugueses, trazendo como principal novidade a possibilidade de associarmos ao seu perfil de participação eleitoral. Os votantes assíduos e frequentes tendem a posicionar-se mais à esquerda na escala ideológica e a valorizar mais o investimento público. Em contrapartida, os eleitores intermitentes e os abstencionistas recorrentes apresentam uma inclinação ligeiramente maior para posições mais anti-elitistas, bem como para políticas menos intervencionistas do Estado. Estes resultados sugerem que a abstenção pode contribuir para uma sub-representação relativa de certas perspetivas ideológicas no processo eleitoral, nomeadamente aquelas mais à direita, um resultado que

contraria a literatura comparada, que normalmente associa a abstenção a cidadãos com preferências políticas mais redistributivas (Gant & Lyons, 1993; Bennet & Resnick, 1990; Quinley, 1995; Highton & Wolfinger, 2001b; Kissau, Lutz & Rosset, 2011; ver, contudo, Gallego, 2015, e Godbout & Turgeon, 2019).

Este estudo incluiu ainda a análise das opiniões dos cidadãos a respeito dos principais impactos da abstenção e de algumas medidas frequentemente apresentadas como podendo ter efeitos positivos no fomento da participação eleitoral. A abstenção é frequentemente associada à falta de responsabilização dos políticos e a défices de representatividade das políticas públicas. Quanto às reformas, o voto *online* e o voto obrigatório são os que recebem maior apoio. O voto obrigatório é especialmente bem visto por eleitores que votam frequentemente, enquanto o voto *online* é particularmente valorizado pelos mais jovens e pelos abstencionistas. A redução da idade de voto é apoiada por uma minoria dos cidadãos, sendo mais comum a defesa da manutenção do *status quo* nesta matéria.

Por fim, as narrativas. Através da realização de *focus groups* com eleitores tendencialmente abstencionistas, procurámos escutar os seus argumentos e motivações. Os resultados desta etapa da investigação evidenciam a existência de um conjunto plural de narrativas justificativas da abstenção, que podemos organizar em torno de quatro grandes dimensões: desconfiança na política e nos políticos; percepção de ineficácia do voto; desinteresse pela política; e insatisfação face à oferta partidária existente. Vale a pena destacar a percepção disseminada de ineficácia do voto, associada a um sentimento de impotência face ao sistema político. O desinteresse pela política também se revelou um fator importante, com alguns eleitores a indicarem que

a política constitui um mundo distante e pouco apelativo ou mesmo irrelevante para a sua vida quotidiana. A insatisfação com a oferta partidária foi outra justificação recorrente avançada pelos participantes dos *focus groups*. Examinámos ainda, neste capítulo, as consequências da abstenção para os participantes nos *focus groups*, com destaque para a desresponsabilização dos políticos, a menor representatividade das políticas públicas e, em última instância, a erosão da legitimidade do sistema democrático. Para contrariar esta tendência, as medidas mais consensuais apontadas pelos cidadãos foram o reforço da educação cívica, a melhoria da comunicação política e a flexibilização do exercício do direito de voto.

Já as elites políticas portuguesas, auscultadas em encontros que reuniram representantes ao nível nacional, europeu e autárquico, reconhecem que a abstenção resulta de um conjunto diversificado de fatores, destacando a desconfiança dos cidadãos nos políticos, a perceção de ineficácia do voto e o afastamento dos mais jovens da participação eleitoral convencional. Vários participantes admitiram que os partidos políticos têm responsabilidade neste afastamento, apontando problemas como promessas não cumpridas, distanciamento em relação à sociedade civil e dificuldades em renovar as elites políticas. O papel dos *media* surge igualmente como um fator relevante, dado o foco frequente em notícias negativas e a escassez de cobertura qualificada da política, algo que foi particularmente sublinhado a respeito das instituições europeias. Em relação às soluções, as elites manifestam reservas relativamente ao voto obrigatório e à redução da idade de voto, mas mostram abertura a medidas como o voto em mobilidade e a promoção de uma comunicação política mais eficaz e acessível. Por fim, salientam a importância de reforçar a educação cívica nas escolas e

na sociedade em geral como meio estruturante para combater o alheamento cívico e estimular o envolvimento democrático.

8.2. Recomendações

As recomendações que se seguem resultam da análise aprofundada dos dados quantitativos e qualitativos reunidos neste relatório, em interação com a literatura nacional e internacional sobre participação eleitoral. Respondem aos principais padrões empíricos que identificámos: a presença de níveis de abstenção moderadamente altos em alguns segmentos populacionais, a influência determinante do dever cívico, as barreiras logísticas à participação e as perceções de desconfiança e desmotivação em relação à política. Com estas medidas procuramos articular as dimensões individuais, contextuais e institucionais do problema, no sentido de fomentar hábitos de participação eleitoral mais robustos e inclusivos. Em concreto, propomos três grandes conjuntos de medidas para enfrentar os fatores que limitam a participação eleitoral em Portugal, que, embora diversas nos seus mecanismos de ação, partilham a característica comum de serem viáveis no quadro institucional atual.

8.2.1. Recomendações com vista a reforçar o dever cívico

O primeiro eixo de intervenção responde à constatação de que, no plano individual, os baixos níveis de sentimento de dever cívico são um dos principais fatores associados à abstenção em Portugal. Com base nos dados recolhidos e nas narrativas dos cidadãos e das elites políticas, propõem-se três intervenções complementares com enfoque na educação, na integração cívica e na mobilização pública.

Recomendação 1: estimular o dever cívico através da educação para a cidadania nas escolas

Propõe-se uma medida de natureza incremental que incida sobre as atuais linhas orientadoras da Educação para a Cidadania no currículo educativo português. Os resultados do nosso estudo mostram que o dever cívico é o fator atitudinal mais relevante na explicação da participação eleitoral e, como evidenciam os dados do inquérito, este sentimento é mais reduzido entre os jovens. Apesar da sua abrangência atual, que «incide essencialmente nos direitos e nas responsabilidades democráticas e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural da sociedade»¹⁵, consideramos necessário reforçar explicitamente a centralidade do voto e do dever de participação eleitoral no currículo.

Propomos, assim, que a Educação para a Cidadania inclua um foco mais robusto na importância do voto nas democracias representativas, integrando simulações de processos eleitorais e atividades práticas de tomada de decisão sobre assuntos relativos ao bem-comum. Propomos também que seja dada mais ênfase à discussão orientada sobre as consequências da abstenção e o papel do dever cívico. Apesar de as intervenções deste género no ensino secundário tenderem a ter impactos limitados no aumento da participação eleitoral em idade adulta (Weinschenk & Dawes, 2022), a literatura aponta para efeitos mais consistentes quando essas ações são implementadas em idades mais precoces: Holbein (2017) demonstra que o desenvolvimento de competências psicossociais e de socialização democrática desde o ensino básico está associado a uma maior propensão para votar na idade adulta. Esta evidência é corroborada por uma revisão recente da literatura que sublinha a importância da socialização política em idades

mais jovens e da adoção de métodos pedagógicos ativos (Willeck & Mendelberg, 2022).

Neste sentido, propomos que a Educação para a Cidadania inclua, desde os primeiros ciclos do ensino básico, uma ênfase na valorização do voto e na compreensão do dever cívico, promovendo o enraizamento de normas democráticas e o desenvolvimento precoce de uma cultura de participação informada e responsável.

Recomendação 2: integrar conteúdos de cidadania ativa em programas para cidadãos recém-naturalizados

Reconhecendo a necessidade de envolver mais ativamente cidadãos que recentemente adquiriram a nacionalidade portuguesa, recomenda-se a inclusão de módulos formativos sobre o sistema democrático e os direitos e deveres eleitorais nos programas de acolhimento e integração. Esta medida visa reforçar a integração política e cívica de cidadãos que obtiveram a nacionalidade, tendo em conta que o nosso estudo identificou perfis de participação eleitoral mais frágeis entre cidadãos recentes e/ou que se identificam como pertencendo a minorias, algo que o modelo estatístico apresentado no Capítulo 3 atribui à menor intensidade de sentimento de dever cívico que estes eleitores tendem a apresentar. Por outro lado, esta é uma fatia do eleitorado que tem aumentado em anos recentes. Entre 2008 e 2023, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística¹⁶, foram aceites 359 443 pedidos de nacionalidade por parte de estrangeiros residentes em Portugal.

A literatura internacional reforça a pertinência desta proposta. Está documentado que a naturalização, por si só, pode fomentar a integração política de longo prazo, aumentando a participação eleitoral,

a eficácia política e o conhecimento sobre o sistema democrático (Hainmueller, Hangartner & Pietrantuono, 2015). No entanto, outros estudos mostram que cidadãos naturalizados continuam a enfrentar barreiras informacionais e normativas à sua participação, sendo comum um défice de conhecimento político e cívico sobre a população nativa (Bass & Casper, 2001; Slotwinski & Bevelander, 2023). Além disso, há evidência experimental de que ações como o contacto presencial com eleitores imigrantes podem ter efeitos positivos no aumento da participação, especialmente em contextos onde estes cidadãos apresentam um menor nível de informação política (Pons & Liegey, 2018).

Neste sentido, recomenda-se que estes módulos sejam voluntários e concebidos de modo a reforçar o sentimento de pertença democrática e o conhecimento das regras e das instituições da democracia portuguesa. Sublinhamos que a medida que propomos deve evitar qualquer conotação de condicionalidade ou coação, e ser implementada em articulação com as redes locais de acolhimento, organizações da sociedade civil e autarquias.

Recomendação 3: aumentar a intensidade dos esforços de mobilização institucional

Recomenda-se o reforço e a diversificação das campanhas de mobilização e sensibilização promovidas pelo Ministério da Administração Interna, pela Comissão Nacional de Eleições e pelas autarquias, com uma atenção particular aos segmentos da população com maior propensão para a abstenção que identificamos neste estudo. O diagnóstico aqui apresentado identifica a existência de um grupo significativo de cidadãos que, embora não sejam abstencionistas convictos, tendem a adotar comportamentos de voto intermitente,

influenciados por fatores conjunturais e pela falta de incentivos imediatos à participação.

Neste contexto, a ampliação de campanhas institucionais de mobilização poderá desempenhar um papel importante na redução da abstenção. As conclusões de Santos, Tavares & Vicente (2021) sobre o impacto positivo de lembretes em caixas multibanco na mobilização eleitoral em Portugal reforçam a validade deste tipo de intervenção. Estes efeitos são consistentes com outras experiências internacionais que demonstram a eficácia de mobilizações de baixo custo e amplificação massiva, especialmente quando dirigidas a públicos-alvo com menor propensão estrutural para o voto (Gerber & Green, 2000; Pons & Liegey, 2016).

Sugere-se, por isso, não apenas a continuidade destas campanhas, mas o seu reforço em termos de frequência, personalização e segmentação territorial e sociodemográfica. Tal poderá passar pela combinação de campanhas nacionais com ações locais mais específicas, ajustadas aos contextos dos territórios com taxas de abstenção sistematicamente acima dos padrões médios nacionais.

8.2.2. Recomendações de natureza logística e material

Este segundo grupo de medidas procura atenuar barreiras práticas que dificultam o ato de votar, respondendo ao facto de que a distância aos locais de voto penaliza a participação eleitoral. Uma proporção não despreciable dos inquiridos com um perfil de participação mais esporádico vive longe dos locais onde as assembleias de voto são instaladas; no caso particular das eleições autárquicas de 2021, a impossibilidade material de votar foi apontada como motivo de abstenção por um terço dos eleitores da amostra.

Importa destacar que não recomendamos a implementação do mecanismo de aumento da conveniência do votar mais popular no inquérito realizado — o voto pela Internet — por dois motivos principais. Por um lado, cremos que há ainda muito a fazer em termos de flexibilização do voto presencial antes de tal medida ser introduzida. Por outro, as evidências internacionais alertam para riscos significativos associados ao voto *online*, incluindo a vulnerabilidade a fraudes e falhas que podem comprometer a integridade e o escrutínio do processo eleitoral. A literatura destaca que, mesmo com soluções baseadas em *blockchain*, as tecnologias atuais não oferecem garantias suficientes de segurança e transparência em larga escala (Simons, 2019; Park *et al.*, 2021).

Recomendação 4: expandir e institucionalizar o voto antecipado em mobilidade

Propõe-se a generalização do voto antecipado em mobilidade para todas as eleições, facilitando o exercício do direito de voto a eleitores que, por razões profissionais, académicas ou pessoais, se encontram fora da sua área de recenseamento no dia das eleições e/ou nas semanas que as antecedem. Apesar dos esforços recentes de adoção do voto antecipado em mobilidade em eleições legislativas, presidenciais e para o Parlamento Europeu, recomenda-se que o sistema seja alargado definitivamente também às autárquicas.

A literatura que analisámos indica que o voto antecipado isolado pode ter efeitos ambivalentes sobre a participação. Barreto, Streb & Leal (2021), por exemplo, apontam que o voto antecipado sem acompanhamento de outras medidas pode, em alguns casos, ter efeitos desmobilizadores em certas faixas do eleitorado. No entanto, medidas de facilitação da votação, quando combinadas com esforços

de mobilização e melhorias logísticas, tendem a produzir efeitos positivos mais consistentes na redução da abstenção (Garmann, 2020; Bechtel *et al.*, 2023).

Recomendação 5: expandir o transporte público gratuito e extraordinário em dia de eleições

Propõe-se a implementação de projetos-piloto de transporte público gratuito em dias de eleição em regiões com histórico de elevada abstenção e com dificuldades de acessibilidade, particularmente em zonas rurais e periféricas, onde a distância até ao local de voto surge como uma barreira concreta à participação.

A literatura internacional sugere que a relação entre custos de transporte e participação eleitoral é significativa. Por exemplo, uma análise de dados relativos à situação francesa mostra que o aumento da distância até à mesa de voto, especialmente para eleitores recenseados fora da sua área de residência habitual, reduz de forma não linear a probabilidade de participação eleitoral, sendo mais penalizadora em deslocações de curta e média distância (Fauvelle-Aymar & François, 2018). Este resultado reforça a necessidade de remover barreiras de custo de transporte em regiões onde as distâncias médias até às urnas são elevadas e a oferta de transporte público é limitada.

Ainda que a experiência brasileira não tenha demonstrado efeitos consistentes do transporte gratuito sobre a participação nas presidenciais de 2022 (Pereira *et al.*, 2023), o contexto português difere substancialmente, na medida em que o voto é facultativo e os eleitores visados seriam sobretudo aqueles que apresentam dificuldades

de mobilidade em zonas rurais e não em contexto urbano, como no artigo em questão.

Neste enquadramento, propõe-se que a realização de projetos-piloto incida em concelhos do interior e nas Regiões Autónomas, com articulação entre autarquias, operadoras de transporte e administração eleitoral, visando testar o impacto da medida na redução da abstenção em territórios onde as barreiras geográficas e sociais são mais pronunciadas. Nalguns casos, isto pode significar criar carreiras especiais para as zonas do país em que a oferta de transporte público ao domingo é muito residual ou até mesmo inexistente.

8.2.3. Recomendações de índole institucional

Embora mais estruturantes, estas reformas mantêm-se dentro das baias institucionais do sistema político português e visam potenciar a participação através de alterações cirúrgicas às normas que regem o funcionamento das eleições. Como o leitor poderá notar em seguida, estas propostas não incluem uma das medidas mais mencionadas pelos respondentes — e, em particular, por aqueles que votam sempre ou quase sempre — ao inquérito realizado no âmbito deste estudo: o voto obrigatório. Os motivos da sua exclusão não se prendem com dúvidas a respeito da eficácia — como tivemos oportunidade de dizer anteriormente, a obrigatoriedade do voto tem, de facto, um importante efeito dissuasor da abstenção. Os motivos são outros. Por um lado, apesar de não termos auscultado uma amostra representativa da classe política portuguesa, os participantes nos encontros por nós promovidos demonstraram-se quase unanimemente desfavoráveis a esta medida, o que indicia que tal proposta resultaria, pelo menos no curto/médio prazo, irrealista em termos da sua efetiva concretização. Por outro

lado, somos particularmente sensíveis aos efeitos secundários que a obrigatoriedade do voto pode ter, especialmente considerando que o desinteresse pela política e a distância face aos partidos políticos são fatores-chave da abstenção: votos pouco (se não mesmo nada) ponderados (Freire & Turgeon, 2020), e dificuldades em identificar e, conseqüentemente, votar nos partidos que melhor representam as preferências dos cidadãos podem resultar em desfechos eleitorais que, mais uma vez, e tal como tende a acontecer num contexto de elevada abstenção desigual, não espelham as reais preferências dos cidadãos (Selb & Lachat, 2009; Singh, 2016).

Recomendação 6: teste-piloto de redução da idade de voto para os 16 anos

Recomenda-se a realização de um projeto-piloto que permita avaliar a possibilidade do voto a partir dos 16 anos, à semelhança de experiências já realizadas noutros países europeus. Apesar do ceticismo dos inquiridos neste estudo quanto a esta possibilidade — ainda que não por parte dos mais interessados em política, curiosamente —, os dados internacionais convergem em considerar que os eleitores de 16 e 17 anos são mais propensos a participar do que os jovens imediatamente mais velhos (Dinas, 2017; Eichhorn & Bergh, 2021). Uma crítica recorrente a esta possibilidade é a ideia de que estes jovens não dispõem de maturidade intelectual ou cívica para realizar escolhas consequentes, mas investigação recente mostra que essa assimetria é corrigida a partir do momento em que estes adolescentes dispõem de direito de voto (Leininger *et al.*, 2024). Dada a sensibilidade do tópico, é compreensível a existência de reservas quanto ao uso imediato desta medida em eleições consideradas de primeira ordem. Nesse sentido,

consideramos que as próximas eleições para o Parlamento Europeu poderão ser uma boa ocasião.

Apesar das vantagens apontadas, importa sublinhar mais uma vez que a introdução do direito de voto aos 16 anos, se aplicada apenas em eleições específicas e não em todos os atos eleitorais, pode gerar efeitos adversos. A literatura identifica o risco de «des-recenseamento temporário» (Leininger *et al.*, 2023), ou seja, a frustração e perda de eficácia externa entre jovens que, após terem votado numa eleição aos 16 ou 17 anos, perdem novamente o direito de voto em eleições subsequentes até completarem 18 anos. Por outro lado, para que esta medida possa exponenciar a sua capacidade de mobilização de novos eleitores, deverá ser pensada em concomitância com o reforço da educação cívica proposto acima.

Recomendação 7: relançar o debate sobre a introdução de um círculo de compensação para as eleições legislativas

A partir dos testemunhos de alguns cidadãos e de representantes das elites políticas, que reforçaram o sentimento de impotência de quem se vê limitado no horizonte de escolhas por estar recenseado num distrito com baixa magnitude eleitoral, propõe-se o relançamento do debate sobre a criação de um círculo nacional de compensação que complemente o atual sistema de círculos distritais. Esta alteração permitiria aumentar a proporcionalidade e, potencialmente, responder a algumas das perceções de «inutilidade do voto» em círculos de menor magnitude (Blais & Arts, 2006; Jacobs & Spierings, 2010; Robbins, 2010; Stockemer, 2015; Muraoka & Barceló, 2019; Pierzgalski, Górecki & Stępień, 2025). Além de mitigar as assimetrias na representação entre distritos de elevada e baixa magnitude, esta reforma poderia

também ter um impacto positivo indireto na mobilização eleitoral de territórios mais periféricos e despovoados, onde as perceções de fraca eficácia do voto podem desincentivar a participação e contribuir para um sentimento de abandono político (Magalhães & Cancela, 2025). Naturalmente, uma reforma deste tipo deverá ser ponderada com base num equilíbrio cuidadoso entre eventuais benefícios e limitações.

Referências

ABDALA, M. B., «In-person or convenience voting? The role of the direct costs in explaining preferences for voting modalities», *Electoral Studies*, 91, 102851, 2024.

ABRAMOWITZ, A. & MCCOY, J., «United States: Racial resentment, negative partisanship and polarization in Trump's America», *ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 681(1), pp. 137-156, 2018.

ABRAMOWITZ, A. & WEBSTER, S., «The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century», *Electoral Studies*, 41, pp. 12-22, 2016.

ABRAMSON, P. R. & ALDRICH, J. H., «The decline of electoral participation in America», *American Political Science Review*, 76(3), pp. 502-521, 1982.

ADAMS, J., DOW, J. & MERRILL, S., «The political consequences of alienation-based and indifference-based voter abstention: Applications to presidential elections», *Political Behavior*, 28, pp. 65-86, 2006.

AGGEBORN, L., LAJEVARDI, N. & NYMAN, P., «Disentangling the impact of civil association membership on political participation: Evidence from Swedish panel data», *British Journal of Political Science*, 51(4), pp. 1773-1781, 2021.

AGUILAR, E. E. & PACEK, A. C., «Macroeconomic conditions, voter turnout, and the working-class/economically disadvantaged party vote in developing countries», *Comparative Political Studies*, 33(8), pp. 995-1017, 2000.

AICHHOLZER, J. & KRITZINGER, S., «Voting at 16 in practice: A review of the Austrian case» in Eichhorn, J. & Bergh, J. (eds.), *Lowering the Voting Age to 16: Learning from Real Experiences Worldwide* (pp. 81-101), Cham, Palgrave Macmillan, 2020.

AIGNEREN, M., «La técnica de recolección de información mediante los grupos focales», *Revista electrónica del Centro de Investigación Social (CEO)*, 2002, [link](#).

AITKIN, D., *Stability and Change in Australian politics*, Canberra, Australian National University Press, 1982.

ALDRICH, J., GIBSON, R., CANTIJOCH, M. & KONITZER, T., «Getting out the vote in the social media era: Are digital tools changing the extent, nature and impact of party contacting in elections?», *Party Politics*, 22(2), pp. 165-178, 2016.

ALDRICH, J., MONTGOMERY, J. & WOOD, W., «Turnout as a habit», *Political Behavior*, 33(4), pp. 535-563, 2011.

ALESINA, A. & GIULIANO, P., «Preferences for redistribution» in Benhabib, J., Bisin, A. & Jackson, M. O. (eds.), *Handbook of Social Economics*, vol. 1, San Diego, North-Holland, pp. 93-131, 2011.

ALIPOUR, J. V., & LINDLACHER, V., «No surprises, please: Voting costs and electoral turnout», *Journal of Political Economy Microeconomics*, 3(1), pp. 59-97, 2025.

ALMLUND, P., «Non-voting young people in conflict with the political system», *Journal of Political Power*, 11(2), pp. 230-251, 2018.

ALVAREZ, R. M., HALL, T. E., LEVIN, I. & STEWART III, C., «Voter opinions about election reform: Do they support making voting more convenient?», *Election Law Journal*, 10(2), pp. 73-87, 2011.

ANDRÉ, S., DEWILDE, C. & LUIJKX, R., «The tenure gap in electoral participation: Instrumental motivation or selection bias? Comparing homeowners and tenants across four housing regimes», *International Journal of Comparative Sociology*, 58(3), pp. 241-265, 2017.

ANDUIZA, E., «Individual characteristics, institutional incentives and electoral abstention in Western Europe», *European Journal of Political Research*, 41(5), pp. 643-673, 2002.

ANDUIZA, E. & TORMOS, R., «Survey data and methods for the study of political participation» in Giugni, M. & Grasso, M. (eds.), *The Oxford Handbook of Political Participation*, Oxford, Oxford University Press, pp. 233-249, 2022.

ANDUIZA, E., CANTIJOCH, M. & GALLEGU, A., «Political participation and the internet: A field essay», *Information, Communication and Society*, 12(6), pp. 860-878, 2009.

ANGELIS, A. & GARZIA, D., «Individual level dynamics of PTV change across the electoral cycle», *Electoral Studies*, 32(4), pp. 900-904, 2013.

ANGELUCCI, D., CARRIERI, L. & IMPROTA, M., «No participation without representation: The impact of descriptive and substantive representation on the age-related turnout gap», *Political Studies*, 73(1), pp. 126-148, 2025.

ANGELUCCI, D., IMPROTA, M., LACHAT, R. & VITTORI, D., «Time will tear us apart: European electoral participation dynamics in longitudinal perspective», *Electoral Studies*, 90, pp. 1-7, 2024.

ANSOLABEHRE, S. & HERSH, E., «Validation: What big data reveal about survey misreporting and the real electorate», *Political Analysis*, 20(4), pp. 437-459, 2012.

ANSON, I. & HELLWIG, T., «Economic models of voting» in Scott, R. & Kosslyn, S. (eds.), *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences*, pp. 1-14, 2015, [link](#).

ARCENEUX, K., «The conditional impact of blame attribution on the relationship between economic adversity and turnout», *Political Research Quarterly*, 56(1), pp. 67-75, 2003.

ARCENEUX, K. & NICKERSON, D., «Who is mobilized to vote? A re-analysis of 11 field experiments», *American Journal of Political Science*, 53(1), pp. 1-16, 2009.

ARENDR, F. & BRANTNER, C., «Quality press and voter turnout: Evidence for causal effects and its underlying mechanisms», *Studies in Communication Sciences*, 15(2), pp. 164-172, 2015.

ARGOTE, P. & VISCONTI, G., «Anti-elite attitudes and support for independent candidates», *PLOS One*, 18(10), e0292098, 2023.

ARNESEN, S., BERGH, J., CHRISTENSEN, D. A. & AARDAL, B., «Support for electoral system reform among voters and politicians: Studying information effects through survey experiments», *Electoral Studies*, 71, 102313, 2021.

ARNESEN, S., BRODERSTAD, T. S., JOHANNESSEN, M. P. & LINDE, J., «Conditional legitimacy: How turnout, majority size, and outcome affect perceptions of legitimacy in European Union membership referendums», *European Union Politics*, 20(2), pp. 176-197, 2019.

ARNESEN, S., BRODERSTAD, T. S., JOHANNESSEN, M. P. & LINDE, J., «Beyond the ballot: The impact of voting margin and turnout on the legitimacy of referendum outcomes in Europe», *Political Studies*, 73(2), pp. 795-816, 2024.

ARNOLD, F., «Turnout and closeness: Evidence from 60 years of Bavarian mayoral elections», *The Scandinavian Journal of Economics*, 120(2), pp. 624-653, 2018.

- ARTÉS, J., «The rain in Spain: Turnout and partisan voting in Spanish elections», *European Journal of Political Economy*, 34, pp. 126-141, 2014.
- ASHWORTH, S., «Electoral accountability: Recent theoretical and empirical work», *Annual Review of Political Science*, 15(1), pp. 183-201, 2012.
- Autoridade Tributária e Aduaneira, «Tabelas de retenção do IRS», 2022, [link](#).
- BAILEY, M. A., *Polling at a Crossroads: Rethinking Modern Survey Research*, Cambridge, Cambridge University Press, 2024.
- BANKERT, A., «Negative partisanship among independents in the 2020 US presidential elections», *Electoral Studies*, 78, 102490, 2022.
- BARONE, C., LUCCHINI, M. & SARTI, S., «Class and political preferences in Europe: A multilevel analysis of trends over time», *European Sociological Review*, 23(3), pp. 373-392, 2007.
- BARTKOWSKA, M. & TIEMANN, G., «The impact of economic perceptions on voting behaviour in European Parliamentary elections», *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 53(2), pp. 201-217, 2015.
- BASS, L. E. & CASPER, L. M., «Impacting the political landscape: Who registers and votes among naturalized Americans?», *Political Behavior*, 23(2), pp. 103-130, 2001.
- BATTISTON, S., LUCONI, S. & VALBRUZZI, M., «To vote or not to vote in the homeland elections? Insights into voting abstention in Italy's constituency abroad», *Modern Italy*, 29(1), pp. 73-96, 2024.
- BAUM, M. & ESPÍRITO-SANTO, A., «Desigualdades de género em Portugal: A participação política das mulheres» in Freire, A., Costa Lobo, M. & Magalhães P. (eds.), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 261-299, 2004.
- BAUM, M., & ESPÍRITO-SANTO, A., «As desigualdades de género na participação política em Portugal: Uma perspetiva longitudinal» in Freire, A., Costa Lobo, M. & Magalhães, P. (eds.), *Eleições e Cultura Política: Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 111-156, 2007.
- BECHTEL, M. M., HANGARTNER, D. & SCHMID, L., «Compulsory voting, habit formation, and political participation», *Review of Economics and Statistics*, 100(3), pp. 467-476, 2018.
- BEEGHLEY, L., «Social class and political participation: A review and an explanation», *Sociological Forum*, 1(3), pp. 496-513, 1986.
- BEETHAM, D., *The Legitimation of Power* (2.^a ed.), Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2013.
- BÉLANGER, É. & NADEAU, R., «Political trust and the vote in multiparty elections: The Canadian case», *European Journal of Political Research*, 44(1), pp. 121-146, 2005.
- BELCHIOR, A. M., *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- BELCHIOR, A. M., AZEVEDO, J., LISI, M. & ABRANTES, M., «Contextual reasons for emigrants' electoral participation in home country elections: The Portuguese case», *Journal of Contemporary European Studies*, 26(2), pp. 197-214, 2018.
- BELCHIOR, A. M., TSATSANIS, E. & TEIXEIRA, C. P., «Representation in times of crisis: deputy-voter congruence on views of representation in Portugal», *International Political Science Review*, 37(2), pp. 277-293, 2016.

- BELLETTINI, G., CERONI, C. B., CANTONI, E., MONFARDINI, C. & SCHAFER, J., «Modern family? The gendered effects of marriage and childbearing on voter turnout», *British Journal of Political Science*, 53(3), pp. 1016-1040, 2023.
- BELLI, R. F., TRAUGOTT, M. W., YOUNG, M. & MCGONAGLE, K. A., «Reducing vote overreporting in surveys: Social desirability, memory failure, and source monitoring», *Public Opinion Quarterly*, 63(1), pp. 90-108, 1999.
- BENGTSSON, Å., «Economic voting: The effect of political context, volatility and turnout on voters' assignment of responsibility», *European Journal of Political Research*, 43(5), pp. 749-767, 2004.
- BENNETT, S. E. & RESNICK, D., «The implications of nonvoting for democracy in the United States», *American Journal of Political Science*, 34(3), pp. 771-802, 1990.
- BENOIT, K. & MARSH, M., «Campaign spending in the local government elections of 1999», *Irish Political Studies*, 18(2), pp. 1-22, 2003.
- BERGH, J., «Does voting rights affect the political maturity of 16-and 17-year-olds? Findings from the 2011 Norwegian voting-age trial», *Electoral Studies*, 32(1), pp. 90-100, 2013.
- BERINSKY, A. J., «The perverse consequences of electoral reform in the United States», *American Politics Research*, 33(4), pp. 471-491, 2005.
- BERINSKY, A. J., de KADT, D., ORKIN, K. & POSNER, D. N., *Disengaged by Choice? A Research Agenda for Understanding Low Urban Youth Turnout in South Africa*, MIT Research Paper 2016-30, 2016, [link](#).
- BERNARD, J., KOSTELECKÝ, T., MANSFELDOVÁ, Z. & MIKEŠOVÁ, R., «Independents in local politics: Voter turnout, competitiveness, and party-system effects», *Local Government Studies*, 51(2), pp. 344-364, 2025.
- BERNHAGEN, P. & MARSH, M., «The partisan effects of low turnout: Analyzing vote abstention as a missing data problem», *Electoral Studies*, 26(3), pp. 548-560, 2007.
- BERNHAGEN, P. & MARSH, M., «Missing voters, missing data: Using multiple imputation to estimate the effects of low turnout», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 20(4), pp. 447-472, 2010.
- BERNSTEIN, R., CHADHA, A. & MONTJOY, R., «Overreporting voting: Why it happens and why it matters», *Public Opinion Quarterly*, 65(1), pp. 22-44, 2001.
- BHATTI, Y., «Distance and voting: Evidence from Danish municipalities», *Scandinavian Political Studies*, 35(2), pp. 141-158, 2012.
- BHATTI, Y., DAHLGAARD, J. O., HANSEN, J. H. & HANSEN, K. M., «Core and peripheral voters: Predictors of turnout across three types of elections», *Political Studies*, 67(2), pp. 348-366, 2019.
- BHATTI, Y. & HANSEN, K. M., «Retiring from voting: Turnout among senior voters», *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 22(4), pp. 479-500, 2012.
- BIRCH, S., *Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting*, Manchester, Manchester University Press, 2008.
- BIRCH, S., CLARKE, H. D. & Whiteley, P., «Should 16-year-olds be allowed to vote in Westminster elections? Public opinion and electoral franchise reform», *Parliamentary Affairs*, 68(2), pp. 291-313, 2015.
- BIRCH, S. & LODGE, G., «Voter engagement, electoral inequality and first-time compulsory voting», *The Political Quarterly*, 86(3), pp. 385-392, 2015.
- BLAIS, A. & AARTS, K., «Electoral systems and turnout», *Acta Politica*, 41, pp. 180-196, 2006.

BLAIS, A. & ACHEN, C., «Civic duty and voter turnout», *Political Behavior*, 41(1), pp. 473-497, 2019.

BLAIS, A., & DAoust, J.-F., *The Motivation to Vote: Explaining Electoral Participation*, Vancouver, UBC Press, 2020.

BLAIS, A., DOBRZYNSKA, A., & LOEWEN, P., «Potential impacts of extended advance voting on voter turnout», Working Paper, 2007, [link](#).

BLAIS, A. & MASSICOTTE, L., «Electoral systems» in LeDuc, L., Niemi, R. G., & Norris, P. (eds.), *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, pp. 40-69, 2002.

BLAIS, A. & RUBENSON, D., «The source of turnout decline: New values or new contexts?», *Comparative Political Studies*, 46(1), pp. 95-117, 2013.

BLAIS, A., GALAIS, C. & COULOMBE, M., «The effect of social pressure from family and friends on turnout», *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(9), pp. 2824-2841, 2019.

BLAIS, A., GIDENGIL, E., NEVITTE, N. & NADEAU, R., «Where does turnout decline come from?», *European Journal of Political Research*, 43(2), pp. 221-236, 2004.

BLAIS, A., PLESCIA, C., HÖGSTRÖM, J. & PÉLOQUIN-SKULSKI, G., «Do (many) voters like ranking?», *Party Politics*, 27(6), pp. 1223-1228, 2021.

BLONDEL, J., SINNOTT, R. & SVENSSON, P., «Representation and voter participation», *European Journal of Political Research*, 32(2), pp. 243-272, 1997.

BOHRER, R. E., PACEK, A. C. & RADCLIFF, B., «Electoral participation, ideology, and party politics in post-communist Europe», *Journal of Politics*, 62(4), pp. 1161-1172, 2000.

BOIX, C. & RIBA, C., «Las bases sociales y políticas de la abstención en las elecciones generales españolas: Recursos individuales, movilización estratégica e instituciones electorales», *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 90, pp. 95-128, 2000.

BONNEAU, C. & LOEPP, C., «Getting things straight: The effects of ballot design and electoral structure on voter participation», *Electoral Studies*, 34, pp. 119-130, 2014.

BOWLER, S. & DONOVAN, T., «Civic duty and turnout in the UK referendum on AV: What shapes the duty to vote?», *Electoral Studies*, 32(2), pp. 265-273, 2013.

BOWLER, S. & DONOVAN, T., «Partisan predispositions and public support for making it easier to vote», *American Politics Research*, 46(6), pp. 971-995, 2018.

BRADY, H. & McNULTY, J., «Turning out to vote: The costs of finding and getting to the polling place», *American Political Science Review*, 105(1), pp. 115-134, 2011.

BRADY, H., VERBA, S. & SCHLOZMAN, K., «Beyond SES: A resource model of political participation», *American Political Science Review*, 89(2), pp. 271-294, 1995.

BRANCATI, D., «Winning alone: The electoral fate of independent candidates worldwide», *The Journal of Politics*, 70(3), pp. 648-662, 2008.

BRATSBERG, B., DAWES, C. T., KOTSADAM, A., LINDGREN, K. O., ÖHRVALL, R., OSKARSSON, S. & RAAUM, O., «Birth order and voter turnout», *British Journal of Political Science*, 52(1), pp. 475-482, 2022.

BRENNAN, J., «Medicine worse than the disease? Against compulsory voting» in Brennan, J. & Hill, L. (eds.), *Compulsory Voting: For and Against*, Nova Iorque, Cambridge University Press, pp. 3-110, 2014.

- BROCKINGTON, D., «The paradox of proportional representation: The effect of party systems and coalitions on individuals' electoral participation», *Political Studies*, 52(3), pp. 469-490, 2004.
- BROCKMAN, D. E. & SKOVRON, C., «Bias in perceptions of public opinion among political elites», *American Political Science Review*, 112(3), pp. 542-563, 2018.
- BRUNELL, T. L. & DINARDO, J., «A propensity score reweighting approach to estimating the partisan effects of full turnout in American presidential elections», *Political Analysis*, 12(1), pp. 28-45, 2004.
- BRYSON, A., GOMEZ, R., KRETSCHMER, T. & WILLMAN, P., «What accounts for the union member advantage in voter turnout? Evidence from the European Union, 2002-2008», *Relations Industrielles*, 69(4), pp. 732-765, 2014.
- BURDEN, B. C., CANON, D. T., MAYER, K. R. & MOYNIHAN, D. P., «Election laws, mobilization, and turnout: The unanticipated consequences of election reform», *American Journal of Political Science*, 58(1), pp. 95-109, 2014.
- BURDEN, B. C. & WICHOWSKY, A., «Economic discontent as a mobilizer: Unemployment and voter turnout», *The Journal of Politics*, 76(4), pp. 887-898, 2014.
- BURMILA, E. M. & BIRKHEAD, N. A., «When increased turnout matters: Simulating the partisan impact of full turnout in senate and gubernatorial elections», *Politics & Policy*, 45(6), pp. 1024-1050, 2017.
- BUTLER, D. & de la O, A., «The causal effect of media-driven political interest on political attitudes and behavior», *Quarterly Journal of Political Science*, 5(4), pp. 321-337, 2011.
- CAMPBELL, A., «Surge and decline: A study of electoral change», *Public Opinion Quarterly*, 24(3), pp. 397-418, 1960.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, P., MILLER, W. & STOKES, D., *The American Voter*, Nova Iorque, Wiley, 1960.
- CAMPBELL, D., *Why we Vote: How Schools and Communities Shape our Civic Life*, Princeton e Oxford, Princeton University Press, 2006.
- CANCELA, J., *Associativismo e Participação Política: O Caso Português (2006-2009)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- CANCELA, J., «Electoral turnout» in Fernandes J., Magalhães, P. & Pinto A. C. (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 291-307, 2022.
- CANCELA, J. & GEYS, B., «Explaining voter turnout: A meta-analysis of national and subnational elections», *Electoral Studies*, 42, pp. 264-275, 2016.
- CANCELA, J. & MAGALHÃES, P., *As Bases Sociais dos Partidos Portugueses*, Working Paper 60, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, 2020, [link](#).
- CANCELA, J. & MAGALHÃES, P. C., «A (nova) clivagem urbano/rural nas atitudes políticas dos portugueses» in Costa Lobo, M. & Espírito-Santo, A. (eds.), *O Eleitorado Português no Século XXI*, Lisboa, Tinta da China, pp. 99-125, 2024.
- CANCELA, J., REZENDE-MATIAS, A. & SANTANA PEREIRA, J., «Abstenção em Portugal no Século XXI: Fatores explicativos da participação nas eleições legislativas em perspetiva longitudinal» in Costa Lobo, M. & Espírito-Santo, A. (eds.), *O Eleitorado Português no Século XXI*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 25-49, 2024.
- CANCELA, J., SANTANA PEREIRA, J. & NARCISO, J. B., *Afinal, quantas Pessoas se abstêm em Portugal?*, Policy Paper, [link](#), 2023.

- CANCELA, J. & VICENTE, M., *Abstenção e Participação Eleitoral em Portugal: Diagnóstico e Hipóteses de Reforma*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2019.
- CANTONI, E., «A precinct too far: Turnout and voting costs», *American Economic Journal: Applied Economics*, 12(1), pp. 61-85, 2020.
- CANTRIL, H. & HARDING, J., «The 1942 elections: a case study in political psychology», *Public Opinion Quarterly*, 7(2), pp. 222-241, 1943.
- CARUANA, N., MCGREGOR, R. & STEPHENSON, L., «The power of the dark side: Negative partisanship and political behaviour in Canada», *Canadian Journal of Political Science*, 48(4), pp. 771-789, 2015.
- CARVALHO, J. & DUARTE, M. C., «The politicization of immigration in Portugal between 1995 and 2014: A European exception?», *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 58(6), pp. 1469-1487, 2020.
- CASSEL, C., «Voluntary associations, churches, and social participation theories of turnout», *Social Sciences Quarterly*, 80(3), pp. 504-517, 1999.
- CEBULA, R., «Unemployment and voter turnout revisited: A brief note», *Electoral Studies*, 48, pp. 149-152, 2017.
- CEPALUNI, G. & HIDALGO, F. D., «Compulsory voting can increase political inequality: Evidence from Brazil», *Political Analysis*, 24(2), pp. 273-280, 2016.
- CHAN, T. W. & CLAYTON, M., «Should the voting age be lowered to sixteen? Normative and empirical considerations», *Political Studies*, 54(3), pp. 533-558, 2006.
- CIANCIO, A. & KÄMPFEN, F., «The heterogeneous effects of internet voting», *European Journal of Political Economy*, 79, 102444, 2023.
- CITRIN, J., «Comment: The political relevance of trust in government», *American Political Science Review*, 68(3), pp. 973-998, 1974.
- CITRIN, J. & STOKER, L., «Political trust in a cynical age», *Annual Review of Political Science*, 21(1), pp. 49-70, 2018.
- CITRIN, J., SCHICKLER, E. & SIDES, J., «What if everyone voted? Simulating the impact of increased turnout in senate elections», *American Journal of Political Science*, 47(1), pp. 75-90, 2003.
- CLARKE, H., SANDERS, D., STEWART, M. & WHITELEY, P., *Political Choice in Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2004.
- COFFÉ, H., «Women stay local, men go national and global? Gender differences in political interest», *Sex Roles*, 69(5-6), pp. 323-338, 2013.
- CONOVER, P. J. & FELDMAN, S., «The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications», *American Journal of Political Science*, 25(4), pp. 617-645, 1981.
- CONVERSE, P. E., «The nature of belief systems in mass publics (1964)», *Critical Review*, 18(1-3), pp. 1-74, 2006.
- CORRIGALL-BROWN, C. & WILKES, R., «Media exposure and the engaged citizen: How the media shape political participation», *The Social Science Journal*, 51(3), pp. 408-421, 2014.
- COSTA Lobo, M. & ESPÍRITO-SANTO, A. (eds.), *O Eleitorado Português no Século XXI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2024.
- COSTA Lobo, M. & SANTANA PEREIRA, J., «Uma proposta para a reforma do sistema político: A abertura das listas partidárias às eleições legislativas» in Marques, V. S. & Pereira, P. T. (eds.), *Afirmar o Futuro — Políticas Públicas para Portugal: Estado, Instituições e Políticas Sociais*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 38-77, 2015.
- COSTA, P., *A Participação Política da Juventude em Portugal: Portugal em 2020*, Relatório para a Fundação Calouste Gulbenkian, [link](#), 2022.

- CUEVAS-MOLINA, I., «Response latencies as evidence of social desirability bias in voter turnout overreports», *American Politics Research*, 51(5), pp. 670-680, 2023.
- CYR, J., *Focus Groups for the Social Science Researcher*, Cambridge, Cambridge University Press, 2019.
- DAHL, R., *Polyarchy: Participation and Opposition*, New Haven, Yale University Press, 1971.
- DAHL, R., *Democracy and its Critics*, New Haven, Yale University Press, 1989.
- DAHLBERG, S. & SOLEVID, M., «Does corruption suppress voter turnout?», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 26(4), pp. 489-510, 2016.
- DAHLGAARD, J. O., BHATTI, Y., HANSEN, J. H. & HANSEN, K. M., «Living together, voting together: Voters moving in together before an election have higher turnout», *British Journal of Political Science*, 52(2), pp. 631-648, 2022.
- DALE, A. & STRAUSS, A., «Don't forget to vote: Text message reminders as a mobilization tool», *American Journal of Political Science*, 53(4), pp. 787-804, 2009.
- DALTON, R., «Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate», *Electoral Studies*, 26(2), pp. 274-286, 2007.
- DALTON, R. J., «Citizenship norms and the expansion of political participation», *Political Studies*, 56(1), pp. 76-98, 2008.
- DASSONNEVILLE, R., «Age and voting» in Arzheimer, K., Evans, J. & Lewis-Beck, M. (eds.), *The SAGE Handbook of Electoral Behaviour* (vol. 2). Londres, SAGE, pp. 137-158, 2017.
- DASSONNEVILLE, R. & KOSTELKA, F., «The cultural sources of the gender gap in voter turnout», *British Journal of Political Science*, 51(3), pp. 1-22, 2020.
- DASSONNEVILLE, R., BARBOSA, T., BLAIS, A., MCALLISTER, I. & TURGEON, M., *Citizens under compulsory voting: A three-country study*, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press, 2023.
- DASSONNEVILLE, R., FEITOSA, F., HOOGHE, M. & OSER, J., «Policy responsiveness to all citizens or only to voters? A longitudinal analysis of policy responsiveness in OECD countries», *European Journal of Political Research*, 60(3), pp. 583-602, 2021.
- DE GIORGI, E. & SANTANA PEREIRA, J., «The 2015 Portuguese legislative election: Widening the coalitional space and bringing the extreme left in», *South European Society & Politics*, 21(4), pp. 451-468, 2016.
- DE VREESE, C. H. & BOOMGAARDEN, H., «News, political knowledge and participation: The differential effects of news media exposure on political knowledge and participation», *Acta Politica*, 41, pp. 317-341, 2006.
- DE VRIES, C. E. & GIGER, N., «Holding governments accountable? Individual heterogeneity in performance voting», *European Journal of Political Research*, 53(2), pp. 345-362, 2014.
- DEHDARI, S. H., LINDGREN, K. O., OSKARSSON, S. & VERNBY, K., «The ex-factor: Examining the gendered effect of divorce on voter turnout», *American Political Science Review*, 116(4), pp. 1293-1308, 2022.
- DEKKER, P. & ESTER, P., «Elite perceptions of mass preferences in The Netherlands: Biases in cognitive responsiveness», *European Journal of Political Research*, 17(5), pp. 623-639, 1989.
- DELLI CARPINI, M. & WILLIAMS, B., «The method is the message: Focus groups as a method of social, psychological, and political inquiry», *Research in Micropolitics*, 4, pp. 57-85, 1994.

- DENARDO, J., «Turnout and the vote: The joke's on the Democrats», *American Political Science Review*, 74(2), pp. 406-420, 1980.
- DENNY, K. & DOYLE, O., «Political interest, cognitive ability and personality: Determinants of voter turnout in Britain», *British Journal of Political Science*, 38(2), pp. 291-310, 2008.
- DENNY, K. & DOYLE, O., «Does voting history matter? Analysing persistence in turnout», *American Journal of Political Science*, 53(1), pp. 17-35, 2009.
- DEVINE, D., «Does political trust matter? A meta-analysis on the consequences of trust», *Political Behavior*, 46, pp. 2241-2262, 2024.
- DHILLON, A. & PERALTA, S., «Economic theories of voter turnout», *The Economic Journal*, 112(480), pp. 396-416, 2002.
- DINAS, E., «The formation of voting habits», *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 22(4), pp. 431-456, 2012.
- DINAS, E., «The acquisition of voting habits» in Fisher, J., Fieldhouse E., Franklin M. N., Gibson R., Cantijoch M. & Wlezien C. (eds.), *The Routledge Handbook of Elections, Voting Behaviour and Public Opinion*, Londres, Routledge, pp. 108-119, 2017.
- DIPLOCK, S., GOSSCHALK, B., MARSHALL, B. & KAUR-BALLAGAN, K., «Non-voters, political disconnection and parliamentary democracy», *Parliamentary Affairs*, 55(4), pp. 715-730, 2002.
- DOWNES, A., *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper, 1957.
- DUBOIS, É. & LEPRINCE, M., «Do closeness and stake increase voter turnout? Evidence from election results in small French towns in Brittany», *Regional Studies*, 51(4), pp. 575-585, 2017.
- DUCH, R. & STEVENSON, R., «Assessing the magnitude of the economic vote over time and across nations», *Electoral Studies*, 25(3), pp. 528-547, 2006.
- DUNLEAVY, P., MARGETTS, H. & WEIR, S., «The 1992 election and the legitimacy of British democracy», *British Elections and Parties Yearbook*, 3(1), pp. 177-192, 1993.
- DYCK, J. J. & GIMPEL, J. G., «Distance, turnout, and the convenience of voting», *Social Science Quarterly*, 86(3), pp. 531-548, 2005.
- EASTON, D., «A re-assessment of the concept of political support», *British Journal of Political Science*, 5(4), pp. 435-457, 1975.
- EDLIN, A., GELMAN, A. & KAPLAN, N., «Voting as a rational choice: Why and how people vote to improve the well-being of others», *Rationality and Society*, 19(3), pp. 293-314, 2007.
- EHIN, P. & SOLVAK, M., «Party voters gone astray: Explaining independent candidate success in the 2009 European elections in Estonia», *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 22(3), pp. 269-291, 2012.
- EHIN, P. & TALVING, L., «Still second-order? European elections in the era of populism, extremism, and euroscepticism», *Politics*, 41(4), pp. 467-485, 2021.
- EICHHORN, J. & BERGH, J., «Lowering the voting age to 16 in practice: Processes and outcomes compared», *Parliamentary Affairs*, 74(3), pp. 507-521, 2021.
- EKENGREN, A. M. & OSCARSSON, H., «Party elites' perceptions of voting behaviour», *Party Politics*, 19(4), pp. 641-664, 2013.
- ELGIE, R. & FAUVELLE-AYMAR, C., «Turnout under semipresidentialism: First- and second-order elections to national-level institutions», *Comparative Political Studies*, 45(12), pp. 1598-1623, 2012.

- ELLENBROEK, V., «The effect of more choice on voter turnout: Causal evidence from Germany», *German Politics*, 33(4), pp. 713-739, 2024.
- ESPÍRITO SANTO, P., «A hipótese do voto electrónico em Portugal: Comportamentos e atitudes políticas», in Morgado, I. S. & Rosas, A. (eds.), *Cidadania Digital*, Covilhã, Labcom, pp. 17-35, 2010.
- EVANS, G., «The decline of class divisions in Britain? Class and ideological preferences in the 1960s and the 1980s», *British Journal of Sociology*, 44(3), pp. 449-471, 1993.
- EVANS, G., «Social class and voting» in Arzheimer, K., Evans, J. & Lewis-Beck, M. (eds.), *The SAGE Handbook of Electoral Behaviour*, Londres, SAGE, pp. 177-198, 2017.
- EVANS, J. & IVALDI, G., «Deriving a forecast model for European election turnout», *Political Research Quarterly*, 65(4), pp. 855-867, 2012.
- FAUELLE-AYMAR, C. & FRANÇOIS, A., «The impact of closeness on turnout: An empirical relation based on a study of a two-round ballot», *Public Choice*, 127(3), pp. 461-483, 2006.
- FAUELLE-AYMAR, C. & FRANÇOIS, A., «Place of registration and place of residence: The non-linear detrimental impact of transportation cost on electoral participation», *Public Choice*, 176(3), pp. 405-440, 2018.
- FEEZELL, J., CONROY, M. & GUERRERO, M., «Internet use and political participation: Engaging citizenship norms through online activities», *Journal of Information Technology and Politics*, 13(2), pp. 95-107, 2016.
- FEITOSA, F., «Theoretically, yes, but also empirically? How the corruption-turnout link is marginally explained by civic duty to vote», *Electoral Studies*, 66, 102162, 2020.
- FEITOSA, F., BLAIS, A. & DASSONNEVILLE, R., «Does compulsory voting foster civic duty to vote?», *Election Law Journal: Rules, Politics, and Policy*, 19(1), pp. 19-44, 2020.
- FEITOSA, F., STIERS, D. & DASSONNEVILLE, R., «A cause or a consequence? A quasi-experimental test of the duty-participation nexus», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 32(2), pp. 439-448, 2022.
- FERNANDES, J. & JALALI, C., «Uma presidência renovada? O semipresidencialismo português e as eleições de 2016» in Pinto, A. C. & Rapaz, P. (eds.), *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 253-278, 2018.
- FERREIRA DA SILVA, F., «Fostering turnout? Assessing party leaders' capacity to mobilize voters», *Electoral Studies*, 56, pp. 61-79, 2018.
- FERREIRA DA SILVA, F. & COSTA, P., «Do we need warm leaders? Exploratory study of the role of voter evaluations of leaders' traits on turnout in seven European countries», *European Journal of Political Research*, 58, pp. 117-140, 2019.
- FERREIRA DA SILVA, F., GARZIA, D. & DE ANGELIS, A., «From party to leader mobilization? The personalization of voter turnout», *Party Politics*, 27(2), pp. 220-233, 2019.
- FERRINHO LOPES, H., «Radical right advance and party system change: The 2024 Portuguese snap elections», *West European Politics*, 48(1), pp. 228-245, 2025.
- FERWERDA, J., «Electoral consequences of declining participation: A natural experiment in Austria», *Electoral Studies*, 35, pp. 242-252, 2014.

- FIELDHOUSE, E. & CUTTS, D., «Shared partisanship, household norms and turnout: Testing a relational theory of electoral participation», *British Journal of Political Science*, 48(3), pp. 807-823, 2018.
- FIGUEROA, V., «Does proportionality increase turnout? A study of adaptation to oscillating electoral systems», *Comparative Political Studies*, 58(10), pp. 2266-2295, 2025.
- FIORINA, M. P., «Economic retrospective voting in American national elections: A micro-analysis», *American Journal of Political Science*, 22(2), pp. 426-443, 1978.
- FOOS, F. & ROOIJ, E., «The role of partisan cues in voter mobilization campaigns: Evidence from a randomized field experiment», *Electoral Studies*, 45, pp. 63-74, 2017.
- FORD, R. & JENNINGS, W., «The changing cleavage politics of Western Europe», *Annual Review of Political Science*, 23(1), pp. 295-314, 2020.
- FÖRSTER, A. & KAUKAL, M., «Economic performance and turnout in regional perspective» in Schoen, H., Rossteutscher, S., Schmitt-Beck, R. & Wessels, B. (eds.), *Voters and Voting in Context: Multiple Contexts and the Heterogeneous German Electorate*, Oxford, Oxford University Press, pp. 129-145, 2017.
- FOWLER, A., «Electoral and policy consequences of voter turnout: Evidence from compulsory voting in Australia», *Quarterly Journal of Political Science*, 8(2), pp. 159-182, 2013.
- FRANK, R. W. & MARTÍNEZ i Coma, F., «Correlates of voter turnout», *Political Behavior*, 45(2), pp. 607-633, 2023.
- FRANKLIN, M., *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- FRANKLIN, M. N., «Consequences of lowering the voting age to 16: Lessons from comparative research» in Eichhorn, J. & Bergh, J. (eds.), *Lowering the Voting Age to 16: Learning from Real Experiences Worldwide*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 13-41, 2020.
- FRANKLIN, M. N. & HOBOLT, S. B., «The legacy of lethargy: How elections to the European Parliament depress turnout», *Electoral Studies*, 30(1), pp. 67-76, 2011.
- FRANKLIN, M. N., SOROKA, S. & WLEZIEN, C., «Elections and accountability» in Bovens, M., Goodin, R. E. & Schillemans, T. (eds.), *The Oxford Handbook of Public Accountability*, Oxford, Oxford University Press, pp. 389-404, 2014.
- FREEDMAN, P., FRANZ, M. & GOLDSTEIN, K., «Campaign advertising and democratic citizenship», *American Journal of Political Science*, 48(4), pp. 723-741, 2004.
- FREIRE, A., «Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas: 1975-1995», *Análise Social*, 35(154-155), pp. 115-145, 2000.
- FREIRE, A., *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas: 1983-1999*, Oeiras, Celta Editora, 2001.
- FREIRE, A., «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal», *South European Society and Politics*, 9(3), pp. 54-79, 2004.
- FREIRE, A., «Valores, temas e voto em Portugal, 2005 e 2006: Analisando velhas questões com nova evidência» in Costa Lobo, M. & Magalhães, P. (eds.), *As Eleições Legislativas e Presidenciais 2005-2006*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 183-224, 2009.
- FREIRE, A., «Left-right ideology as a dimension of identification and of competition», *Journal of Political Ideologies*, 20(1), pp. 43-68, 2015.

- FREIRE, A. & BAUM, M., «Clivagens, economia e voto em Portugal, 1999: Uma análise das eleições parlamentares com dados agregados», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37, pp. 115-140, 2001.
- FREIRE, A. & BAUM, M. A., «Referenda voting in Portugal, 1998: The effects of party sympathies, social structure and pressure groups», *European Journal of Political Research*, 42(1), pp. 135-161, 2003.
- FREIRE, A. & BELCHIOR, A., «Ideological representation in Portugal: MPs'—electors' linkages in terms of left-right placement and substantive meaning», *The Journal of Legislative Studies*, 19(1), pp. 1-21, 2013.
- FREIRE, A. & MAGALHÃES, P., *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- FREIRE, A. & MEIRINHO, M., «Institutional reform in Portugal: From the perspective of deputies and voters' perspectives», *Pôle Sud—Revue de Science Politique*, 36(1), pp. 107-125, 2012.
- FREIRE, A. & SANTANA PEREIRA, J., «Economic voting in Portugal, 2002-2009», *Electoral Studies*, 31(3), pp. 506-512, 2012.
- FREIRE, A. & SANTANA PEREIRA, J., «O sistema semi-presidencial português em tempos de crise, 2011-2016: Um presidente entre a responsabilidade internacional e a responsividade face aos eleitores» in Pinto, A. C. & Rapaz, P. (eds.), *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 217-252, 2018.
- FREIRE, A. & TURGEON, M., «Random votes under compulsory voting: Evidence from Brazil», *Electoral Studies*, 66, 102168, 2020.
- FREIRE, A., MARTINS, R. & MEIRINHO, M., «Electoral rules, political competition and citizens' participation in the Portuguese local elections, 1979-2009», *Portuguese Journal of Social Science*, 11(2), pp. 189-208, 2012.
- FREIRE, A., MEIRINHO, M. & MOREIRA, D., *Para uma Melhoria da Representação Política: A Reforma do Sistema Eleitoral*, Lisboa, Sextante, 2008.
- GAEBLER, S., POTRAFKE, N. & ROESEL, F., «Compulsory voting and political participation: Empirical evidence from Austria», *Regional Science and Urban Economics*, 81, 103499, 2020.
- GALAIS, C., «How to make dutiful citizens and influence turnout: The effects of family and school dynamics on the duty to vote», *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 51(3), pp. 599-617, 2018.
- GALAIS, C. & BLAIS, A., «Do people feel more of a duty to vote in some elections?», *West European Politics*, 39(4), pp. 755-777, 2016a.
- GALAIS, C. & BLAIS, A., «Beyond rationalization: Voting out of duty or expressing duty after voting?», *International Political Science Review*, 37(2), pp. 213-229, 2016b.
- GALLEGO, A., «Unequal political participation in Europe», *International Journal of Sociology*, 37(4), pp. 10-25, 2008.
- GALLEGO, A., *Unequal Political Participation Worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.
- GALLEGO, A. & OBERSKI, D., «Personality and political participation: The mediation hypothesis», *Political Behavior*, 34, pp. 425-451, 2011.
- GAMBLER, R., *Issues Related to Registering Voters and Administering Elections*, United States Government Accountability Office, [link](#).
- GANT, M. M. & LYONS, W., «Democratic theory, nonvoting, and public policy: The 1972-1988 presidential elections», *American Politics Quarterly*, 21(2), pp. 185-204, 1993.

- GARCIA-RODRIGUEZ, A. & REDMOND, P., «Rainfall, population density and voter turnout», *Electoral Studies*, 64, pp. 1-11, 2020.
- GARMANN, S., «Election frequency, choice fatigue, and voter turnout», *European Journal of Political Economy*, 47, pp. 19-35, 2017.
- GARNETT, H. A. & GROGAN, S., «I came, I saw, I voted: Distance to polling locations and voter turnout in Ontario, Canada», *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 54(2), pp. 316-334, 2021.
- GARRITZMANN, S., ROSSTEUTSCHER, S., LEININGER, A., BECKER, B., FAAS, T., JANSEN, M. P. & SCHÄFER, A., «Unequal turnout among the newly enfranchised: The role of political efficacy», *Politics and Governance*, 13, 9196, 2025.
- GARZIA, D., TRECHSEL, A. H. & De ANGELIS, A., «Voting advice applications and electoral participation: A multi-method study», *Political Communication*, 34(3), pp. 424-443, 2017.
- GASPAR, J., «L'abstention électorale au Portugal 1975-1980», *Finisterra*, 18(35), pp. 65-97, 1983.
- GASPAR, J., «10 anos de democracia: Reflexos na geografia política» in Gaspar, J. & André, I. (eds.), *Geografia Eleitoral (I): Colectânea de Artigos*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 6-84, 1985.
- GASPAR, J., ANDRÉ, I. & HONÓRIO, F., *As Eleições para a Assembleia da República 1979-1983: Estudo de Geografia Eleitoral*, Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis, 1984.
- GASPAR, J. & VITORINO, N., *As Eleições de 25 de Abril — Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- GENDŹWILL, A. & KJAER, U., «The second-order election model and the performance of political parties in the municipal elections», *Party Politics*, 29(6), pp. 1178-1185, 2022.
- GERBER, A., HUBER, G. & WASHINGTON, E., «Party affiliation, partisanship, and political beliefs: A field experiment», *American Political Science Review*, 104(4), pp. 720-744, 2010.
- GERBER, A. S., GRUBER, J. & HUNGERMAN, D. M., «Does church attendance cause people to vote? Using blue laws' repeal to estimate the effect of religiosity on voter turnout», *British Journal of Political Science*, 46(3), pp. 481-500, 2016.
- GERBER, A. & GREEN, D., «The effects of canvassing, telephone calls, and direct mail on voter turnout: A field experiment», *American Political Science Review*, 94(3), pp. 653-663, 2000.
- GERBER, A., GREEN, D. & LARIMER, C., «Social pressure and voter turnout: Evidence from a large-scale field experiment», *American Political Science Review*, 102(1), pp. 33-48, 2008.
- GERMANN, M., «Internet voting increases expatriate voter turnout», *Government Information Quarterly*, 38(2), 101560, 2021.
- GERMANN, M. & GEMENIS, K., «Getting out the vote with voting advice applications», *Political Communication*, 36(1), pp. 149-170, 2019.
- GERMANN, M. & SERDÜLT, U., «Internet voting and turnout: Evidence from Switzerland», *Electoral Studies*, 47, pp. 1-12, 2017.
- GEYS, B., «Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research», *Electoral Studies*, 25(4), pp. 637-663, 2006a.
- GEYS, B., «'Rational' theories of voter turnout: A review», *Political Studies Review*, 4(1), pp. 16-35, 2006b.

- GEYS, B. & HEYNDELS, B., «Disentangling the effects of political fragmentation on voter turnout: The Flemish municipal elections», *Economics & Politics*, 18(3), pp. 367-387, 2006.
- GIDENGIL, E., WASS, H. & VALASTE, M., «Political socialization and voting: The parent-child link in turnout», *Political Research Quarterly*, 69(2), pp. 373-383, 2016.
- GIGER, N., ROSSET, J. & BERNAUER, J., «The poor political representation of the poor in a comparative perspective», *Representation*, 48(1), pp. 47-61, 2012.
- GILENS, M., «Inequality and democratic responsiveness», *Public Opinion Quarterly*, 69(5), pp. 778-796, 2005.
- GILLESPIE, A., «Canvasser affect and voter response: Results from national focus groups», *American Politics Research*, 38(4), pp. 718-758, 2010.
- GINSBERG, B. & WEISSBERG, R., «Elections as legitimizing institutions» in Fishel, J. (ed.), *Parties and Elections in an Anti-Party Age: American Politics and the Crisis of Confidence*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 179-185, 1978.
- GLASER, W. A., «The family and voting turnout», *Public Opinion Quarterly*, 23(4), pp. 563-570, 1959.
- GLUDOVATZ, N., *The non-voting majority: A study of non-voting in the 2011 Vancouver municipal election*, Tese de Mestrado em Comunicação Profissional, Guelph, Canadá, Universidade de Guelph, 2012.
- GODBOUT, J. F. & TURGEON, M., «The preferences of voters and non-voters in Canada (1988-2008» in Loewen, P. J. & Rubenson, D. (eds.), *Duty and Choice: The Evolution of the Study of Voting and Voters*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 81-104, 2019.
- GOLDER, S. N., LAGO, I., BLAIS, A., GIDENGIL, E. & GSCHWEND, T., *Multi-level Electoral Politics: Beyond the Second-order Election Model*, Oxford, Oxford University Press, 2017.
- GOMEZ, B. T. & HANSFORD, T. G., «Economic retrospection and the calculus of voting», *Political Behavior*, 37, pp. 309-329, 2015.
- GOMEZ, B., HANSFORD, T. & KRAUSE, G., «The Republicans should pray for rain: Weather, turnout, and voting in US presidential elections», *Journal of Politics*, 69(3), pp. 649-663, 2007.
- GOODMAN, N. & STOKES, L. C., «Reducing the cost of voting: An evaluation of internet voting's effect on turnout», *British Journal of Political Science*, 50(3), pp. 1155-1167, 2020.
- GRAY, M. & CAUL, M., «Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: The effects of declining group mobilization», *Comparative Political Studies*, 33(9), pp. 1091-1122, 2000.
- GREEN, D. & GERBER, A., *Get Out the Vote: How to Increase Voter Turnout*, Washington, DC, Brookings Institution Press, 2004.
- GREEN, D., MCGRATH, M. & ARONOW, P., «Field experiments and the study of voter turnout», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 23(1), pp. 27-48, 2013.
- GREENWOOD-HAU, J. & GUTTING, R. S., «Public support for votes at 16 in the UK: The effects of framing on rights and policy change», *Parliamentary Affairs*, 74(3), pp. 542-562, 2021.
- GRIFFIN, J. D. & NEWMAN, B., «Are voters better represented?», *The Journal of Politics*, 67(4), pp. 1206-1227, 2005.
- GRONKE, P., GALANES-ROSENBAUM, E. & MILLER, P. A., «Early voting and turnout», *PS: Political Science & Politics*, 40(4), pp. 639-645, 2007.

GRONKE, P., GALANES-ROSENBAUM, E., MILLER, P. A. & TOFFEY, D., «Convenience voting», *Annual Review of Political Science*, 11(1), pp. 437-455, 2008.

GRÖNLUND, K. & SETÄLÄ, M., «Political trust, satisfaction and voter turnout», *Comparative European Politics*, 5, pp. 400-422, 2007.

GRUNEAU, M. F., «Assortative mating and turnout: A self-reinforcing pattern of unequal voting participation», *European Political Science Review*, 12(2), pp. 155-171, 2020.

GULCZYŃSKI, M. & CZEŚNIK, M., «Wasting public money to buy turnout: Quasi-experimental evidence from the Polish battle for fire trucks», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, pp. 1-19, 2024.

GUNTERMANN, E., DASSONNEVILLE, R. & MILLER, P., «Are inequalities in representation lower under compulsory voting?», *Political Studies*, 41(2-3), pp. 151-171, 2020.

HADJAR, A. & BECK, M., «Who does not participate in elections in Europe and why is this? A multilevel analysis of social mechanisms behind non-voting», *European Societies*, 12(4), pp. 521-542, 2010.

HAINMUELLER, J., HANGARTNER, D. & PIETRANTUONO, G., «Naturalization fosters the long-term political integration of immigrants», *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112(41), pp. 12651-12656, 2015.

HAJNAL, Z. & TROUNSTINE, J., «Where turnout matters: The consequences of uneven turnout in city politics», *The Journal of Politics*, 67(2), pp. 515-535, 2005.

HALL, A. B. & YODER, J., «Does homeownership influence political behavior? Evidence from administrative data», *The Journal of Politics*, 84(1), pp. 351-366, 2022.

HALL, T., «Internet voting: The state of the debate» in Coleman, S. & Freelon, D. (eds.), *Handbook of Digital Politics*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 103-117, 2015.

HANSFORD, T. G. & GOMEZ, B. T., «Estimating the electoral effects of voter turnout», *American Political Science Review*, 104(2), pp. 268-288, 2010.

HASEN, R. L., «Voting without law?», *University of Pennsylvania Law Review*, 144(5), pp. 2135-2179, 1996.

HASPEL, M. & KNOTTS, H. G., «Location, location, location: Precinct placement and the costs of voting», *The Journal of Politics*, 67(2), pp. 560-573, 2005.

HEATH, A., MCLEAN, I., TAYLOR, B. & CURTICE, J., «Between first and second order: A comparison of voting behaviour in European and local elections in Britain», *European Journal of Political Research*, 35(3), pp. 389-414, 1999.

HENN, M. & FOARD, N., «Social differentiation in young people's political participation: The impact of social and educational factors on youth political engagement in Britain», *Journal of Youth Studies*, 17(3), pp. 360-380, 2014.

HERRERO, L. C. & HOPMANN, D. N., «The virtue of moderation: A cross-national analysis of exposure to cross-cutting information and turnout», *International Journal of Public Opinion Research*, 30(4), pp. 518-539, 2018.

HIGHTON, B. & WOLFINGER, R. E., «The first seven years of the political life cycle», *American Journal of Political Science*, pp. 202-209, 2001a.

HIGHTON, B. & WOLFINGER, R. E., «The political implications of higher turnout», *British Journal of Political Science*, 31(1), pp. 179-223, 2001b.

HILL, K. Q. & LEIGHLEY, J. E., «The policy consequences of class bias in state electorates», *American Journal of Political Science*, 36(2), pp. 351-365, 1992.

HILL, K. Q., LEIGHLEY, J. E. & HINTON-ANDERSSON, A., «Lower-class mobilization and policy linkage in the US states», *American Journal of Political Science*, 39(1), pp. 75-86, 1995.

HILL, L., «Compulsory voting, political shyness and welfare outcomes», *Journal of Sociology*, 36(1), pp. 30-49, 2000.

HILL, L., «Public acceptance of compulsory voting: Explaining the Australian case», *Representation*, 46(4), pp. 425-438, 2010.

HILLYGUS, D., «Campaign effects and the dynamics of turnout intention in election 2000», *Journal of Politics*, 67(1), pp. 50-68, 2005.

HOGAN, R. E., «Campaign spending and voter participation in state legislative elections», *Social Science Quarterly*, 94(3), pp. 840-864, 2013.

HOLBEIN, J. B., «Childhood skill development and adult political participation», *American Political Science Review*, 111(3), pp. 572-583, 2017.

HOOGHE, M. & MARIEN, S., «A comparative analysis of the relation between political trust and forms of political participation in Europe», *European Societies*, 15(1), pp. 131-152, 2013.

HOOGHE, M., MARIEN, S. & PAUWELS, T., «Where do distrusting voters turn if there is no viable exit or voice option? The impact of political trust on electoral behaviour in the Belgian Regional Elections of June 2009», *Government and Opposition*, 46(2), pp. 245-273, 2011.

HOOKWAY, N. S. & HABIBIS, D., «'Losing my religion': Managing identity in a post-Jehovah's Witness world», *Journal of Sociology*, 51(4), pp. 843-856, 2015.

HORIUCHI, Y. & SAITO, J., «Rain, elections and money: The impact of voter turnout on distributive policy outcomes in Japan», *Asia Pacific Economic Paper*, 379, [link](#).

HUEBNER, C. & EICHHORN, J., «Votes at 16 in Scotland: Political experiences beyond the vote itself» in Eichhorn, J. & Bergh, J. (eds.), *Lowering the Voting Age to 16: Learning from Real Experiences Worldwide*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 121-142, 2020.

INGLEHART, R. F., «Changing values among Western publics from 1970 to 2006», *West European Politics*, 31(1-2), pp. 130-146, 2008.

Instituto Nacional de Estatística, «Principais agregados das administrações públicas», [link](#), 2024.

JACKMAN, R., «Political institutions and voter turnout in industrial democracies», *American Political Science Review*, 81(2), pp. 405-424, 1987.

JACOBS, K. & SPIERINGS, N., «District magnitude and voter turnout: A multi-level analysis of self-reported voting in the 32 Dominican Republic districts», *Electoral Studies*, 29(4), pp. 704-718, 2010.

JALALI, C., «A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: História e perspectivas futuras», *Análise Social*, 38(167), pp. 545-572, 2003.

JANKOWSKI, M., LINHART, E. & TEPE, M., «Keep it simple! German voters' limited competence to evaluate electoral systems' functions», *German Politics*, 31(4), pp. 579-601, 2022.

JENSEN, C. & JESPERSEN, B., «To have or not to have: Effects of economic inequality on turnout in European democracies», *Electoral Studies*, 45, pp. 24-28, 2017.

JONES-CORREA, M. & LEAL, D., «Political participation: Does religion matter?», *Political Research Quarterly*, 54(4), pp. 751-770, 2001.

JUNG, H., «Voter turnout effects on local public finance and legislation», *Hitotsubashi Journal of Economics*, 63(1), pp. 1-23, 2022.

- KAM, C. D., «When duty calls, do citizens answer?», *The Journal of Politics*, 69(1), pp. 17-29, 2007.
- KANJI, M. & BILODEAU, A., «Value diversity and support for electoral reform in Canada», *PS: Political Science & Politics*, 39(4), pp. 829-836, 2006.
- KAPOOR, S. & MAGESAN, A., «Independent candidates and political representation in India», *American Political Science Review*, 112(3), pp. 678-697, 2018.
- KARP, J. A., «Reforming the electoral college and support for proportional outcomes», *Representation*, 43(4), pp. 239-250, 2007.
- KARP, J. A. & BANDUCCI, S. A., «Going postal: How all-mail elections influence turnout», *Political Behavior*, 22(3), pp. 223-239, 2000.
- KARP, J., BANDUCCI, S. & BOWLER, S., «Getting out the vote: Party mobilization in a comparative perspective», *British Journal of Political Science*, 38(1), pp. 91-112, 2008.
- KARP, J. & BANDUCCI, S., «Political efficacy and participation in twenty-seven democracies: How electoral systems shape political behaviour», *British Journal of Political Science*, 38(2), pp. 311-334, 2008.
- KARP, J., NAI, A., MARTINEZ I COMA, F., GRÖMPING, M. & NORRIS, P., *The Australian Voter Experience: Trust and Confidence in the 2016 Federal Election*, Policy Report, [link](#).
- KARVONEN, L., «Preferential voting: Incidence and effects», *International Political Science Review*, 25(2), pp. 203-226, 2004.
- KAUFMAN, C. N., «Rural political participation in the United States: Alienation or action?», *Rural Society*, 28(2), pp. 127-143, 2019.
- KEANEY, E. & ROGERS, B., *A citizen's Duty: Voter Inequality and the Case for Compulsory Turnout*, Relatório, [link](#), 2006.
- KENSKI, K., «To i-vote or not to i-vote? Opinions about internet voting from Arizona voters», *Social Science Computer Review*, 23(3), pp. 293-303, 2005.
- KERRISSEY, J. & SCHOFER, E., «Union membership and political participation in the United States», *Social Forces*, 91(3), pp. 895-928, 2013.
- KIESS, J., «Learning by doing: The impact of experiencing democracy in education on political trust and participation», *Politics*, 42(1), pp. 75-94, 2022.
- KIEWIET, D. R. & LEWIS-BECK, M. S., «No man is an island: Self-interest, the public interest, and sociotropic voting», *Critical Review*, 23(3), pp. 303-319, 2011.
- KILLIAN, M., SCHOEN, R. & DUSSO, A., «Keeping up with the Joneses: The interplay of personal and collective evaluations in voter turnout», *Political Behavior*, 30(3), pp. 323-340, 2007.
- KIND, L., «Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais», *Psicologia em Revista*, 10(15), pp. 124-138, 2004.
- KINGDON, J. W., «Politicians' beliefs about voters», *American Political Science Review*, 61(1), pp. 137-145, 1967.
- KIRKLAND, C. & WOOD, M., «Legitimacy and legitimization in low turnout ballots», *Government and Opposition*, 52(3), pp. 511-531, 2017.
- KISSAU, K., LUTZ, G. & ROSSET, J., «The political preferences of political elites, voters and non-voters in Europe», comunicação apresentada na *ECPR General Conference*, Universidade de Reiquiavique, 2011.
- KLINE, R. B., *Principles and Practice of Structural Equation Modelling* (5.ª ed.), Nova Iorque, Guilford, 2023.

KNOX, Z., «Jehovah's Witnesses as un-Americans? Scriptural injunctions, civil liberties, and patriotism», *Journal of American Studies*, 47(4), pp. 1081-1108, 2013.

KOSMIDIS, S., «Heterogeneity and the calculus of turnout: Undecided respondents and the campaign dynamics of civic duty», *Electoral Studies*, 33, pp. 123-136, 2014.

KOSTELKA, F., BLAIS, A. & GIDENGIL, E., «Has the gender gap in voter turnout really disappeared?», *West European Politics*, 42(3), pp. 437-463, 2019.

KOSTELKA, F. & BLAIS, A., «The generational and institutional sources of the global decline in voter turnout», *World Politics*, 73(4), pp. 629-667, 2021.

KOSTELKA, F., KREJCOVA, E., SAUGER, N. & WUTTKE, A., «Election frequency and voter turnout», *Comparative Political Studies*, 56(14), pp. 2231-2268, 2023.

KOSTELKA, F., SINGH, S. P. & BLAIS, A., «Is compulsory voting a solution to low and declining turnout? Cross-national evidence since 1945», *Political Science Research and Methods*, 12(1), pp. 76-93, 2024.

KRASNO, J. & GREEN, D., «Do televised presidential ads increase voter turnout? Evidence from a natural experiment», *Journal of Politics*, 70(1), pp. 245-261, 2008.

KSIAZEK, T., KIM, S. & MALTHOUSE, E., «Television news repertoires, exposure diversity, and voting behavior in the 2016 U.S. election», *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 96(4), pp. 1120-1144, 2019.

KULIN, J., JOHANSSON SEVÄ, I. & DUNLAP, R. E., «Nationalist ideology, rightwing populism, and public views about climate change in Europe», *Environmental Politics*, 30(7), pp. 1111-1134, 2021.

LAGO, I. & COSTA LOBO, M., «Partisan turnout bias and district magnitude», *Electoral Studies*, 35, pp. 150-158, 2014.

LAHTINEN, H., MATTILA, M., WASS, H. & MARTIKAINEN, P., «Explaining social class inequality in voter turnout: The contribution of income and health», *Scandinavian Political Studies*, 40(4), pp. 388-410, 2017.

LAHTINEN, H., WASS, H. & HIILAMO, H., «Gradient constraint in voting: The effect of intra-generational social class and income mobility on turnout», *Electoral Studies*, 45, pp. 14-23, 2017.

LAJAS, R. A. & SANTANA PEREIRA, J., «Aplicações de ajuda ao voto: Que efeitos nos utilizadores portugueses?», *Comunicação Pública*, 13(24), pp. 1-18, 2018.

LARSEN, E. G., LEVINSEN, K. & KJAER, U., «Democracy for the youth? The impact of mock elections on voting age attitudes», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 26(4), pp. 435-451, 2016.

LAWSON, R., «Sect-state relations: Accounting for the differing trajectories of Seventh-day Adventists and Jehovah's Witnesses», *Sociology of Religion*, 56(4), pp. 351-377, 1995.

LEE, J. & HWANG, W., «Partisan effects of voter turnout in Korean elections, 1992-2010», *Asian Survey*, 52(6), pp. 1161-1182, 2012.

LEFEVERE, J. & VAN AELST, P., «First-order, second-order or third-rate? A comparison of turnout in European, local and national elections in the Netherlands», *Electoral Studies*, 35, pp. 159-170, 2014.

LEIGHLEY, J. & NAGLER, J., «Unions, voter turnout, and class bias in the U.S. electorate, 1964-2004», *Journal of Politics*, 69(2), pp. 430-441, 2007.

LEININGER, A., SCHÄFER, A., FAAS, T. & ROSSTEUTSCHER, S., «Coming of voting age. Evidence from a natural experiment on the effects of electoral eligibility», *Electoral Studies*, 88, 102751, 2024.

LEININGER, A., SOHNIUS, M. L., FAAS, T., ROSSTEUTSCHER, S. & SCHÄFER, A., «Temporary disenfranchisement: Negative side effects of lowering the voting age», *American Political Science Review*, 117(1), pp. 355-361, 2023.

LESSCHAEVE, C., «The predictive power of the left-right self-placement scale for the policy positions of voters and parties», *West European Politics*, 40(2), pp. 357-377, 2017.

LEWIS-BECK, M. & STEGMAIER, M., «Economic determinants of electoral outcomes», *Annual Review of Political Science*, 3, pp. 183-219, 2000.

LIJPHART, A., «Comparative politics and the comparative method», *The American Political Science Review*, 65(3), pp. 682-693, 1971.

LIJPHART, A., «Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma», *American Political Science Review*, 91(1), pp. 1-14, 1997.

LIJPHART, A., *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries* (2.^a ed.), New Haven, Yale University Press, 2012.

LIMÃO, A., *Abstenção e Magnitude dos Círculos Eleitorais em Portugal: Revisitando uma Velha Questão*, Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Lisboa, ISCTE, 2023.

LINHART, E., JANKOWSKI, M. & TEPE, M., «Electoral system preferences of citizens compared: Evidence from a conjoint experiment in Germany, the Netherlands, and the United Kingdom», *European Political Science Review*, 15(4), pp. 671-689, 2023.

LIPSET, S. M., *Political Man — The Social Bases of Politics*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1960.

LIPSITZ, K., TROST, C., GROSSMANN, M. & SIDES, J., «What voters want from political campaign communication», *Political Communication*, 22(3), pp. 337-354, 2005.

LISI, M. & LUÍS, C., «(Un)ready for change? The debate about electronic voting in Portugal and its implementation before and after the pandemic era», *Frontiers in Political Science*, 4, 876866, 2022.

LISI, M., SANCHES, E. R. & MAIA, J. S., «Party system renewal or business as usual? Continuity and change in post-bailout Portugal», *South European Society and Politics*, 25(2), pp. 179-203, 2020.

LOUGHRAN, T., MYCOCK, A. & TONGE, J., «Public opinion, political partisanship and the Votes-at-16 debate in the United Kingdom», *The British Journal of Politics and International Relations*, 24(2), pp. 297-323, 2022.

LUECHINGER, S., ROSINGER, M. & STUTZER, A., «The impact of postal voting on participation: Evidence for Switzerland», *Swiss Political Science Review*, 13(2), pp. 167-202, 2007.

LYONS, W. & ALEXANDER, R., «A tale of two electorates: Generational replacement and the decline of voting in presidential elections», *Journal of Politics*, 62, pp. 1014-1034, 2000.

MACKERRAS, M. & McALLISTER, I., «Compulsory voting, party stability and electoral advantage in Australia», *Electoral Studies*, 18(2), pp. 217-233, 1999.

MAGALHÃES, P., «Desigualdade, desinteresse e desconfiança: A abstenção nas eleições legislativas de 1999», *Análise Social*, 35(157), pp. 1079-1093, 2001.

MAGALHÃES, P., «What are (semi)presidential elections about? A case study of the Portuguese 2006 elections», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 17(3), pp. 263-291, 2007.

MAGALHÃES, P., «Redes sociais e participação eleitoral em Portugal», *Análise Social*, 43(188), pp. 473-504, 2008.

MAGALHÃES, P., «A tale of two elections: Information, motivated reasoning, and the economy in the 2011 and 2015 Portuguese elections», *Análise Social*, LII(225), pp. 736-758, 2017.

MAGALHÃES, P., *A Participação Política da Juventude em Portugal: Um Retrato Comparativo e Longitudinal, 2002-2019*, Relatório para a Fundação Calouste Gulbenkian, [link](#), 2022.

MAGALHÃES, P. C., ALDRICH, J. H. & GIBSON, R. K., «New forms of mobilization, new people mobilized? Evidence from the Comparative Study of Electoral Systems», *Party Politics*, 26(5), pp. 605-618, 2020.

MAGALHÃES, P. C. & CANCELA, J., «Political neglect and support for the radical right: The case of rural Portugal», *Political Geography*, 116, 103224, 2025.

MAGALHÃES, P. C., SEGATTI, P. & SHI, T., «Mobilization, informal networks and the social contexts of turnout» in Gunther, R., Beck P. A., Magalhães P. C. & Moreno A. (eds.), *Voting in Old and New Democracies*, pp. 64-98, Nova Iorque e Londres, Routledge, 2015.

MAHÉO, V. A. & BÉLANGER, É., «Lowering the voting age to 16? A comparative study on the political competence and engagement of underage and adult youth», *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 53(3), pp. 596-617, 2020.

MAHLANGU, T. & SCHULZ-HERZENBERG, C., «The influence of political efficacy on voter turnout in South Africa», *Politikon*, 49(2), pp. 158-174, 2022.

MAIR, P., *Ruling the Void: The Hollowing of Western Democracy*, Londres, Verso, 2013.

MALAFIA, C., NEVES, T. & MENEZES, I., «The gap between youth and politics: Youngsters outside the regular school system assessing the conditions for be(com)ing political subjects», *Young*, 29(5), pp. 437-455, 2021.

MANNING, N. & EDWARDS, K., «Does civic education for young people increase political participation? A systematic review», *Educational Review*, 66(1), pp. 22-45, 2014.

MANOEL, L., COSTA, A. & CABRAL, P., «Voter turnout in Portugal: A geographical perspective», *Papers in Applied Geography*, 8(1), pp. 88-111, 2022.

MARQUES, C. B. R. & AQUINO, J. A. D., «Como as senhoras votam? Análise do comportamento eleitoral de idosas em Fortaleza-CE», comunicação apresentada nos Encontros Universitários da UFC, Universidade Federal de Fortaleza, 2016.

MARTIN, P. S., «Voting's rewards: Voter turnout, attentive publics, and congressional allocation of federal money», *American Journal of Political Science*, 47(1), pp. 110-127, 2003.

MARTINEZ, M. D., «Don't tax you, don't tax me, tax the fella behind the tree: Partisan and turnout effects on tax policy», *Social Science Quarterly*, 78(4), pp. 895-906, 1997.

MARTINEZ, M. D. & GILL, J., «The effects of turnout on partisan outcomes in US presidential elections 1960-2000», *The Journal of Politics*, 67(4), pp. 1248-1274, 2005.

MARTINS, M. M., «Competitividade das eleições e participação política: O caso das eleições autárquicas, 1979-2005» in Cruz, M. A. (ed.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*, pp. 263-294, Porto, Universidade do Porto Editorial, 2009.

- MARTINS, R. & VEIGA, F., «Economic performance and turnout at national and local elections», *Public Choice*, 157, pp. 429-448, 2013.
- MATTILA, M., «Why bother? Determinants of turnout in the European elections», *Electoral Studies*, 22(3), pp. 449-468, 2003.
- MAYER, S. J., «How negative partisanship affects voting behavior in Europe: Evidence from an analysis of 17 European multi-party systems with proportional voting», *Research & Politics*, 4(1), pp. 1-7, 2017.
- MCALLISTER, I., «Compulsory voting, turnout and party advantage in Australia», *Politics*, 21(1), pp. 89-93, 1986.
- MCALLISTER, I., «The politics of lowering the voting age in Australia: Evaluating the evidence», *Australian Journal of Political Science*, 49(1), pp. 68-83, 2014.
- MCCARTHY, D. & SANTUCCI, J., «Ranked choice voting as a generational issue in modern American politics», *Politics & Policy*, 49(1), pp. 33-60, 2021.
- McFARLAND, D. & THOMAS, R., «Bowling young: How youth voluntary associations influence adult political participation», *American Sociological Review*, 71(3), pp. 401-425, 2006.
- MCGHEE, E., HILL, C. & ROMERO, M., «The registration and turnout effects of automatic voter registration», *Working Paper*, [link](#), 2021.
- MCGUIRE, W., GONZALEZ O'BRIEN, B., BAIRD, K., CORBETT, B. & COLLINGWOOD, L., «Does distance matter? Evaluating the impact of drop boxes on voter turnout», *Social Science Quarterly*, 101(5), pp. 1789-1809, 2020.
- MERTON, R. K., «The focussed interview and focus groups: Continuities and discontinuities», *The Public Opinion Quarterly*, 51(4), pp. 550-566, 1987.
- MERTON, R. K., FISKE, M. & KENDALL, P. L., *The Focused Interview*, Nova Iorque, The Free Press, 1956.
- MILES, M. R., «Turnout as consent: How fair governance encourages voter participation», *Political Research Quarterly*, 68(2), pp. 363-376, 2015.
- MILLER, W. E. & SHANKS, J. M., *The New American Voter*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1996.
- MILNER, H., «Does civic education boost turnout? A natural experiment» in Print, M. & Milner, H. (eds.), *Civic Education and Youth Political Participation*, Leiden, Brill, pp. 187-196, 2009.
- MOELLER, J., de VREESE, C., ESSER, F. & KUNZ, R., «Pathway to political participation: The influence of online and offline news media on internal efficacy and turnout of first-time voters», *American Behavioral Scientist*, 58(5), pp. 689-700, 2014.
- MONROE, A. D., «Urbanism and voter turnout: A note on some unexpected findings», *American Journal of Political Science*, 21(1), pp. 71-78, 1977.
- MORGAN, D. L., *Focus Groups as Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage, 1996.
- MORGAN, D. L., «Robert Merton and the history of focus groups: Standing on the shoulders of a giant?», *The American Sociologist*, 53(3), pp. 364-373, 2022.
- MORRELL, M., «Survey and experimental evidence for a reliable and valid measure of internal political efficacy», *Public Opinion Quarterly*, 67(4), pp. 589-602, 2003.
- MOUTSELOS, M., «Praying on Friday, voting on Sunday? Mosque attendance and voter turnout in three West European democracies», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(11), pp. 2275-2292, 2020.

MOY, P. & RINKE, E. M., «Attitudinal and behavioral consequences of published opinion polls» in Strömbäck, J. & Holtz-Bacha, C. (eds.), *Opinion Polls and the Media: Reflecting and Shaping Public Opinion*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 225-245, 2012.

MUELLER, D. C. & STRATMANN, T., «The economic effects of democratic participation», *Journal of Public Economics*, 87(9-10), pp. 2129-2155, 2003.

MÜLLER, S. & JANKOWSKI, M., «Do voters really prefer more choice? Determinants of support for personalised electoral systems», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 29(2), pp. 262-281, 2019.

MUNZERT, S. & RAMIREZ-RUIZ, S., «Meta-analysis of the effects of voting advice applications», *Political Communication*, 38(6), pp. 691-706, 2021.

MURAOKA, T. & BARCELÓ, J., «The effect of district magnitude on turnout: Quasi-experimental evidence from nonpartisan elections under SNTV», *Party Politics*, 25(4), pp. 632-639, 2019.

MUTZ, D. C., *Population-Based Survey Experiments*, Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2011.

NADEAU, R. & BLAIS, A., «Accepting the election outcome: The effect of participation on losers' consent», *British Journal of Political Science*, 23(4), pp. 553-563, 1993.

NADEAU, R., LEWIS-BECK, M. & FOUCAULT, M., «Wealth and voter turnout: Investigating twenty-eight democracies», *Polity*, 51(2), pp. 261-287, 2019.

NAGEL, J. H. & McNULTY, J. E., «Partisan effects of voter turnout in senatorial and gubernatorial elections», *American Political Science Review*, 90(4), pp. 780-793, 1996.

NEMČOK, M., WASS, H. & PELTONIEMI, J., «Does sending ballots via post reduce costs? Negligible effect of postal voting on turnout among Finnish electorate living abroad», *Electoral Studies*, 89, 102776, 2024.

NEMESLAKI, A., ARANYOSSY, M. & SASVÁRI, P., «Could on-line voting boost desire to vote? Technology acceptance perceptions of young Hungarian citizens», *Government Information Quarterly*, 33(4), pp. 705-714, 2016.

NEWTON, K. & VAN DETH, J. W., *Foundations of Comparative Politics: Democracies of the Modern World* (4.^a ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 2021.

NIEMI, R., CRAIG, S. & MATTEI, F., «Measuring internal political efficacy in the 1988 National Election Study», *American Political Science Review*, 85(4), pp. 1407-1413, 1991.

NORRIS, P., *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, P., «Did the media matter? Agenda-setting, persuasion and mobilization effects in the British general election campaign», *British Politics*, 1, pp. 195-221, 2006.

NUNES, F., «Eleições de segunda ordem em Portugal: O caso das europeias de 2004», *Análise Social*, 177, pp. 795-813, 2005.

ØDEGÅRD, G., BERGH, J. & SAGLIE, J., «Why did young Norwegians mobilize: External events or early enfranchisement?» in Eichhorn, J. & Bergh, J. (eds.), *Lowering the Voting Age to 16: Learning from Real Experiences Worldwide*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 189-210, 2020.

OLIVEIRA, C. R., CARVALHAIS, I. E. & CANCELA, J., *Political Parties' Openness to Immigrants in Portugal: Between the Opportunity Structure and the Individual Perceptions*, Relatório, [link](#), 2014.

- OLSEN, M. E., «Social participation and voting turnout: A multivariate analysis», *American Sociological Review*, 37, pp. 317-333, 1972.
- OOSTVEEN, A. M. & VAN DEN BESSELAAR, P., «Internet voting technologies and civic participation: The users' perspective», *Javnost: The Public*, 11(1), pp. 61-78, 2004.
- ÖSTERMAN, M. & LINDGREN, K. O., «Does high unemployment mobilize the unemployed? Evidence using Swedish register data», *Socio-Economic Review*, 21(1), pp. 341-365, 2023.
- PACEK, A. C. & RADCLIFF, B., «Voter participation and party-group fortunes in European Parliament elections, 1979-1999: A cross-national analysis», *Political Research Quarterly*, 56(1), pp. 91-95, 2003.
- PACEK, A. & RADCLIFF, B., «Turnout and the vote for left-of-centre parties: A cross-national analysis», *British Journal of Political Science*, 25(1), pp. 137-143, 1995.
- PANAGOPOULOS, C., «Extrinsic rewards, intrinsic motivation and voting», *The Journal of Politics*, 75(1), pp. 266-280, 2013.
- PASSARELLI, G., *Preferential Voting Systems: Influence on Intra-Party Competition and Voting Behaviour*, Cham, Palgrave Macmillan/Springer, 2020.
- PATTIE, C. & JOHNSTON, R., «Losing the voters' trust: Evaluations of the political system and voting at the 1997 British general election», *The British Journal of Politics and International Relations*, 3(2), pp. 191-222, 2001.
- PEREIRA, M. M., «Understanding and reducing biases in elite beliefs about the electorate», *American Political Science Review*, 115(4), pp. 1308-1324, 2021.
- PEREIRA, R. H., VIEIRA, R. S., BIZZARRO, F., BARBOSA, R. J., DAHIS, R. & FERREIRA, D. T., «Free public transit and voter turnout», *Electoral Studies*, 86, 102690, 2023.
- PETITPAS, A., JAQUET, J. M. & SCIARINI, P., «Does e-voting matter for turnout, and to whom?», *Electoral Studies*, 71, 102245, 2021.
- PICCHIO, M. & SANTOLINI, R., «The COVID-19 pandemic's effects on voter turnout», *European Journal of Political Economy*, 73, 102161, 2022.
- PIERZGALSKI, M., GÓRECKI, M. A. & STĘPIEŃ, P., «Magnitude matters: Voter turnout under different electoral systems», *Electoral Studies*, 94, 102910, 2025.
- PILET, J. B., SHEFFER, L., HELFER, L., VARONE, F., Vliegenthart, R. & WALGRAVE, S., «Do politicians outside the United States also think voters are more conservative than they really are?», *American Political Science Review*, 118(2), pp. 1037-1045, 2024.
- PITA BARROS, H., *Warm Glow Voting? An Analysis of Turnout in Portugal*, Working Paper, [link](#), 2017.
- PLESCIA, C., BLAIS, A. & HÖGSTRÖM, J., «Do people want a "fairer" electoral system? An experimental study in four countries», *European Journal of Political Research*, 59(4), pp. 733-751, 2020.
- PLUTZER, E., «Demographics and the social bases of voter turnout» in Fisher, J., Fieldhouse, E., Franklin, M., Gibson, R., Cantijoch, M. & Wlezien, C. (eds.), *The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*, Londres, Routledge, pp. 69-82, 2017.
- POLLOCK, P., «The participatory consequences of internal and external political efficacy: A research note», *Western Political Quarterly*, 36(3), pp. 400-409, 1983.
- PONS, V. & LIEGEY, G., «Increasing the electoral participation of immigrants: Experimental evidence from France», *The Economic Journal*, 129(617), pp. 481-508, 2019.

- PONTES, A., HENN, M. & GRIFFITHS, M. D., «Towards a conceptualization of young people's political engagement: A qualitative focus group study», *Societies*, 8(1), pp. 1-17, 2018.
- POSADAS, B., SHERMAN, I., MAHENDRAN, D., BURGALIA, G. & GILBERT, J., «A focus group study of blind voters in Alachua County», *Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting*, 61(1), pp. 1111-1113, 2017.
- POTRAFKE, N. & ROESEL, F., «Opening hours of polling stations and voter turnout: Evidence from a natural experiment», *The Review of International Organizations*, 15(1), pp. 133-163, 2020.
- POWELL, G., «American voter turnout in comparative perspective», *American Political Science Review*, 80(1), pp. 17-43, 1986.
- PRZEWORSKI, A., *Why Bother with Elections?*, Cambridge, Polity Press, 2018.
- PRZEWORSKI, A. & TEUNE, H., *The Logic of Comparative Social Inquiry*, Malabar (FL), Krieger Publishing Company, 1970.
- QUIGLEY, F., «Social welfare and ideological attitudes of United States nonvoters: Assessing the potential impact of the National Voter Registration Act of 1993», *Journal of Political & Military Sociology*, 23(2), pp. 213-229, 1995.
- QUINTELIER, E., HOOGHE, M. & MARIEN, S., «The effect of compulsory voting on turnout stratification patterns: A cross-national analysis», *International Political Science Review*, 32(4), pp. 396-416, 2011.
- RADCLIFF, B., «Turnout and the Democratic vote», *American Politics Quarterly*, 22(3), pp. 259-276, 1994.
- RADCLIFF, B. & DAVIS, P., «Labor organization and electoral participation in industrial democracies», *American Journal of Political Science*, 44(1), pp. 132-141, 2000.
- RAPELI, L., PAPAGEORGIOU, A. & Mattila, M., «When life happens: The impact of life events on turnout», *Political Studies*, 71(4), pp. 1243-1260, 2023.
- RAU, E., «Partisanship as cause, not consequence, of participation», *Comparative Political Studies*, 55(6), pp. 1021-1058, 2022.
- REICHERT, F. & PRINT, M., «Civic participation of high school students: The effect of civic learning in school», *Educational Review*, 70(3), pp. 318-341, 2018.
- REIF, K. & SCHMITT, H., «Nine second-order national elections: A conceptual framework for the analysis of European election results», *European Journal of Political Research*, 8(1), pp. 3-44, 1980.
- RENWICK, A. & PILET, J. B., *Faces on the ballot: The Personalization of Electoral Systems in Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2016.
- RETO, L. & NUNES, F., «Para um modelo do estudo de abstenção eleitoral em Portugal: Um estudo exploratório», *Análise Psicológica*, 13, pp. 471-486, 1995.
- RETO, L. & SÁ, J., «"Marketing" e cidadania: Segmentação e tipologia dos abstencionistas em Portugal», *Revista Portuguesa de Gestão*, pp. 64-74, 2000.
- RHODES, R. A. & TIERNAN, A., «Focus groups and prime ministers' chiefs of staff», *Journal of Organizational Ethnography*, 4(2), pp. 208-222, 2015.
- RIAMBAU, G., STILLMAN, S. & Boe-Gibson, G., «What determines preferences for an electoral system? Evidence from a binding referendum», *Public Choice*, 186, pp. 179-208, 2021.
- RIKER, W. & ORDESHOOK, P., «A theory of the calculus of voting», *American Political Science Review*, 62(1), pp. 25-42, 1968.
- ROBBINS, J. W., «The personal vote and voter turnout», *Electoral Studies*, 29(4), pp. 661-672, 2010.

- RODENBURGER, D., «Political interest and the decision to vote: A self-selection problem», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 30(2), pp. 244-254, 2020.
- ROBINSON, W. S., «Ecological correlations and the behavior of individuals», *American Sociological Review*, 15(3), pp. 351-357, 1950.
- RODRIGUES, M. & TAVARES, A. F., «The effects of amalgamations on voter turnout: Evidence from sub-municipal governments in Portugal», *Cities*, 101, 102685, 2020.
- ROSEMA, M., «Low turnout: Threat to democracy or blessing in disguise? Consequences of citizens' varying tendencies to vote», *Electoral Studies*, 26(3), pp. 612-623, 2007.
- ROSENSTONE, S., «Economic adversity and voter turnout», *American Journal of Political Science*, 26(1), pp. 25-46, 1982.
- ROSSTEUTSCHER, S., FAAS, T., LEININGER, A. & SCHÄFER, A., «Lowering the quality of democracy by lowering the voting age? Comparing the impact of school, classmates, and parents on 15-to 18-year-olds' political interest and turnout», *German Politics*, 31(4), pp. 483-510, 2022.
- ROWE, K. T., LAGO, I. & LAGO, S., «The partisan consequences of turnout revisited», *Comparative European Politics*, 13, pp. 514-534, 2015.
- RUBENSON, D., BLAIS, A., FOURNIER, P., GIDENGIL, E. & NEVITTE, N., «Does low turnout matter? Evidence from the 2000 Canadian federal election», *Electoral Studies*, 26(3), pp. 589-597, 2007.
- SALISBURY, R. H., «Research on political participation», *American Journal of Political Science*, 19(2), pp. 323-341, 1975.
- SAMAGIAO, A., *Geografia Eleitoral: Análise Espacial de Vinte Anos de Resultados Eleitorais*, Tese de doutoramento em Gestão de Informação, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- SANDELL, J. & PLUTZER, E., «Families, divorce and voter turnout in the US», *Political Behavior*, 27(2), pp. 133-162, 2005.
- SANTANA PEREIRA, J., «Variety of media systems in third-wave democracies» in Zielonka, J. (ed.), *Media and Politics in New Democracies: Europe in a Comparative Perspective*, Oxford, Oxford University Press, pp. 133-162, 2015.
- SANTANA PEREIRA, J. & MARTÍN, I., «Iberian citizens' attitudes towards Parliament and representation» in Fernandes, J. M. & Leston-Bandeira, C. (eds.), *The Iberian Legislatures in Comparative Perspective*, Londres, Routledge, pp. 149-164, 2019.
- SANTANA PEREIRA, J. & ROGEIRO NINA, S., «The relevance and resilience of the cordon sanitaire in Portugal: The March 2024 legislative elections», *South European Society and Politics*, 29(2), pp. 243-268, 2024.
- SANTANA, A., RAMA, J. & BÉRTOA, F. C., «The coronavirus pandemic and voter turnout: Addressing the impact of COVID-19 on electoral participation», *SocArXiv Papers*, [link](#), 2020.
- SANTOS, J., TAVARES, J. & VICENTE, P., «Can ATMs get out the vote? Evidence from a nationwide field experiment», *European Economic Review*, 134, pp. 1-20, 2021.
- SANZ, C., «The effect of electoral systems on voter turnout: Evidence from a natural experiment», *Political Science Research and Methods*, 5(4), pp. 689-710, 2017.
- SARIS, W. & TORCAL, M., *Alternative Measurement Procedures and Models for Political Efficacy*, Working Paper, [link](#), 2009.

- SAUNDERS, B., «Making voting pay», *Politics*, 29(2), pp. 130-136, 2009.
- SCHÄFER, A. & SCHWANDER, H., «'Don't play if you can't win': Does economic inequality undermine political equality?», *European Political Science Review*, 11(3), pp. 395-413, 2019.
- SCHELKER, M. & SCHNEITER, M., «The elasticity of voter turnout: Investing 85 cents per voter to increase voter turnout by 4 percent», *Electoral Studies*, 49, pp. 65-74, 2017.
- SCHLOZMAN, K., BURNS, N. & VERBA, S., «Gender and the pathways to participation: The role of resources», *The Journal of Politics*, 56(4), pp. 963-990, 1994.
- SCHMITT, H. & TEPEROGLOU, E., «Voting behaviour in multi-level electoral systems» in Fisher, J., Fieldhouse E., Franklin M., Gibson R., Cantijoch M. & Wlezien C. (eds.), *The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion*, Londres, Routledge, pp. 232-243, 2017.
- SCHMITT, H., SEGATTI, P. & VAN DER EIJK, C., *Consequences of Context: How the Social, Political, and Economic Environment affects Voting*, Colchester, ECPR Press, 2021.
- SCHUMPETER, J., *Capitalism, Socialism, and Democracy*, Nova Iorque, Harper and Brothers, 1942.
- SCOTT, J. S., MICHELSON, M. R. & DeMora, S. L., «Getting out the black vote in Washington DC: A field experiment», *Journal of Political Marketing*, 20(3-4), pp. 289-301, 2022.
- SELB, P. & LACHAT, R., «The more, the better? Counterfactual evidence on the effect of compulsory voting on the consistency of party choice», *European Journal of Political Research*, 48(5), pp. 573-597, 2009.
- SELLERS, J. M., KÜBLER, D., WALTER-ROGG, M. & WALKS, R. A., *The Political Ecology of the Metropolis: Metropolitan Sources of Electoral Behaviour in Eleven Countries*, Colchester, ECPR Press, 2013.
- SERRA-SILVA, S. & SANTOS, N., «The 2021 Portuguese Presidential Elections under extraordinary circumstances: Covid-19 and the rise of the radical right in Portugal», *Mediterranean Politics*, 29(3), pp. 390-400, 2024.
- SEVENANS, J., SOONTJENS, K. & WALGRAVE, S., «Inequality in the public priority perceptions of elected representatives», *West European Politics*, 45(5), pp. 1057-1080, 2022.
- SHAFFER, S. D., «A multivariate explanation of decreasing turnout in presidential elections, 1960-1976», *American Journal of Political Science*, pp. 68-95, 1981.
- SHEERIN, C. A., *Political Efficacy and Youth Non-voting: A Qualitative Investigation into the Attitudes and Experiences of Young Voters and Non-voters in New Zealand*, Tese de mestrado em Ciência Política, Christchurch, Nova Zelândia, Universidade de Canterbury, 2007.
- SHEFFER, L., LOEWEN, P. J. & LUCAS, J., «Long-term policymaking and politicians' beliefs about voters: Evidence from a 3-year panel study of politicians», *Governance*, 37(2), pp. 395-410, 2024.
- SHEPPARD, J., «Public opinion and compulsory voting in Australia», in Bonotti, M. & Strangio, P. (eds.), *A Century of Compulsory Voting in Australia: Genesis, Impact and Future*, Singapura, Palgrave Macmillan, pp. 83-98, 2021.
- SIEGEL-STECHLER, K., «Is civics enough? High school civics education and young adult voter turnout», *The Journal of Social Studies Research*, 43(3), pp. 241-253, 2019.

- SILVER, B., ANDERSON, B. & ABRAMSON, P., «Who overreports voting?», *American Political Science Review*, 80(2), pp. 613-624, 1986.
- SIMONOVITS, G., «Competition and turnout revisited: The importance of measuring expected closeness accurately», *Electoral Studies*, 31(2), pp. 364-371, 2012.
- SINGH, S., «How compelling is compulsory voting? A multilevel analysis of turnout», *Political Behavior*, 33, pp. 95-111, 2011.
- SINGH, S. P., «Elections as poorer reflections of preferences under compulsory voting», *Electoral Studies*, 44, pp. 56-65, 2016.
- SINGH, S. P., *Beyond Turnout: How Compulsory Voting Shapes Citizens and Political Parties*, Oxford, Oxford, University Press, 2021.
- SKOVRON, C., *What Politicians Believe about Electoral Accountability*, Working Paper, [link](#), 2018.
- SLOAM, J. & HENN, M., «The silent revolution in youth political engagement: The rise of young cosmopolitans in Britain» in Sloam, J. & Henn, M. (eds.), *Youthquake 2017: The Rise of Young Cosmopolitans in Britain*, Cham, Springer, pp. 43-70, 2017.
- SLOTWINSKI, M., STUTZER, A. & BEVELANDER, P., «From participants to citizens? Democratic voting rights and naturalisation behaviour», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 49(13), pp. 3184-3204, 2023.
- SMETS, K., «Revisiting the political life-cycle model: Later maturation and turnout decline among young adults», *European Political Science Review*, 8(2), pp. 225-249, 2016.
- SMETS, K. & VAN HAM, C., «The embarrassment of riches? A meta-analysis of individual-level research on voter turnout», *Electoral Studies*, 32(2), pp. 344-359, 2013.
- SMITH, L. & WALKER, L., «Belonging, believing, and group behavior: Religiosity and voting in American presidential elections», *Political Research Quarterly*, 66(2), pp. 399-413, 2013.
- SÖDERLUND, P., «Candidate-centred electoral systems and voter turnout» in Dassonneville, R., Hooghe, M. & Lewis-Beck, M. S. (eds.), *Electoral Rules and Electoral Behaviour*, Londres, Routledge, pp. 14-31, 2018.
- SOLVAK, M. & VASSIL, K., «Could internet voting halt declining electoral turnout? New evidence that e-voting is habit-forming», *Policy & Internet*, 10(1), pp. 4-21, 2018.
- SOONTJENS, K., «Do politicians anticipate voter control? A comparative study of representatives' accountability beliefs», *European Journal of Political Research*, 61(3), pp. 699-717, 2022.
- SOONTJENS, K., «Voters don't care too much about policy: How politicians conceive of voting motives», *Research & Politics*, 10(2), article 20531680231176180, 2023.
- SOROKA, S. N. & WLEZIEN, C., «On the limits to inequality in representation», *PS: Political Science & Politics*, 41(2), pp. 319-327, 2008.
- SOUSA, L. & MAIA, J., «Participação eleitoral e candidaturas independentes nas eleições autárquicas» in Ferrão, J. & Delicado, A. (eds.), *Portugal Social em Mudança — Retratos Municipais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 9-20, 2017.
- SOUTHWELL, P. L. & BURCHETT, J. I., «The effect of all-mail elections on voter turnout», *American Politics Quarterly*, 28(1), pp. 72-79, 2000.
- SOUZA, L. K. D., «Recomendações para a realização de grupos focais na pesquisa qualitativa», *Psi UNISC*, 4(1), pp. 52-66, 2020.

- STANLEY, L., «Using focus groups in political science and international relations», *Politics*, 36(3), pp. 236-249, 2016.
- STEWART, D. W. & SHAMDASANI, P. N., *Focus Groups: Theory and Practice*, Thousand Oaks, Sage, 2014.
- STOCKEMER, D., «Corruption and turnout in presidential elections: A macro-level quantitative analysis», *Politics & Policy*, 41(2), pp. 189-212, 2013.
- STOCKEMER, D., «District magnitude and electoral turnout: A macro-level global analysis», *Acta Politica*, 50, pp. 82-100, 2015.
- STOCKEMER, D., «Electoral participation: How to measure turnout?», *Social Indicators Research*, 133, pp. 943-962, 2016.
- STOCKEMER, D., «What affects voter turnout? A review article/meta-analysis of aggregate research», *Government and Opposition*, 52(4), pp. 698-722, 2017.
- STOCKEMER, D. & BLAIS, A., «Voters and abstainers in national and European elections», *European Review*, 27(2), pp. 300-315, 2019.
- STOCKEMER, D. & CALÇA, P., «Corruption and turnout in Portugal — a municipal level study», *Crime, Law and Social Change*, 60, pp. 535-548, 2013.
- STOCKEMER, D., LAMONTAGNE, B. & SCRUGGS, L., «Bribes and ballots: The impact of corruption on voter turnout in democracies», *International Political Science Review*, 34(1), pp. 74-90, 2013.
- STRÖMBÄCK, J., GRANDIEN, C. & FALASCA, K., «Do campaign strategies and tactics matter? Exploring party elite perceptions of what matters when explaining election outcomes», *Journal of Public Affairs*, 13(1), pp. 41-52, 2013.
- STUDLAR, D. T. & WELCH, S., «The policy opinions of British nonvoters: A research note», *European Journal of Political Research*, 14(1-2), pp. 139-148, 1986.
- SUNDSTRÖM, A. & STOCKEMER, D., «Regional variation in voter turnout in Europe: The impact of corruption perceptions», *Electoral Studies*, 40, pp. 158-169, 2015.
- TAAGEPERA, R., SELB, P. & GROFMAN, B., «How turnout depends on the number of parties: A logical model», *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 24(4), pp. 393-413, 2014.
- TAGGART, P., «Populism and the pathology of representative politics» in Mény, Y. & Surel, Y. (eds.), *Democracies and the Populist Challenge*, Cham, Palgrave Macmillan UK, pp. 62-80, 2002.
- TAGINA, M. L. & CORRADO, A. A., «External voting in Latin America: Explaining variations in turnout (1990-2017)», *Political Geography*, 105, 102878, 2023.
- TAKÁCS, J., SZALMA, I. & BARTUS, T., «Social attitudes toward adoption by same-sex couples in Europe», *Archives of Sexual Behavior*, 45, pp. 1787-1798, 2016.
- TAVARES, A. F., RAUDLA, R. & SILVA, T., «Best of both worlds? Independent lists and voter turnout in local elections», *Journal of Urban Affairs*, 42(7), pp. 955-974, 2020.
- TAVARES, A. & CARR, J., «So close, yet so far away? The effects of city size, density and growth on local civic participation», *Journal of Urban Affairs*, 35(3), pp. 283-302, 2013.
- TAVARES, A. & RAUDLA, R., «Size, density and small-scale elections: A multi-level analysis of voter turnout in sub-municipal governments», *Electoral Studies*, 56, pp. 1-13, 2018.
- TAYLOR, Z., LUCAS, J., ARMSTRONG, D. A. & BAKKER, R., «The development of the urban-rural cleavage in Anglo-American democracies», *Comparative Political Studies*, 57(8), pp. 1339-1374, 2023.

- TEIGEN, J. M., «Enduring effects of the uniform: Previous military experience and voting turnout», *Political Research Quarterly*, 59(4), pp. 601-607, 2006.
- TEIXEIRA, C. P., TSATSANIS, E. & BELCHIOR, A. M., «A “necessary evil” even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout (2008 and 2012)», *Party Politics*, 22(6), pp. 719-731, 2016.
- TEIXEIRA, L. H. & BOURDAIN, J. A., *Cadernos Assombrados, Eleitores Ignorados e Desigualdade do Voto*, [link](#), 2013.
- TEIXEIRA, R. A., *The Disappearing American Voter*, Washington, DC, Brookings Institution Press, 1992.
- TELES, F., «Decentralization and local politics» in Fernandes, J. M., Magalhães, P. C. & Pinto, A. C. (eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 212-224, 2022.
- THOMPSON, D. M., WU, J. A., YODER, J. & HALL, A. B., «Universal vote-by-mail has no impact on partisan turnout or vote share», *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117(25), pp. 14052-14056, 2020.
- TITELMAN, N. & SAJURIA, J., «Why vote for an independent? The relevance of negative identity, independent identity, and dealignment in a pro-independent political environment», *Party Politics*, 30(6), pp. 997-1013, 2024.
- TOOTS, A. & IDNURM, T., «Modernizing voting in a post-transition country: The Estonian experience of lowering the voting age» in Eichhorn, J. & Bergh, J. (eds.), *Lowering the Voting Age to 16: Learning from Real Experiences Worldwide*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 167-187, 2020.
- TOSSUTTI, L. S., «Voluntary associations and the political engagement of young Canadians», *Journal of Canadian Studies*, 41(1), pp. 100-125, 2007.
- TOZER, T., «Increasing electoral turnout among the young: Compulsory voting or financial incentives?», *Intergenerational Justice Review*, 2(1), pp. 18-27, 2016.
- TRECHSEL, A. H., KUCHERENKO, V. V. & FERREIRA DA SILVA, F., *Potential and Challenges of E-voting in the European Union*, EUDO Report, [link](#), 2016.
- TRUMM, S., SUDULICH, L. & TOWNSLEY, J., «Information effect on voter turnout: How campaign spending mobilises voters», *Acta Politica*, 52, pp. 461-478, 2017.
- TURNBULL-DUGARTE, S. J. & DEVINE, D., «Support for digitising the ballot box: A systematic review of i-voting pilots and a conjoint experiment», *Electoral Studies*, 86, 102679, 2023.
- UMBERS, L. M., «Assessing objections to compulsory voting in Australia» in Bonotti M. & Strangio P. (eds.), *A Century of Compulsory Voting in Australia: Genesis, Impact and Future*, Singapura, Palgrave Macmillan, pp. 59-82, 2021.
- VALBRUZZI, M., «L’età delle cyber-elezioni: Dal voto elettronico alla digitalizzazione elettorale», *Rivista di Digital Politics*, 3(1), pp. 3-28, 2023.
- VAN DER EIJK, C., «Design issues in electoral research: Taking care of (core) business», *Electoral Studies*, 21(2), pp. 189-206, 2002.
- VASSIL, K. & WEBER, T., «A bottleneck model of e-voting: Why technology fails to boost turnout», *New Media & Society*, 13(8), pp. 1336-1354, 2011.
- VASSIL, K., SOLVAK, M., VINKEL, P., TRECHSEL, A. H. & ALVAREZ, R. M., «The diffusion of internet voting: Usage patterns of internet voting in Estonia between 2005 and 2015», *Government Information Quarterly*, 33(3), pp. 453-459, 2016.
- VEIGA, F. J. & VEIGA, L. G., «Term limits and voter turnout», *Electoral Studies*, 53, pp. 20-28, 2018.

- VEIGA, F. J., VEIGA, L., FERNANDES, B. & MARTINS, J., *Limitação de Mandatos: O Impacto nas Finanças Locais e na Participação Eleitoral*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.
- VEIGA, L. & GONDIM, S. M. G., «A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político», *Opinião Pública*, 7, pp. 1-15, 2001.
- VERBA, S. & NIE, N. H., *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, Nova Iorque, Harper & Row, 1972.
- VERBA, S., BURNS, N. & SCHLOZMAN, K. L., «Knowing and caring about politics: Gender and political engagement», *Journal of Politics*, 59, pp. 1051-1072, 1997.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K. & BRADY, H., *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K. & BURNS, N., «Family ties» in Zuckerman A. (ed.), *The Social Logic of Politics*, Filadélfia, PA, Temple University Press, pp. 95-115, 2005.
- VIEGAS, J. M. L. & FARIA, S., «A abstenção nas eleições legislativas de 2002» in Freire, A., Costa Lobo, M. & Magalhães, P. (eds.), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 221-260, 2004.
- VIEGAS, J. M. L. & FARIA, S., «A abstenção eleitoral em Portugal: uma perspectiva comparada» in Freire, A., Costa Lobo, M. & Magalhães, P. (eds.), *Eleições e Cultura Política: Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 91-110, 2007.
- VODA, P. & VODOVÁ, P., «The effects of COVID-19 pandemic perceptions on voter turnout in the Czech Republic», *Communist and Post-Communist Studies*, 56(4), pp. 51-80, 2023.
- VON NOSTITZ, F. C., NEIHOUSER, M., SANDRI, G. & HAUTE, T., «Individual attitudes towards internet voting: The case of France», *JeDEM — eJournal of eDemocracy and Open Government*, 16(3), pp. 113-161, 2024.
- VONNAHME, G., ATKESON, L., BRYANT, L., MANN, C. & STEIN, R., «Election day vote centers, voter participation, and the spatial distribution of voting», comunicação apresentada na *12th Annual Meeting of the State Politics and Policy Conference*, Houston, TX, [link](#), 2012.
- WAGNER, M., JOHANN, D. & KRITZINGER, S., «Voting at 16: Turnout and the quality of vote choice», *Electoral Studies*, 31(2), pp. 372-383, 2012.
- WALGRAVE, S., JANSEN, A., Sevenans, J., Soontjens, K., Pilet, J. B., Brack, N. & Loewen, P. J., «Inaccurate politicians: Elected representatives' estimations of public opinion in four countries», *The Journal of Politics*, 85(1), pp. 209-222, 2023.
- WALGRAVE, S., SOONTJENS, K. & SEVENANS, J., *Politicians' Reading of Public Opinion and Its Biases*, Oxford, Oxford University Press, 2022.
- WEEKS, L., «Rage against the machine: Who is the independent voter?», *Irish Political Studies*, 26(1), pp. 19-43, 2011.
- WEINSCHENK, A. C. & DAWES, C. T., «Civic education in high school and voter turnout in adulthood», *British Journal of Political Science*, 52(2), pp. 934-948, 2022.
- WEINSCHENK, A. C. & HOLBROOK, T. M., «The determinants of campaign spending in mayoral elections», *State and Local Government Review*, 46(1), pp. 13-27, 2014.
- WERFHORST, H. G. V. D. & de Graaf, N. D. D., «The sources of political orientations in post-industrial society: Social class and education revisited», *The British Journal of Sociology*, 55(2), pp. 211-235, 2004.

WESCHLE, S., «Two types of economic voting: How economic conditions jointly affect vote choice and turnout», *Electoral Studies*, 34, pp. 39-53, 2014.

WHITE, S. & MCALLISTER, I., «Turnout and representation bias in post-communist Europe», *Political Studies*, 55(3), pp. 586-606, 2007.

WHITFIELD, K. D. M., *Local Government and Youth Voter Turnout: Obstacles and Solutions for Aotearoa New Zealand*, Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas, Dunedin, Universidade de Otago, 2021.

WILLECK, C. & MENDELBERG, T., «Education and political participation», *Annual Review of Political Science*, 25, pp. 89-110, 2022.

WOLFINGER, N. H. & WOLFINGER, R. E., «Family structure and voter turnout», *Social Forces*, 86(4), pp. 1513-1528, 2008.

WOLFINGER, R. E. & ROSENSTONE, S. J., *Who Votes?*, New Haven, Yale University Press, 1980.

XU, J., «Why do minorities participate less? The effects of immigration, education, and electoral process on Asian American voter registration and turnout», *Social Science Research*, 34(4), pp. 682-702, 2005.

YAO, Y., OKOLI, C., HOUSTON, A. & WATSON, E., «Demographic differences in attitudes toward remote electronic voting systems», *Journal of Computer Information Systems*, 47(2), pp. 34-45, 2006.

YEANDLE, A., «Does public broadcasting increase voter turnout? Evidence from the roll out of BBC radio in the 1920s», *Electoral Studies*, 74, 102407, 2021.

ZAGÓRSKI, P., «Too much to choose from? The long-term effects of political fragmentation on electoral turnout», *Politics*, 42(3), pp. 358-375, 2022.

ZEGLOVITS, E. & AICHHOLZER, J., «Are people more inclined to vote at 16 than at 18? Evidence for the first-time voting boost among 16- to 25-year-olds in Austria», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24(3), pp. 351-361, 2014.

ZHURAVSKAYA, E., PETROVA, M. & ENIKOLOPOV, R., «Political effects of the internet and social media», *Annual Review of Economics*, 12(1), pp. 415-438, 2020.

ZMERLI, S. & VAN DER MEER, T. W. (EDS.), *Handbook on Political Trust*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017.

Notas

- < 1. A capacidade eleitoral ativa diz respeito ao direito de exercer o direito de voto numa dada eleição. A capacidade eleitoral passiva determina a possibilidade de ser candidata/o numa dada eleição. Embora o universo de abrangidos pelas duas capacidades possa sobrepor-se, tal não é obrigatório. Nas eleições para a Presidência da República, por exemplo, o número de pessoas com capacidade eleitoral ativa (os cidadãos portugueses eleitores recenseados no território nacional, bem como os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro) excede consideravelmente o número de pessoas com capacidade eleitoral passiva (os cidadãos eleitores, portugueses de origem, maiores de 35 anos).
- < 2. Dado que apenas se realizam nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e não no resto do território nacional, apenas é feita uma referência breve a eleições regionais.
- < 3. Em 2018, outra reforma importante consistiu na inscrição automática no recenseamento eleitoral de cidadãos oficialmente residentes no estrangeiro. Esta medida aumentou significativamente o número de eleitores recenseados nos dois círculos referentes à emigração — de 318 mil em 2017 para 1,476 milhões em 2018.
- < 4. Os dados são agregados a partir de informação disponível ao nível do município, sendo cada um deles classificado como predominantemente rural, predominantemente urbano ou mediantemente urbano pelo Instituto Nacional de Estatística (2025).
- < 5. A divisão em oito regiões que aqui se usa resulta de uma agregação dos valores de participação medidos em diferentes NUTS 2 e 3. Os valores das regiões dos Açores, Algarve e Madeira resultam da evolução da participação eleitoral nas NUTS 2 homónimas. Os valores da região «Porto» correspondem aos da NUTS 3 Área Metropolitana do Porto. Os valores da região «Norte» correspondem a todas as outras regiões da NUTS 2 homónima. Os valores da região «Lisboa» correspondem aos das NUTS 3 Grande Lisboa e Península de Setúbal. Os valores da região «Centro» provêm dos dados da NUTS 2 com o mesmo nome, juntamente com os que compõem as NUTS 3 Oeste e Médio Tejo. Os valores da região «Alentejo» correspondem aos municípios que constituem a NUTS 2 Alentejo, juntamente com as NUTS 3 Lezíria do Tejo. Em todos os casos, os valores dizem respeito aos totais registados em cada região e não a uma média de municípios.
- < 6. Seguimos aqui a classificação EuroVoc, proposta pelo Serviço das Publicações da União Europeia ([link](#)).
- < 7. Discutiremos o papel do estado civil no âmbito do modelo da mobilização, embora o mesmo também tenha claros impactos em termos de recursos para a participação política, como tempo ou informação.
- < 8. Ainda que tenhamos incluído no questionário um item que pedia aos inquiridos para indicarem o seu rendimento, tivemos de excluir esta variável do modelo de análise, porque a existência de um número assinalável de não-respostas (aproximadamente 25 %) penalizava o poder estatístico dos modelos.
- < 9. A regressão logística ordinal é uma técnica apropriada quando a variável dependente assume categorias ordenadas. Ao contrário da regressão logística binária, que lida com uma variável dicotómica (como «votou»/«não votou»), a regressão logística ordinal modela a relação entre uma variável dependente ordinal (como «vota sempre», «vota às vezes», «nunca vota») e uma ou mais variáveis independentes. As rotinas foram implementadas através da função `svyolr()` do pacote «survey», desenvolvido no ambiente da linguagem de programação R.
- < 10. Procurámos medir o dever cívico a partir de três itens: o sentimento de culpa por não votar (grau de concordância com a frase «se não votasse numa eleição sentir-me-ia extremamente culpado/a»), a crença de que votar é uma forma de mostrar que se ama o país (também medida através da concordância com uma frase com este conteúdo numa escala de 0 a 10) e a opinião sobre se o voto constitui um dever ou uma opção (variável binária).
- < 11. O modelo foi executado a partir do pacote «lavaan», no ambiente R. Ainda que não exista um consenso na literatura sobre quais são os valores a partir dos quais se pode considerar que um modelo apresenta um bom ajuste aos dados (Kline, 2023, pp. 156-72), as medidas de diagnóstico são encorajadoras: o *Comparative Fit Index* (CFI) tem o valor de 0,958, o índice de *Tucker-Lewis* (TLI) é de 0,973, e o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) é de 0,030. Estes valores sugerem que as discrepâncias entre os valores observados e os valores previstos pelo modelo são reduzidas.
- < 12. Dado que estas opções de resposta podem refletir diretamente a influência de atitudes previamente analisadas nos capítulos anteriores, optámos por não incluir neste modelo variáveis atitudinais como o interesse pela política ou o sentimento de dever cívico, focando-nos exclusivamente nas características sociodemográficas dos inquiridos.
- < 13. A soma das percentagens apresentadas não totaliza 100 % devido aos arredondamentos à unidade.
- < 14. Há, no contexto português, exemplos do uso desta técnica para estudar temas próximos da abstenção, nomeadamente o envolvimento político de segmentos concretos da população portuguesa, como os jovens (Pontes, Henn e Griffiths, 2018; Malafaia, Neves & Menezes, 2021) ou os imigrantes (Oliveira, Estrada-Carvalhais & Cancela, 2014). Contudo, em nenhum destes casos a constituição dos grupos teve como objetivo incluir exclusivamente cidadãos abstencionistas ou votantes intermitentes. Por outro lado, o trabalho de Reto & Nunes (1995) sobre narrativas de abstencionistas não recorreu a *focus groups*, mas a entrevistas em profundidade a um número muito reduzido de indivíduos.
- < 15. Direção-Geral da Educação, «Educação para a Cidadania — linhas orientadoras», novembro de 2013, [link](#).
- < 16. Consultados na Pordata a 2 de junho de 2025: [link](#)

Índice de figuras

- 14 **Figura 1.1** Recenseamento da população portuguesa maior de idade e recenseamento eleitoral em território nacional, 1991-2024
- 14 **Figura 1.2** Desvio por distrito (%)
- 16 **Figura 1.3** Participação nas eleições legislativas nacionais e para o Parlamento Europeu mais recentes em cada Estado-Membro da União Europeia
- 18 **Figura 1.4** Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições legislativas
- 18 **Figura 1.5** Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições presidenciais
- 20 **Figura 1.6** Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições autárquicas
- 21 **Figura 1.7** Evolução das taxas de participação oficiais e da estimativa revista da participação em eleições para o Parlamento Europeu
- 22 **Figura 1.8** Participação em eleições legislativas e autárquicas por tipo de município
- 23 **Figura 1.9** Participação em eleições legislativas e autárquicas por região
- 24 **Figura 1.10** Comparação da participação nas eleições para os parlamentos regionais e nacional nos Açores e na Madeira
- 25 **Figura 1.11** Comparação dos níveis de participação em eleições legislativas em Portugal e em quatro regiões europeias
- 26 **Figura 1.12** Comparação dos níveis de participação em eleições para o Parlamento Europeu em Portugal e em quatro regiões europeias
- 59 **Figura 3.1** Itens do questionário que medem a propensão para participar eleitoralmente
- 60 **Figura 3.2** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições
- 63 **Figura 3.3** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do género
- 64 **Figura 3.4** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do género
- 64 **Figura 3.5** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do escalão etário
- 65 **Figura 3.6** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do escalão etário
- 67 **Figura 3.7** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da pertença a minoria/aquisição de nacionalidade
- 67 **Figura 3.8** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da pertença a minoria/aquisição de nacionalidade
- 68 **Figura 3.9** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do nível de instrução
- 69 **Figura 3.10** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível de instrução
- 70 **Figura 3.11** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da classe social (autorreportada)
- 70 **Figura 3.12** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da classe social (autorreportada)
- 71 **Figura 3.13** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da situação habitacional

- 72** **Figura 3.14** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da situação habitacional
- 73** **Figura 3.15** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do tipo de zona de residência
- 74** **Figura 3.16** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do tipo de zona de residência
- 75** **Figura 3.17** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da prática religiosa
- 76** **Figura 3.18** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da prática religiosa
- 77** **Figura 3.19** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da distância ao local de voto
- 77** **Figura 3.20** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da distância ao local de voto
- 78** **Figura 3.21** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da distância entre os municípios de residência e recenseamento
- 79** **Figura 3.22** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do interesse na política
- 80** **Figura 3.23** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do interesse na política
- 81** **Figura 3.24** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função da identificação partidária
- 82** **Figura 3.25** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função da identificação partidária
- 83** **Figura 3.26** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do nível médio de confiança nas instituições
- 84** **Figura 3.27** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível médio de confiança nas instituições
- 85** **Figura 3.28** Frequência reportada de participação em diferentes tipos de eleições em função do sentimento de culpa por não votar
- 86** **Figura 3.29** Probabilidade de apresentar diferentes perfis de participação em função do nível de culpa quando não se vota
- 88** **Figura 3.30** Representação gráfica do modelo de equações estruturais
- 89** **Figura 3.31** Modelo de equações estruturais: efeitos diretos e indiretos
- 90** **Figura 3.32** Resultados estatisticamente significativos do modelo de equações estruturais (coeficientes estandardizados)
- 92** **Figura 3.33** Interação entre sentimento de dever cívico e tempo até ao local de voto
- 93** **Figura 3.34** Motivos para a participação ou abstenção nas eleições autárquicas de 2021
- 101** **Figura 4.1** Posicionamento na escala esquerda-direita
- 101** **Figura 4.2** Posicionamento na escala esquerda-direita por classe social, instrução, género e idade
- 102** **Figura 4.3** Posicionamento na escala esquerda-direita por perfil de participação eleitoral

- 102 Figura 4.4** Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais
- 103 Figura 4.5** Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais por classe social, instrução, género e idade
- 103 Figura 4.6** Redução de impostos vs. investimento em serviços públicos e prestações sociais por perfil de participação eleitoral
- 104 Figura 4.7** Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal
- 105 Figura 4.8** Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal por classe social, situação habitacional, instrução, género e idade
- 105 Figura 4.9** Aumentar vs. não aumentar a despesa e a dívida municipal por perfil de participação eleitoral
- 107 Figura 4.10** Distribuição de opiniões sobre taxas de IRS
- 107 Figura 4.11** Opiniões sobre taxas de IRS por classe social, instrução, género, idade e informação prévia
- 108 Figura 4.12** Opiniões sobre taxas de IRS por perfil de participação eleitoral
- 110 Figura 4.13** Opiniões sobre o IML: padrão global e por valor de avaliação do imóvel
- 111 Figura 4.14** Opiniões sobre o IML por classe social, instrução, género e idade
- 111 Figura 4.15** Opiniões sobre o IML por perfil de participação eleitoral
- 112 Figura 4.16** Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados
- 113 Figura 4.17** Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados por classe social, instrução, género e idade
- 114 Figura 4.18** Saúde e educação devem ser garantidas pelo Estado vs. providenciadas por privados por perfil de participação eleitoral
- 114 Figura 4.19** Crescimento económico vs. proteção do ambiente
- 115 Figura 4.20** Crescimento económico vs. proteção do ambiente por classe social, instrução, género e idade
- 115 Figura 4.21** Crescimento económico vs. proteção do ambiente por perfil de participação eleitoral
- 116 Figura 4.22** Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país
- 116 Figura 4.23** Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país por classe social, instrução, género e idade
- 117 Figura 4.24** Os imigrantes são benéficos vs. prejudiciais para a economia do país por perfil de participação eleitoral
- 118 Figura 4.25** Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças
- 118 Figura 4.26** Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças por classe social, instrução, género e idade
- 119 Figura 4.27** Casais homossexuais devem ter a possibilidade vs. devem ser impedidos de adotar crianças por perfil de participação eleitoral
- 120 Figura 4.28** Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social
- 120 Figura 4.29** Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social por classe social, instrução, género e idade

- 121 Figura 4.30** Penas judiciais mais severas vs. mais reinserção social por perfil de participação eleitoral
- 122 Figura 4.31** Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político
- 122 Figura 4.32** Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político por classe social, instrução, género e idade
- 123 Figura 4.33** Preferência pela representação por um cidadão comum vs. por um político por perfil de participação eleitoral
- 124 Figura 4.34** Que eleição tem mais impacto na vida dos cidadãos?
- 125 Figura 4.35** Eleição que tem mais impacto na vida dos cidadãos por classe social, instrução, género e idade
- 125 Figura 4.36** Eleição que tem mais impacto na vida dos cidadãos por perfil de participação eleitoral
- 132 Figura 5.1** Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral
- 133 Figura 5.2** Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral por classe social, instrução, género e idade
- 133 Figura 5.3** Opiniões sobre os impactos da abstenção eleitoral por padrão de participação eleitoral
- 134 Figura 5.4** Legitimidade de um abstencionista para se queixar dos resultados de uma eleição
- 135 Figura 5.5** Legitimidade de um abstencionista para se queixar dos resultados de uma eleição de acordo com as características e motivações do mesmo
- 146 Figura 5.6** Preferência por reformas para combater a abstenção
- 147 Figura 5.7** Preferência por reformas para combater a abstenção por classe social, instrução, género e idade
- 148 Figura 5.8** Preferência por reformas para combater a abstenção por nível de interesse político
- 149 Figura 5.9** Preferência por reformas para combater a abstenção por ideologia
- 150 Figura 5.10** Preferência por reformas para combater a abstenção por proximidade partidária
- 151 Figura 5.11** Preferência por reformas para combater a abstenção por perfil de participação eleitoral
- 152 Figura 5.12** Opinião sobre a partir de que idade se deve poder votar por classe social, instrução, género e idade
- 153 Figura 5.13** Opinião sobre a partir de que idade se deve poder votar por padrão de participação eleitoral, proximidade a um partido, interesse pela política e autopoicionamento ideológico

Índice de tabelas

- 57 **Tabela 3.1** Distribuição de atributos na amostra e na população portuguesa
- 59 **Tabela 3.2** Cálculo de ponderadores
- 106 **Tabela 4.1** IRS: estímulos apresentados nas diferentes condições experimentais
- 109 **Tabela 4.2** IMI: estímulos apresentados nas diferentes condições experimentais

Autores

CANCELA, João

É professor auxiliar de Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador integrado no IPRI-NOVA. A sua investigação incide sobre comportamento eleitoral e representação política.

SANTANA PEREIRA, José

Doutorado em Ciências Políticas e Sociais pelo *European University Institute*, em Florença. É professor associado com agregação no Iscte-IUL e investigador integrado no CIES-Iscte. Os seus interesses de investigação incluem atitudes e comportamentos políticos, comunicação política e *media*.

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos publicados

Economia

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenado por Rodrigo Sarmento de Beires; 2013.

Custos e Preços na Saúde: Passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

25 anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos

Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em Infra-Estruturas em Portugal

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenado por Leonor Sopas; 2018.

Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenado por Rui Baptista; 2018.

Encerramento de Multinacionais:

O capital que fica

Coordenado por Pedro de Faria; 2018.

Dívida indexada ao PIB na economia portuguesa

Coordenado por Gonçalo Pina, 2020.

As empresas portuguesas no comércio internacional

Coordenado por João Amador; 2020.

Crise e Crédito, Lições da Recessão de 2008-2013

Coordenado por Carlos Carreira, Paulino Teixeira, Ernesto Nieto Carrillo e João Eira; 2021.

O Mercado Imobiliário em Portugal

Coordenado por Paulo M. M. Rodrigues; 2022.

O Financiamento das PME

Portuguesas: A crise e a recuperação entre 2008 e 2018

Coordenado por Clara Raposo; 2022.

Financiamento do empreendedorismo em Portugal

Coordenado por Miguel A. Ferreira, Hugo Reis, Francisco Queiró, Marta C. Lopes; 2022.

Instituições

Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Justiça Económica em Portugal: A citação do réu no processo civil

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Factos e números

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Gestão processual e oralidade

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: O sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Portugal nas Decisões Europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Juízes na Europa: Formação, selecção, promoção e avaliação

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Limitação de Mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

Orçamento, Economia e Democracia: Uma proposta de arquitetura institucional

Coordenado por Abel M. Mateus; 2018.

Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul

Coordenado por Tiago Fernandes; 2019.

Os Tribunais e a Crise Económica e Financeira: Uma análise ao processo decisório em contexto de crise económico-financeira

Patrícia André, Teresa Violante e Maria Inês Gameiro; 2019.

Um Novo Normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal

Coordenado por Nuno Monteiro e Carlos Jalali; 2022.

Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português

Coordenado por Marco Lisi; 2022.

O Estado Regulador em Portugal

Coordenado por Ana Lourenço; 2022.

Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020)

António F. Tavares, Patrícia Silva e Pedro Camões; 2025.

Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, Impactos e Soluções

Coordenado por José Santana Pereira e João Cancela; 2025.

Sociedade

Como Se Aprende a Ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Fazer Contas Ensina a Pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Desigualdade Económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Projeções 2030 e o Futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.

Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Literatura e Ensino do Português

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Que Ciência Se Aprende na Escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1950-2011): Evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores

Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2011)

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

Mortalidade Infantil em Portugal: Evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Os Tempos na Escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

Cultura Científica em Portugal

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

O Multimédia no Ensino das Ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

O Quinto Compromisso: Desenvolvimento de um sistema de garantia de desempenho educativo em Portugal

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Determinantes da Fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Será a Repetição de Ano Benéfica para os Alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Justiça entre Gerações: Perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade Social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d'Uva; 2017.

Porque Melhoraram os Resultados do PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)

Coordenado por Anália Torres; 2018.

Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu

Coordenado por Anália Torres; 2018.

As Mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e como se sentem

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2019.

Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões Português

Coordenado por Amílcar Moreira; 2019.

Identidades Religiosas e Dinâmica Social na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenado por Alfredo Teixeira; 2019.

A Evolução da Ciência em Portugal (1987-2016)

Elizabeth Vieira, João Mesquita, Jorge Silva, Raquel Vasconcelos, Joana Torres, Sylwia Bugla, Fernando Silva, Ester Serrão e Nuno Ferrand; 2019.

Os Jovens em Portugal, Hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2021.

Territórios de Desigualdade e Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Coordenado por Rosário Mauritti; 2022.

Como Comemos o Que Comemos: Um retrato do consumo de refeições em Portugal

Coordenado por Ana Isabel de Almeida Costa; 2023.

Compreender o Idadismo no Local de Trabalho

Coordenado por David Patient; 2024.



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL ³DOS SANTOS